



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JOSEMARE PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO

MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS E TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO NO
RECÔNCAVO SUL DA BAHIA / BRASIL (1970-2016): O PAPEL DE SANTO
ANTÔNIO DE JESUS E DE CRUZ DAS ALMAS

Salvador
2017

JOSEMARE PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO

**MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS E TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO NO
RECÔNCAVO SUL DA BAHIA / BRASIL (1970-2016): O PAPEL DE SANTO
ANTÔNIO DE JESUS E DE CRUZ DAS ALMAS**

Tese apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito para obtenção do título de Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na Linha de Pesquisa Territorialidade e Planejamento Urbano-Regional.

Orientadora: Profa. Dr^a. Silvana Sá de Carvalho

Salvador
2017

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

S237 Pinheiro, Josemare Pereira dos Santos

Mudanças socioespaciais e tendências do desenvolvimento no Recôncavo Sul da Bahia/Brasil (1970-2016): o papel de Santo Antônio de Jesus e de Cruz das Almas/ Josemare Pereira dos Santos Pinheiro. – Salvador, 2017.
220 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silvana Sá de Carvalho.

1. Recôncavo Sul 2. Organização socioespacial 3. Dinâmica regional
4. Desenvolvimento Regional I. Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação II. Carvalho, Silvana Sá
de – Orientadora III. Título.

CDU 711.4(813.8)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

TERMO DE APROVAÇÃO

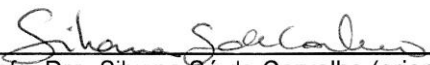
JOSEMARE PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO

**“MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS E TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO NO
RECÔNCAVO SUL DA BAHIA/BRASIL (1970- 2016): O PAPEL DE SANTO ANTÔNIO DE
JESUS E DE CRUZ DAS ALMAS”**

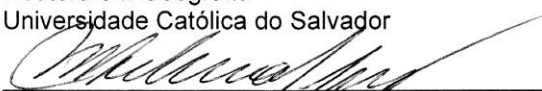
Tese aprovada como requisito final para obtenção do grau de Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 25 de agosto de 2017


Banca Examinadora:



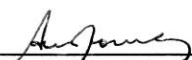
Prof. Dra. Silvana Sá de Carvalho (orientadora)
Doutora em Geografia
Universidade Católica do Salvador



Prof. Dra. Maria Helena Matue Ochi Flexor
Doutora em História Social
Universidade Católica do Salvador



Prof. Dra. Aparecida Netto Teixeira
Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas
Universidade Católica do Salvador



Prof. Dr. Antônio Angelo Martins da Fonseca
Doutor em Geografia
Universidade Federal da Bahia



Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira
Doutor em Geografia
Universidade Federal da Bahia

À minha família, fonte de toda
minha força e coragem para
prosseguir na luta.

AGRADECIMENTOS

A empreitada de construção desta tese não foi fácil. Foram muitos percalços, adversidades, dificuldades, problemas que, muitas vezes, forçaram desvio de rota. No entanto, esta empreitada foi também muito desejada e só concretizada graças a uma conjunção de forças, as quais agora agradeço.

Na base de tudo esteve sempre a força de Deus e dos Orixás, entes de luz, que me deram a coragem necessária para seguir em frente.

A força da minha família foi dada com muito amor, pela minha mãe, meus irmãos, pelo meu esposo, minhas filhas e meu neto, base sólida para superar os desafios postos ao longo desse caminho.

A minha orientadora, Professora Dra. Barbara-Christine Marie Nentwig Silva, agradeço pelas forças diretas e indiretas. Diretamente, pois desde o mestrado, demonstrou confiança na minha capacidade de pesquisadora, mas, ao mesmo tempo, foi fundamental ao estabelecer marcas para a solidez da tese. De modo indireto, sentia-me fortalecida ao lembrar do exemplo de competência e disciplina da minha orientadora, a quem não queria decepcionar. Por isso, repito aqui o que já afirmei nos agradecimentos postos na minha dissertação de mestrado: “com a minha orientadora vivenciei que disciplina e compromisso são constructos fundamentais do sucesso, seja na vida profissional, seja na vida pessoal”. Muito obrigada!

A minha outra orientadora, igualmente importante, Professora Dra. Silvana Sá de Carvalho, agradeço pela acolhida em momento decisivo da construção desta tese.

Muito importante, também, foi a força do professor Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (*in memoriam*), dada através de sugestões e recomendações valiosas para demarcar o contorno da pesquisa e tornar mais claros os caminhos de construção desta tese.

Agradeço aos professores Dra. Maria Helena Matue Ochi Flexor, Dra. Aparecida Netto Teixeira, Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca e Dr. Gilberto Corso Pereira, pelas contribuições para efetiva qualificação da tese.

Agradeço a força emanada da torcida das amigas da FAMAM – Andréa Jaqueira da Silva Borges, Elizabete Rodrigues da Silva e Marly de Jesus.

Há muitas outras forças que não daria conta de nomear neste limitado espaço, mas que reconheço como sustentáculos desta construção.

Enfim, sou muito agradecida a todos que me deram força para chegar até aqui. Muito obrigada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Abordagem multiescalar do Recôncavo Sul aplicada ao objeto de estudo	21
Figura 2-	Zonas de influência comercial no Estado da Bahia - 2016	176

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Distribuição dos municípios da Bahia por intervalo de desenvolvimento, 2013	100
Gráfico 2-	Evolução anual do IFDM consolidado de Santo Antônio de Jesus-BA, 2005 a 2013	101
Gráfico 3-	Evolução anual do IFDM consolidado de Cruz das Almas-BA, 2005 a 2013	101
Gráfico 4-	Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal e áreas de desenvolvimento de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas-BA	102
Gráfico 5-	Origem das unidades comerciais de Santo Antônio de Jesus, 2016	117
Gráfico 6-	Participação dos setores de atividades econômicas no PIB de Santo Antônio de Jesus (R\$)- 2014	128
Gráfico 7-	Natureza dos serviços de saúde ofertados em Santo Antônio de Jesus (%)- 2016	131
Gráfico 8-	Natureza dos serviços de saúde ofertados em Cruz das Almas (%)- 2016	132
Gráfico 9-	Municípios de origem dos consumidores da feira livre de Santo Antônio de Jesus, 2014-2016	137
Gráfico 10-	Classe social dos frequentadores da feira livre de Santo Antônio de Jesus, 2016	139
Gráfico 11-	Municípios de origem dos consumidores da feira livre de Cruz das Almas, 2014-2016	143
Gráfico 12-	Municípios de origem dos professores da Faculdade Maria Milza - 2016	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	População total, por gênero, rural/urbana - Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, 2010	91
Tabela 2-	Evolução etária da população - Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, 2010	92
Tabela 3-	Longevidade, mortalidade e fecundidade- Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, 2010	93
Tabela 4-	Renda, pobreza e desigualdade - Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, 2010	94
Tabela 5-	Pessoas ocupadas por setor econômico nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas - 2015	94
Tabela 6-	Dez maiores IFDM do Estado da Bahia - 2011	97
Tabela 7-	Cidades baianas com melhor desenvolvimento segundo o IFDM 2015	97
Tabela 8-	PIB municipal- Valor adicionado, PIB e PIB <i>per capita</i> a preços correntes Bahia, 2014	99
Tabela 9-	Estrutura setorial dos valores adicionados, PIB municipal- Bahia, 2014	99
Tabela 10-	Índice FIRJAN de gestão fiscal de municípios selecionados, 2013	100
Tabela 11-	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal consolidado de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, 2013	100
Tabela 12-	Índice de performance socioeconômica dos municípios baianos- 2013	102
Tabela 13-	Estabelecimentos de saúde em Santo Antônio de Jesus, 2015	130
Tabela 14-	Estabelecimentos de saúde em Cruz das Almas, 2015	130
Tabela 15-	Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus entre as 10 maiores cidades do Estado da Bahia, com instituições de Ensino Superior por esfera administrativa-2015	148
Tabela 16-	Empregados ativos formais por circuitos da economia em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus- 2015	161
Tabela 17-	Efetivo de rebanhos (por cabeças) nos municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, 2010-2015	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Periodização e quadro analítico de referência do Recôncavo Sul da Bahia	28
Quadro 2-	Amostragem da pesquisa em Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas - BA	30
Quadro 3-	Parâmetros teórico-conceituais e metodológicos da pesquisa	32
Quadro 4-	Síntese das Teorias de Desenvolvimento Regional	52
Quadro 5-	Domínios, Regiões e Unidades geomorfológicas do Recôncavo Sul	65
Quadro 6-	Regiões Administrativas da Bahia -1966	79
Quadro 7-	Mesorregiões Econômicas da Bahia – 1990	81
Quadro 8-	Regiões de influência urbana da Bahia -1998	82
Quadro 9-	Mercado de trabalho- Cruz das Almas/BA, 2010	95
Quadro 10-	Mercado de trabalho – Santo Antônio de Jesus/BA, 2010	96
Quadro 11-	Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus no contexto das mesorregiões geográficas da Bahia -1990	104
Quadro 12-	Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus na regionalização dos eixos de desenvolvimento do PPA-2000-2003	106

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-	Localização do Recôncavo Sul da Bahia	19
Mapa 2-	Territórios de Identidade – Bahia, 2007	84
Mapa 3-	Localização de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus/BA	88
Mapa 4-	Localização de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas no TI Recôncavo do Estado da Bahia, 2007	103
Mapa 5-	Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas nas mesorregiões econômicas da Bahia – 1990	105
Mapa 6-	Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus no Plano Diretor de Regionalização da Saúde - 2011	107
Mapa 7-	Cruz das Almas na regionalização da EBDA - 2012	108
Mapa 8-	Áreas de influência de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas no Recôncavo Sul - 2016	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESAJ – Associação Comercial e Empresarial de Santo Antônio de Jesus

APA – Área de Proteção Ambiental

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CIRETRAN – Circunscrição Regional de Trânsito

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

DIREC – Diretoria Regional de Educação e Cultura

DIRES – Diretoria Regional de Saúde

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FACEMP – Faculdade de Ciências Empresariais

FACTAE – Faculdade de Ciência e Tecnologia Albert Einstein

FAMAM – Faculdade Maria Milza

FDA – Fundos de Desenvolvimento da Amazônia

FDN – Fundos de Desenvolvimento do Nordeste

FIEB _ Federação das Indústrias do Estado da Bahia

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBEVAR – Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo

IDEM – Índice de Desenvolvimento Municipal

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Instituição de Ensino Superior

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IFGF – Índice Firjan de Gestão Fiscal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NRE – Núcleo Regional de Educação

PEA – População Economicamente Ativa

PDR – Plano de Desenvolvimento Regional

PIB – Produto Interno Bruto

PLANDEB – Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia

PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Regional

PPA – Plano Plurianual

PROINCLUSÃO – Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia

PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão

SAJ – Santo Antônio de Jesus

SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio as Pequenas e Médias empresas

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

SINCOMSAJ – Sindicato do Comércio Varejista de Santo Antônio de Jesus

SSP – Secretaria de Segurança Pública

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial

SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento do Sul

TI – Território de Identidade

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

VAB – Valor agregado bruto

RESUMO

Este estudo insere-se no debate sobre o desenvolvimento regional e objetiva analisar como os principais processos políticos, econômicos e sociais, endógenos e exógenos, que sustentam a organização socioespacial recente dos núcleos mais dinâmicos do Recôncavo Sul da Bahia, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, têm impactado no desenvolvimento da região, no período compreendido entre 1970 e 2016. Partiu-se da premissa de que o Recôncavo Sul corresponde a uma região sob o comando integrado dessas duas cidades, constituindo um espaço peri-metropolitano, já que está bem articulado à Região Metropolitana de Salvador e à Região Metropolitana de Feira de Santana e isto tem determinado sua dinâmica recente e suas perspectivas de desenvolvimento. Em decorrência, há cinco objetivos integrados, que correspondem a avaliar o nível de centralidade e o papel regional de intermediação de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, caracterizando as escalas de abrangência dos fluxos que estabelece na ambiência regional; identificar a configuração atual dos vetores de expansão desses municípios, e as articulações entre tamanho demográfico, função e organização do espaço regional; caracterizar os sistemas produtivos e seus eixos estruturadores dos municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, identificando a capacidade real destes de oferecer bens e serviços, classificando-os quanto à complexidade, destacando suas potencialidades, riscos e forças para o desenvolvimento regional, identificar mecanismos das políticas estatais e da gestão privada a partir de bases territoriais e espaços tanto próprios, como exógenos, de planejamento, articulados com as esferas estadual e regional, e identificar transformações socioespaciais dos municípios pesquisados, apontando tendências e perspectivas para o desenvolvimento regional. Para atingir tais propósitos, o aporte teórico foi relativo a questões explicativas sobre região, desenvolvimento e desenvolvimento regional. A pesquisa baseou-se em análise documental e trabalho de campo. Foram coletados em documentos oficiais dos referidos municípios e do Estado dados que possibilitaram analisar a composição dos sistemas produtivos locais e regional. No trabalho de campo, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com agentes produtores da dinâmica socioespacial do contexto pesquisado. Dentre os principais resultados alcançados, se demonstrou que Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas assumem centralidade na construção do espaço regional recente do Recôncavo Sul, tendo como força principal o setor de comércio e serviços, fundado na articulação de fatores endógenos e exógenos, o que representa uma efetiva tendência de desenvolvimento para a região.

Palavras-chave: Recôncavo Sul. Organização socioespacial. Dinâmica regional. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This study is part of the debate on regional development and aims to analyze how the main political, economic and social processes, both endogenous and exogenous processes, support the recent socio-spatial organization of the most dynamic nuclei in Bahia RecôncavoSul - Cruz das Almas and Santo Antônio de Jesus - have impacted on the development of the region between 1970 and 2015. It was based on the premise that the South Reconcavo corresponds to a region under the integrated command of the above mentioned cities constituting a peri-metropolitan space, already which is well articulated to Salvador metropolitan region and Feira de Santana Metropolitan Region and it has determined its recent dynamics and its development prospects. As a result, there are four integrated objectives that correspond to evaluating Recôncavo Sul centrality level and the regional intermediation role, characterizing the coverage scales of the flows that establishes in the regional and state ambiances; to identify the current configuration of the region's expansion vectors, evaluating the influences of existing networks, mainly transport and communications, and the articulations between demographic size, function and organization of the regional space; to characterize the productive systems and their structuring axes of the municipalities of Cruz das Almas and Santo Antônio de Jesus, identifying their real capacity to offer goods and services, classifying them as to complexity, highlighting their potentialities, risks and strengths for regional development, and to identify mechanisms of state policies and private management from territorial bases and both endogenous and exogenous planning spaces, articulated with the state and national spheres. To achieve these objectives, the theoretical contribution came from was explanatory questions about region, development and regional development. The research was based on documentary analysis and field work. Official data of these municipalities and the state were collected, which allowed analyzing the composition of local and regional production systems. In the field work, questionnaires were applied and interviews were carried out with agents producing the socio-spatial dynamics of the researched context. Among the main results achieved, the study showed that Santo Antônio de Jesus and Cruz das Almas played a central role in the building of the recent regional area of the Recôncavo Sul, having as main force the commercial and service sector, based on the articulation of endogenous and exogenous factors, which represents an effective development trend for the region.

Keywords: Regional Development. Recôncavo Sul. Socio-spatial organization. Regional dynamics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	17
1.2	QUESTÕES E OBJETIVOS	22
1.3	ESTRUTURA METODOLÓGICA	24
1.4	ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	32
2	QUESTÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS	
2.1	ABORDAGENS CONCEITUAIS DE REGIÃO	34
2.2	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO	40
2.3	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	44
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL	52
3	RECÔNCAVO SUL: SÍNTESE TÊMPORO-ESPACIAL DA EVOLUÇÃO REGIONAL	
3.1	LOCALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DA REGIÃO	57
3.2	ASPECTOS FÍSICOS	64
3.3	ESTRUTURA DEMOGRÁFICA	66
3.4	ASPECTOS ECONÔMICOS	69
3.5	A REGIÃO NAS REGIONALIZAÇÕES DA BAHIA	77
4	CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS E CRUZ DAS ALMAS	
4.1	LOCALIZAÇÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA	88
4.2	ESTRUTURA DEMOGRÁFICA	91
4.3	SANTO ANTÔNIO DE JESUS E CRUZ DAS ALMAS NAS REGIONALIZAÇÕES DA BAHIA	103
4.4	ASPECTOS ECONÔMICOS	108
4.4.1	Indústria	108
4.4.2	Comércio	116
4.4.3	Serviços	127
4.4.4	Feira livre	135
5	SANTO ANTÔNIO DE JESUS E CRUZ DAS ALMAS: NOVOS CONTEÚDOS E TRANSFORMAÇÕES EM CURSO	
5.1	EVOLUÇÃO FUNCIONAL NO CONTEXTO REGIONAL	145
5.2	NÍVEL DE RELAÇÃO, INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO FUNCIONAL ENTRE OS MUNICÍPIOS	153
5.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	158
5.4	INVESTIMENTOS PRIVADOS E A DINÂMICA ECONÔMICA	159

6	TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA A REORGANIZAÇÃO REGIONAL DO RECÔNCAVO SUL A PARTIR DAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS E CRUZ DAS ALMAS	
6.1	POTENCIALIZAÇÃO DOS RECURSOS DE CONHECIMENTO	167
6.2	POTENCIALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	169
6.3	INTEGRAÇÃO REGIONAL: O (NOVO) PAPEL DE CRUZ DAS ALMAS E SANTO ANTÔNIO DE JESUS	173
6.3.1	Fortalecimento do comércio, dos serviços e da indústria	173
6.3.2	O Estado como indutor do desenvolvimento das forças produtivas	177
6.3.3	Estreitamento das relações econômicas entre os municípios	179
6.3.4	Planejamento territorial para os rebatimentos de fatores exógenos: a ponte Salvador-Itaparica e o funcionamento do Estaleiro Enseada do Paraguaçu	181
7	CONCLUSÕES	185
	REFERÊNCIAS	193
	APÊNDICES	203

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema e construção do objeto de investigação

A atual realidade econômica do Brasil tem apresentado desafios significativos à retomada do crescimento econômico e à manutenção e efetividade das políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento brasileiro. Destacadamente, os primeiros dezesseis anos do século XXI, caracterizaram-se por salientar a ênfase em políticas públicas dedicadas a redução das disparidades sociais e econômicas brasileiras, especialmente os programas sociais de redistribuição de renda. Apesar de ser meritória a prioridade estabelecida para o debate concernente ao enfrentamento das causas e consequências desta realidade, as assimetrias nacionais se impõem, continuando a desvelar graves e gritantes desigualdades entre as regiões do país.

É deste tema que trata esta tese, o desenvolvimento, destacadamente o desenvolvimento regional, aqui entendido como uma questão emergente, no cenário socioespacial brasileiro, face às disparidades inter-regionais, que ainda persistem no país e que resultam de processos da sua organização espacial, oriundas de práticas colonialistas, que foram assumindo novas formas no decorrer do tempo. Uma análise do processo de crescimento econômico do Brasil no século XX, por exemplo, revela que este ocorreu com profundas desigualdades regionais, marcado pela concentração das atividades econômicas em determinadas regiões, com reflexos bastante efetivos na atualidade. Tal quadro foi replicado em muitos estados do Brasil, como é o caso da Bahia. Na Bahia, a conjuntura regional demonstra um grande desnível entre o crescimento/desenvolvimento de suas regiões, o que, de modo amplo, gera a necessidade de estudos e pesquisas voltados para o tema.

Contudo, observa-se um esforço de diferentes agentes e naturezas sobre as perspectivas, forças e poderes sobre os meios para, ao menos, reduzir essas disparidades, no que se inclui a produção acadêmica, como esta tese, que visa contribuir, a partir dos seus achados, com essa questão. De todo modo, o debate está posto, engendrando a arena de discussões e investigação sobre o desenvolvimento regional e as formas de gestão a ele correspondente.

O estudo ora apresentado se insere na linha de pesquisa Territorialidade e Planejamento Urbano e Regional, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), e se constitui numa continuidade dos estudos da autora no seu Mestrado, em 2009, quando analisou o

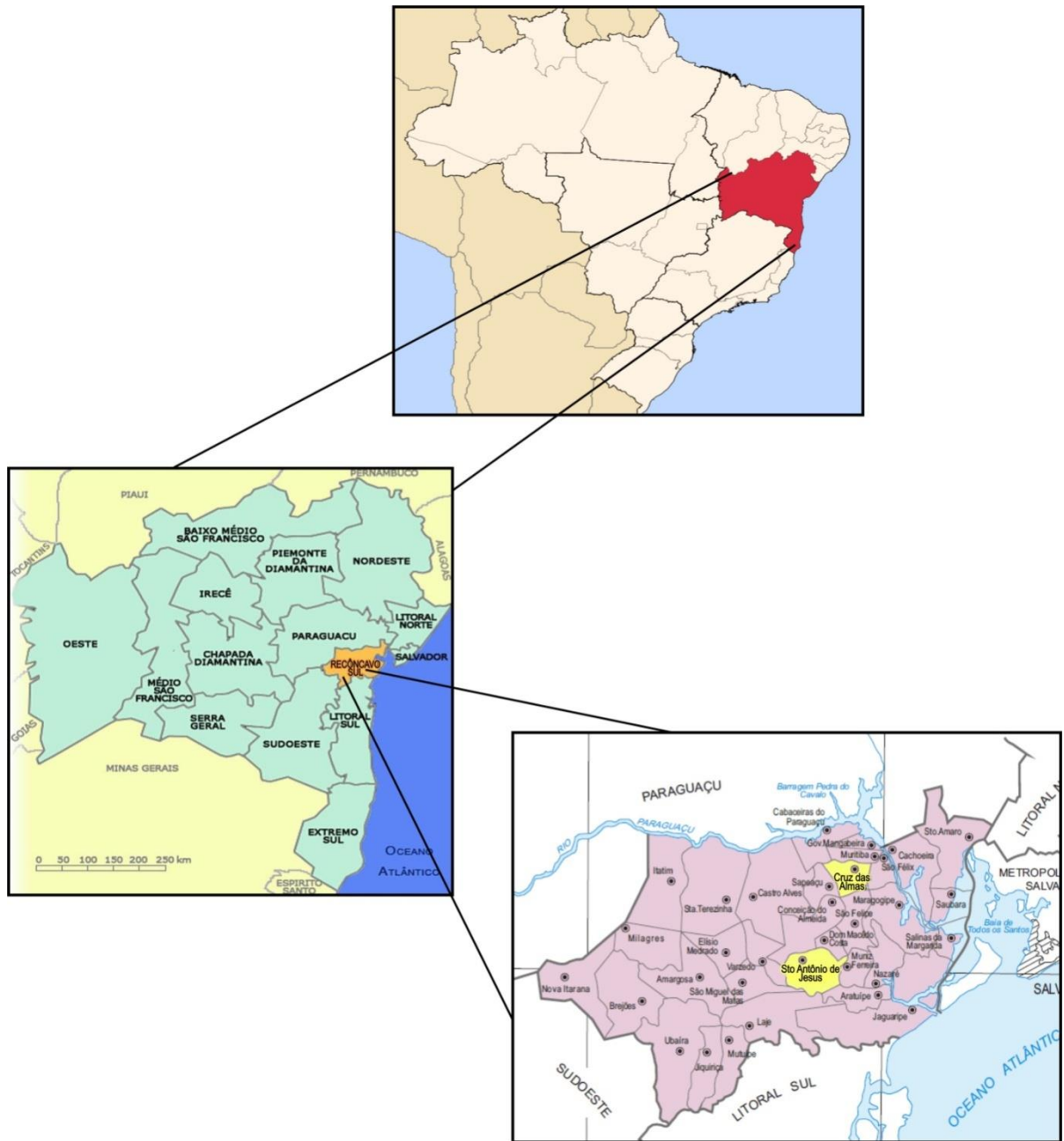
processo de territorialização do desenvolvimento do município do Recôncavo Sul, Maragogipe, na perspectiva do turismo (PINHEIRO, 2009).

Amplia agora o tema para investigar não apenas o desenvolvimento de um município, mas de dois municípios do Recôncavo Sul, intentando compreender processos socioespaciais recentes que têm impactado diretamente sobre um novo desenho da região. Partindo dessa premissa é que se delineou o roteiro da pesquisa, tendo por base que os problemas históricos que comportam toda a região do Recôncavo Sul estão imbricados em uma estrutura de desequilíbrio e desigualdades regionais. Isso, sem dúvida, tornou o Recôncavo Sul um dos espaços mais problemáticos da Bahia e, em consequência, um espaço privilegiado para equívocos, incompreensões e, principalmente, para a implementação e desenvolvimento de políticas que, se não foram inócuas, provocaram efeitos contrários aos objetivos declarados.

Em face do cenário apresentado, a abordagem que aqui se faz sobre o Recôncavo Baiano restringe-se à sua porção Sul, e circunscreve-se ao período compreendido entre a década de 1970 e o ano de 2016, considerando que se trata de um período ainda pouco trabalhado do ponto de vista da produção científica e da realidade concreta da região.

O Recôncavo Sul (Mapa 1) é uma das 15 regiões econômicas da Bahia, delimitadas, para fins de planejamento e gestão governamental, na década de 1990, assim composta: RE 01 – Metropolitana de Salvador; RE 02 – Litoral Norte; RE 03 – Recôncavo Sul; RE 04 – Litoral Sul; RE 05 – Estremo Sul; RE 06 – Nordeste; RE 07 – Paraguaçu; RE 08 – Sudeste; RE 09 – Baixo Médio São Francisco; RE 10 – Piemonte Diamantina; RE 11 – Irecê; RE 12 – Chapada Diamantina; RE 13 – Serra Geral; RE 14 – Médio São Francisco e RE 15 – Oeste.

Mapa 1- Localização do Recôncavo Sul da Bahia



Fonte: IBGE 2010, adaptado por PINHEIRO, 2015

O Recôncavo Sul, uma das portas de acesso dos portugueses quando do descobrimento do Brasil, tendo herdado em face dessa circunstância um complexo urbano secular de rara importância no contexto nacional, reúne 33 municípios, totalizando 10.662 km, 1,88% da superfície do Estado da Bahia (564.692,67 km), e compreende a área geográfica do entorno da Baía de Todos os Santos, maior baía e mais importante ponto de referência da costa brasileira, que abriga outras pequenas baías, enseadas, lagamares, praias, ilhas, como também recebe as águas de inúmeros rios.

Esta região viveu, nos últimos tempos, uma forte decadência, pelo efeito conjunto de vários fatores. Em primeiro lugar, uma herança social, fundada no escravismo e na grande propriedade monocultora, que lhe deixou uma estrutura muito rígida e estéril; em segundo, uma industrialização altamente concentrada e especializada – petróleo e derivados – totalmente despojada por programas de reestruturação regional e de valorização social; e, por fim, determinações de mercado e uma política governamental que desviaram da região as melhores opções de articulação desta com o resto do país. Como consequência, foi gerado um quadro de profunda depressão socioeconômica, agravado pela falta de dinâmica das atividades locais.

Há uma forte tendência historiográfica a destacar dois grandes momentos sobre a região: 1º) quando da formação histórico-econômica do país, quando a região foi um núcleo fundante para a história e dinâmica do povo brasileiro e, 2º) a confirmação da decadência da região no início da década de 1990, em razão do declínio da produção fumageira, que até então era o sustentáculo socioeconômico da região. Para além desta perspectiva, a tentativa que aqui se delineia é traçar as condições objetivas nos campos político, econômico e social, que conferem na atualidade ao Recôncavo Sul uma organização socioespacial, e que caracteriza o nível de relações e articulação com a ambiência estadual.

No contexto em que essas mudanças ocorrem, então, a região se redefine em termos de forma e conteúdo, paisagem e significado, assumindo novas formas de articulação, quase sempre com ampliação das escalas segundo as quais as relações espaciais se estabelecem. A observação e entendimento desse contexto na dinâmica recente do Recôncavo Sul é o propósito deste estudo, tendo por base um conjunto de alterações que tem sido observadas desde a década de 1970, tanto no plano interno, quanto relativas às escalas de abrangência regional e estadual, uma vez que uma análise apenas da dinâmica interna, sem considerar as concretas interações espaciais, não revelaria a dinâmica regional, considerada como resultante de processos multiescalares e multifacetados. Tais mudanças são pautadas nas dinâmicas socioespaciais dos principais municípios da região, considerando-se o tamanho demográfico e

o conjunto de papéis regionais que desempenham, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, que vêm apresentando elevados índices de crescimento e uma nova configuração dos fluxos que estabelece com outros municípios, maiores e menores que eles, assumindo importância como núcleos reestruturadores da dinâmica regional do Recôncavo Sul.

A escala deste estudo é a regional, em que a região não é um dado da natureza, mas um recorte espacial carregado de intencionalidades. Por esta razão, a opção foi a de retomar o Recôncavo Sul entendendo a sua dinâmica como resultante da inter-relação de fatores multilocalizados, como se observa na Figura 1.

Figura 1- Abordagem multiescalar do Recôncavo Sul aplicada ao objeto de estudo



Elaboração: PINHEIRO, 2015

Tem-se como norteadora a perspectiva de que “uma determinada escala de análise é um sistema de análise dentro de um sistema de escalas”¹. Mesmo tendo uma escala para análise, esta deve ser articulada às demais existentes, considerando que é na interseção escalar que se produzem eixos de regulação dos fenômenos políticos, econômicos e sociais. Nesta

¹Nota de aula da disciplina Estudos Avançados sobre Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, ministrada pelo Profº Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, em 28 abril de 2014, na Turma 2013 do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador.

proposição tem-se a região como foco, partindo da tese de que o Recôncavo Sul, está sob o comando integrado de duas cidades, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, constituindo-se num espaço peri-metropolitano, articulado à Região Metropolitana de Salvador e à Região Metropolitana de Feira de Santana, o que tem determinado sua dinâmica recente e suas perspectivas de desenvolvimento. Deste contexto é que foram demandadas as questões e objetivos da pesquisa.

1.2 Questões e Objetivos

A pergunta central desta tese é: Como as transformações recentes nas relações econômicas, políticas e sociais dos principais núcleos, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, têm impactado na organização e nas tendências de desenvolvimento do Recôncavo Sul da Bahia (1970-2016)? A esta questão foram levantadas outras subjacentes:

Questões norteadoras

- 1 Qual o nível de centralidade de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas e como se integram no contexto regional?
- 2 Quais e como se configuram os vetores de expansão de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, e as articulações entre tamanho demográfico, função e organização do espaço regional?
- 3 Como se organizam os sistemas produtivos de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas e quais as potencialidades, riscos e forças para o desenvolvimento regional?
- 4 De que maneira e em que condições as políticas estatais e os agentes privados, interagem nos processos de reorganização espacial desses municípios?
- 5 Quais as efetivas transformações socioespaciais dos municípios pesquisados e como a partir delas apontar tendências para o desenvolvimento regional?

Objetivos

Geral

- Analisar como as transformações políticas, econômicas e sociais que sustentam a organização socioespacial recente dos núcleos mais dinâmicos do Recôncavo Sul da

Bahia, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, têm impactado na organização e nas tendências de desenvolvimento da região no período compreendido entre 1970 e 2016.

Específicos

- Avaliar o nível de centralidade e o papel regional de intermediações de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, caracterizando as escalas de abrangência dos fluxos que estabelece na ambiência regional;
- Identificar a configuração atual dos vetores de expansão de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, e as articulações entre tamanho demográfico, função e organização do espaço regional;
- Caracterizar os sistemas produtivos e seus eixos estruturadores dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, identificando a capacidade real destes de oferecer bens e serviços, classificando-os quanto à complexidade, destacando suas potencialidades, riscos e forças para o desenvolvimento regional;
- Identificar mecanismos das políticas estatais e da gestão privada a partir de bases territoriais e espaços tanto próprios quanto exógenos de planejamento, articulados com as esferas estadual e nacional;
- Identificar transformações socioespaciais recentes dos municípios pesquisados e a partir delas apontar tendências para o desenvolvimento regional.

Tendo por base esses objetivos, o interesse em explicar o processo de organização socioespacial recente do Recôncavo Sul, a partir dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, advém da observação empírica da dinamização desses espaços e também pela escassez de estudos e pesquisas que dêem conta de problematizar esta realidade em construção no Recôncavo Sul, uma vez que as análises muito tem-se centrado na descrição/explicação da desagregação econômica da região em tempos pretéritos.

Destaca-se também a relevância da pesquisa, por se constituir em mais um contributo para os estudos, pesquisas e escritos² sobre a região, que não se assemelham ao proposto nesta pesquisa, haja vista que tratam, central e parcialmente:

- da reestruturação produtiva de um de seus municípios;

²Levantamento realizado no ano de 2016 nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia, em Desenvolvimento Regional e Urbano, da Universidade Salvador e, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador, e, de modo amplo, no Banco de Teses da Capes.

- de aspectos históricos e culturais do Recôncavo, na perspectiva da formação socioespacial e da identidade regional;
- de estratégias e práticas possíveis de desenvolvimento para a região, com ênfase em APL (arranjos produtivos locais);
- de economia urbana em municípios selecionados do Recôncavo Sul;
- de estrutura urbana gerada a partir de inovações e instituições em espaços selecionados;
- do potencial de atratividade turística do Recôncavo Sul;
- de políticas públicas regionais.

Na tentativa de oferecer as condições de compreensão do contexto e agregar maior conhecimento, o estudo apresenta relevância em vários sentidos. Em primeiro lugar, permitirá reconhecer a dinâmica regional do Recôncavo Sul a partir da compreensão das intencionalidades envolvidas na produção deste espaço em outras óticas, além da expansão territorial apenas. Possibilitará, através do entrelace de dados oficiais com as opiniões e impressões dos sujeitos que vivem nestes municípios, tecer uma análise da construção do espaço regional recente do Recôncavo Sul associada a uma ótica social dos sujeitos que nele vivem, produzem, trabalham, buscando desconstruir as inúmeras permanências acerca do espaço, que vigoram cristalizadas num outro fator fundamental dessa equação: o tempo, e ainda possibilitará a construção de um acervo de informações socioeconômicas sobre o Recôncavo Sul, que forneçam os elementos para a compreensão das formas e alternativas para o desenvolvimento. Visando subsidiar o alcance efetivo dessas questões colocadas, foi traçado um percurso metodológico que segue descrito.

1.3 Estrutura metodológica

Inicialmente, houve a percepção fundante de que nos estudos da problemática regional brasileira, de um modo geral, há uma tradição de historicização com base na dinâmica apenas da economia, na qual a regionalização tende a aparecer unicamente como expressão dos desequilíbrios e desigualdades regionais, decorrentes da dinâmica do desenvolvimento capitalista no Brasil. Neste contexto, existe uma organização espacial simplificada polarizada: de um lado, os centros dinâmicos da economia, e de outro lado, os espaços de baixo dinamismo, quase sempre em estagnação, como sendo uma ordem naturalmente dada.

Para Brandão (2011), a tradição dessa área de estudos é se concentrar no aspecto da localização das atividades econômicas em um espaço dado, apenas. Afirma ainda o autor que “parte-se da desigual disposição dos fatores de produção e da dotação dos recursos econômicos, a fim de demonstrar que a racionalidade dos agentes acaba vencendo essas fricções espaciais”. Assim, segue ele, tudo se transformaria em uma questão de distribuição locacional apenas, desconsiderando o contexto institucional e o ambiente construído por forças sociais e políticas (BRANDÃO, 2011, p. 304).

Não se pode negar que o padrão socioespacial da regionalização e do desenvolvimento regional brasileiro foi condicionado pelos processos de concentração / desconcentração e integração / fragmentação de áreas. Com amparo em tal perspectiva, parece que sempre preponderou a ideia de incapacidade do recorte regional dar conta de especificidades, de processos internos, que coloquem em movimento a sua dinâmica territorial. Um reforço a essa questão foi dado por grande parte dos estudos sobre os espaços regionais que, apoiados em indicadores econômicos, quase que exclusivamente, pouco incluíam dados sociais, do que resultava o dimensionamento do contraste entre as diversas regiões do território nacional. Abordadas sob o ângulo dos dados estatísticos agregados, as regiões apareciam como homogêneas, indiferenciadas internamente, dotadas de pouca ou irrelevante complexidade interna. Assim, a configuração regional do desenvolvimento veio sendo caracterizada pelo confronto estatístico entre a periferia e o centro, com primazia do enfoque quantitativo.

A nova dinâmica regional, no entanto, com todas as suas nuances, impõe compreender o fenômeno regional em sua complexidade, nas suas especificidades e articulações com as diversas escalas territoriais. Conforme Brandão (2011, p. 304), “os estudos dos processos de desenvolvimento em sua dimensão regional devem se concentrar na análise dos agentes cruciais e seus efeitos de dominação (como em François Perroux e Celso Furtado), buscando entender, orientar e ordenar processos complexos”. Ainda para este autor, importante se faz analisar o grau de endogeneização das ações praticadas na região, considerando os ritmos diferenciados dos processos econômicos, os nexos de complementaridade intersetoriais, a demanda de insumos e ainda outros elementos da produção que circula entre os ramos produtivos. Neste sentido,

os espaços regionais são resultantes da operação de diferenciação social e de especialização e diversificação material e da sociedade. Os estudos devem investigar a base operativa, ou seja, o lócus espacial em que se concretizam tais processos e analisar os centros de decisão e os sujeitos históricos determinantes destes. (BRANDÃO, 2011, p. 306).

À compreensão desta realidade, pareceu possível chegar a partir de um estudo de caso, o caso da região do Recôncavo Sul da Bahia. O estudo de caso possibilita ao pesquisador aprofundar estudo sobre um tema determinado em um tempo limitado, além de requerer uma aproximação cientificamente planejada, uma identificação de variáveis e uma análise de como se inter-relacionam entre si, como também permite ao pesquisador trabalhar no tema que é de seu real interesse.

Basicamente, o chamado “estudo de caso” trata-se de “[...] investigação de inferências válidas a partir de eventos que se encontram fora dos limites do laboratório, ao mesmo tempo em que mantém os objetivos do conhecimento compartilhado com a ciência laboratorial” (YIN, 2002, p. 23). A questão fundamental do estudo de caso é “[...] que a pesquisa empírica avança somente quando vem acompanhada pelo pensamento lógico, e não quando é tratada como esforço mecanicista” (YIN, 2002, p.31).

Adotou-se nesta pesquisa o estudo de caso porque representa, conforme Yin (2002, p. 35), “[...] a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “porquê”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos [...], tais como estudos organizacionais e gerenciais, econômicos, mudanças históricas, etc.”

Houve uma preocupação subjacente com a escolha do estudo de caso, qual seja a de fornecer pouca base para se fazer uma generalização científica, isto é, generalizar a partir de um caso único, o que chega a ser apontado como uma de suas desvantagens: não permitir a generalização dos dados obtidos. Todavia, é aqui admitido, conforme Yin (2002), que o estudo de caso, da mesma forma que experimentos, é generalizável a propósitos teóricos e não a populações ou universos. O objetivo aqui é se [...] fazer uma análise “generalizante” e não “particularizante” (YIN, 2002, p. 43).

Então, ter a região como objeto de análise implicou considerar dois eixos: o das relações espaço-temporais e o da dimensão social do espaço. Isto exigiu, para compreender a região do Recôncavo Sul da Bahia com seus processos internos e também relações inter-escalares, considerar, para além de aspectos, questões e dados estatísticos e comparativos, a análise qualitativa, que incorpora discursos, representações e práticas socioculturais, que constituem elementos fundantes da dinâmica regional. Significa dizer que o foco desta pesquisa esteve sempre em capturar a realidade estudada a partir do entendimento das decisões de sujeitos concretos, histórica e espacialmente constituídos, evidenciando tanto projetos em disputa como concertações e coalizões que resultam em determinadas conjunturas socioespaciais.

O conjunto de informações e conhecimentos trabalhados, bem como as relações identificadas em suas principais dimensões, recomendou a utilização de métodos de pesquisa qualitativo e quantitativo. Esta pesquisa não se ocupou da concorrência pela eficácia interpretativa e objetiva de um e outro método. Pelo contrário, reconhece a especificidade de cada um e, fundamentalmente, os articula ao corpo teórico que informa a análise do objeto de estudo em questão, qual seja, a região do Recôncavo Sul da Bahia.

Em consonância com o pensamento de Minayo (2014), a prática metodológica desta pesquisa põe em diálogo as perspectivas qualitativa e quantitativa, observando que: não há contradição entre as duas abordagens, mas ambas são de naturezas diferentes; enquanto a abordagem quantitativa busca dados, indicadores e tendências observáveis, a qualitativa procura aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares de grupos mais ou menos delimitados; nenhuma das duas é mais científica do que a outra; as duas possuem limites e potencialidades para se pesquisar a realidade social; ambas são necessárias e, as vezes, insuficientes para dar conta da realidade observada, e, entre elas, pode-se pensar uma complementaridade, fazendo com que um estudo quantitativo possa produzir questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa.

Deste modo, para conhecer o que aqui se classifica como dinâmica socioespacial recente do Recôncavo Sul, o movimento de redistribuições e redefinições de agentes, atividades, circuitos e funções, fez-se uso da investigação qualitativa para sua identificação e do contexto concreto em que elas se estabelecem. Por outro lado, a configuração desse quadro permitiu a seleção de algumas características que organizadas de modo sistemático, puderam ser tratadas quantitativamente.

Visando reconhecer o papel de intermediação de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas no âmbito regional e o seu decorrente nível de centralidade, recorreu-se aos estudos de órgãos e institutos públicos (SEI, SEPLAN, IBGE) referentes aos municípios da Bahia. Também foram analisados estudos teóricos e técnicos relativos à regionalização e políticas regionais brasileiras e baianas, com o intuito de perceber de que modo esses municípios e o Recôncavo Sul se integram e interagem com as demais regiões da Bahia, no plano estadual.

Com vistas a identificar e caracterizar histórico-espacialmente os traços representacionais, práticos e valorativos das transformações socioespaciais ocorridas em Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas que resultam em novas formas e conteúdos para a região do Recôncavo Sul, ocorreu o levantamento de dados documentais pretéritos sobre a configuração espacial dos municípios a partir de censos demográficos do IBGE e de anuários estatísticos da SEI/BA.

Tomou-se como marcos temporais a década de 1970, quando da implantação da BR 101, o início da década de 1990, quando ocorreu o fechamento definitivo de grandes fábricas de charutos em Cruz das Almas, até então principais sustentáculos socioeconômicos da região e, os anos 2000, quando a instalação de Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, e o crescimento do setor de comércio e serviços, trouxe para os municípios uma população fixa e flutuante, que imprimiram uma nova dinâmica à realidade socioespacial. Para cada um desses períodos, havia uma determinada conformação, entre as ações do Estado e as políticas públicas correspondentes para a Bahia, como posto no Quadro 1.

Quadro 1 - Periodização e quadro analítico de referência do Recôncavo Sul da Bahia
(continua)

PERIODIZAÇÃO	MODELOS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO	PROPOSIÇÕES POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (BAHIA)	MARCOS NA DINÂMICA DO RECÔNCAVO SUL
Década de 1970	Desenvolvimentista	Apoio à formação de pólos de crescimento	Implantação da BR 101
Década de 1990	Neoliberal	Reforço ao capital social e ao desenvolvimento endógeno; atração de investimentos por meio da concessão de incentivos fiscais estaduais; propostas de fortalecimento de arranjos produtivos locais	Fechamento das fábricas de charutos em Cruz das Almas, São Félix, Muritiba e Maragogipe
A partir da década de 2000	Regulacionista e mobilizador		Instalação de Instituições de Ensino Superior e expansão dos setores de comércio e serviços em Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas

Elaboração: PINHEIRO, 2015

De modo complementar, foi feito levantamento dos bens, serviços e equipamentos públicos e privados, destacadamente, nos municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, buscando identificar o grau de complexidade de suas funções. A partir da composição de variáveis, que expressam identidade dos fluxos/da demanda, pode-se conhecer o alcance espacial da área de influência dos referidos municípios, considerados novos eixos estruturadores da recente dinâmica regional do Recôncavo Sul.

As variáveis a seguir relacionadas foram classificadas segundo indicadores de diversificação da oferta, de inovação tecnológica e de atração populacional: a) Saúde, com a indicação do nível de complexidade do atendimento público e privado disponível e o tamanho do setor, medido pelo volume do atendimento realizado; b) Educação, com referência ao número de estabelecimentos escolares nos diferentes níveis de ensino, total de matriculados, e no caso do Ensino Superior, tipos, quantidade de cursos e áreas abrangidas; c) Comércio e Serviços, revelando o total de classes, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Esses dados foram coletados em documentos oficiais organizados em plataformas virtuais e, também, através de pesquisa de campo, com aplicação de questionários e realização de entrevistas (ver apêndice) e levantamentos feitos em diferentes locais/setores, públicos e privados, que prestam serviços de saúde, educação, bem como comércio e serviços (Quadro 2). Especificamente, na coleta de dados em todas essas variáveis, pretendeu-se buscar a procedência e a frequência das pessoas que procuram pelos bens, serviços e equipamentos, o que deu condições de traçar um diagnóstico da centralidade dos municípios em questão. Esta coleta foi realizada entre os meses de junho de 2014 a junho de 2016.

Quadro 2 – Amostragem da pesquisa em Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas - Bahia

Locais pesquisados	Tipos pesquisados em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus	Questionários aplicados		Entrevistas realizadas	
		Cruz das Almas	Santo Antônio de Jesus	Cruz das Almas	Santo Antônio de Jesus
Pontos centrais de transporte alternativo	Usuários	300	300	-	-
	Gestores das cooperativas e motoristas	50 motoristas	70 motoristas	1 gestor	2 gestores
Rodoviárias	Usuários	300	300	-	-
	Empresas de transporte	-	-	05	05
Unidades de Saúde (Clínicas, Hospitais e Laboratórios)	Usuários	300	400	-	-
	Gestores	-	-	08	17
Faculdades e Universidades	Estudantes	140	210	-	-
	Professores e Funcionários	70	70	-	-
Unidades industriais	Empregados	30	54	-	-
	Gestores	-	-	05	10
Unidades comerciais e de serviços	Empregados	50	80	-	-
	Usuários	400	400	-	-
	Proprietários / gestores	-	-	15	30
Feira livre	Usuários/Consumidores	500	731	-	-
	Feirantes	20	57	10	20
TOTAL		2.760	2.772	44	84

TOTAL GERAL: Santo Antônio de Jesus – 2.856 e Cruz das Almas – 2.804

Fonte: Pesquisa de campo realizada de junho de 2014 a junho de 2016.

Quanto aos modelos de gestão e aplicação de políticas, enquanto instrumentos de desenvolvimento, buscou-se caracterizar o debate acerca do modelo de gestão em bases territoriais e a redefinição das ações políticas tendo a escala geográfica regional, estrategicamente, como espaço social fundante da intervenção institucional para o desenvolvimento. A análise da gestão dos municípios se deu em duas perspectivas: pública e privada, centrada na crescente territorialização das intervenções. Foram identificadas políticas públicas e privadas setoriais territorializadas, com articulação com as esferas estadual e nacional, como programas nos domínios da educação, ciência e tecnologia - e políticas públicas e privadas construídas a partir de bases territoriais e espaços próprios de planejamento – como os projetos orientados para os sistemas produtivos locais. Para tal, foram analisados documentos, programas e projetos institucionais, oficiais e privados, bem como deveriam ocorrer entrevistas com gestores dos níveis destacados.

Havia o propósito inicial de obter a visão dos gestores públicos e privados sobre estas questões, por meio de entrevistas abertas semi-estruturadas, o que possibilitaria obter, sistematizar e analisar o que poderia ser considerada a visão de dentro da gestão pública e privada, sobre o desenvolvimento regional. Todavia, inúmeras tentativas de encontros foram feitas sem sucesso, sob a alegação de que, de modo geral, os dados pretendidos, no caso da gestão pública, estão já expostos por diferentes meios e formas – a partir de instrumentos *online*, por exemplo - e, no âmbito privado, foi justificado que, aqueles dados que podem se tornar públicos, já o são por várias formas, principalmente pelas plataformas digitais. Avalia-se aqui que tais atitudes podem ser explicadas por uma desconfiança generalizada que acomete o campo da gestão em tempos de crise política, como a que tem caracterizado o país. Assim, o conhecimento e análise dos macroprocessos que compõem o que aqui se denominou, ciclos de gestão pública e privada nos municípios, fez-se através de dados publicados em documentos oficiais dos dois níveis e entrevistas com membros do grupo gestor, mas não com os gestores aqui chamados de máximos, neste caso, prefeitos municipais e presidentes de empresas/indústrias.

A partir da triangulação dos dados, foi possível revelar as mediações e as formas concretas em que se processam as transformações sociais, políticas e, sobretudo, econômicas, que o conduzem a uma nova dinâmica e realidade socioespacial, cujas bases teórico-metodológicas estão resumidamente esquematizadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Parâmetros teórico-conceituais e metodológicos da pesquisa

DOMÍNIO TEÓRICO-CONCEITUAL	DOMÍNIO METODOLÓGICO / ELABORAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE
<p style="text-align: center;">Região</p> <p style="text-align: center;">Desenvolvimento e Crescimento</p> <p style="text-align: center;">Desenvolvimento Regional</p>	<p>Demarcação de períodos de investigação</p> <p>Estabelecimento de categorias e recortes analíticos</p> <p>Estudo de caso (pesquisa qualitativa - quantitativa)</p> <p>Seleção de fontes documentais</p> <p>Roteirização de entrevistas semi-estruturadas e questionários</p> <p>Ordenamento de dados secundários</p>

Elaboração: PINHEIRO, 2015

A partir do exposto, foi possível organizar o texto da tese, de modo capitular, como segue.

1.4 Organização dos capítulos

Na **Introdução**, apresenta-se o campo temático no qual se insere o objeto de estudo, delimitando o problema da pesquisa. São também expostos os objetivos da tese. Incluem-se ainda as questões norteadoras, as justificativas e o delineamento metodológico, enfatizando a inter-relação de abordagens de pesquisa, que possibilitou o trato científico do objeto de estudo.

O capítulo 2, intitulado **Questões teórico-conceituais**, faz a articulação entre o lastro teórico da pesquisa, constituído das concepções conceituais de região, crescimento, desenvolvimento e o contexto contemporâneo das políticas de desenvolvimento regional do Brasil. O propósito fundamental foi revelar as questões e

conceitos balizadores do entendimento do Recôncavo Sul, enquanto efetivamente uma região, e dos processos geradores de seu crescimento e desenvolvimento, bem como da sua inserção em políticas públicas de desenvolvimento regional

No capítulo 3, **Recôncavo Sul: síntese têmporo - espacial da evolução regional**, faz-se um levantamento da formação histórico-regional do Recôncavo Sul, problematizando a existência de vários recôncavos, face à diversidade de feições socioespaciais, que têm caracterizado essa região. Introduce, ainda, questões que permitem entender os processos que engendraram a constituição, expansão e consolidação de seu território, assim como as principais características da estrutura produtiva.

O capítulo 4, **Configuração socioespacial de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus**, apresenta os processos históricos de construção territorial desses espaços, discutindo aspectos sociodemográficos e econômicos, que lhe têm conferido posição central na região.

No capítulo 5, **Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas: novos conteúdos, e transformações em curso**, são apresentadas as transformações recentes nas relações econômicas, produtivas, políticas, institucionais e sociais e seus impactos na reestruturação regional, considerando-se as dimensões do desenvolvimento e da organização territorial.

O capítulo 6, **Tendências e perspectivas para a reorganização regional do Recôncavo Sula partir das dinâmicas socioespaciais de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus**, apresenta um conjunto de questões potenciais para o desenvolvimento da região do Recôncavo Sul, tendo por base condições que objetivamente já existem no contexto municipal.

Nas **Considerações Finais**, faz-se uma análise do alcance dos objetivos propostos e apresenta-se uma reflexão sobre o conhecimento construído a partir dos fragmentos de áreas, tópicos e teorias que envolvem a produção do conhecimento sobre o Recôncavo Sul da Bahia. Apresenta, ainda, possíveis recomendações e explicações e explicita as limitações de uma investigação desta natureza.

2 QUESTÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

O propósito deste capítulo é caracterizar as unidades explicativas fundamentais constitutivas da leitura e análise do objeto de estudo. Busca-se clarificar as abordagens teórico-conceituais, que nutrem a pesquisa empírica e permitem produzir interpretações sobre a complexidade da problemática espacial regional, destacadamente na atualidade.

Neste sentido, se dá ênfase à construção do conceito de região, que foi basilar para o desenvolvimento deste trabalho e alvo de um debate acadêmico que coloca em xeque a sua validade em tempos, nos quais o território tem se constituído em unidade de análise e de planejamento, que parece se sobrepôr, ou em certa medida, invalidar o uso do termo região.

O conceito de região é aqui entendido como dinâmico e multirreferenciado e isso permite entender uma diversidade de formas de apropriação e de reestruturação do espaço pelos diversos agentes sociais e econômicos que compõem a estrutura das (trans)formações regionais.

Em consonância com essa perspectiva, se faz uma discussão articulada dos conceitos de região, crescimento e desenvolvimento e as formas como são apropriados em diferentes políticas do desenvolvimento regional.

2.1 Abordagens conceituais de região

A complexidade da análise regional é muito grande, principalmente por algumas questões, dentre as quais destacam-se duas. A primeira refere-se à multiplicidade de teorias e abordagens, oriundas de diferentes áreas do conhecimento, que tomam a região como objeto de estudo, resultando em diferentes perspectivas entre os geógrafos, economistas, historiadores, sociólogos, planejadores econômicos e sociais, dentre outros. Essa multiplicidade poderia conduzir ao entendimento de um certo esvaziamento do conceito, uma vez que há a sua flexibilização para alinhamento com o cerne teórico de cada área. Por esta razão há, em alguns casos, a defesa de que região é uma noção e não um conceito estabelecido, posto que diferentes áreas do conhecimento dele se apropriam, dando-lhe o contorno necessário para entendimento conforme uma determinada forma de expressão.

Nesta pesquisa, o entendimento é que, de modo factível, região é um conceito que se presta a leitura e explicação de distintas realidades, perspectivadas por diferentes formas de conhecimento, e que isso não produz o seu esvaziamento. Contudo, até mesmo para fins de clareza quanto ao prisma analítico, é preciso apontar a direção tomada na análise regional, considerando que cada campo do saber traz consigo uma carga de características e contextos que o particulariza e diferencia dos demais. No caso deste estudo, fez-se a opção pelo auxílio teórico da Geografia, o que se explica mais adiante.

A segunda questão circunscreve-se a intensificação dos processos globalizadores na contemporaneidade que, para muitos, gera um nível de homogeneidades de diferentes naturezas, no que não teria sentido ainda tratar de região, considerada uma parte, uma parcela do que se denomina espaço mundial, inclusive disseminando a ideia da desregionalização, como o fim da regionalização. Nesse sentido, pensar sobre a questão regional, a região, seria uma tarefa vazia e inválida. Segundo Haesbaert, os que comungam dessa ideia questionam: “se vivemos o tempo da fluidez e das conexões, como defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, “regiões” minimamente coerentes dentro deste todo espacial pretensamente globalizado?” (HAESBAERT, 2010, p. 3).

Contudo, este mesmo autor observa que a atual fase da globalização caracteriza-se por uma multiplicidade de manifestações regionais baseadas na ideia de que o dito espaço global, ao invés de possibilitar a igualdade, alimenta-se da diferenciação espacial. Haesbaert (2010), defende que ao invés de promover o fim da região, a globalização reforça a dinâmica regional, gerando novas formas de regionalização, como as regiões em rede e os regionalismos que consolidam a identidade regional.

Mesmo considerando a complexidade que essas questões impõem a abordagem de região / regional, reafirma-se neste estudo a importância da escala regional. A retomada aqui do recorte regional se dá como uma tentativa de compreender a transformação do Recôncavo Sul, enquanto expressão moldada nas conflitualidades e tensões entre forças globais e regionais.

Neste quadro em tela sobre a análise regional, se optou por ancorar a perspectiva teórica de região na abordagem da Geografia, porque como bem demonstrou Corrêa (2005), embora tenha passado por inúmeras reinterpretações, foi através do conceito de região que a Geografia ganhou identidade frente a outras ciências. Destaca-se, contudo, que na própria Ciência Geográfica, o debate em torno dos conceitos de região e

regionalização, é alvo de embates e processos de renovação, que refletem em concepções diversas. Todavia, estas diferentes perspectivas se aproximam pela preocupação demonstrada em recortar a superfície terrestre.

O que se põe em relevo aqui não é apresentar um conceito preciso e definitivo de região, mas sim problematizar a sua natureza. Isto significa ultrapassar o simples questionamento o que é região e caminhar na direção de outra pergunta: qual é o propósito de segmentar um espaço para análise? Neste caso, a necessidade fundamental posta é a de se questionar acerca dos princípios ou motivações que promovem a segmentação analítica do espaço. É preciso, assim, problematizar a intencionalidade que envolve a definição de região. Dito de outro modo, o que se coloca em jogo ao tomar região como algo importante, ou como objeto de estudo no caso desta pesquisa, é que processo político/ econômico/ social se pretende analisar/ avaliar/ estudar/ entender, ao segmentar um espaço qualquer em regiões.

O quadro traçado permite entender que região é um tema originalmente complexo e controverso para a Geografia. Na direção da Geografia, assumida para definição epistemológica do termo região, uma das funções mais fortes subjacentes ao conceito de região foi o de região natural. Neste caso, a paisagem é o elemento delimitador da região, entendida em termos de mundo físico. A feição do espaço, fornecida por atributos naturais, desenha a região. Esta ênfase na natureza minimiza, sobremaneira, o elemento humano na produção / percepção do espaço.

Até o final do século XIX, essa perspectiva do determinismo natural ou geográfico dominou as discussões, quanto à região na Geografia, quando, em seu contraponto, surgiu uma primeira linha de críticas, tendo como representante fundamental neste processo Paul Vidal de La Blache, geógrafo francês, que em sua reflexão, conferiu a ação humana certa dimensão ativa ante o ambiente natural, destacando que é a relação entre sociedade e natureza que dá origem aos “gêneros de vida” e o meio natural é que explica a diversidade destes (MORAES, 1983, p.69).

Lencioni (1999), foi esclarecedora quando apontou que, de uma maneira geral, pode-se afirmar que no desenvolvimento do pensamento geográfico há dois grandes marcos acerca da interpretação do objeto da Geografia. O primeiro, em que se destaca La Blache, entende que a Geografia estuda a relação entre o homem e o meio; o segundo, em que se destaca Hettner, a concebe como um campo de conhecimento particular, voltado para o estudo das diferenciações de áreas. Essas duas orientações gerais implicaram em concepções diferentes de região. Na primeira perspectiva, a

região existe em si mesma; ou seja, ela é auto evidente e cabe ao pesquisador reconhecê-la por meio de análises. No segundo caso, a região não existe em si mesma, ela não é objeto de estudo no sentido restrito do termo, pois ela se confirma no final do processo de investigação, processo esse que, com a elaboração de critérios definidos, constrói o recorte espacial.

Em conformidade com esta última perspectiva, nesta pesquisa fez-se a opção de não considerar a região do Recôncavo Sul da Bahia como pré-existente, conformada naturalmente pela sociedade que se relacionou e relaciona com a natureza, mas, do contrário, como expressão das inter-relações de ações de diferentes naturezas, política, econômica, cultural, social, ambiental, voltada principalmente para a compreensão da heterogeneidade social, econômica e cultural que a compõe.

Para além destas caracterizações predominantes do conceito de região no século XIX, na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir dos anos 1970, segundo Corrêa (2005), o conceito de região poderia ser interpretado por três grandes definições. A primeira refere-se à região como uma resposta dos processos capitalistas, sendo a região entendida como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção. Tratava-se da regionalização a partir da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força de trabalho e dos processos políticos e ideológicos.

A segunda aceção de região foi definida como um conjunto específico de relações culturais, entre um grupo e lugares particulares, ou uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, e assim um elemento constituinte de uma identidade (CORRÊA, 2005).

A terceira aceção foi vinculada à região como meio para as interações sociais, com base na ideia de dominação e poder constituindo fatores fundamentais na diferenciação de áreas (CORRÊA, 2005). Nesse contexto político, o papel da dominação e do poder, dentro da sociedade, é o fator primordial para a existência da diferenciação regional. Desse modo, a região desempenha um papel importante na produção e reprodução das relações sociais.

É importante destacar que essas definições de região, de Corrêa (2005), têm em comum o fato de estarem apoiadas na ideia da persistência da diferenciação de áreas, não compartilhando a tese de que o mundo esteja se tornando homogêneo, indiferenciado e, conseqüentemente, as regiões estejam desaparecendo, o que vem demonstrar que, mesmo com o processo de globalização, impulsionado pela

disseminação do modo capitalista, pelos mais diversos pontos do planeta, não se implementaram como movimento homogeneizador.

Na atualidade, a tônica nas discussões e debates conceituais sobre região é se processos de globalização vão cada vez mais impor uma sociedade em rede, de modo a exterminar uma sociedade territorial e regionalizada. Neste caso, o foco está se as fronteiras escalares estariam frágeis a ponto de serem subsumidas pela suposta conectividade fundante da globalização.

Defende-se aqui que a região, até o presente, não desaparece com a globalização, pelo contrário, continua a existir, inclusive contrariando um grupo de intelectuais que previam o seu fim, devido a esse suposto processo de homogeneização global. No entanto, a região se aparece com um nível de maior complexidade. “Agora nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização”(SANTOS, 1999, p.16).

Não se pode negar que a compressão do tempo e do espaço, característica expressiva da globalização, impõe uma nova configuração do espaço geográfico, acelerando as mudanças na forma e no conteúdo das regiões, mas não as nega. “As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente”, já que elas “são o suporte e a condição de relações globais”, dizia Santos (1999, p.196-197). Elas se tornaram lugares funcionais do todo, espaços de conveniência, uma particularidade, o que significa “um campo de mediações”, como lembraram Santos e Silveira (1996, p.10). Os mesmos autores (1996, p.7) complementaram: “a cada novo momento da totalidade se produz um novo arranjo regional a escala global”. Assim, para o estudo do fenômeno regional, Santos (1999), já tinha sugerido que fosse esmiuçada sua estrutura envolvida na organização social, política, econômica e cultural, situando-a entre fenômenos concretos, a fim de identificar como a região se conforma no contexto econômico internacional. Isso requer considerar a historicidade, envolvendo o seu conteúdo do passado e das alterações, a fim de compreender as causas e conseqüências do fenômeno.

Foi deste patamar que se tentou compreender a constituição da região do Recôncavo Sul, a partir da leitura de sua fisionomia atual como resultante do entrelace de múltiplos fatores, lastreados em sua carga histórica.

Num sentido bastante genérico, o termo região apresenta tantos limites quanto sejam suas construções discursivas. Por outro lado, aparece cada vez com mais força a ideia de que a região, em qualquer visão que esteja sendo tratada, deve ser circunscrita a

uma interseção de relações políticas, sociais, econômicas e culturais, estabelecidas em determinada parte do espaço geográfico. Um componente fundamental neste processo é a relação entre fatores endógenos e exógenos, que delineiam uma feição da região. Ela é, portanto, um produto dessa relação, cujas características lhe conferem particularidades diferenciadas em relação a outros espaços, ou, como afirmou Santos (1999, p.197), “a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não”.

Alinhado a este debate contemporâneo, o conceito de região para Gomes (2000), deve contemplar três elementos fundamentais: a) o fato da região ser uma reflexão política de base territorial; b) o fato da região colocar em jogo comunidades de interesses identificados com determinadas áreas; c) o fato da região colocar sempre em discussão os limites da autonomia frente a um poder central. Em consonância, para Corrêa, do ponto de vista epistemológico,

a região pode ser considerada uma particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (os processos globais) e o singular (os lugares). Processos de coesão, que agregam processos semelhantes no espaço, e processos de limitação espacial, que impõem limites a difusão de semelhanças, criam a possibilidade de formarem regiões. A região é tanto uma realidade quanto uma criação intelectual. Ao mesmo tempo é vivida e compreendida de modo diferente pelos diversos grupos sociais. (CORRÊA, 1996, p. 6).

Ante o exposto, e adotando nessa tese o conceito de região de Corrêa (1996) acima revelado, não se pode conceber a região através de um simples recorte aleatório, como uma espécie de categoria do real, nem por uma simples interpretação, sem incorporar a multiplicidade e a complexidade de processos, que marcam os arranjos espaciais contemporâneos. A dimensão regional emerge no século XXI como uma das principais escalas de atuação do capital globalizado, o que reforça a necessidade de compreensão efetiva de processos e práticas que se pretendem propulsores do crescimento/desenvolvimento regional. No item que segue, faz-se uma tentativa de desvelar as nuances dos processos de crescimento e desenvolvimento, para então, reunir subsídios para definir o que melhor caracteriza as transformações por que passam os municípios de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, e que poderão implicar num novo desenho para o Recôncavo Sul.

2.2 Crescimento e Desenvolvimento

A definição de desenvolvimento, como o conceito de região, envolve intensa polêmica, posto que tem o aporte conceitual de diferentes áreas do conhecimento que, muitas vezes, atribuem-lhe inúmeras adjetivações qualificadoras como: sustentável, social, econômico, ecológico, local, socioespacial, etc. Essas adjetivações têm dificultado o entendimento do desenvolvimento, enquanto um fenômeno complexo, cujas dinâmicas são particularizadas em realidades singulares. Essa polêmica é ainda maior quando se contrasta e /ou relaciona o desenvolvimento com o crescimento, quase sempre colocadas como categorias dicotômicas ou antagônicas.

Via de regra, os manuais têm consagrado crescimento como, por exemplo, taxas positivas de crescimento do PIB, enquanto desenvolvimento, além de supor crescimento, exige melhoria dos indicadores sociais e de bem-estar. Neste sentido, muitos autores atribuem apenas os incrementos, constantes no nível de renda, como condição para se chegar ao desenvolvimento, enquanto outros se preocupam como esses incrementos são distribuídos, deslocando o foco do desenvolvimento apenas do quesito econômico para a qualidade de vida das pessoas.

O que se tem observado, nas discussões e abordagens teóricas sobre desenvolvimento e crescimento, é uma preocupação excessiva com as definições dos termos e muito menor com a compreensão exata de seus condicionantes. Nesse estudo, o interesse central não se limita, justamente, em apenas definir o que ocorre nos municípios pesquisados, mas em compreender quais são os fatores condicionantes da dinâmica espacial que tem imprimido uma nova realidade para a região, seja ela de crescimento ou de desenvolvimento. Espera-se até ser possível sugerir condições, situações e exemplos que possibilitem os melhores caminhos para a construção do futuro desejado. Dar-se-á ênfase a partir daqui à definição de desenvolvimento, posto que é mais complexo que crescimento, que tem um conceito mais claramente estabelecido.

Apesar do termo desenvolvimento ser usado em diferentes contextos e com diferentes propósitos, conforme Esteva (2000), até hoje o termo continua associado às palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução e maturação. A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, “de um passo simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que se está progredindo porque

avança segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável” (ESTEVA, 2000, p.64).

Brose (2000), se posiciona diante da falta de objetividade que o termo incrusta, defendendo que, não existe metodologia ou recursos financeiros empregados que, por si só garantam, efetivamente, a ocorrência de desenvolvimento, eis que, o “desenvolvimento depende de uma complexa, demorada e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer” (BROSE, 2000, p. 10).

Com esta mesma perspectiva sobre o uso indiscriminado e sem aparente preocupação com a exatidão do conceito de desenvolvimento, Siedenberg (2003), afirma que, clareza e precisão parecem estar em contradição direta com a intensidade e frequência do uso do conceito.

Os posicionamentos de Brose (2000) e Siedenberg (2003) evidenciam a necessidade de se pensar o desenvolvimento distante de discursos generalistas, que dão conta do alcance do desenvolvimento como um caminho fácil, linear e simplificado.

Pensando o desenvolvimento para além do aspecto econômico, Amartya Sen, em sua obra intitulada “Desenvolvimento como liberdade” (2002), estabeleceu como parâmetro essencial, para a ocorrência do desenvolvimento, a inexistência de privação de liberdade. Para esse autor, a liberdade estava além da acumulação de riqueza e crescimento da renda, consistia em satisfazer necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação.

Esta perspectiva de Sen parece mais afastada da realidade contemporânea, posto que o seu conceito de liberdade, ao pressupor a satisfação das necessidades humanas mais elementares, parece ser incompatível com princípios, processos e práticas do sistema capitalista, que tem foco na mercantilização e no lucro. Porém, esta é uma perspectiva que não pode ser desconsiderada, porque, inclusive, aponta características que aprofundam o tratamento dado a questão do desenvolvimento.

Com esta mesma visão ampliada, Silva e Silva (2006, p. 190), afirmaram que o desenvolvimento “deve ser contemplado em seu sentido amplo, a partir do crescimento com efetiva distribuição de renda, com superação significativa dos problemas sociais e sem comprometimento ambiental, o que, para os autores, “só pode ocorrer com profundas mudanças nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma determinada sociedade”. Desta perspectiva é que, fundamentalmente, se entende desenvolvimento na tese.

No campo da economia, no qual são constantes as definições de desenvolvimento e crescimento, principalmente para os economistas não-ortodoxos, é ideológica a identificação do desenvolvimento econômico com o crescimento, uma vez que ela oculta o fato do desenvolvimento econômico implicar melhor distribuição de renda, enquanto que crescimento, não faz essa exigência. Sobre isso, Furtado (2004), também apontou distinção, atribuindo a crescimento o aumento da produção e da renda, enquanto que o desenvolvimento envolve crescimento, mas tem como característica fundante um projeto social subjacente.

Furtado, anteriormente na década de 1970, especialmente em estudo do ano de 1974, fez uma crítica contundente aos projetos de desenvolvimento do Brasil, posto que, na visão dele, focavam apenas o crescimento econômico e aumento do consumo, deixando à margem do progresso tecnológico e de acumulação capitalista uma parcela expressiva da população, caracterizando-se pela excessiva concentração de renda e as desigualdades regionais. Neste sentido, o desenvolvimento, então, para esse autor, deveria pressupor uma difusão de potencialidades para a coletividade que conduzisse a novas e melhores condições de vida.

Em estudo sobre desenvolvimento e desigualdades entre países/regiões, realizado em 1972, Gunmar Myrdal estabeleceu críticas à ciência econômica tradicional. Inspirado por uma lógica dialética, evidenciou a debilidade da perspectiva teórico-metodológica, até então vigente nessa área do conhecimento, ao recusar a análise dos chamados fatores não econômicos para justificar a posição de destaque atribuída às nações com maior produção de riquezas. Nesse caso, a consideração exclusiva dos indicadores elementares da economia seria fator limitante à análise sobre desenvolvimento. Sugeriu, pois, como perspectiva de análise científica sobre o tema, uma alteração no trato de paradigmas, passando do olhar para as mudanças globais que desconsideram a relação espaço-tempo para uma nova perspectiva, que considerasse as diferenças, especificidades e relações entre localidades e regiões.

Na atualidade, há concordância entre teóricos de diversas áreas de que o termo desenvolvimento, em seu sentido mais amplo, deve mesmo contemplar distribuição de renda capaz de promover a aquisição a bens e serviços elementares, além de suplantar os problemas sociais enfrentados, garantindo o respeito à questão ambiental e aos direitos civis, com participação dos indivíduos na vida social.

É também do atual momento, definido como Era da informação / Sociedade do conhecimento, a imbricação bastante densa entre desenvolvimento – território e

globalização, da qual resultam diferentes feições espaciais. Território tem sido tomado como unidade de planejamento em diferentes políticas públicas, de diferentes escalas, e, por isso mesmo, âmbito privilegiado da relação entre desenvolvimento e globalização. Para Albagli (2004, p. 27), “cada território é moldado a partir de uma combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial”.

Para Silva e Silva (2006), a discussão sobre território e desenvolvimento vem permeando, de longa data, a ciência econômica e a geografia e tem servido a interesses diversos, pautada por paradigmas distintos. Ora encontra-se uma ampla defesa a intervenção e rígido controle estatal - keynesianismo, socialismo, por exemplo - ora defende-se a ação livre e autorreguladora do mercado, como capazes de gerar melhores condições econômicas e qualidade de vida às sociedades neoliberalistas. Para esses autores, no atual contexto da globalização, é preciso repensar a relação territorialidade-desenvolvimento, reconhecendo que surgem novas territorialidades, com novas características, bem como conceitos de desenvolvimento distintos de crescimento e de concepções ultrapassadas.

Além disso, Silva e Silva (2006), abordaram os fatores que costumam ser considerados indutores do processo de desenvolvimento local, classificados como endógenos ou exógenos. Historicamente, reconheceram que há uma tendência à valorização da indução por elementos externos, entretanto, estudos mais recentes dão conta da evidente necessidade de combinação entre ambos. A diferenciação entre esses fatores, bem como a identificação do fator motriz gerador inicial de mudança em dado território, são desafios metodológicos que se impõem ao pesquisador/planejadores de políticas para o desenvolvimento local.

Ressalta-se, assim, as alterações que vêm ocorrendo, também, na discussão sobre a endogenia que gera desenvolvimento, anteriormente relacionada a vantagens comparativas estáticas, como recursos naturais e/ou mão-de-obra barata, que levassem à especialização produtiva. Hoje, os fatores endógenos são compreendidos como a capacidade de mobilização dos agentes locais, representantes políticos, empresários, movimentos sociais organizados, instituições de pesquisa, universidades, para empreender e inovar de modo a estabelecer vantagens competitivas em condições de interagir no cenário da economia mundializada sem deixar de lado as demandas para conservação do ambiente, propiciando maior justiça social.

Sem querer corroborar com a polêmica que envolve a dicotomia entre crescimento e desenvolvimento, nesta tese fez-se a opção por trabalhar com o termo desenvolvimento, entendendo que na compreensão mais adequada de desenvolvimento deve, pois, considerar o papel do crescimento e não se restringir somente a ele. Todas as reservas em relação ao uso do termo desenvolvimento advêm do seu teor, que pressupõe características incompatíveis num contexto de ideário capitalista como o que vivemos, quais sejam, distribuição de renda, equidade social, preservação ambiental, etc. Contudo, não se trata aqui apenas de aumento da produção, que bem traduz o crescimento, mas, objetiva-se tratar das condicionantes efetivas e tendências do desenvolvimento da região do Recôncavo Sul, o que perpassa por entender os processos de crescimento da economia, a sua expansão e/ou retração, mas também a criação de bens e serviços, como são disponibilizados para a população, como e a partir de quais regras acontece a sua distribuição. Isto significa que, o que se busca é apreender, articuladamente, o conjunto de fatores, econômicos, políticos, sociais, culturais, ambientais, que conduzem a região a um determinado nível de desenvolvimento na atualidade e as possibilidades futuras.

O propósito não é configurar cenários prospectivos apenas, nem tampouco estruturar um modelo abstrato de desenvolvimento para o Recôncavo Sul, ao contrário, pretende-se demonstrar que a região passa por transformações socioespaciais, que apontam para novas direções, na dinâmica regional, tendo, para isso, que examinar tanto processos internos, quanto lógicas externas que se impõem à região. Para cumprir esse propósito, necessário se faz pontuar os elementos que perspectivam o desenvolvimento regional.

2.3 Desenvolvimento regional

Assim, são tratadas três abordagens sobre desenvolvimento regional, fundamentadas na questão da localização: a teoria do lugar central, a teoria dos pólos de crescimento e a teoria do desenvolvimento local endógeno. A ênfase nestas abordagens se deve à influência que elas exerceram, e exercem, na formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional no Brasil, tentando verificar que tipos de recomendações essas políticas deram aos contextos econômicos e estruturais referidos. Elas têm,

inclusive, potencial de explicação dos processos de crescimento e de desenvolvimento experimentados ou impostos à região do Recôncavo Sul da Bahia, interesse central para fortalecer esta tese. Busca-se relacionar as teorias de localização com a formulação de políticas de desenvolvimento regional, tendo como indicador fundante o pressuposto, anunciado por Silva em artigo intitulado Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional (1976, p.1), de que “o processo de desenvolvimento regional depende da dinâmica do funcionamento do sistema econômico-social a nível espacial e de que este funcionamento, por sua vez, é explicado pela localização e interação das atividades econômicas e sociais sobre o espaço geográfico”.

As teorias clássicas de localização, destacadamente formuladas por economistas e geógrafos alemães, entre o século XIX e início do século XX, são reconhecidas como os primeiros estudos sobre desenvolvimento regional, inclusive explicando como as regiões surgiram. A localização das atividades econômicas no espaço geográfico foi o tema central dessa corrente de pensamento que buscava explicar, dentre outras questões, o fator determinante da renda econômica da terra, as razões que levam uma indústria a se localizar em determinada região, e as causas que levam o setor de comércio e serviços a ser mais pujante e diversificado em algumas cidades do que em outras.

2.3.1 Teoria do Lugar Central

A teoria do lugar central foi uma proposição do geógrafo Christaller (1976), que buscou explicar a relação hierárquica, existente entre centros urbanos de diferentes tamanhos, pelo comércio e a prestação de serviços entre eles. Fundamentava-se na ideia de centralidade e de hierarquia urbana, na formação das áreas de mercado, e neste caso, a função de um centro urbano é servir de lugar central.

Conforme Silva (1976), nesses centros seriam produzidos e ofertados bens e serviços, para serem consumidos em diversos pontos. Quanto mais especializados forem os bens e serviços, mais concentrados, em poucos centros, eles serão e maior será a ordem hierárquica desses centros. Por outro lado, a oferta de serviços e produtos básicos seria dispersa e encontrada em muitos pontos no espaço.

Nessa lógica, em função dos diferentes requisitos de escala mínima eficiente, na produção de um bem, haverá uma hierarquia urbana, de tal modo que os lugares centrais, de ordem superior, serão centros de produção e consumo de bens não produzidos por lugares centrais de ordem inferior, que passa, deste modo, a se

constituírem como áreas de mercado das centralidades urbanas hierarquicamente superiores (DINIZ; CROCCO, 2006).

Nesta classificação, a localidade tem um papel central, que se estende sobre uma grande região, em que outros lugares de menor importância também existem, é denominada de lugar central de primeira ordem. Aqueles que tem somente uma importância local são chamados lugares centrais, de ordem inferior. Pequenas localidades que usualmente não têm importância central e que exercem poucas funções centrais são denominadas de lugares centrais auxiliares (FIGUEIREDO, 2009).

A definição da hierarquia, ou ordem, é dada pela oferta dos bens de um lugar central, e não pela produção local. Para Christaller (1976), as funções centrais são hierarquizadas da seguinte forma: em primeiro lugar o comércio, depois a administração pública, a oferta de serviços culturais e espirituais, as organizações empresariais. Ele argumenta que esses serviços são oferecidos em lugares centrais porque é mais vantajoso do ponto de vista econômico (SILVA, 2006). Com efeito, esta teoria contribuiu para explicar efetivamente a (nova) organização da região em questão, posto que é observável uma hierarquização com base na condição de oferta de bens e serviços, o que se revela com reforço dos dados coletados na pesquisa de campo.

2.3.2 Teoria dos Pólos de Crescimento

Elaborada pelo economista francês, François Perroux, seguia a ideia de hierarquia urbana da teoria do lugar central e exerceu grande influência sobre as políticas de desenvolvimento regional, implementadas por países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, como o Brasil, entre os anos 1950-1970. Uma região polarizada pode ser definida como uma área na qual as relações econômicas internas são mais intensas que as mantidas com regiões externas a ela. Ao conceito de polarização fica inerente o de dependência e, conseqüentemente, uma ideia de hierarquização (SILVA, 2006).

Ao introduzir o conceito de polarização, Perroux defendia que o crescimento econômico seria uma função do crescimento do setor industrial. Destacando o papel determinante das inovações na dinâmica do sistema capitalista, defendeu que a criação e difusão de inovações, pelas indústrias motrizes, empresas líderes, atrairiam novas indústrias fornecedoras e consumidoras, promovendo “efeitos de arrastes” sobre outros

conjuntos nos espaços econômicos e geográficos. Assim, os investimentos concentrados na constituição dos pólos, gerariam um processo de crescimento por difusão no conjunto da economia.

A indústria motriz é um ponto central na teoria dos pólos de crescimento e pode empregar menos mão-de-obra do que os setores tradicionais, mas ela tem o poder de disseminar o progresso técnico no espaço, gerar novas tecnologias, empregar mão de obra especializada e melhor remunerada, além de gerar produtos com maior valor agregado (SOUZA, 2009). Ela apresenta, por definição, um poder industrializante capaz de modificar as estruturas econômicas e sociais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico.

Para Perroux, o estudo do crescimento deveria concentrar-se no processo pelo qual as atividades aparecem, ampliam sua importância e, em alguns casos, desaparecem, incorporando três conceitos fundamentais à análise: indústria motriz, complexo de indústrias e pólos de crescimento. As indústrias motrizes teriam a capacidade de fomentar um complexo de indústrias localizadas próximas umas das outras, sendo assim indutoras do crescimento de outras firmas e promovendo a formação de um pólo regional. Quanto a este aspecto, há constatações de efeito contrário, como as apontadas por Silva (1976, p.7), que indicam, que “justamente a presença de uma poderosa indústria motriz pode inibir o desenvolvimento industrial, impedindo o aparecimento de novas firmas e, por outro lado, muitos pólos de crescimento existem sem a presença de uma indústria motriz, dentre os quais, destacam-se os exemplos das cidades de São Paulo e do México”.

Embora utilize a expressão “pólos de crescimento”, a teoria concebida por Perroux, pode ser considerada, em sua essência, uma teoria de desenvolvimento, uma vez que não se concentra apenas nas condições de expansão da produção e, portanto no crescimento econômico, mas busca explicar o processo de mudança estrutural na economia e nos sistemas institucionais e sociais. Desse modo, a expansão industrial desencadearia um movimento de transformação da estrutura produtiva, possibilitando novas perspectivas para o desenvolvimento regional, embora Perroux originalmente não demonstrasse particular preocupação em detalhar aspectos do desenvolvimento no plano geográfico, mas as aplicações de sua teoria concentraram-se basicamente em questões inter e intra-regionais, o que foi fator preponderante para atração do interesse de formuladores de políticas regionais.

Conceitos convergentes à teoria dos pólos de crescimento foram formulados por alguns autores, dentre os quais aqui se destacam Myrdal (1972) e Hirschman (1958). Myrdal defendia a validade do princípio da interdependência circular, dentro de um processo de causação cumulativa, ligado ao desenvolvimento, ressaltando a existência de efeitos cumulativos na realização de investimentos produtivos. Trabalhando com os conceitos de efeitos regressivos e propulsores, acreditou que o processo de expansão cria economias externas favoráveis a sua continuidade (e vice-versa), o que o leva a concluir que “o jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade” (MYRDAL, 1972, p.42). Assim, defendeu a ideia da intervenção do Estado no desenvolvimento regional.

Por sua vez, Hirschman (1958), questionou a doutrina do crescimento balanceado, alegando que o processo de desenvolvimento pressupõe mudanças estruturais incompatíveis com o equilíbrio. Amparando-se na ideia de economias de aglomeração, formulou os conceitos de efeitos, para trás e para frente, que traduziam os impactos regionais, provenientes da implantação de indústrias. A partir de um modelo simples de duas regiões, analisou esses impactos, incorporando à sua formulação, os conceitos de efeitos polarizadores e difusores, entendendo que, no longo prazo, os efeitos difusores seriam a chave para a redução das desigualdades regionais e que a ocorrência de processos desse tipo, em países de industrialização retardatária, não se daria usualmente, de forma espontânea, o que demandou uma postura intervencionista, justificando a ação do poder público em favor do desenvolvimento.

A partir do final dos anos 1970, a teoria dos pólos de crescimento passou a ser criticada, em razão, fundamentalmente, do esgotamento do modelo de desenvolvimento regional, fundado no conceito de polarização que no Brasil, por exemplo, levou a um crescimento ainda maior das regiões centrais sem que os efeitos da difusão tivessem se verificado na prática. Contudo, isso não deve desmerecer o valor da teoria, conforme apontou Silva (1976, p.8), em termos conceituais, analíticos e operacionais, haja vista tomá-la “em seus aspectos mais favoráveis, quais sejam os de valorização da dinâmica interdependência industrial e das relações intersetoriais, vistas também sob um ângulo espaço-temporal, em termos de concentração e difusão”.

Não se deve desconsiderar que, num período de mais de 20 anos, iniciado em meados da década de 1950, diversas regiões do mundo, destacadamente os países periféricos e/ou subdesenvolvidos, fundamentaram suas políticas de desenvolvimento regional no conceito de pólos de crescimento e na dinâmica de atração de investimento,

supostamente dotados de potencial irradiação. Apoiando-se numa visão intervencionista do Estado, essas propostas reforçavam estruturas públicas de planejamento e execução, conformando um modelo de atuação do Estado com características próprias, conhecido como desenvolvimentista, que marcadamente buscava a superação do subdesenvolvimento, através de uma industrialização planejada e apoiada pelo Estado.

As falhas nas experiências de desenvolvimento regional, apoiadas nos pólos de crescimento, levaram a uma nova transição conceitual nesse campo, sustentada por novas interpretações sobre estratégias de desenvolvimento regional. Foi nesse contexto que ganharam força nos anos 1980 ideias endogenistas, que apontaram para a teoria do desenvolvimento local ou endógeno, a qual valorizava os fatores socioculturais, bem como os atores e as potencialidades locais.

2.3.3- Teoria do Desenvolvimento Local / Endógeno

A crise do “modelo fordista”, centrada na década de 1980, demonstrou o esgotamento do paradigma de desenvolvimento regional, baseado na industrialização e no papel central do Estado. Essa crise gerou o declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais, onde a crise do Estado e, principalmente, o desemprego estrutural fizeram com que emergissem novos caminhos para a explicação do processo de desenvolvimento, cujo eixo central era o foco na dinâmica interna do território, sustentado no princípio de que não existia um modelo único de desenvolvimento, que pudesse ser implementado com garantia de sucesso em qualquer lugar e qualquer situação, uma vez que cada região possui particularidades, limitações e aptidões naturais e potenciais.

Foi no final da década de 1980 que ganhou força a perspectiva de que, para assegurar o desenvolvimento de cidades e regiões, se utilizasse o potencial de desenvolvimento existente no território, aproveitando-se, para tanto, as iniciativas locais. Essa nova estratégia de desenvolvimento, que começou a tomar forma, segundo Barquero (2001), tinha como objetivos o desenvolvimento e a reestruturação do sistema produtivo, o aumento do emprego local e a melhoria do nível de vida da população. Os principais agentes dessa política não seriam a administração central do Estado e/ou grande empresa, mas sim os administradores públicos estaduais e municipais e os atores locais: empresários, universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações industriais e comerciais, entre outros. Assim, a

estruturação do desenvolvimento passou a ser fruto das ações dos protagonistas locais e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado.

No centro destas novas políticas de desenvolvimento endógeno está também o objetivo de promover o desenvolvimento das capacitações da região de forma a prepará-la para participar da competição internacional e criar novas tecnologias, através da mobilização ou desenvolvimento de seus recursos específicos e suas habilidades próprias (DINIZ; CROCCO, 2006). Neste sentido, pode-se afirmar que a teoria do desenvolvimento endógeno é também uma resposta ao processo de globalização, de modo que fragiliza toda e qualquer tentativa de colocar em oposição o endógeno e o global, devendo considerá-las, de forma mais ajustada, numa interface que explica contextos e condições espaciais contemporâneos.

Para Boisier (2000, p.73) “um processo endógeno de desenvolvimento, emerge como o resultado de um forte processo de articulação dos atores locais e de variadas formas de capital intangível, no marco de um projeto político coletivo de desenvolvimento do território”. Ainda conforme este autor, tal processo se apreende em quatro planos: a) Político: a ênfase recai na capacidade local de tomar decisões relevantes frente as opções de desenvolvimento, destacadamente quanto a capacidade de conceber e implementar as políticas de desenvolvimento; b) Econômico: referente à apropriação e a inversão regional do excedente, a fim de diversificar a economia local. Neste caso, endogeneizar o crescimento local passa pela tentativa de conciliar a prática estratégica de longo prazo de região com as estratégias de longo prazo do capital externo presentes no território; c) Científico - tecnológico: diz respeito à capacidade do território gerar seus próprios impulsos tecnológicos e promover mudanças qualitativas no sistema produtivo; d) Cultural: aqui tem-se o local como matriz geradora da identidade sócio territorial.

Estas capacidades são relacionadas a seis fatores: 1) recursos (materiais, humanos, psicossociais e de conhecimento); 2) atores (individuais, corporativos e coletivos); 3) instituições (atualizadas as atuais bases de velocidade, flexibilidade, virtualidade e inteligência organizacional da sociedade contemporânea); 4) procedimentos (aqueles relativos aos governos, à gestão e ao processamento massivo de informações); 5) cultura (cosmogomia e ética de uma coletividade e sua leitura específica face ao trabalho, ao ócio, a segurança, ao risco, a competência associativa, etc.); 6) inserção no entorno (capacidade de penetrar em mercados, em sistemas de cooperação, e no próprio Estado) (BOISIER, 2000).

Se a condição endógena do desenvolvimento é redundante, também a globalização o torna mais complexo, dado o aumento da incerteza, em termos exógenos, que se refletem nos processos de intervenção local (BOISIER, 2003). Por esta razão, Boisier destaca a importância e a maximização do capital sinérgico:

Assim, o desenvolvimento não é a correspondência direta da dinamização da matriz econômica de um aglomerado espacial, a exemplo dos distritos industriais especializados por competências e dos pólos e *clusters* de empresas, modelos abordados pela teoria do crescimento endógeno. O processo endógeno implica numa mudança estrutural direcionada à capacidade de inovação em nível territorial relativa à interseção dos quatro planos e ao aumento de empoderamento local a partir dos seis fatores anteriormente mencionados, que nada mais são do que comunidades locais informadas e socialmente organizadas para definir seus projetos de desenvolvimento (BOISIER, 2003).

Nessa mesma perspectiva, Furtado (1998), já havia compreendido que o desenvolvimento em sua condição endógena implica, fundamentalmente, uma dimensão cultural além da econômica. Neste sentido, sua proposição de endogenia não focalizava propriamente a teoria de crescimento endógeno que em seu cerne focaliza o aspecto econômico, mas, afirmou que o desenvolvimento constitui-se de bases endógenas quando há, especialmente, “estruturas sociais capazes de gerar forças que combatam a excessiva concentração de renda” (FURTADO, 1998, p. 124).

A abordagem do desenvolvimento endógeno põe em evidência duas centralidades: o território como unidade de análise do processo de desenvolvimento e a relação de interdependência entre governo local, empresas e sociedade civil, necessária à geração de estratégias/políticas de desenvolvimento.

Dos anos 1980 para cá, tem preponderado, no campo das políticas de desenvolvimento regional, essa perspectiva da endogenia que, como colocado, credita à comunidade local a gestão do desenvolvimento. Esse processo não foi diferente no Estado da Bahia, onde tem-se observado uma forte espacialização das políticas e propostas, amparadas no reconhecimento das especificidades regionais/locais, que apresentam implicações de diferente natureza e provoca, de certa forma, a necessidade de pensar sobre em que medida, “aproveitando” o potencial e as forças endógenas, se pode chegar ao desenvolvimento ou apenas alcançar o crescimento econômico, já que estes termos, no sentido prático, têm assumido diferentes dimensões.

De todo modo, como já apontado, as teorias do desenvolvimento regional aqui abordadas foram expressivamente importantes para explicar contextos, processos e políticas de desenvolvimento no país, as quais seguem sintetizadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Síntese das Teorias de Desenvolvimento Regional

AUTOR	TEORIA	PRINCÍPIOS	CONCEITOS	ATIVIDADE ECONÔMICA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Walter Christaller, 1933	Lugares centrais	Polarização Concentração urbana	Hierarquia urbana	Comércio e Serviços	Base local-regional
François Perroux, 1955	Pólos de Crescimento	Polarização Crescimento por difusão	Unidade motriz	Indústria	Base local-regional
Sérgio Boisier*, 1980	Desenvolvimento Local Endógeno	Endogenia	Empoderamento local	_____	Base local

Elaboração: PINHEIRO, 2017

*Não há indicação de autor para a teoria e nem data específica, optou-se por mencionar um estudioso expressivo da teoria, e o período no qual começou a ganhar representatividade no Brasil.

2.4 Políticas públicas de desenvolvimento regional no Brasil

Não é objetivo deste texto traçar um histórico detalhado das políticas públicas regionais do Brasil. Parte-se, nesta análise, das políticas praticadas a partir da segunda metade do século XX, posto que é esse o contexto fundamental para entendimento das políticas públicas direcionadas à região objeto desse estudo.

Parte da literatura especializada informa que o planejamento regional no Brasil emergiu com intensidade no início dos anos 1960 e, claramente, com foco nas regiões Norte e Nordeste, à época, consideradas as macrorregiões mais pobres do país. Verifica-se, hoje, mesmo com todas as tentativas de elaboração de propostas de política de desenvolvimento regional de caráter nacional, que não houve avanços significativos

nesse quadro, de modo que continuam a ser consideradas como regiões-problema, e grandes entraves ao desenvolvimento nacional.

É mister destacar que a abordagem neste item se dá em torno de como é pensado/planejado o desenvolvimento das regiões brasileiras num contexto de tendências e transformações da economia brasileira, considerando como cada macrorregião participou dessas mudanças, articulados com o que estava expresso nas políticas públicas.

Uma análise panorâmica das discussões sobre políticas públicas e, dentre estas, especialmente, as de desenvolvimento regional, revela que o seu auge se deu nas décadas de 1950, 1960 e 1970, ficando em segundo plano nas décadas de 1980 e 1990, quando imperou a lógica neoliberal. Houve uma retomada expressiva, a partir dos anos 2000, quando a ascensão ao Poder Executivo Nacional, de gestores de partido político que anunciavam buscar a diminuição/ superação das desigualdades nacionais, resgatou a questão regional.

Dos anos 1950 ao início dos anos 1970, fortemente amparadas numa visão intervencionista do Estado, foram formuladas políticas públicas de desenvolvimento regional fundamentadas, de modo geral, no conceito de pólos de crescimento e na dinâmica de atração de investimentos supostamente dotados de potencial de irradiação. Data desses quase 20 anos, a implementação de órgãos de fomento, planejamento e coordenação em nível microrregional, como a SUDENE, SUDAM, SUDECO e SUDESUL, e outras instituições financeiras oficiais de corte espacial macrorregional, que deram suporte ao planejamento regional. Bacelar (1995), apontou que esse período foi caracterizado por uma centralização dos processos decisórios e predominância dos estamentos burocráticos e do autoritarismo na definição das estratégias de ação, o que, segundo a autora, fortemente colaborou para o insucesso das políticas propostas.

Nesse contexto, no final da década de 1970, mesmo com a forte ação do Estado por meio de investimentos públicos e de incentivos a investimentos privados para estimular a economia de regiões menos desenvolvidas, houve um esgotamento desse modelo, conhecido como desenvolvimentista, marcado por uma intensa crise fiscal e financeira do setor público, que era o grande indutor das referidas políticas.

A partir dos anos 1980 - embora havendo o que pode ser considerado um arrefecimento das discussões sobre as políticas de desenvolvimento regional - não se pode dizer que houve um abandono das questões regionais. Por exemplo, a Lei nº 7.827, de 1989, regulamentou o art. 159, I, da Constituição Federal, criando os Fundos do

Nordeste e Centro-Oeste. Basicamente, os fundos concederam créditos às empresas de suas regiões alvo, com taxas e juros abaixo dos de mercado. Isso consistiu em um incentivo importante, haja vista que as taxas de juros foram mantidas em patamares elevados no Brasil na maior parte desta década (OLIVEIRA JÚNIOR, 2001).

Obedecendo esta sequência sumarizada, na década de 1990, tendo por base os péssimos indicadores de desempenho da economia brasileira e latino-americana, de modo geral, despontou a necessidade de que fosse posto em prática um conjunto de ações, dirigidas para a modernização produtiva e a integração competitiva, com foco orientado na reestruturação industrial. Começa, então, a ser construído um modelo de intervenção em novas bases, nos anos 2000. Marcadamente, a partir de 2003, o governo Luis Inácio Lula da Silva retomou a questão regional como objeto de política pública. Em fevereiro de 2007, foram estabelecidas as bases da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Tal política revelou uma mudança de visão do problema regional brasileiro, já que fundamentou-se no pressuposto de que há, em todas as macrorregiões brasileiras, sub-regiões dinâmicas e com alta renda e sub-regiões estagnadas e de baixa renda. Desse modo, o problema regional brasileiro estava presente em todo o país, e não somente no Norte e Nordeste, como era antes considerado, portanto, seria preciso mudar o escopo da política, que passaria de macrorregional para sub-regional.

No quadro em tela foram criadas institucionalidades, elaboradas políticas de cunho territorial e que visavam superar o caráter setorial e fragmentado das políticas públicas. Continuaram a acontecer os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento, superando o volume de R\$ 74 bilhões no ano de 2010, bem como os incentivos fiscais concedidos para empresas instaladas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE, no ano referido, esses incentivos alcançaram cerca de R\$ 6,4 bilhões. Os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDN), também faziam parte dos instrumentos de desenvolvimento regional. Esses fundos financiavam empresas constituídas na forma de sociedade por ações, aptas a emitir debêntures. Em 2010, por exemplo, o FDA e FDN contaram com orçamentos de, respectivamente, R\$ 1,03 bilhão e R\$ 1,05 bilhão (PNDR, 2012).

No dizer de Brandão (2014), é inegável que avanços ocorreram, especialmente quanto ao diagnóstico mais aprofundado das problemáticas socioespaciais, e também implicitamente, por exemplo, com avanços expressivos nas políticas de transferência de renda, no crescimento formal do emprego, na valorização do salário mínimo, na

expansão do crédito ao consumo e ao investimento, na expansão do Ensino Superior, dentre outras questões. Contudo, ainda para o autor, a partir da crise mundial de 2008, o regime de crescimento estabelecido a partir de 2003 começou a dar mostras de esgotamento, tendo seu auge crítico nas eleições de 2014 e início de 2015.

Nos primeiros 10 meses do ano de 2016, face à inicial indefinição e depois transição político-partidária no Poder Executivo do país, a questão regional não avançou. Exemplifica essa assertiva as participações das macrorregiões brasileiras no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, se considerada a base histórica de 1940 a 2010, quando, conforme o IBGE (2010), não se alteraram de modo significativo, principalmente para as três regiões mais populosas do país. A participação do Nordeste caiu de 16,7% para 13,1% no período; já o Sudeste teve uma redução em sua participação de 62,9% para 56%. As regiões Norte e Centro-Oeste, menos populosas, ganharam relativa participação no período supra-mencionado. A participação da primeira passou de 2,7% para 5,1% do PIB, e do Centro – Oeste de 2,1% para 9,2% (IBGE, 2010).

Neste contexto, apesar de ter tido uma participação do PIB nacional da ordem de 13% em 2008 - quando há um agravamento da crise mundial – o Nordeste concentrava, segundo o Censo do IBGE de 2010, quase 28% da população nacional. Da mesma maneira, o Norte concentrava aproximadamente 8,3% da população nacional, e tinha participação no PIB de aproximadamente 5%. Isso faz com que a renda per capita dessas duas macrorregiões fique abaixo da média nacional. Já o Sudeste, também segundo o IBGE, com pouco mais de 42% da população nacional, tinha uma participação no PIB de cerca de 56%, possibilitando-lhe uma renda per capita superior a média nacional. O Sul e o Centro-Oeste tinham participações no PIB e na população nacional parecidas (IBGE, 2010).

O contexto descrito põe em relevo dois tipos de problema regional no Brasil: por um lado fica evidente que a produção é bastante concentrada no espaço e, por outro, a renda per capita das diferentes regiões é desigual, uma vez que a população não é tão concentrada no espaço como o PIB.

A partir do exposto, cabe então uma indagação: qual é, efetivamente, o projeto nacional de desenvolvimento? Será mesmo que existe um projeto nacional de desenvolvimento? Não é excessivo afirmar que não existe uma estratégia nacional de desenvolvimento precisa e contundente, não é possível vislumbrar o que o país será daqui a 40 ou 50 anos, não há claramente traçadas metas para este fim. O que se tem de

concreto, conforme Carleial (2014), é a previsão dos investimentos, em curso e futuros, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), nos quais sobressaem aqueles que se relacionam com setores do petróleo e gás, da indústria extrativa mineral e automotivo. Adicionalmente, há alguns investimentos em infraestrutura, especificamente em logística, energia, saneamento básico, telecomunicação e programas de concessão (portos, ferrovias e aeroportos). Assim, a questão regional no país no âmbito das políticas públicas tem sido pouco problematizada e tratada com diferenciação espacial no sentido de parecer contribuir para perpetuar as desigualdades regionais que existem.

3 RECÔNCAVO SUL: SÍNTESE TÊMPORO-ESPACIAL DA EVOLUÇÃO REGIONAL

Neste capítulo faz-se um levantamento histórico-social do Recôncavo, introduzindo questões que permitem entender os processos que engendraram a construção, expansão e consolidação do seu território, assim como as principais características da estrutura produtiva, tendo por base a concretização da interface tempo-espaço. O propósito fundamental é responder ao desafio de compreensão da constituição do Recôncavo (especialmente a sua porção sul) como uma região da Bahia, com o esforço de abranger as diferentes interpretações que dão conta de suas condicionantes regionais.

3.1 Localização da região e formação do território

O Recôncavo da Bahia é a região geográfica localizada em torno da Baía de Todos os Santos, abrangendo a Região Metropolitana de Salvador, ou como descreveu Milton Santos (1998) o [Recôncavo] fica em torno da Baía de Todos os Santos aureolando Salvador e tem seus limites a partir das barrancas da margem oriental do Rio São Francisco, descendo em convergência até o nível do mar, num circuito de aproximadamente 200 quilômetros.

Conforme esta descrição geográfica e fisiográfica da região, é possível compreender o Recôncavo como um cenário natural em forma côncava, respeitando a origem do vocábulo Recôncavo.

Com descrição semelhante, Pedrão (1997, p. 2) diz ser o Recôncavo “uma região de uns 11.000 Km² - dos 541.000 do Estado da Bahia – em forma de fértil crescente, disposta ao redor da Baía de Todos os Santos, alimentada principalmente pelos rios Paraguaçu, Subaé e Jaguaripe”.

Parece haver um consenso quanto a esta delimitação natural da região, o qual não tem correspondência no plano (geo)político, territorial e social, uma vez que diferentes concepções alimentam o debate sobre o Recôncavo. Neste sentido, Santos chama a atenção para uma definição de região muito mais dinâmica que aquela proposta tradicionalmente pelo aspecto natural, uma vez que, “o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que uma unidade fisiográfica” (SANTOS, 1997, p. 59). Para esse autor, a unidade da região provém das relações entre suas partes, que desenvolvem diferentes atividades também com vocações diversas.

Qualquer tentativa de delimitação precisa de uma região torna-se complexa em função dos vários aspectos que a mesma incorpora, seja do ponto de vista geográfico, econômico, político, social, cultural ou antropológico. Isso significa que toda tentativa de traçar uma localização e delimitação do Recôncavo, enquanto região, requer considerar a sua historicidade lastreada na relação espaço-tempo e a sua dinamicidade, ao invés de entendê-la apenas como um substrato natural no qual se desenvolvem, naturalmente, relações sociais e econômicas. Do contrário, tais relações devem ser preponderantes para entender as feições assumidas pelo Recôncavo na construção da sua própria história, como resultado de um processo histórico, cujas definições resultam do cotidiano de seus agentes em seu próprio tempo.

Maria de Azevedo Brandão afirmou que “na verdade, o Recôncavo nunca foi, seja quanto ao substrato ambiental, ou a concepção econômica, uma área uniforme, mas antes um complexo de subáreas especializadas” (BRANDÃO, 1998, p. 31-32). Essa autora estabeleceu que a região do Recôncavo compreendia quatro subáreas: a área do massapê, composta por Santo Amaro, São Francisco do Conde, Terra Nova e São Sebastião do Passé, dominada pela produção do açúcar; o alto Recôncavo, os tabuleiros a Oeste, dedicados basicamente à produção de fumo e de alimentos, demograficamente denso e marcado por um processo de minifundização; o baixo Recôncavo, as terras ao Sul e a Sudoeste, com maior frequência de médias e pequenas propriedades, e que se ocupam sempre mais preponderantemente com a produção alimentar (...); o Recôncavo Norte, demograficamente ralo e marcadamente isolado das demais áreas da região e da própria capital, apesar de sua vizinhança física, este então dedicado a sua produção de subsistência e do coco da Bahia e à pecuária extensiva (BRANDÃO, 1998).

Partindo de ponto de vista semelhante, numa análise datada da década de 1950, Costa Pinto compreendeu o Recôncavo como uma síntese regional, dividida em outras seis sub-regiões: zona da pesca e do saveiro, na orla marítima e nas ilhas; zona do fumo, mais recuada do litoral, zona da agricultura de subsistência, área descontínua, conjunto de manchas, roças de mandioca, milho, feijão, hortaliças, frutas, associada ao pequeno criatório, que se espalha, por todo Recôncavo, completam outras culturas principais, concentrando-se mais na direção das fronteiras do Sul e do Sudoeste; zona do petróleo, ainda crescente, definindo agora os seus limites geográficos pelo processo ecológico de invasão de outras zonas, concentrada entretanto, nas mesmas terras do massapê açucareiro, nas ilhas e na orla marítima; zona urbana de Salvador, de características

metropolitanas, ou quase, cuja existência, crescimento e função, é como centro de consumo, de redistribuição e serviços. (COSTA PINTO, 1998).

O Recôncavo recortado em subáreas baseia-se em diferentes atividades econômicas, estas, por sua vez, correspondem a diferentes grupos sociais, que atuaram em limites e dimensões temporais distintos, marcando suas épocas, enquanto produziam e reproduziam seus modos de vida tanto no âmbito rural como urbano. São “suas várias porções com vocações e atividades diferentes” (SANTOS, 1998, p. 62-63), que lhes conferem um caráter distinto de outras regiões da Bahia, a exemplo do sertão.

Essa unidade-diversidade apontada pelos autores como fundante na formação do Recôncavo, oferece possibilidades de se pensar, portanto, na existência de vários recôncavos dentro do Recôncavo da Bahia. Para Oliveira (2000), essa diversidade é, justamente, a maior singularidade do Recôncavo enquanto região, posto que reconhece que o Recôncavo comporta singularidades que lhe dão identidade, mas, ao mesmo tempo, uma diversidade que acaba por demonstrar uma unidade específica.

A construção dessa unidade-diversidade é, por sua vez, explicada por Brandão (1997, p.32) em função de que “a produção do açúcar jamais subsistiu só, mas integrada a um complexo de atividades espacialmente diferenciadas”. Com a ocupação da região de forma sistemática, inicia-se nas terras de solo massapê, a monocultura da cana e a construção de engenhos para a produção de açúcar, que faria deste o primeiro produto da colônia portuguesa nas Américas, destinado ao mercado internacional.

A instalação nas Antilhas de um centro produtor de açúcar concorrente ao brasileiro, provocou uma sucessão de crises que levou ao declínio do açúcar pelo final do século XIX. Segundo Costa Pinto (1998), a cultura do fumo passa a ser, por sua vez, uma lavoura típica do Recôncavo na segunda metade do século XIX. Parcela expressiva da população dessa subárea do Recôncavo subsistia da produção fumageira, principalmente do trabalho nas fábricas de charutos que foram se instalando.

As fábricas de charutos do Recôncavo, que no dizer de Costa Pinto (1998, p.34) “foram instituições urbanas e urbanizantes”, promoveram uma revolução industrial na região, podendo-se até falar na emergência de um novo sistema econômico, em coexistência com os outros, em função do qual surgiram novos tipos de relações sociais e novos valores humanos.

As décadas de 1920 e 1930 marcaram o apogeu da economia fumageira, cuja produção arrefeceu, a partir da 2ª Guerra Mundial, quando as fábricas foram sendo fechadas e os pequenos fabricos e as bancas domésticas foram desaparecendo.

Muitas mudanças começaram a ocorrer a partir de 1940 e, na tentativa de compreender a realidade e apontar as possibilidades, uma série de estudos começaram a ser produzidos e publicados. Dentre estes, vale a pena apontar o trabalho de Costa Pinto (1958), “Recôncavo: laboratório de uma experiência humana”; Milton Santos (1959), “A rede urbana do Recôncavo”; e Thales de Azevedo (1959), “O advento da Petrobrás no Recôncavo”.

Para Milton Santos (1959, p. 95), o Recôncavo comportava “28 municípios, dentre os quais Salvador- “que presidia a esse espaço”, Alagoinhas e Feira de Santana que, na verdade, pertencem a uma “faixa limítrofe entre o Recôncavo e o Sertão”. A agregação dessas duas cidades ao Recôncavo, segundo o autor, veio em função de uma série de fatores que, há tempos, vinham se desenvolvendo, tais como a organização de uma rede de estradas de ferro, com ligação com Salvador, que coordenava as atividades regionais; a decadência cada vez maior das lavouras de cana-de-açúcar e fumo; o crescimento demográfico da capital da Bahia e dos seus padrões de vida - que quase triplicou no século XX - ampliando a necessidade de abastecimento e, o mais importante, a introdução da rodovia em 1940, que favoreceu a circulação dos caminhões, que desde os anos 30 começavam a rodar, aumentando em rapidez, segurança e volume de carga a comercialização, e levando por água abaixo os saveiros e outros transportes flúvio-marítimos, que garantiam à Cachoeira e Nazaré, posições de destaque na circulação de mercadorias, comerciantes e agricultores do Recôncavo.

Assim, a estrada BR-5, a BR-324 e a Rio-Bahia, foram favoráveis à Feira de Santana; já Alagoinhas, foi favorecida com a construção de novas estradas de ferro no Nordeste, e com a condição de “entroncamento ferroviário mais importante do Estado” (SANTOS, 1959, p. 84). Nesse sentido, o surgimento dessas duas capitais sub-regionais como entroncamentos e centros de distribuição, e a facilidade de deslocamento em direção à Salvador, metrópole e capital regional, ampliou o domínio desses três municípios sobre os outros 25 citados, no referente estudo de Milton Santos, como pertencentes à rede urbana do Recôncavo.

Já no texto de L. A. Costa Pinto (1958), a divisão política do Recôncavo contava com 23 municípios, excluindo Feira de Santana e Alagoinhas, mas mantendo a cidade do Salvador e sua centralidade dominante na região. Distinguindo, como foi citado, o Recôncavo em seis sub-áreas, Costa Pinto seguiu estudando o antes e depois das relações de produção e das relações sociais, que ao longo da história, foram se desenvolvendo na região, apontando fatores de unidade e de diversidade interna no

plano econômico, social e político, na qual o urbano, o moderno, o contemporâneo, o industrial, o capitalista, orientados pelo(a) capital, se confrontaram com uma forma de organização na qual o rural, o camponês, o “comunista”, ainda se constituíam como fortes referências.

Nessa mesma linha de pensamento, Santos (1959) definiu o Recôncavo Baiano como uma região de vida urbana notável e, ao mesmo tempo, onde as densidades rurais atingiam índices bem elevados, os mais altos do Estado. Assim, o Recôncavo constituía um “complexo regional” sempre coordenado pela cidade de Salvador. A diversidade identificada na região representa um grande conjunto composto por “porções diferenciadas, que apesar de se integrarem, dão-lhe um caráter multifacetado” (SANTOS, 1959, p. 65), através dos pequenos Recôncavos: o canavieiro, o fumageiro, o mandiocueiro e da subsistência, o da pesca, o ceramista.

Diferentemente de Milton Santos, o estudo de Costa Pinto e, mais ainda, o de Thales de Azevedo (1959), indicaram um novo dado que, para eles, era o melhor exemplo dessas modificações e das relações conflituosas, sofridas no processo de produção da vida na região, ou seja: a exploração do petróleo, que surgiu “nas terras mais ricas e da ocupação mais antiga do Recôncavo, nasceu do ventre mole do massapê, no centro da zona do açúcar, exatamente nas margens do fundo do golfo” (COSTA PINTO, 1998, p. 43), e fizeram com que comunidades tradicionais, que se desenvolviam a partir de atividades não menos tradicionais, como a agricultura, a pesca, o artesanato, e de relações sociais que assumiam um caráter mais paternalista do que patronal, sofressem, em múltiplos sentidos, abalos em suas estruturas.

Segundo Pedrão (1997), a presença da produção de petróleo na região pode ser dividida em três fases: no início, as mudanças derivavam do impacto das atividades de pesquisas e exploração do mesmo, que eram preponderantes. Já na segunda fase, verifica-se a ampliação do campo de produção e a implantação de certa capacidade de processamento. Por último, na terceira fase, a capacidade de refino de petróleo ultrapassou a capacidade local de extração.

Os impactos mais expressivos, relacionados à primeira fase são: a valorização de terras subutilizadas, a criação de empregos para trabalhadores semi ou sem especialização, a emergência de demanda para o setor da construção civil. Além desses impactos, ainda de acordo com Pedrão (1997) e Azevedo (1997), surgiu na região um poder quase ditatorial, representado pela Petrobras. A expansão do elo industrial do setor petrolífero, verificada na segunda fase, ligou-se à internacionalização de efeitos

sobre a indústria metalomecânica e elétrica. Concomitante ao declínio da produção de petróleo, na terceira fase, verificou-se a redução sistemática de empregos na região.

A evolução da indústria do petróleo criou as bases para o avanço do processo de industrialização do Estado, no entanto, concentrado na Região Metropolitana de Salvador. Paralelo ao lançamento da industrialização baiana, ocorreu o declínio mais acentuado da indústria do fumo. Assim, a função de Salvador de metrópole do Recôncavo, já indicada, segundo Brandão (1997), por Aroldo de Azevedo, em 1940, foi reforçada. Nas palavras de Brandão (1997, p.88), Salvador passou a ser “metrópole e capital regional ao mesmo tempo”.

Reforçando esse quadro regional, a decadência dos transportes ferroviário, marítimo e fluvial, preponderantes no Recôncavo, foi decisivo para a decadência da região. Nazaré e Cachoeira representavam pontos estratégicos no transporte ferroviário, enquanto que Cachoeira, Maragogipe e São Roque preponderavam no transporte aquático. A decadência do transporte ferroviário, juntamente com a desativação do porto de São Roque, em 1967, demarcaram uma ruptura decisiva do tráfego local de saveiros e canoas (PEDRÃO, 1997).

Mais uma vez, na opinião de Pedrão (1997), a importância do Recôncavo da Bahia foi decrescendo, também, à medida que a rede ferroviária alcançou Juazeiro e Sergipe. Algo mais importante em termos de modificação na acessibilidade entre as áreas constitutivas do Recôncavo, e que contribuiu adicionalmente para acentuar as diferenças entre as suas subáreas, ocorreu com a abertura das estradas intra-regionais na década de 1960.

Com a mudança nos percursos de ligação capital-interior, em função do surgimento das rodovias, o Recôncavo experimentou estagnação econômica até meados do século XX. Some-se a isso, a crise da agroindústria açucareira, que desenhava um quadro de decadência aguda na região, cuja economia só voltou a ter novo impulso, ainda que restrito geograficamente à parte Nordeste da região, com a descoberta de petróleo, na década de 1950, e a subsequente instalação de equipamentos industriais de refino de combustíveis e derivados.

As realizações da Petrobras, em consonância com os agentes regionais, usineiros, banqueiros, fazendeiros, grandes comerciantes e o Estado, implementaram transformações capazes de dinamizar menos o Recôncavo Sul e mais os municípios que integram a Região Metropolitana de Salvador, notadamente Camaçari, Madre de Deus, São Francisco do Conde e Candeias. Alguns desses municípios passaram a

experimental um aumento, até então inédito, no seu Produto Interno Bruto - PIB, que funcionam como força motriz para a instalação de diferentes segmentos comerciais e agroindustriais.

A partir da década de 1970, a Bahia, como de resto o Nordeste, passou a ser contemplada por projetos políticos, que promoveram obras de beneficiamento no setor da agroindústria, financiadas pelo Banco do Nordeste. Os recursos foram conduzidos para os setores de produção de frutas, óleos vegetais, derivados do leite e do arroz. O maior volume de investimentos, tanto públicos quanto da iniciativa privada, eram direcionados para a indústria petroquímica.

No Recôncavo Sul, foram investidos recursos na citricultura, notadamente na produção de laranja “*in natura*” destinada às indústrias do Centro Industrial de Aratu-CIA, transformadoras de suco de laranja, visando o mercado externo. Os municípios de Cruz das Almas e Sapeaçu, e toda a área circunvizinha, passaram a produzir a laranja destinada a essas indústrias. O Estado, interessado em resguardar o mercado internacional para os produtos cítricos, fomentou o desenvolvimento de pesquisas genéticas, em busca de novas variedades, do controle de pragas e doenças, tendo como órgão de apoio, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Inclusive uma unidade da Embrapa foi instalada em Cruz das Almas, com o propósito de realizar pesquisas agroindustriais e desenvolver a fruticultura.

Aliado a isso, o tipo predominante de agricultura praticada na região é a familiar, e sob essa condição, poucos são os agricultores possuidores dos recursos necessários para investir em suas propriedades nos padrões exigidos pela indústria contemporânea para atender as demandas de mercado, cada vez mais exigentes e articuladas. As ações estatais não foram suficientemente capazes de tornar a agricultura no Recôncavo Sul competitiva.

Na década de 1990 ganhou força, no Estado da Bahia e destacadamente na região do Recôncavo Sul, o complexo produtivo agroindustrial da avicultura. Em municípios como Cruz das Almas, Muritiba e Cachoeira, foram instalados complexos avícolas, tendo à frente as empresas Avigro e Avipal, organizadas na forma de integração vertical da produção.

No entanto, o Recôncavo Sul e de resto a Bahia, não acompanhou os elevados índices de crescimento verificados neste setor em outras regiões do país. A produção estadual não conseguiu atender à demanda interna, fazendo com que o Estado passasse a importar tanto o frango vivo, quanto o industrializado.

A partir dos anos 2000, a implantação de Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, bem como a expansão do comércio e dos serviços, têm definido o funcionamento da região e suscitado questões mais recentes quanto a aspectos socioeconômicos constitutivos da região, com reflexos diretos na sua estrutura demográfica.

3.2 Aspectos físicos

Do ponto de vista climático, o Recôncavo Sul apresenta fortes variações relativas ao clima. As temperaturas extremas podem chegar a 17,6 C (média das mínimas) e 29,5 °C (média das máximas). A variabilidade da precipitação em algumas localidades da região permite identificar áreas com precipitações acima de 1.800mm, consideradas úmidas, e abaixo de 800mm, semi-áridas. O balanço hídrico apresentado no meio físico da Bacia do Recôncavo Sul e do Paraguaçu, mostra que na faixa litorânea não há deficiência hídrica. Relativo ao excedente hídrico, os municípios de São Felipe, Santa Inês e Santo Antônio de Jesus, representam o limite onde este não ocorre mais (ATLAS DA BAHIA, 2010).

Quanto ao aspecto geológico, as feições do Recôncavo Sul estão representadas pelo Planalto Cristalino e como recursos mais importantes na região tem-se o manganês, o turfa, o petróleo, o gás natural, o quartzo e os materiais para construção civil, embora haja outras ocorrências como a salgema, a barita e o ferro, inclusive o manganês já foi um recurso explorado na região. As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são: quartzo em Cachoeira, Castro Alves, São Félix e Sapeaçu, manganês em Cachoeira, Castro Alves, Santo Antônio de Jesus e São Félix, e areia em Cachoeira e São Félix (ATLAS DA BAHIA, 2010).

Relativo à geomorfologia, os domínios, as regiões e as unidades geomorfológicas da região estão expressas no quadro 5, que segue.

Quadro 5 - Domínios, Regiões e Unidades Geomorfológicas do Recôncavo Sul

Domínios	Regiões	Unidades
Planaltos Inumados	Planalto Cimeiro	Planalto dos Geraizinhos
	Baixos Planaltos	Tabuleiros Interioranos
Planaltos Cristalinos	Planalto Soerguido	Serras Marginais
	Planalto Rebaixado	Tabuleiros Pré-Litorâneos
Bacias e Coberturas Sedimentares do Recôncavo e Depósitos Sedimentares.	Planície Litorânea	Planícies Marinha e Fluviomarinha
		Baixada Litorânea (Tabuleiros do Recôncavo)
		Pediplano Sertanejo
Depressão Interplanáltica	Depressão Sertaneja	

Fonte: Atlas da Bahia, 2010

Quanto aos solos predominantes, correspondem as classes dos podzólicos e dos latossolos, os quais, embora profundos, são na sua grande maioria, de baixa fertilidade natural, necessitando de correções e adubações para serem explorados e manejados adequadamente. Além desses solos, destacam-se também os de caráter vértico, conhecidos como massapês, de alta fertilidade natural, onde se desenvolvam as explorações de cana-de-açúcar. Relativo à vegetação, há um alto grau de antropização na região, que já alterou grande parte dos ambientes de singularidade ecológica mas, ainda é possível observar vestígios de formações vegetais originais (ATLAS DA BAHIA, 2010).

Referente à rede hidrográfica, na área limítrofe do Recôncavo Sul, as principais bacias são a do Rio Jaguaribe e a do Rio da Dona, enquanto as demais compreendem partes do curso médio e inferior da bacia do Rio Jiquiriçá, do curso inferior do Rio Paraguaçu, além da bacia do Rio Subaé (ATLAS DA BAHIA, 2010).

Em relação às unidades de conservação, o Recôncavo Sul possui uma grande diversidade paisagística, com um potencial restrito para a viabilização de áreas de conservação do tipo Área de Proteção Ambiental- APA, onde é permitida a ocupação humana, embora com usos controlados, como: Áreas de Relevante Interesse Ecológico-ARIE, Estações Ecológicas e parques. A conservação e a preservação de áreas são feitas inicialmente por quatro Unidades de Conservação, inseridas, parcial ou completamente

no território, sendo uma de proteção integral, o Monumento Natural Canions do Subaé, em Santo Amaro. Os projetos de assentamento de reforma agrária aparecem mais acentuadamente em Santo Amaro, totalizando 9.066 hectares. Mais de 550 famílias são atendidas, boa parte envolvida na produção agrícola familiar (ATLAS DA BAHIA, 2010).

As zonas costeiras, especialmente os manguezais de Jaguaripe, de Salinas da Margarida, de Maragogipe e o entorno da Baía de Iguape, entre outras, representam áreas fundamentais para a preservação e do desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo. Os subespaços do Recôncavo Sul possuem características agroambientais que se aproximam, de um modo geral, mas que ao mesmo tempo guardam especificidades. A região do Recôncavo Sul é bastante diversificada, apresentando aspectos climáticos e botânicos com características diferenciadas, o que também se observa quanto à sua caracterização econômica e composição demográfica (ATLAS DA BAHIA, 2010).

3.3 Estrutura demográfica

Conforme o Censo Populacional de 2010, a população do Território de Identidade Recôncavo era de 514.792 habitantes, representando 3,7% da população total do estado da Bahia. Entre os anos de 2000 e 2010, a população do território apresentou um incremento de 6,1%, variação inferior à do estado para o mesmo período, que foi de 7,1%.

Em números absolutos, o município com maior concentração populacional foi Santo Antônio de Jesus, e Cruz das Almas apareceu na segunda posição, com 58.606 habitantes. Em posição contrária encontrava-se Dom Macedo Costa, figurando entre as menores populações do estado da Bahia.

Em relação à distribuição populacional por faixa etária, verificou-se uma tendência de queda na fecundidade da população, visto que a distribuição de 0 a 4 anos reduziu-se de forma significativa, enquanto que a população acima de 20 anos apresentou aumento em todos os segmentos etários, o que é possível ratificar, também, pelo achatamento observado na base da pirâmide etária. Isso se configura em um processo, ainda lento, de envelhecimento da população do território.

No quesito educação, ao se analisar o nível de alfabetização, em comparação com o do estado da Bahia, para os anos de 2000 e 2010, verifica-se que houve uma tendência de queda na taxa de analfabetismo em todos os municípios do Recôncavo. A menor taxa foi identificada em Cruz das Almas (10,6%), (SEI, 2010).

Para a análise das condições de habitação dos seus municípios componentes, a SEI (2010) selecionou três indicadores: abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário adequado. Os indicadores foram comparados com os do estado da Bahia para o mesmo período – o ano de 2010.

Em todos os indicadores analisados, a Bahia teve o melhor desempenho do que o Recôncavo, reflexo do nível de urbanização. O abastecimento de água no território apresentava, em 2010, uma taxa de atendimento de 71,7%, inferior ao percentual verificado no estado (80,0%). De igual forma, a coleta de lixo e o esgotamento sanitário estavam presentes em, respectivamente, 76,2% e 56,2% das residências baianas, enquanto que essas proporções caíam para 72,7% e 46,2% na região. Isso mostra as condições incipientes de moradia no Recôncavo em comparação com a média estadual. Através da análise de variáveis habitacionais é possível verificar que a situação das residências do Recôncavo encontrava-se em estágio inferior às do Estado da Bahia (SEI, 2010).

Em relação ao IDH, é possível verificar uma melhora significativa no nível de desenvolvimento humano de todos os municípios do TI, comprovando-se também que, no período abordado, o estado da Bahia quase dobrou o seu IDH, passando de 0,386, em 1991, para 0,660, em 2010 (SEI, 2010).

A melhora no IDH ocorreu em todos os anos comparados para todos os municípios do território. Os avanços mais significativos foram em Cabaceiras do Paraguaçu e São Felipe. No entanto, os melhores índices em 2010 foram exibidos por municípios que já apresentavam as melhores posições em 1991: Cruz das Almas, 0,699 e Santo Antônio de Jesus, 0,700, sendo que estes dois municípios apresentavam o IDH mais elevado do que o índice estadual em 2010 (SEI,2010).

O coeficiente de Gini, índice que mede o nível de concentração da renda, nos anos de 2000 e 2010, apresentou decréscimo para o estado da Bahia, bem como para o Recôncavo. Embora a região tenha mantido o seu nível de concentração de renda entre os anos de 2000 e 2010, a maior parte dos municípios que o compõem apresentou um desempenho positivo, ao reduzir a concentração de renda entre os seus habitantes (IBGE, 2010).

A proporção da população do TI Recôncavo em extrema pobreza em 2010 estava em patamares próximos à média estadual: Bahia, 15%; Recôncavo, 15,1%. Em 2010, Cabaceiras do Paraguaçu apresentou a maior proporção da população vivendo em extrema pobreza (31,8%). Em posição contrária, Santo Antônio de Jesus exibiu o menor percentual populacional vivendo nessas condições (7,0%), (IBGE, 2010).

Relativo ao mercado de trabalho, os dados da amostra do Censo 2010 indicam que o rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na região do Recôncavo foi de R\$ 686,63. Este valor esteve abaixo do apresentado pelo estado da Bahia, considerando-se o mesmo período, que foi de R\$ 901,85. O município de Cruz das Almas teve a renda média mais elevada em 2010: R\$ 874,74, ficando Santo Antônio de Jesus em seguida com R\$837,30 (IBGE, 2010).

Relativo à participação da região no total de pessoas ocupadas do Estado da Bahia, observou-se uma taxa de 3,5%, um pouco abaixo da participação da PEA no total do estado, que, em 2010, era de 3,7%. Considerando-se a PEA da região, em 2010 foi registrado o percentual de 12,9% de pessoas desocupadas, proporção acima da apresentada pela Bahia no mesmo período. No estado da Bahia, o total da PEA, 10,9% estavam sem ocupação em 2010. Na região, os sem ocupação totalizavam 27.938, representando 3,9% do total de desocupados no estado (CENSO 2010). Novamente Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas destacaram-se com a maior participação no total de desocupados na região, reflexo do elevado número de habitantes dos dois municípios e, conseqüentemente de sua PEA. Do contingente total de pessoas desocupadas no território, 18,0% estavam em Santo Antônio de Jesus e 15,2% no município de Cruz das Almas. Entretanto, ao se analisar a PEA de cada município individualmente, identificou-se em Santo Antônio de Jesus uma taxa de desocupados de 10,55 e em Cruz das Almas uma taxa de 15,6% da PEA sem ocupação em 2010 (IBGE, 2010).

Comparando-se a disponibilidade de novos postos de trabalho na região com o estado da Bahia, de 2004 a 2014, observa-se que houve uma variação de 87,4%. O estoque de vagas de trabalho na região em 2014 representou 3,0% do total de vagas disponíveis no estado da Bahia. Todavia, do total de 392.770 postos de trabalho no setor industrial, o Recôncavo Sul participou com 4,3%, superando a contribuição de vagas nos setores agrícola e de comércio e serviços, respectivamente, 3,0% e 2,7%. Considerando-se o estoque de vagas de trabalho ofertadas na região, os municípios de

Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas apresentaram as maiores participações, respectivamente, 31,2% e 16,5% (IBGE, 2010).

Quanto ao incremento percentual no número de vagas, o setor industrial apresentou a maior variação na comparação entre 2004 e 2014. O crescimento foi da ordem de 114,5%, seguido pelo setor terciário, que aumentou o número de vagas em 105,1% e, por fim, o setor agrícola, com um decréscimo de -8,3% no estoque de empregos formais. Em contrapartida, o setor de comércio e serviços registrou o maior número de vagas disponíveis em estoque (34.010), enquanto que os setores industrial e agropecuário contribuíram com 17.014 e 2.653 vagas em estoque de emprego formal, respectivamente (BRASIL, 2015). Santo Antônio de Jesus (22.558) e Cruz das Almas (11.952) detiveram o maior estoque de empregos formais em 2014.

Os municípios do TI Recôncavo apresentaram perfil diferenciado nas variáveis socioeconômicas analisadas. Houve proeminência de Santo Antônio de Jesus em diferentes aspectos, entretanto, os demais municípios apresentaram comportamento socioeconômico similar, o que, em tese, seria um elemento facilitador para a criação de projetos para a promoção do desenvolvimento da região, principalmente tendo-se em conta os seus aspectos econômicos.

3.4 Aspectos econômicos

Como já posto aqui, o povoamento do Recôncavo é consequência do modelo colonizador implantado no Brasil a partir da segunda metade do século XVI, que teve na produção de gêneros tropicais para exportação o seu elemento dinâmico. A Bahia tornou-se um dos mais bem sucedidos exemplos de exploração econômica, e o Recôncavo a região agrícola mais próspera, graças inicialmente à produção de açúcar e às atividades ligadas ao comércio.

Ao longo dos séculos, foram se sucedendo ciclos econômicos que reforçavam essa condição de exploração econômica e de alimentação do mercado externo. No final do século XX, com o declínio da produção fumageira, o setor de comércio e serviços começa a se destacar como sustentáculo econômico da região. No início do século XXI este setor ganha força, e na composição do valor adicionado bruto teve 70% de participação em 2014, enquanto que a indústria teve 20,9% e a agropecuária 9,1% (SEI, 2016). Para todos os municípios, a participação do setor terciário foi acima de 60%,

com exceção de Maragogipe (36,1%) e Cachoeira (57,7%), e em alguns municípios ultrapassou 80,0%: Santo Antônio de Jesus (82,8%), Nazaré e Muniz Ferreira (81,7%) e Cruz das Almas (81,4%). A elevada participação do setor de comércio e serviços nestes municípios foi decorrente do desempenho reduzido no setor industrial (SEI, 2016).

No setor secundário ganha destaque o município de Maragogipe, com participação da indústria de 57,0% no VAB municipal. A indústria naval e o estaleiro localizados no distrito de São Roque do Paraguaçu foram as atividades mais expressivas. Cachoeira (com 35,6%) e Santo Antônio de Jesus (com 26,3%), são os outros municípios com maior representatividade na indústria da região, o primeiro em função da Indústria de Beneficiamento de Couro *Mastrotto Reichert* e o segundo por conta do seu Distrito Industrial. No tocante ao setor primário, Salinas da Margarida (30,5%), Sapeaçu (29,9%) e Cabaceiras do Paraguaçu (21,9%), são os municípios com maior participação (SEI, 2016).

Os maiores municípios em termos de PIB foram: Santo Antônio de Jesus (R\$1,6 bilhão), Cruz das Almas (R\$ 772 milhões) e Maragogipe (R\$ 753 milhões). Já os menores em relação ao PIB foram: Dom Macedo Costa (R\$ 25 milhões) e Muniz Ferreira (R\$ 37 milhões). Os dois primeiros municípios com reduzido VAB tiveram uma elevada participação da administração pública na composição do PIB, respectivamente, 38,7% e 50,1%. Cabaceiras do Paraguaçu apresentou a segunda maior participação da administração pública com 46,1% (SEI, 2016). Isso demonstra que os municípios com menor dinamismo econômico tiveram o aporte de uma maior transferência de fundos municipais para o financiamento dos serviços públicos.

Em termos de corrente comércio por vias externas, de 2012 a 2015, as exportações superaram expressivamente as importações na região. Entretanto, os valores exportados apresentaram uma redução brusca. Na balança comercial da região, Cruz das Almas foi o município de maior destaque, posto que exportou para outros países, sobretudo Indonésia e Holanda, quantidade considerável de fumo natural e manufaturado, calçados para uso em indústrias e frutas cítricas secas e naturais (limão e lima)(SEI, 2016).

Em relação a agricultura, a região apresentou no ano de 2014 lavouras permanentes de tangerina, limão e laranja. Os municípios que se destacaram nessas produções na região foram: Santo Antônio de Jesus e Sapeaçu. Cruz das Almas foi o município com maior VAB da agropecuária, representando 10,9% deste no setor

primário, seguido por Maragogipe, com 10,0% do VAB agropecuário da região (IBGE, 2015).

Referente à pecuária, os principais efetivos de rebanhos, com as respectivas participações no Estado foram galináceos (6,7%) e suínos (3,3%). Cachoeira se destacou nos galináceos (com 61,1%) e Nazaré com os suínos (17,1%) (IBGE, 2015).

Para comércio e serviços, com base nos dados da RAIS (BRASIL, 2015), Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas destacaram-se com os maiores números de empresas cadastradas, representando, respectivamente, 34,7% e 18,5% do total da região. Quando analisados de forma desagregada, apenas no setor de comércio, os municípios com maiores participações foram Santo Antônio de Jesus com 32,0% e Cruz das Almas com 20,5%. Os demais municípios tiveram representatividade em números de estabelecimentos comerciais abaixo de 10,0%.

No setor industrial tiveram destaque os estabelecimentos relacionados à indústria de transformação e extrativa mineral. Santo Antônio de Jesus destacou-se por ter a maior quantidade de estabelecimentos nas atividades ligadas à indústria de transformação em relação aos demais municípios da região, tendo participação de 44,6%, sendo que Castro Alves deteve 57,15 dos estabelecimentos na extrativa mineral (IBGE, 2015). Os municípios de Nazaré e Cruz das Almas também tiveram participação considerável em números de estabelecimentos ligados à indústria extrativa mineral e de transformação, respectivamente.

O IDEM, calculado pela SEI (2013), representa uma mensuração de tendência da atividade econômica dos municípios baianos. Com base nesses dados, entre os anos de 2009 e 2012, as maiores taxas de crescimento médio foram observadas em Maragogipe (63,5%), Muniz Ferreira (15,2%) e Santo Antônio de Jesus (13,5%). As menores foram identificadas em Cabaceiras do Paraguaçu (1,5%), Saubara (2,7%) e São Felipe (2,8%). Graças à construção de um estaleiro no ano de 2012, na baía do Rio Paraguaçu, Maragogipe apresentou crescimento exponencial para aquele ano: 236,6%, o que influenciou diretamente no desempenho do município no período. De outro modo, a instalação do Estaleiro impactou não só em Maragogipe, mas na região do Recôncavo Sul por um determinado período e, por esta razão, é que, a partir de agora, se fará uma caracterização das implicações econômicas deste empreendimento nos contextos local e regional.

Anunciado como uma nova etapa de desenvolvimento para a Bahia, especialmente para o Recôncavo, em 2006, a Petrobras reativou o canteiro de São Roque do

Paraguaçu, construindo a PRA-1 (Plataforma de Rebombearmento Autônomo 1). A época, o governo do Estado propagou que a implantação da indústria naval representava uma janela de oportunidades para a Bahia, e que daria uma magnitude a região do Recôncavo – especialmente o Recôncavo Sul - que no último quartel do século XX começou a experimentar um franco declínio econômico.

São Roque do Paraguaçu, distrito do município de Maragogipe, há algumas décadas, teve grande pujança econômica, atraindo empresas de diversos setores, dentre eles mecânico e petrolífero para a região. Fruto da recessão das décadas de 1980 e 1990, o canteiro ficou sem investimentos e tornou-se inativo. A sua reativação se dá como parte do Programa de Consolidação da Indústria, um braço de um programa maior, o Acelera Bahia, lançado em maio de 2009. O referido Programa foi desenvolvido através da parceria entre a Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, tendo cinco frentes de atuação, dentre elas a que viabiliza a implantação de infra-estrutura de construção naval no Estado.

Com efeito, a implantação do Pólo da Indústria Naval da Bahia, gerou a expectativa de criação de cerca de 10 mil novos postos direitos de trabalho. A sua implantação deveria se dar em duas fases na área de influência do foz do Paraguaçu, nas proximidades do canteiro. Para isto, a OAS, Setal e Piemonte criaram o Estaleiro da Bahia S/A. A Odebrecht também investiu em um estaleiro no Paraguaçu. Um terceiro estaleiro deveria se juntar aos outros dois, perfazendo um investimento total de cerca de R\$ 2 bilhões. No local deveriam ainda ser construídas plataformas de petróleo, navios FPSO (*Floating, Production, Storage and Offload*), sondas de perfuração e petróleos.

Houve também a projeção de construção de embarcações de apoio, como barcos de suprimento e de apoio as operações marítimas de ancoragem de plataformas em alto mar, combate a derrames de óleo e outros fins. O Pólo possuía ainda potencial para a realização de conversões de cascos de navios para transformá-los em FPSO e/ ou sondas de perfuração marítima.

Deste modo, então, considerado pelo Governo do Estado, um empreendimento capaz de firmar a base para a retomada de um processo de crescimento econômico, o Pólo Naval se ocupou ainda da qualificação da mão-de-obra da região. Segundo informações da SICM (2008), a capacitação profissional seria possível por meio de parcerias entre o governo estadual e instituições como a FIEB e os Serviços Nacional e Aprendizagem Industrial (SENAI) e de Apoio as Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE).

A implantação do Pólo Naval, portanto, era propagada como uma oportunidade única que não poderia ser perdida pela Bahia em face da sua magnitude e sua capacidade de alavancagem da economia com geração intensiva de trabalho e renda, numa área onde predominaram atividades extrativistas de baixo rendimento que inibem o seu crescimento.

Passando ao largo de todas as implicações negativas, como as questões ambientais, com expressiva sustentação dos governos municipal, estadual e federal, o Empreendimento Enseada Indústria Naval foi implantado em Maragogipe, anunciado como elemento propulsor do desenvolvimento regional, amparado nas efetivas possibilidades de: aumento da oferta de empregos, atração de novos estabelecimentos comerciais, geração de 3 mil a 15 mil empregos, diretos e indiretos, respectivamente (BAHIA, 2007).

Conforme expressaram residentes do Distrito de São Roque do Paraguaçu, bem como do município de Maragogipe (em entrevistas realizadas para estudos de impacto do Estaleiro), não ocorreu uma absorção da mão-de-obra local nas proporções anunciadas pelo governo, de modo, que, avaliam que a instalação do Empreendimento pode ter sido bem para a região como um todo, mas não especialmente para o Distrito. Esta é a percepção preponderante entre os residentes, mesmo com a realização de diversos cursos profissionalizantes pelo PROMIMP- Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, com o propósito declarado de capacitar os jovens do local para o mercado de trabalho em diversas áreas, como solda, caldeiraria, pintura industrial e outros. Inicialmente no canteiro trabalharam em média 2.000 pessoas, e grande parte desse contingente era mão-de-obra dos municípios de Maragogipe e Nazaré, bem como Itaparica, Vera Cruz, Muniz Ferreira e Aratuípe.

Uma investigação inicial revelou que uma parte dos funcionários do estaleiro de São Roque que vieram de outros estados residia em Nazaré, o que gerou uma demanda por alojamento e residências, potencializando os setores de hospedagens, aluguel e mobiliário. Além disso, parte significativa desses funcionários recebia seus vencimentos na rede bancária deste município, fator que dinamizava o setor bancário local e o comércio do município.

Este emprego de trabalhadores de outros municípios, representou um ponto de conflitos de interesses, colocando em oposição moradores de Maragogipe e o Empreendimento, posto que, os primeiros se mostraram contrários a tal iniciativa, já que existia mão-de-obra local desempregada e no setor informal. Contudo, o

Empreendimento, até para ter aceitação popular para sua instalação, propagou a geração de emprego para toda a região, destacando, no entanto a preponderância para os maragogipanos.

Durante o lançamento da pedra fundamental do Empreendimento, foram apresentados alguns números relativos à contratação/emprego: três mil empregos diretos durante a construção, e cinco mil quando o Estaleiro entrasse em operação, com capacidade total para processar até 36 mil toneladas de aço por ano. Os investimentos totalizavam R\$ 2 bilhões e o estaleiro ficaria pronto no segundo semestre de 2014. Deste total, R\$ 1,5 bilhões seriam financiados pelo Estado e os R\$ 500 milhões pela iniciativa privada. Publicações posteriores atualizaram o valor para R\$ 2,6 bilhões e previsão de inauguração em março de 2015. Neste contexto, os números sobre geração de empregos- o impacto, possivelmente, de maior expectativa – são bastante dispares. Num primeiro encontro coletivo com a imprensa, ocorrido em 5 de setembro de 2013, promovido pelo EEPISA, o Estaleiro informou que, oficialmente, em julho de 2013 o Empreendimento contava com 7.113 trabalhadores, destes 2.945 trabalhavam como contratados, 781 eram subcontratados através de empresas terceirizadas, enquanto 2.832 eram contratados pelo consórcio construtor e 554 eram subcontratados através de empresas terceirizadas. O ponto máximo de contratação foi previsto para janeiro de 2014, sendo que a partir desta data, os trabalhadores mobilizados para a construção do Estaleiro seriam dispensados gradativamente (JORNAL GRANDE BAHIA, 2012; PRESSTRIP, 2013).

Foi neste cenário um tanto quanto nebuloso, que o Estaleiro teve pleno funcionamento, contudo com expressivas implicações na dinâmica socioespacial local e regional.

A visão do Estaleiro como propulsor da economia e gerador de mão-de-obra, não foi propagada apenas nas redes de comunicação local, mas também de veiculação nacional, vide exemplo da Revista Veja de fevereiro de 2014, que divulgou na matéria “Sorria: bons empregos à frente”*, que o município de Maragogipe estava no 6º lugar entre as 10 cidades brasileiras com melhor proposta de emprego.

Esta ampla oferta de emprego, refletiu no aumento de moradores e transeuntes da região, com destaque para os fluxos migratórios formados a partir da reativação do

*Disponível em: <http://www.zevaldoemaragogipe.com/2014/02revista-veja-estaleiro-enseasa-do.html>. acesso em maio de 2015.

canteiro e nos anos subsequentes, observou-se um incremento populacional no distrito, com aumento exponencial da ordem de 40% de moradores.

Este aumento populacional provocou ressonância em diferentes aspectos, bem como alteração em diversas dinâmicas. Uma primeira a ser apontada foi a especulação fundiária e imobiliária, tanto na comunidade de Enseada como no distrito, em que comumente era possível ver casas e terrenos de baixo padrão à venda com custos elevados. Possivelmente isto ocorreu em função de moradores, principalmente aqueles não absorvidos como mão-de-obra do Estaleiro, enxergarem nesta ação a possibilidade de ter ganhos financeiros.

A segunda questão expressiva ao tratar da realidade social do distrito e os reflexos de instalação da Enseada é a movimentação do comércio local, com o aumento de pessoas transitando na comunidade, ocorreu também o aumento do número de estabelecimentos, considerando que, segundo moradores, quase não existiam atividades comerciais na comunidade, de modo que, quase sempre eles precisavam se deslocar para as comunidades do entorno para adquirir produtos básicos. Ainda conforme estes mesmos moradores, na comunidade tinha apenas uma venda, uma barbearia, dois bares bem pequenos, e uma vez por semana, um caminhão que vendia frutas e verduras se deslocava a comunidade. Em 2011, a venda mudou de dono e foi ampliada, tornando-se uma mercearia com a comercialização de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza diversos. Iniciando o ano de 2013, um estabelecimento bem diferente dos padrões dos demais estabelecimentos passou a funcionar na comunidade: uma lanchonete que também funcionava como restaurante, e que tinha uma boa estrutura física, assemelhando-se a algumas instaladas na capital do Estado. Destaca-se que o proprietário mudou-se para a comunidade no ano de 2010, segundo ele atraído pela possibilidade de retorno financeiro rápido do investimento feito na casa comercial.

Assim como este, alguns outros comércios de alimentos surgiram, contudo não significou garantia de empregos para um número expressivo de funcionários, haja vista que quase sempre eram comércios que se utilizam de mão-de-obra do grupo familiar. Mas, para os pescadores e marisqueiras, por exemplo, estes comércios foram importantes para a compra da produção do pescado e marisco, pois na contramão da diminuição do produto na comunidade, a abertura destes pontos de comércio, aumentou a sua procura. Esta diminuição da produção se deu, conforme declararam moradores, pelo fato de que a área onde foi implantado o Empreendimento reduziu o espaço da pesca e da mariscagem, o que historicamente garantia a segurança social do grupo.

Com efeito, é possível identificar que o cotidiano dos moradores da comunidade do São Roque do Paraguaçu foi modificada com a instalação do Estaleiro - mudanças positivas e negativas- ressignificando a realidade com a inserção de novos elementos, que inexoravelmente conduziram a uma diferente dinâmica territorial, inclusive nos municípios do entorno, com destaque para Nazaré e Santo Antônio de Jesus, mas também Cachoeira, São Félix, Muritiba, Cruz das Almas, de onde vinham, predominantemente, os trabalhadores do Estaleiro.

Contudo, em fevereiro de 2016, o Estaleiro encerrou funcionamento, desempregando essa massa de trabalhadores e, mais do que isso, levando ao fechamento de vários empreendimentos de diferentes naturezas- hospedagem, alimentação, entretenimento e lazer, etc. – surgidos a partir de demandas do Estaleiro. Foram muitas e intensas as implicações deste fechamento, trazendo de volta a São Roque do Paraguaçu, a estagnação que anteriormente ao Estaleiro, bem já lhe caracterizava.

De meados do ano de 2016 até o presente, tem havido movimentos de reivindicação de reabertura do estaleiro, principalmente por parte dos ex-trabalhadores, esperançosos de que se concretize o que o Estaleiro anunciou quando da interrupção do funcionamento, de que as atividades seriam retomadas brevemente e de empreendedores locais, na perspectiva de reabrirem seus empreendimentos, muitos dos quais resultados de investimentos financeiros acumulados ao longo de uma vida. De fato, o que ficou para São Roque do Paraguaçu/Maragogipe e entorno foi um conjunto de impactos socioeconômicos negativos com o fechamento do Estaleiro.

Analisando-se as receitas municipais da região para o ano de 2015, verifica-se que uma parte considerável dos municípios apresentou dependência de transferências do governo federal, principalmente do FPM e do Fundeb. Considera-se um município com situação fiscal favorável quando ele apresenta um total de receita própria, decorrente da arrecadação municipal (ISS, IPTU, ITBI), acima de 30% da receita total. O município de Santo Antônio de Jesus foi o que apresentou o maior valor relativo de receita própria (13,4%), seguido por Cruz das Almas (9,0%), Maragogipe (8,0%) e Santo Amaro (6,2%). Os demais apresentaram valores abaixo de 6,0% (SEI, 2015).

O município com a maior dependência fiscal no ano de 2015 foi São Félix, por possuir uma receita própria de apenas 1,1% da receita total. Outros municípios com baixa capacidade de arrecadação foram: Dom Macedo Costa (1,3%), Muniz Ferreira (1,6%) e Conceição do Almeida (1,9%). A vulnerabilidade fiscal dos municípios com baixa capacidade de receitas próprias torna-os mais vinculados a programas sociais do

governo federal, principalmente para custeio de educação, saúde, saneamento básico e investimentos em infraestrutura. As receitas próprias são insuficientes para a execução de políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida da população. De todo modo, ao que parece, essa situação não é minorada com o planejamento oriundo para as regiões da Bahia, como posto em suas regionalizações.

3.5 A região nas regionalizações da Bahia

Este item tem por objetivo apresentar as políticas governamentais de desenvolvimento regional, implementadas da década de 1950 até a atualidade, articulando-as com as diferentes proposições de regionalização do território baiano, tendo como pano de fundo a estrutura e a evolução da economia baiana, em razão do entendimento de que a economia é a força motriz, que tem conferido diferentes feições, em diferentes épocas, à dinâmica socioespacial do Estado. Dito de outro modo, o que se evidencia neste item é como a territorialização regional tem sido subordinada a decisão e fluxo de investimentos econômicos.

Uma breve análise das políticas públicas de desenvolvimento do Estado da Bahia, revela que a atuação do Governo Estadual, aproximadamente de 1950 a 1990, em associação com o Governo Federal, teve forte viés de planejamento, onde os esforços foram centrados na consolidação da industrialização e, do final da década de 1990 a essa data, com primazia das ações na atração de investimentos privados e no estímulo à gestão endógena do desenvolvimento. Destaque-se que as regionalizações, postas para o Estado, de alguma forma corresponderam a esses modelos.

A implementação das políticas públicas regionais, específicas no Brasil, começaram a tomar forma na década de 1950, embasadas particularmente na teoria dos pólos de desenvolvimento, tão bem instrumentalizadas na Geografia, na economia e no planejamento. No entendimento dessa teoria, o crescimento econômico ocorria de modo bastante concentrado e com variação de intensidade, sendo maior nas áreas favorecidas pela localização de atividades industriais. Nesse caso, o crescimento não obedecia a um mesmo padrão de distribuição espacial, o que faria com que as regiões, capazes de gerar um maior adensamento da atividade industrial, ingressassem em um processo circular e cumulativo de crescimento, em detrimento de regiões relativamente mais atrasadas, o

que resultava em um aumento do hiato de desenvolvimento inter-regional. Assim, quanto mais desenvolvidas as regiões, melhores a infraestrutura física e a capacitação da força de trabalho e, em decorrência, maior a possibilidade delas atraírem novas atividades industriais e fornecedoras de serviços para a produção.

Foi nesse contexto que a Bahia se inseriu na matriz industrial brasileira, transformando-se em um supridor de produtos intermediários, para os setores de bens finais, instalados nas regiões Sul e Sudeste do país, como condição das estratégias nacionais de substituição de importações, que tão bem caracterizaram, na época, as políticas regionais. Este processo de industrialização foi estruturado por um planejamento sistemático, que resultou no Plano de Desenvolvimento da Bahia, PLANDEB, que propunha projetos para integrar, de forma sistêmica, os setores agrícola, industrial e comercial, com o propósito declarado de promover o desenvolvimento equilibrado do Estado da Bahia. (BAHIA, SEPLAN, 2015).

O PLANDEB projetou um setor industrial que possibilitasse um equilíbrio entre a produção de bens de consumo e do capital, além de enfatizar a prioridade para a especialização das grandes empresas produtoras de bens intermediários, aproveitando alguns recursos naturais, na época abundantes na região, como o petróleo. De modo amplo, esse Plano foi o responsável pela estratégia de desconcentração concentrada que preconizava a industrialização da Bahia, mediante a sua inserção no projeto nacional de desenvolvimento, posto em prática pelo Governo Federal.

A Bahia, assim, começou a ser contemplada com vários projetos industriais, calcados na produção de bens intermediários. Data dessa fase a implantação da Refinaria de Mataripe, que aproveitava a disponibilidade de petróleo no Estado e a formação de um complexo mineiro – metalúrgico em Candeias, mais precisamente na década de 1960. Esses empreendimentos ficavam no entorno de Salvador, que começava a despontar como centro econômico polarizador no Estado, o que hoje se confirma, a partir de dados de múltipla natureza, que demonstram a concentração nessa região, principalmente da produção industrial da Bahia, chegando a 70% do seu total.

Nesse período, seguindo uma divisão estabelecida pelo IBGE, em 1946, e utilizada por quase duas décadas, a Bahia foi dividida em 16 zonas fisiográficas (SPÍNOLA, 2003; XAVIER, 2003; SILVA, 1974) basicamente, a partir de dois critérios: quadro natural - Litoral Norte, Recôncavo, Extremo Sul, Nordeste, Encosta da Chapada Diamantina, Serra Geral, Baixo Médio São Francisco, Médio São Francisco-e

fatos humanos e econômicos, cacauceira, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Jequié e Conquista, etc.

No plano estadual, no ano de 1966, a Bahia foi dividida em 21 Regiões Administrativas - que atendia ao propósito de uma divisão territorial do Estado para fins administrativos- (Quadro 6). A instituição dessas regiões, em alguma medida, dava suporte à política de industrialização do Estado, uma vez que cada região administrativa comportava centros executivos regionais, tidos como unidades administrativas polivalentes, integrantes de cada secretaria de Estado ao nível de administração regional. Para Boaventura (1984), estes centros revelavam três conceitos estratégicos:

- a) A descentralização geográfica das atividades de administração específica de cada secretaria de Estado;
- b) a coordenação regional, da intervenção do Governo, visando a integração das ações no processo de desenvolvimento regional;
- c) e a qualificação dos órgãos centrais das Secretarias de Estado, concentrando seus esforços no desempenho de funções normativas.

Quadro 6 - Regiões Administrativas da Bahia, 1966

Região administrativa	Centro	Subcentro
1Salvador	Salvador	-
2Feira de Santana	Feira de Santana	-
3Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus	Cruz das Almas
4Alagoinhas	Alagoinhas	Esplanada; Cícero Dantas
5Serrinha	Serrinha	Euclides da Cunha
6Itaberaba	Itaberaba	Ibotirama; Seabra
7Jequié	Jequié	Ipiaú; Jaguaquara
8Valença	Valença	-
9Ribeira do Pombal	Ribeira do Pombal	-
10 Senhor do Bomfim	Senhor do Bomfim	-
11 Jacobina	Jacobina	-
12 Seabra	Seabra	-
13 Brumado	Brumado	-
14 Juazeiro	Juazeiro	-
15 Xique-Xique	Xique-Xique	-
16 Barreiras	Barreiras	-
17 Santa Maria da Vitória	Santa Maria da Vitória	-
18 Caetité	Caetité	-
19 Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	-
20 Ilhéus/Itabuna	Ilhéus	-
21 Medeiros Neto	Medeiros Neto	-

Fonte: BAHIA, Governo do Estado. 1973; adaptado por PINHEIRO, 2015.

No caso dessa regionalização, as cidades foram identificadas como centros regionais, a partir de sua infra-estrutura básica, como sistema de transporte e comunicação, e o seu comércio intra e inter-regional, que possibilitassem abrigar as funções administrativas, viabilizando a intermediação com centros menores, tornando mais eficaz o processo. A exceção de Salvador, as sedes foram situadas nos grandes centros urbanos, nos centros intermediários e nos centros em formação, conforme definição da Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966.

Destaca-se, nesse caso, que apenas dois municípios do Recôncavo Sul, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, constituíram-se em centros intermediários, sendo que apenas o segundo sediou uma região administrativa:

Fica evidente que o conceito estadual de Região Administrativa incorporou o conceito de região polarizada, uma vez que a sede de cada centro era catalisadora de agências, órgãos e serviços, nas mais diversas áreas de atuação do Governo, como educação, saúde, segurança, trânsito, e outros.

Embora essa regionalização tenha sido estabelecida, o projeto não foi implantado, mas passou por uma revisão, já prevista na Lei que o instituiu (nº 2.321, de 11 de abril de 1966). Desta revisão resultou a indicação de 17 Regiões Administrativas, igual número de centros e 25 sub-centros regionais, com organização fundamentada nas seguintes proposições:

- a) Funcionalidade sobre o espaço;
- b) perspectivas de desenvolvimento;
- c) viabilidade de transporte interno;
- d) dinamismo urbano dos centros;
- e) importância dos centros e sub-centros regionais de acordo com a política administrativa definida pelas Secretarias de Estado;
- f) adequação de acomodação dos sistemas administrativos vigentes;
- g) percepção das regiões econômicas, teoricamente viáveis para a execução de programas de desenvolvimento.

Os autores deste estudo pontuaram, especialmente, que as Regiões Administrativas propostas eram funcionais e não econômicas ou de programação, e que os espaços econômicos deviam ser considerados quando fosse definida a estratégia de desenvolvimento do Estado, bem como na elaboração dos diagnósticos micro-regionais. Estes ainda afirmaram que, embora fossem 17 RA, estas podiam ser agrupadas em sete

regiões econômicas e comandadas por quatro cidades com nível de capitais regionais de primeira ordem. Nesse caso, Salvador tinha o *status* de metrópole. As sete capitais regionais propostas foram: Vitória da Conquista, Itaberaba, Feira de Santana, Barreiras, Juazeiro, Jacobina, e as quatro capitais regionais, consideradas de primeira ordem foram: Vitória da Conquista, Feira de Santana, Salvador e Itabuna/ Ilhéus.

A essa proposta sucederam-se outras na tentativa de efetivar o planejamento estadual, que diferiam apenas na quantidade de regiões administrativas: em 1971, passaram a 31 RA; em 1973 eram 17 RA e, em 1983, vinte e sete regiões administrativas davam suporte a interiorização das ações governamentais.

Na segunda metade dos anos 1980 e na década de 1990, foram retomados os conceitos de regiões econômicas e regiões de influência urbana, lastreados pela dinâmica dos investimentos públicos e da iniciativa privada no território da Bahia, que resultavam em distintas realidades econômicas. Foi nesse contexto que se estabeleceram 15 Regiões Econômicas (Quadro 7), com o propósito declarado de guiar os empreendedores, quanto às melhores oportunidades emergentes, na atual realidade socioeconômica do Estado, distribuída nas diversas macro-áreas produtivas, desenvolvendo-se a partir de bases de produção específica e do potencial de atração demográfica constantes no estudo (SEI, 1990).

Quadro 7 – Mesorregiões econômicas da Bahia – 1990

Regiões econômicas	Cidade-pólo	Cidades Sub-pólos
Região Metropolitana de Salvador	Salvador	Camaçari
Litoral Norte	Alagoinhas	Entre Rios
Recôncavo Sul	Santo Antônio de Jesus	Cruz das Almas/Santo Amaro
Litoral Sul	Ilhéus/Itabuna	Valença
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	Eunápolis/Porto Seguro
Nordeste	Paulo Afonso	Serrinha/Ribeira do Pombal
Paraguaçu	Feira de Santana	Itaberaba
Sudoeste	Vitória da Conquista	Jequié/Itapetinga
Baixo Médio São Francisco	Juazeiro	-
Piemonte da Diamantina	Jacobina	Senhor do Bonfim
Irecê	Irecê	Xique-Xique
Chapada Diamantina	Seabra	Lençóis
Serra Geral	Brumado	Guanambi/Caetitê
Médio São Francisco	Bom Jesus da Lapa	Ibotirama/Boquira
Oeste	Barreiras	Santa Maria da Vitória

Fonte: **BAHIA**, SEI, 1990; adaptado Por PINHEIRO, 2015.

Aqui destaca-se que, no Recôncavo Sul, Santo Antônio de Jesus assumiu a função de pólo principal, estando Cruz das Almas e Santo Amaro figurando como sub-pólos.

Data também do início da década de 1990 um estudo fruto da articulação entre a SEPLAN e a UFBA, que revisou a divisão do Estado da Bahia em RAA, recomendando o estabelecimento das regiões de influência urbana em número de 26, apontando novos núcleos centrais e suas respectivas áreas de influência, como posto no Quadro 8.

Quadro 8 – Regiões de influência urbana da Bahia – 1990

Metrópole nacional	Grupo 1		Grupo 2			Grupo 3			Grupo 4
	Aglomerados urbanos metropolitanos		Aglomerados urbanos não metropolitanos			Centros urbanos regionais			
	Ordem 1	Ordem2	Ordem1	Ordem2	Ordem3	Ordem1	Ordem2	Ordem3	Novas territorialidades
Salvador		Salvador (Salvador, Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias, São Sebastião do Passé, Dias d'Ávila, Cachoeira, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Itaparica, Madre de Deus).		Feira de Santana (Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues e Conceição da Feira); Ilhéus/ Itabuna (Ilhéus e Itabuna).	Petrolina (Petrolina/ PE e Juazeiro) Teixeira de Freitas (Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro); Santo Antônio de Jesus (Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Cruz das Almas e Nazaré).	Vitória da Conquista, Jequié, Alagoinhas, Barreiras, Jacobina e Guanambi.	Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Serrinha, Valença, Itamaraju, Brumado, Itaberaba, Itapetinga, Conceição do Coité e Irecê	Ipirá, Campo Formoso, Euclides da Cunha e Monte Santo.	Lençóis, Andaraí, Nova Viçosa, Caravelas, Prado, Conde e Santa Cruz Cabralia.

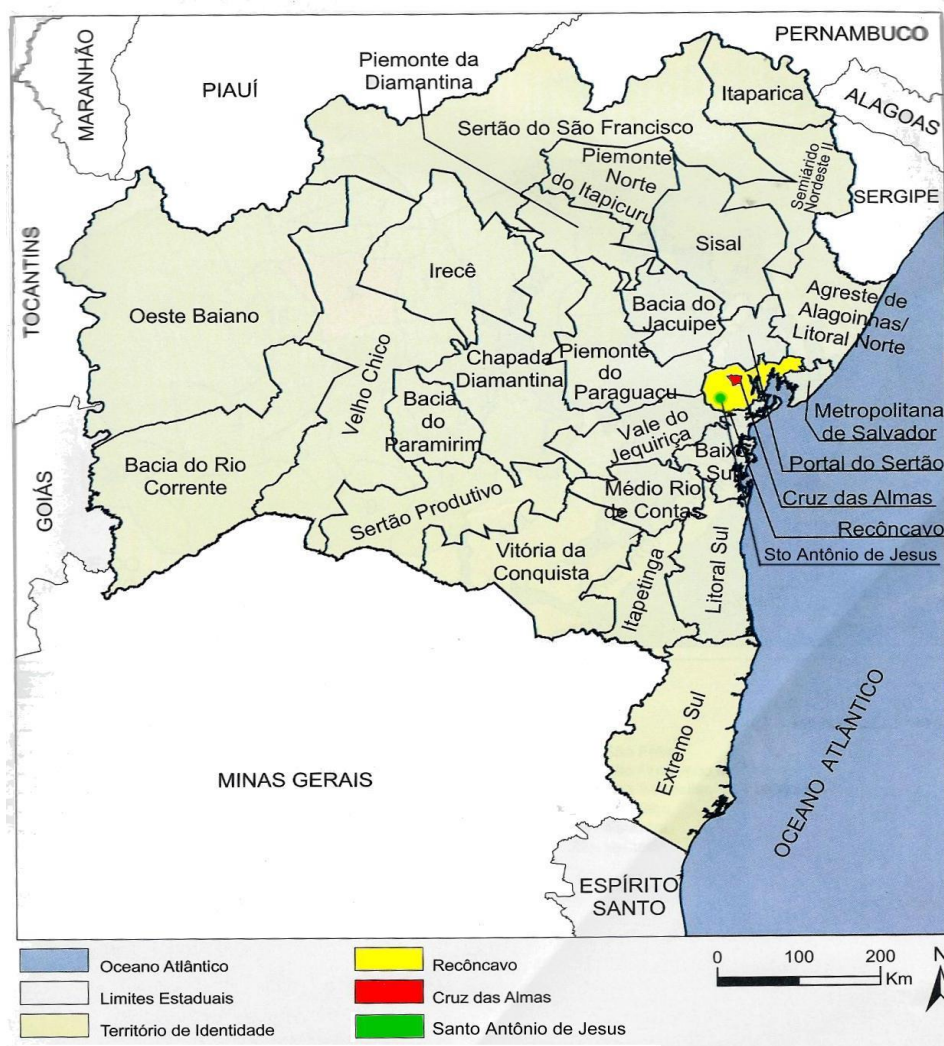
Fonte: BAHIA, SEPLAN, 2014

A influência urbana, neste caso, constitui-se em um instrumento de definição funcional e hierarquizante do papel das distintas sedes municipais que aglutinam os serviços econômicos, sociais, fiscais, financeiros, infraestrutura e outros, que ficam a cargo do Poder Público nas esferas federal e estadual. Esta forma de regionalizar evidencia que, para além do aspecto exclusivamente político, que tão bem caracterizava

a divisão em regiões administrativas, o fator econômico passa a ser preponderante, como já ocorria com a definição das regiões econômicas. Esta lógica de organização espacial põe em relevo as linhas norteadoras de políticas governamentais regionais, claramente amparadas na especialização produtiva, o que significa dizer, que o peso de cada região no Estado passa a ser dado a partir do seu aspecto produtivo, com uma confluência de políticas, que acabam por cristalizar a condição de cada um no que se pode chamar de hierarquia regional.

Desde o início do século XXI, ganhou força, no âmbito das políticas governamentais de desenvolvimento, a categoria território, quase que em substituição a região. Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), adotou o território como categoria operacional para a implantação de políticas de desenvolvimento rural no país, uma vez que “a partir dos anos 90 constatou-se uma crescente territorialização das questões ligadas à agricultura, englobando diferentes níveis, setores e escalas” (SILVA, 2006, p.188). A Bahia, naquele momento, alinhada do ponto de vista político-partidário ao Governo Federal, também passou a adotar a ideia de território para definir recortes de aplicação das políticas públicas. O governo da Bahia passou a reconhecer em seu planejamento territorial, a existência de 26 Territórios de Identidade (TI), constituídos a partir da especificidade, dos arranjos sociais e locais de cada região (Mapa 2).

Mapa 2 - Territórios de Identidade – Bahia, 2007



FONTE: BAHIA, 2003, adaptado por PINHEIRO, 2015

Nos mais diversos documentos oficiais, que tratam da instituição dos Territórios de Identidade, fica visível uma preocupação em demonstrar que essa nova regionalização é mais do que qualquer outra, calcada na realidade, posto que, para antes da ação estatal, coloca em primeiro plano um conjunto de forças, advindo daqueles que vivem no território. Os territórios de identidade foram constituídos como unidades de planejamento das políticas públicas do Estado, visando “possibilitar o planejamento do desenvolvimento do Estado, de acordo com as demandas características da população de cada região, que são representadas por órgãos da sociedade civil organizada, levando-se em consideração aspectos sociais, econômicos e culturais”(BAHIA, SEPLAN, 2007).

O conceito de território que consubstancia essa proposição, o define como

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (BAHIA, SEPLAN, 2007).

Como se pode observar, há uma forte preocupação em deslocar a centralização das decisões políticas do Estado para os chamados atores locais, que numa intrincada rede de interação, passam a ser também responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do território. O Estado passa a ter o papel de “apoiador” de ações no território, que devem ser, fundamentalmente, gestadas e gerenciadas por aqueles que nele vivem. Sob a justificativa de operar essa gestão, o Estado desenvolveu um esquema de preparação das sociedades, para implantação dos Territórios de Identidade, através de uma fase inicial de mobilização, organização e capacitação de territórios e uma fase seguinte, baseada na produção da integração de políticas públicas e sua implementação.

Ao longo dessa aclamada participação social, o que se efetivou nos diferentes lugares nessa fase de reuniões, foi uma participação bastante incipiente da sociedade civil, com o direcionamento quase sempre dado por lideranças políticas, vinculadas aos interesses governamentais, possibilitando, em primeira instância, o papel regulador do Estado.

Não ficaram claros os critérios utilizados para esta regionalização, posto que o inconsistente discurso governamental apontou a identidade como elemento fundante para a divisão dos territórios, mas não há clareza quanto a este conceito no documento que instituiu essa regionalização, bem como não ficou demonstrada a análise complexa necessária a essa classificação.

Cabe questionar o nível de participação popular e a qualidade dessa participação, uma vez que muitas pessoas foram mobilizadas, mas sem a exata dimensão de proposição de territorialização a se concretizar, sendo quase sempre guiadas pelos líderes políticos.

Nesse sentido, a despeito da propagada promoção de uma política de participação mais igualitária e menos segregadora, a constituição dos Territórios de Identidade parece seguir a mesma lógica de alocação de recursos e estratégias de intervenção de regionalizações anteriores, quando municípios eram aglutinados de forma a melhor servir aos interesses do Estado, aqui considerado agente regionalizador,

que cria as regionalizações a seu serviço. Não se tem verificado no bojo das políticas públicas de desenvolvimento do Estado da Bahia, ações que busquem minimizar as diferenças e desequilíbrios nos espaços socioeconômicos baianos. Ao contrário, o que se evidencia é um agravamento das diferenças socioeconômicas entre esses municípios/ territórios/ regiões e também a incidência de graves problemas de cunho social e econômico.

Silva e Silva (2006), já apontavam as dimensões e profundas desigualdades existentes no Estado da Bahia, que, de modo amplo, eram replicadas entre os estados brasileiros. No caso baiano, pelo Estado possuir um território maior que o território da França, os contrastes socioespaciais se revelam, com mais evidência, tornando imprescindível, para os autores citados, um planejamento que considere os seguintes aspectos:

- a) a complexidade do território baiano, considerando a grande extensão e diversidade de regiões naturais e de caráter histórico, socioeconômico, cultural e político;
- b) comparativamente ao território nacional, a Bahia é um expressivo resumo histórico e geográfico, apresentando significativos desequilíbrios socioeconômicos regionais, mas com relevantes especificidades;
- c) também comparativamente ao Brasil, a Bahia necessita definir uma sólida política estadual de desenvolvimento regional, guardando as suas expressivas particularidades.

Levando em consideração a estrutura da economia regional baiana, esse quadro apresentado ainda não foi superado, pelo contrário, têm se acirrado as graves discrepâncias socioeconômicas no espaço baiano, como afirmado por Silva e Silva (2006), por exemplo, que desde a década de 1960, já era visível o gritante desequilíbrio econômico entre Salvador e as demais unidades urbano-regionais do Estado da Bahia.

Este desenho regional da Bahia tem sido reforçado pela atuação governamental, que, já na divisão do Estado em regiões econômicas, além de caracterizar as potencialidades econômicas regionais, identificou os focos dinâmicos de desenvolvimento e as áreas problemas com suas respectivas causas. A SEI estabeleceu que os focos dinâmicos da economia do Estado da Bahia são microrregião de Salvador, o litoral, inclusive Salvador, e as regiões sob a influência de Juazeiro, Vitória da Conquista, Barreiras, Irecê e Guanambi.

O grande problema revelado nessa visão governamental é que houve uma cristalização da situação, com maiores incentivos e investimentos convergindo para os

focos dinâmicos, enquanto que as regiões consideradas problemas tendem a permanecer no que se pode chamar de opacidade socioeconômica, o que se verifica no Recôncavo Sul, que, na atualidade, tem passado por um movimento de reorganização capitaneado pelos municípios de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas.

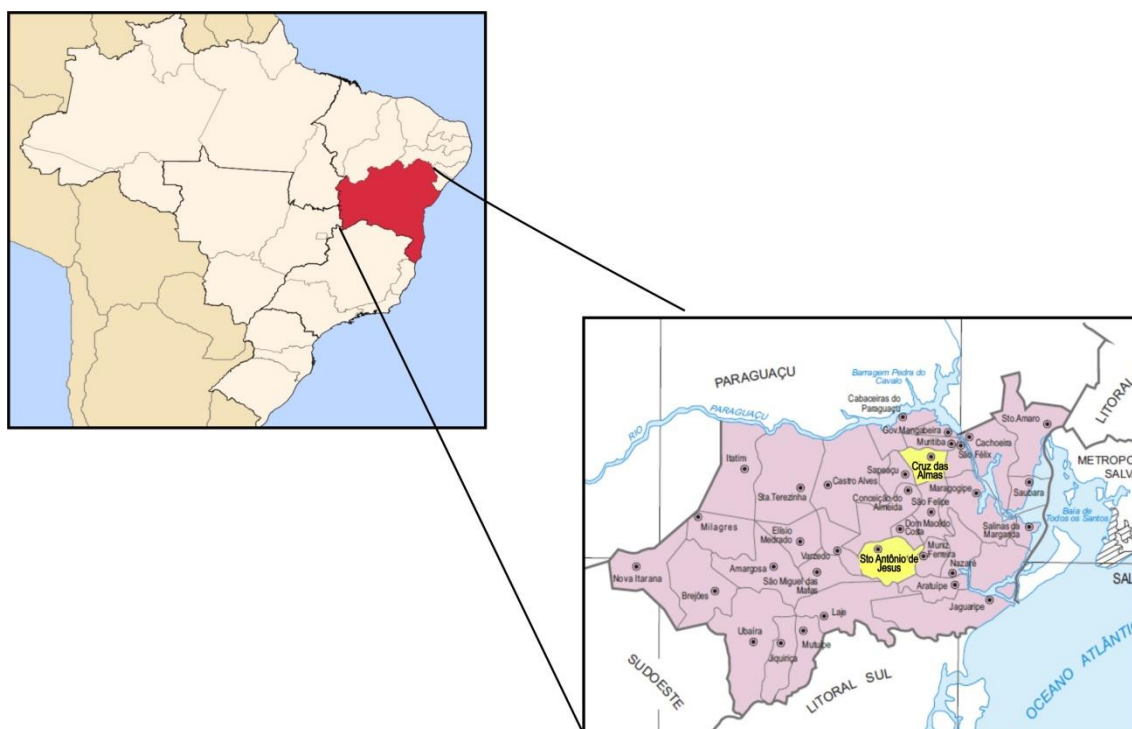
4 CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS E CRUZ DAS ALMAS

Este capítulo apresenta os contextos históricos da constituição territorial destes espaços, discutindo aspectos sociodemográficos e econômicos, que lhes têm conferido posição central na região.

4.1 Localização geográfica e formação histórica

Os municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus localizam-se, do ponto de vista de ordenamento público atual, no Território de Identidade Recôncavo, a Leste do Estado da Bahia, constituído por vinte municípios. Se considerada a regionalização, com base nas regiões econômicas, estão no Recôncavo Sul. Cruz das Almas limita-se a norte com o município de Muritiba, ao sul com o município de São Félix, e tem como limite oeste o município de Sapeaçu. Santo Antônio de Jesus limita-se com os municípios de Aratuípe, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Laje, Muniz Ferreira, Nazaré, São Felipe, São Miguel das Matas e Varzedo (Mapa 3).

Mapa 3 – Localização de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus/BA



Cruz das Almas encontra-se a uma distância de 146Km da capital do Estado, Salvador, a qual se liga pela conexão das rodovias BR 101 e 324. Possui uma área de 150, 90Km² e uma população de 58.606, segundo o IBGE (2010), com estimativa, pela contagem populacional de 2015 do IBGE, de 64.197 habitantes. Apresenta as seguintes coordenadas geográficas: latitude sul 12° 40' 12" e longitude oeste 39° 06' 07", com uma altitude de 220m acima do nível do mar.

A origem do município atrela-se aos processos socioeconômicos, que resultaram no surgimento dos caminhos de boiadas, vindas dos sertões de Amargosa em direção aos portos de Cachoeira e de lá para Salvador. No percurso, existiam paradas obrigatórias para o descanso dos animais e tropeiros.

Em decorrência das manifestações culturais, e a partir da religiosidade e da fé Cristã dos tropeiros, em meados do século XIX, ergueu-se uma cruz de madeira em devoção às almas, onde hoje se encontra erguida a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso. Este marco deu início ao núcleo urbano que se chamou Cruz das Almas. A localização exata desse símbolo encontra-se atualmente na Praça Senador Temístocles, o que dá a esse espaço uma função religiosa e histórica de grande relevância, por ser um sítio urbano, entendido aqui como o local de origem do município de Cruz das Almas.

Segundo Santana (1997), por Alvará Régio do Príncipe Regente, Dom João VI, de 22 de janeiro de 1815, o pequeno lugarejo foi elevado à categoria de freguesia, com a denominação de Nossa Senhora do Bonsucesso de Outeiro Redondo, distrito pertencente ao município de São Félix.

O município foi criado pelo Decreto Lei nº 119, de 29 de julho de 1897, desmembrando-se de São Félix. Cruz das Almas é o distrito sede do município homônimo, não possuindo outros distritos. O último foi o distrito de Sapeaçu, que se emancipou em 1989, quando Cruz das Almas possuía um total de 281,49 Km², perdendo 128,88Km² do seu território com o desmembramento e emancipação de Sapeaçu (SANTANA, 1997).

Cruz das Almas é formada por loteamentos e conjuntos habitacionais informais, popularmente chamados de bairros, porém não sendo legalmente reconhecidos pelo Poder Público Municipal. Já o campo do referido município é formado por diversos povoados que, segundo Silva; Silva (2011), são constituintes do aglomerado rural, estando localizado, em áreas legalmente consideradas como rurais, formadas por um

agrupamento de população superior a 250 habitantes e com edificações superiores a 50 unidades domiciliares, com arruamentos.

O município é composto por muitos loteamentos e conjuntos habitacionais, que permitem compreender Cruz das Almas em duas dimensões: uma formal, reconhecida pelo poder público municipal com loteamentos, devidamente registrados e, ao mesmo tempo, a informalidade, com loteamentos sem nenhum registro. Esse aspecto é um agravante para os diversos segmentos da sociedade que habitam esses pontos de Cruz das Almas, onde há maior probabilidade de não serem contemplados com benefícios do poder público municipal, em razão de que oficialmente eles não existem.

No processo de formação desse município e da articulação com a zona urbana do Recôncavo, se destacam três tipos de transportes terrestres: os caminhos das boiadas, as linhas férreas e, em 1970, as rodovias atingem Cruz das Almas, materializadas na BR 101 (rodovia federal que permite articulação entre o município de Touros, no Rio Grande do Norte e o município de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, possibilitando uma integração no sentido Norte e Sul por praticamente todo o litoral leste brasileiro, tendo uma extensão de 4.551,4Km).

Foi com a implantação da BR 101 (1971) que as tradicionais cidades portuárias do Recôncavo Sul perderam o dinamismo, em relação às cidades de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus. Ambas se configuram como cidades tronco do transporte rodoviário no Recôncavo Sul.

Santo Antônio de Jesus dista 187 km de Salvador e fica à margem da BR 101. Possui uma área de 260,21 Km² e uma população de 101.548 habitantes, segundo estimativas do Censo populacional 2015, do IBGE.

As primeiras ocupações do território do atual município, ocorreram durante os séculos XVII e XVIII, resultantes do processo de desbravamento pelos colonizadores Pero Carneiro e D. Álvaro da Costa, que vieram juntar-se aos índios descendentes de Pedra Branca, que inicialmente habitavam a região. Apontam-se como fatores relevantes para o povoamento desta localidade e fertilidade de suas terras, a exuberância de suas matas, com valiosas madeiras de lei, a abundância dos recursos pluviais, rio da Dona, rio Jaguaripe, rio Sururu e alguns riachos, que propiciavam a plantação de cana-de-açúcar com o estabelecimento de pequenos engenhos, além da existência de tabuleiros próprios para a atividade agrícola, os quais tiveram como principal fonte de exploração o cultivo da mandioca (SANTANA, 1997).

No século XVIII já havia um grande número de lavradores de farinha, dentre os quais sobressaia-se o nome do Padre Mateus Vieira de Azevedo. O Padre Mateus é uma das figuras de maior destaque no processo de desbravamento do município de Santo Antônio de Jesus. Sua residência, nas proximidades do rio Sururu, foi transformada no primeiro povoado do município, onde foi erguido o oratório consagrado a Santo Antônio de Jesus. Em 23 de setembro de 1777, o oratório foi transformado em capela, e em 19 de junho de 1852, foi elevada a categoria de Igreja Matriz. Em torno da capela, onde atualmente encontra-se a Praça Padre Mateus e a Matriz de Santo Antônio de Jesus, surgiram os primeiros arruamentos que deram origem ao município (SANTANA, 1997).

Em 29 de maio de 1880, de acordo com a Lei 1952, a freguesia da Paróquia de Santo Antônio de Jesus foi elevada da categoria de vila, desmembrando-se dos municípios de Nazaré, São Miguel e Nova Laje. Em 30 de junho de 1891, o Governo do Estado elevou a vila a categoria de cidade, ano em que ocorreu a inauguração da estrada de ferro, da qual Santo Antônio de Jesus seria final de linha durante uma década, ocasionando um grande impulso para o desenvolvimento comercial do município (SANTANA, 1997).

4.2 Estrutura demográfica

A população do município de Cruz das Almas estimada pela contagem populacional 2015 (IBGE) é de 64. 197 habitantes, enquanto que no Censo de 2010 (IBGE) eram 58.606 habitantes, e Santo Antônio de Jesus na contagem populacional 2015 (IBGE), foi calculada em 101.548 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1- População total, por gênero, rural/urbana – Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas-BA, 2010

	População Total	Homens	Mulheres	Rural	Urbana
Santo Antônio de Jesus	90.985	42.965	48.020	11.686	79.299
Cruz das Almas	58.606	27.682	30.924	8.721	49.885

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, adaptado por PINHEIRO, 2016.

A taxa média de crescimento da população nos dois municípios foi sempre superior a do país, acima de 2%. Há, em ambos os casos, o predomínio de mulheres e da

população vivendo na zona urbana, o que acompanha uma tendência observada na maioria dos municípios baianos.

Quanto à estrutura etária, tanto em Santo Antônio de Jesus quanto em Cruz das Almas, observa-se um predomínio da faixa dos 15 aos 64 anos (Tabela 2). A taxa de envelhecimento das populações, veio sempre aumentando, inclusive sendo superior às taxas médias do Estado e do país.

Tabela 2- Estrutura etária da população – Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas-BA, 2010

	Menos de 15 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais	Razão de dependência	Índice de envelhecimento
Santo Antônio de Jesus	21.377	63.920	5.688	42,15	6,25
Cruz das Almas	13.420	40.945	4.241	43,13	7,24

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, adaptado por PINHEIRO, 2016.

A expectativa de vida, ao nascer, supera os setenta anos de idade em ambos os municípios, se aproximando da média do Brasil, que ficou em 73,9 anos em 2010 (Tabela 3).

Tabela 3- Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas-BA, 2010

	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Mortalidade até 1 ano de idade	Mortalidade até 5 anos de idade	Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)
Santo Antônio de Jesus	73,9	16,9	18,2	1,6
Cruz das Almas	72,7	19,8	20,3	1,8

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, adaptado por PINHEIRO, 2016.

Em relação à mortalidade infantil, comparativamente a Bahia, os índices de mortes de crianças até cinco anos de idade, são sempre menores em Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, ficando com percentual máximo de 21%. Esta caracterização demográfica de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus revela tanto uma proximidade dos dados relativos à composição da população entre os dois municípios, quanto uma melhoria no âmbito geral na qualidade de vida em ambos os lugares.

Estes são os municípios que, na atualidade, tem apresentado um conjunto de fatores que indicam efetivo crescimento na região do Recôncavo Sul. Reflete tal

situação, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelas Organizações das Nações Unidas como um expressivo indicador da qualidade de vida das populações. Compõe este índice dados de longevidade, educação e renda. Cruz das Almas ocupa a 1934ª posição entre 5.565 municípios brasileiros, enquanto que Santo Antônio de Jesus ocupa a posição 1904ª, onde o primeiro tem o IDHM de 0,699 e este último 0,700, classificados como IDHM médio e alto, respectivamente. No caso dos dois municípios, a dimensão que mais contribui para o IDHM é longevidade, seguida de renda e por fim educação.

Para além do IDHM, outro quesito de importância para conhecer a realidade da população do município é a educação, posto que, por exemplo, uma ampliação do processo de escolarização é um indicador possível de melhoria de vida da população.

Em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, nos períodos compreendidos a partir de 1991, houve sempre um aumento das proporções de crianças e jovens frequentando o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Outro dado relevante para composição do IDHM Educação é o indicador de escolaridade da população adulta, porque inclusive tem interferido, em linhas gerais, na absorção dessa população pelo mercado de trabalho. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade em Cruz das Almas, tinha-se a grande maioria (54,27%) com o ensino fundamental completo, registrando uma evolução, já que em 1991 e 2000 havia o predomínio da população adulta no nível fundamental incompleto e alfabetizado. Situação semelhante ocorre em Santo Antônio de Jesus, com o aumento significativo nas décadas em questão (1991-2000-2010), do número de pessoas com o ensino superior completo (SEI, 2010).

A renda *per capita* média de Santo Antônio de Jesus e de Cruz das Almas, cresceu a uma taxa média anual de 5%, de 1991 até o presente. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010) diminuiu em ambos os municípios e a evolução da desigualdade de renda pode ser descrita através do Índice de Gini, que também diminuiu (Tabela 4).

Tabela 4 - Renda, Pobreza e Desigualdade – Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas-BA, 2010

	Renda <i>per capita</i> (R\$)	% de extremamente pobres	% de pobres	Índice de Gini
Santo Antônio de Jesus	540,38	6,47	17,91	0,54
Cruz das Almas	481,80	9,29	24,93	0,55

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, adaptado por PINHEIRO, 2016.

Relativo ao quesito trabalho, a situação é semelhante nos dois municípios, com aumento da taxa de atividade da população economicamente ativa (18 anos ou mais), entre 2000 e 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação, percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, diminuiu tanto em Cruz das Almas quanto em Santo Antônio de Jesus. De modo relacional, o nível educacional dos ocupados melhorou, bem como o rendimento médio.

Quanto à distribuição das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais nos municípios em questão, observa-se uma maior parcela trabalhando nos setores de comércio e serviços (Tabela 5).

Tabela 5 - Pessoas ocupadas por setor econômico nos municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus - BA, 2015

Ocupação dos adultos por setor econômico	Cruz das Almas	Santo Antônio de Jesus
Agropecuária	14,65%	11,93%
Indústria extrativa	0,12%	0,02%
Indústria de transformação	11,21%	11,74%
Utilidade pública	1,10%	1,21%
Comércio	20,02%	24,88%
Serviços	41,61%	39,21%

Fonte: SEI, 2015

De um modo mais amplo, a configuração do mercado de trabalho hoje tem se aproximado do que se apresenta nos quadros que seguem (9 e 10).

Quadro 9 - Mercado de trabalho de Santo Antônio de Jesus-BA, 2010-2014

População em Idade Ativa (2010)	População Economicamente Ativa – PEA (2010)			Taxa de desocupação (2010)		
77.628	47.894			10,5%		
Mercado de Trabalho Formal (RAIS)						
Setor de Atividade	2010			2014		
	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda Média do trabalhador formal	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda Média do trabalhador formal
Extrativa Mineral	1	14	R\$ 602,00	0	0	R\$ 0,00
Indústria de Transformação	192	4.119	R\$ 722,00	238	4.001	R\$ 1.167,00
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6	175	R\$ 2.058,00	6	228	R\$ 1.928,20
Construção Civil	78	680	R\$ 742,50	89	1.852	R\$ 1.242,90
Comércio	842	6.732	R\$ 701,50	1.034	8.788	R\$ 1.034,40
Serviços	426	3.130	R\$ 880,20	608	5.235	R\$ 1.490,20
Administração Pública	3	2.113	R\$ 1.233,50	3	2.293	R\$ 1.881,60
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	74	202	R\$ 700,00	74	161	R\$ 878,10
Total	1.622	17.165	R\$ 819,40	2.052	22.558	R\$ 1.275,30
Saldo do Mercado de Trabalho Formal (admissões – demissões) - Caged						
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Saldo	1.456	1.211	798	1.048	1.119	-255

Fonte: MTE-Caged /MTE-RAIS, 2016

Quadro 10 - Mercado de trabalho de Cruz das Almas-BA, 2010-2014

População em Idade Ativa (2010)	População Economicamente Ativa – PEA (2010)			Taxa de desocupação (2010)		
50.247	27.197			15,6%		
Mercado de Trabalho Formal (RAIS)						
Setor de Atividade	2010			2014		
	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda Média do trabalhador formal	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda Média do trabalhador formal
Extrativa Mineral	0	0	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00
Indústria de Transformação	73	1.574	R\$ 664,00	92	1.563	R\$ 952,40
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0	0	R\$ 0,00	1	0	R\$ 0,00
Construção Civil	38	460	R\$ 698,90	50	397	R\$ 1.027,40
Comércio	557	3.489	R\$ 676,30	662	4.517	R\$ 933,40
Serviços	259	2.694	R\$ 2.777,10	334	3.227	R\$ 3.934,70
Administração Pública	4	1.933	R\$ 903,70	3	1.729	R\$ 1.435,70
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	63	426	R\$ 1.015,10	46	519	R\$ 1.178,80
Total	994	10.576	R\$ 1.269,70	1.188	11.952	R\$ 1.837,60
Saldo do Mercado de Trabalho Formal (admissões – demissões) - Caged						
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Saldo	263	50	319	1.002	347	-117

Fonte: MTE-Caged / MTE-RAIS, 2016

Observando a composição do mercado de trabalho nos dois municípios, verifica-se que entre os anos de 2010 e 2014, houve sempre uma variação positiva na renda média do trabalhador formal, mesmo que, por vezes, as demissões tenham preponderado sobre as contratações. Esse quadro revela um dos elementos que expressa o contínuo e regular crescimento que tão bem tem caracterizado os espaços em questão.

O município de Santo Antônio de Jesus tem apresentado um expressivo grau de crescimento, revelado, por exemplo, pelo índice de desenvolvimento municipal, num

período de quatro anos, saltou de 9^a. para 4^a. posição, como a cidade baiana com melhor desenvolvimento, como pode ser verificado nas tabelas (6 e 7) que seguem.

Tabela 6 - 10 maiores IFDM do Estado em 2011

Ranking BA		Municípios	IFDM		Var. (%)	Emprego & Renda		Educação		Saúde	
2010	2011		2010	2011		2010	2011	2010	2011	2010	2011
1°	1°	Lauro de Freitas	0,7476	0,7484	0,1%	0,8598	0,8549	0,6169	0,6153	0,7661	0,7751
10°	2°	Luís Eduardo Magalhães	0,6641	0,7368	10,9%	0,7029	0,8474	0,5833	0,6368	0,7062	0,7262
2°	3°	Salvador	0,7125	0,7215	1,3%	0,7918	0,7827	0,5790	0,6018	0,7668	0,7800
8°	4°	Camaçari	0,6655	0,7208	8,3%	0,7751	0,8370	0,4885	0,5817	0,7329	0,7437
4°	5°	São Francisco do Conde	0,6787	0,7194	6,0%	0,6952	0,7931	0,5999	0,6226	0,7408	0,7425
30°	6°	Ibirapuã	0,5931	0,7140	20,4%	0,5169	0,7568	0,6415	0,6405	0,6210	0,7448
9°	7°	Porto Seguro	0,6642	0,7093	6,8%	0,6787	0,7452	0,5324	0,5952	0,7815	0,7876
6°	8°	Simões Filho	0,6737	0,7065	4,9%	0,8114	0,8354	0,5236	0,5756	0,6860	0,7084
19°	9°	Santo Antônio de Jesus	0,6248	0,7017	12,3%	0,6123	0,7373	0,6520	0,6652	0,6102	0,7027
3°	10°	Feira de Santana	0,6991	0,6954	-0,5%	0,7969	0,7416	0,5633	0,5906	0,7370	0,7539

Fonte: FIRJAN, 2015

Tabela 7 - Cidades baianas com melhor desenvolvimento, segundo o IFDM – 2015

Ranking Estadual	Ranking Nacional	Município	IFDM Consolidado
1°	1.194°	Guanambi	0.7435
2°	1.206°	Lauro de Freitas	0.7430
3°	1.223°	Mata de São João	0.7418
4°	1.294°	Santo Antônio de Jesus	0.7380
5°	1.389°	Luís Eduardo Magalhães	0.7328
6°	1.462°	Brumado	0.7289
7°	1.665°	Camaçari	0.7179
8°	1.704°	Salvador	0.7160
9°	2.033°	Porto Seguro	0.6985
10°	2.196°	Simões Filho	0.6905

Fonte: FIRJAN, 2016

Em reforço a essa realidade, o município de Santo Antônio de Jesus vem se consolidando como um pólo comercial, para onde se dirige um grande número de consumidores, atraídos pela grande oferta de produtos, dos quais se destacam aqueles do ramo de confecção, imóveis, eletrodomésticos e materiais de construção. Na sede do município há um *shopping center*, várias galerias e lojas e, com destaque, uma grande

feira-livre, que ocorre no centro da cidade, atraindo muitas pessoas, inclusive comerciantes de outras cidades da região, que lá vão para adquirir produtos cultivados na zona rural do município ou produtos como roupas e utensílios domésticos vendidos por ambulantes que muitas vezes são oriundos de municípios vizinhos.

Quanto à existência de indústrias na região, apenas no ano de 2003 foi inaugurada uma indústria do ramo de calçados, sendo recebida pela população local como uma promessa de emprego. Sempre houve, no entanto, no município, indústrias principalmente voltadas para a produção de fogos e vassouras. Com o funcionamento do Distrito Industrial, empresas de rede nacional estão se instalando no município.

Todo esse quadro de crescimento, centrado na cidade, tem gerado uma crescente migração da população da zona rural para a área urbana, então motivada pelas melhores condições de vida que a cidade oferece, como por exemplo, acesso à educação, à assistência médica e a oferta de trabalho. Nesse sentido, algumas pessoas residentes da zona rural e informantes desta pesquisa, declararam que até o final da década de 1970 e meados de 1980, a zona rural era mais povoada, pois havia um grande número de pequenas propriedades agrícolas, onde se cultivavam lavouras de fumo, mandioca, cana-de-açúcar, laranja, amendoim, feijão, milho e, também, o cultivo de flores, mas que foram perdendo espaço, uma vez que as pequenas propriedades estão sendo compradas por pessoas influentes da região, que as agregam a fazendas maiores, formando latifúndios para a criação de gado.

Resta hoje no campo, um pequeno número de habitantes que lá ainda sobrevivem graças a agricultura de subsistência, em especial, o cultivo da laranja e do limão, bem como de suas mudas, as quais são comercializadas na sede do município e em outras cidades.

Em relação ao município de Cruz das Almas a situação não é muito diferente, posto que também tem nos setores de comércio e serviços o foco, tanto para o crescimento interno, quanto para atração cotidiana de pessoas de lugares do entorno. No entanto, um elemento de destaque na realidade cruzalmense é o setor educacional e de pesquisa, especialmente representados por um *campus* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e pelo Centro Nacional da Embrapa Mandioca e Fruticultura que, aliados a um expressivo número de faculdades privadas, em regime presencial e à distância, conferem ao município alta densidade técnica e científica.

Com efeito, os municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus têm apresentado, de modo geral, bons índices relativos às questões populacionais e

socioeconômicas, principalmente na última década, encaminhando para uma nova realidade socioeconômica, que os coloca, inclusive, em aproximação com grandes centros, como demonstrado na tabela que segue relativa ao PIB (Tabela 8).

Tabela 8 - PIB Municipal – Valor adicionado, PIB e PIB *per capita* a preços correntes, Bahia, 2014

Municípios	Valor adicionado			Valor adicionado APU (em milhões)	Impostos sobre produtos (R\$ milhões)	PIB (R\$ milhões)	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
Bahia	13.141,75	36.472,46	128.079,79	36.554,02	26.571,32	204.265,32	13.577,74
Salvador	33,53	8.143,36	37.689,88	6.211,21	6.801,16	52.667,93	18.264,13
Feira de Santana	43,36	2;296,25	6.902,86	1.165,78	1.598,10	10.840,57	17.884,62
Santo Antônio de Jesus	45,85	195,46	1.162,78	22,62	225,02	1.629,10	16.388,20
Cruz das Almas	53,17	76,32	561,42	151,44	80,76	771,67	12.190,91

Fonte: BAHIA, SEI, 2016

Situação semelhante ocorre na composição de valor adicionado dos setores, quando, relativo aos serviços, por exemplo, tanto em Cruz das Almas quanto Santo Antônio de Jesus, superam Feira de Santana (Tabela 9).

Tabela 9 - Estrutura setorial dos valores adicionados, PIB Municipal – Bahia – 2014

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços
Bahia	0,10	0,26	0,64
Feira de Santana	0,01	0,28	0,71
Santo Antônio de Jesus	0,04	0,15	0,81
Cruz das Almas	0,06	0,15	0,80

Fonte: IBGE, 2016

No quesito gestão fiscal, o Índice FIRJAN apresenta os referidos municípios em aproximação a Feira de Santana, que é já um centro consolidado (Tabela 10).

Tabela 10 - Índice FIRJAN de gestão fiscal de municípios selecionados, 2013

Ranking Nacional	Ranking Estadual	IFGF	Município
46°	1°	0,7659	Salvador
1.450°	33°	0,5168	Feira de Santana
2.194°	76°	0,4591	Santo Antônio de Jesus
2.631°	117°	0,4276	Cruz das Almas

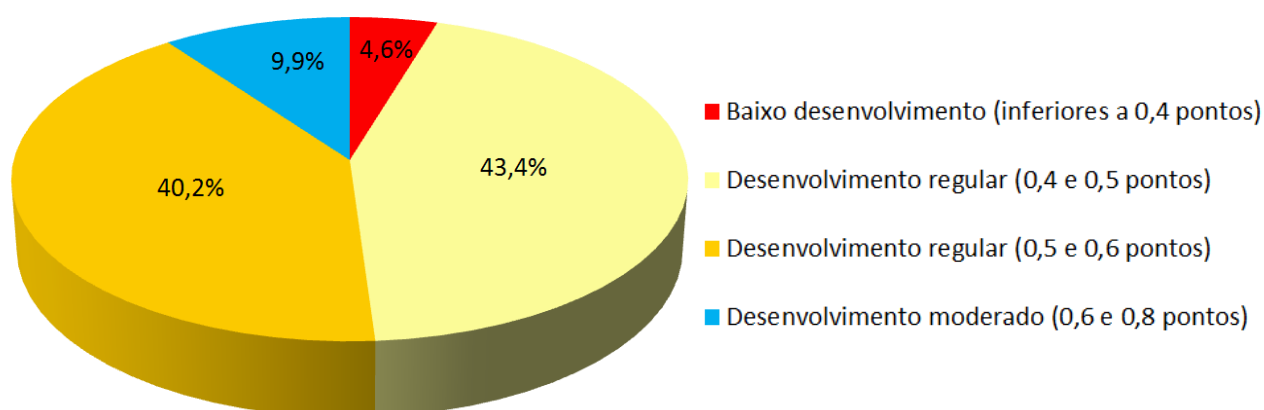
Fonte: FIRJAN, 2016

Ainda referente ao Índice FIRJAN, quanto ao desenvolvimento municipal, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus fazem parte de um pequeno grupo de desenvolvimento moderado no Estado da Bahia (Tabela 11 e Gráfico 3).

Tabela 11 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal consolidado de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, BA, 2013

Ranking nacional	Ranking Estadual	IFGF	Município
1.294°	4°	0,7380	Santo Antônio de Jesus
2.295°	15°	0,6883	Cruz das Almas

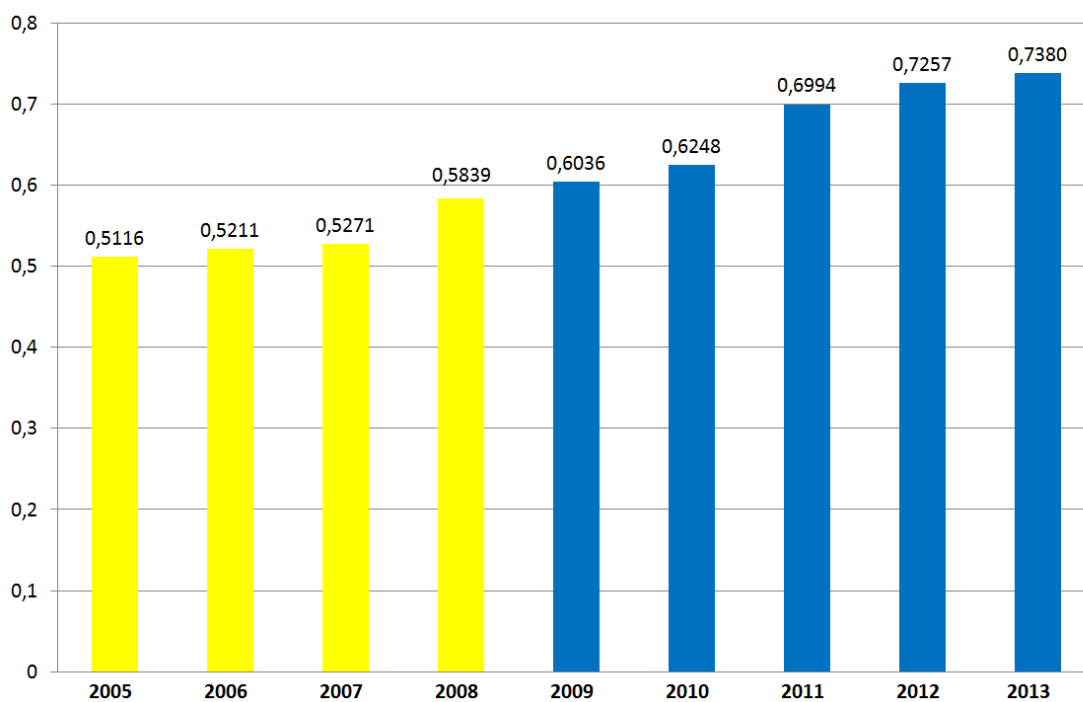
Fonte: FIRJAN, 2016

Gráfico 1- Distribuição dos municípios da Bahia por intervalo de desenvolvimento, 2013

Fonte: FIRJAN, 2016

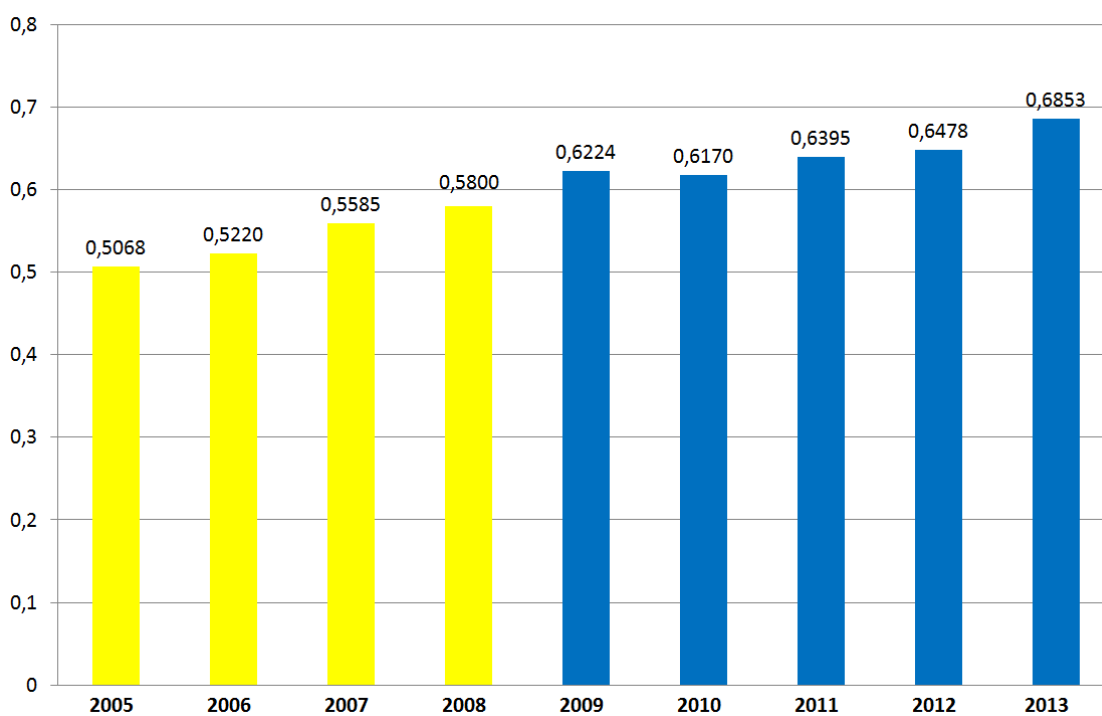
Esse enquadramento reflete uma evolução, que veio num crescente desde o ano de 2005 e que reforça o crescimento contínuo dos municípios (Gráfico 4 e Gráfico 5).

Gráfico 2 - Evolução anual do IFDM consolidado de Santo Antônio de Jesus-BA, 2005a 2013



FONTE: FIRJAN, 2016

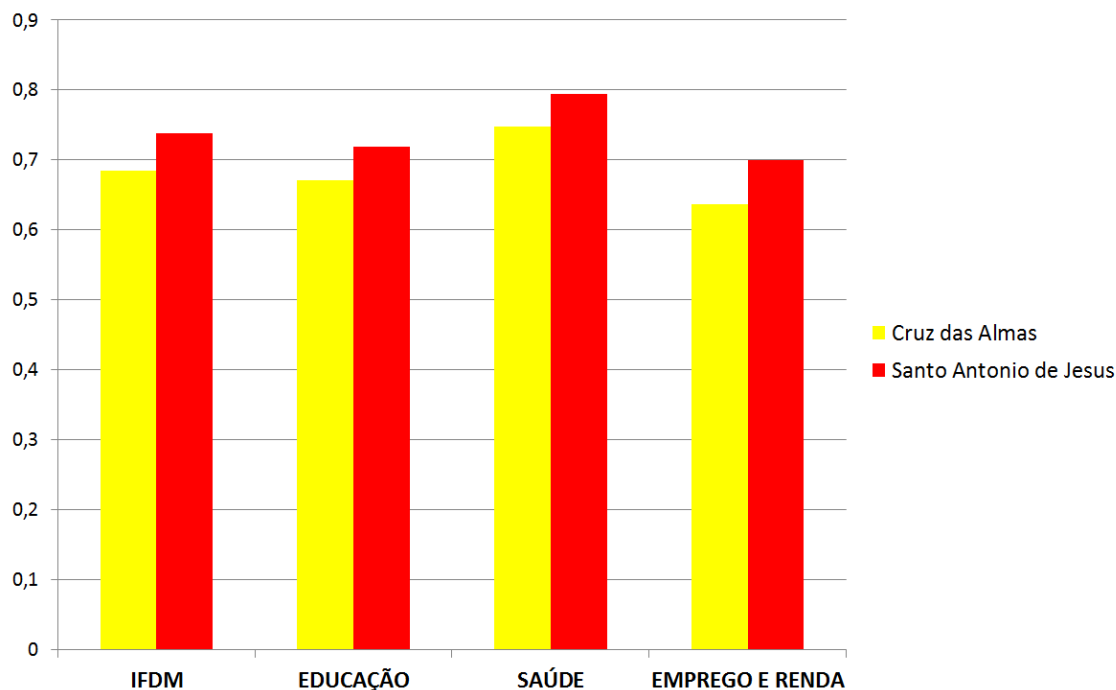
Gráfico 3 - Evolução anual do IFDM consolidado de Cruz das Almas-BA, 2005 a 2013



FONTE: FIRJAN, 2016

Detalhando a composição do Índice, fica ainda mais perceptível esse contínuo crescimento (Gráfico 6).

Gráfico 4 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e áreas de desenvolvimento de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, 2013



Fonte: FIRJAN, 2016, adaptado por PINHEIRO, 2016

Para finalizar este item, apresenta-se o índice de performance socioeconômica (Tabela 12), que tanto na integralidade, quanto desagregado, demonstra a força de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas que, se potencializada, poderia conduzir a novos rumos no contexto regional

Tabela 12 - Índice de performance socioeconômica dos municípios baianos – 2013

Municípios	Índice de Nível de Saúde (INS)	Índice de Nível de Educação (INE)	Índice de Economia e Finanças (IEF)	Índice de Performance Socioeconômica (IPESE)
Salvador	0,616	0,828	0,740	0,728
Feira de Santana	0,581	0,699	0,921	0,734
Santo Antônio de Jesus	0,631	0,670	1,000	0,767
Cruz das Almas	0,595	0,797	0,721	0,704

Fonte: SEI / Coest, 2014

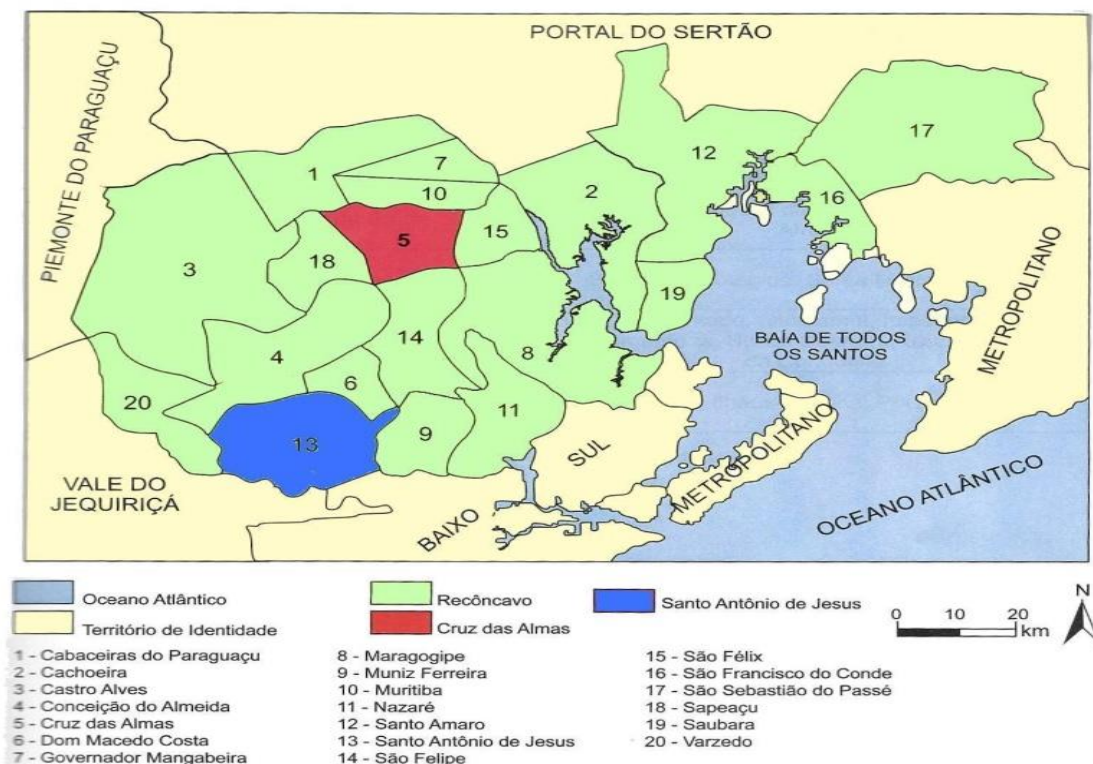
Relativo aos aspectos econômicos, Santo Antônio de Jesus e também Cruz das Almas têm experimentado um nível de crescimento, que os fortalece, numa posição de comando no contexto regional.

4.3 Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas em diferentes regionalizações

Objetiva-se caracterizar os dois municípios, objetos deste estudo, nas diferentes regionalizações, implementadas no Estado da Bahia. São regionalizações que atendem a diferentes objetivos e revelam diferentes dinâmicas de organização espacial.

Tendo por base, na atualidade, a política de ordenamento do território que orienta a organização espacial da Bahia para fins de planejamento, os Territórios de Identidade, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus estão localizadas no TI 21- Território de Identidade Recôncavo. Esse Território de Identidade é constituído por vinte municípios, como se observa no Mapa 4 que segue.

Mapa 4—Localização de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus no TI Recôncavo no Estado da Bahia – 2011



Fonte: BAHIA, 2003, adaptado por PINHEIRO, 2016

Segundo a SEI (2010), os territórios de identidade foram configurados a partir de 2007. No entanto, anterior a este período, outras formas de regionalização foram utilizadas, como se observa daqui em diante.

Em 1966, no contexto das Regiões Administrativas da Bahia, Santo Antônio de Jesus denominava uma região da qual era centro, e Cruz das Almas configurava como subcentro.

Quanto as mesorregiões geográficas da Bahia, datadas de 1990, tanto Santo Antônio de Jesus, quanto Cruz das Almas são microrregiões inseridas na Região Metropolitana de Salvador. No Quadro 11 dispõe-se a estruturação destas mesorregiões, com as microrregiões de abrangência.

Quadro 11 – Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas no contexto das mesorregiões geográficas da Bahia – 1990

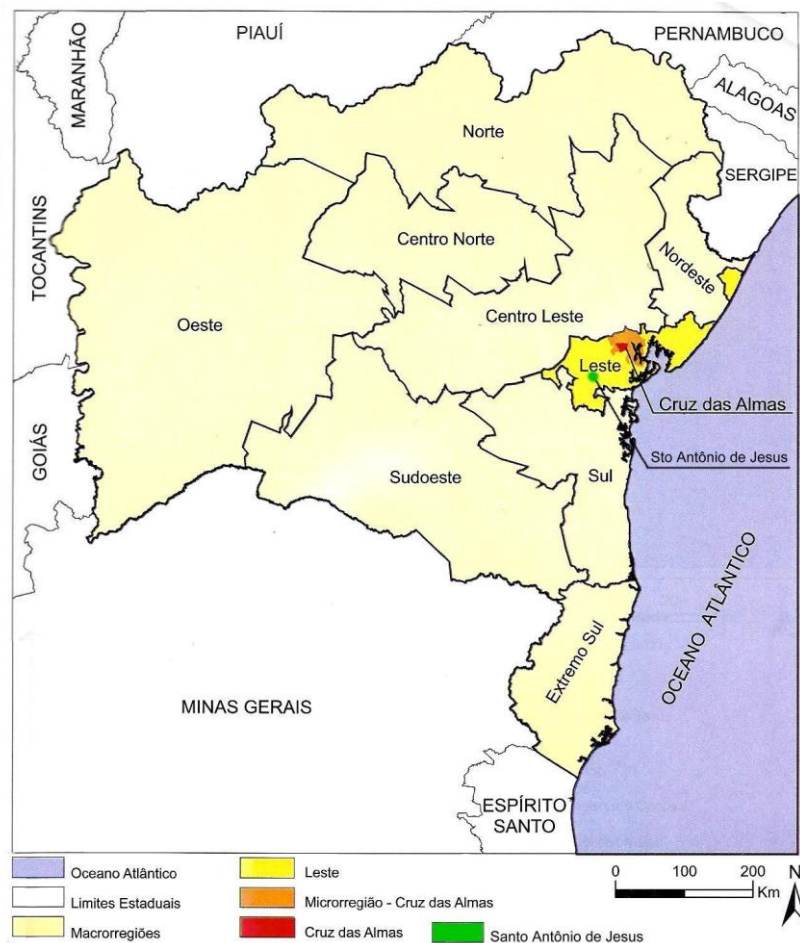
Mesorregiões	Microrregião
Região Metropolitana de Salvador	Catu, Santo Antônio de Jesus ¹ e Salvador
Nordeste Baiano	Alagoinhas, Entre Rios, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Ribeira do Pombal e Serrinha
Centro Norte Baiano	Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Jacobina, Senhor do Bonfim
Vale São Francisco da Bahia	Barra, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro, Paulo Afonso
Extremo Oeste Baiano	Barreiras, Cotejipe, Santa Maria da Vitória
Centro Sul Baiano	Boquira, Brumado, Guanambi, Itapetinga, Jequié, Livramento de Nossa Senhora, Seabra, Vitória da Conquista
Sul Baiano	Valença, Ilhéus-Itabuna, Porto Seguro

Fonte: IBGE, 199, adaptado por PINHEIRO, 2015.

Nota: ¹Cruz das Almas encontra-se inserida na Microrregião de Santo Antônio de Jesus

Ainda em 1990, foi estruturada a regionalização do Estado, em regiões econômicas. Nesta, Santo Antônio de Jesus é considerada cidade – pólo da região do Recôncavo Sul e Cruz das Almas, juntamente com Santo Amaro, cidades sub-pólos desta região, conforme posto no Mapa 5.

Mapa 5 - Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus nas mesorregiões econômicas da Bahia – 1999



Fonte: BAHIA, 2003, adaptado por PINHEIRO, 2016

O Plano Plurianual (PPA), da Bahia, a partir de 2000-2003, adotou uma nova regionalização, a partir dos eixos de desenvolvimento. Na lógica desses eixos, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas foram consideradas as principais cidades do Eixo Grande Recôncavo. O Quadro 12, que se segue, revela os outros sete eixos de desenvolvimento apresentados.

Quadro 12 - Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus na regionalização dos eixos de desenvolvimento, do PPA – 2000/2003

Eixos	Principais cidades	Corredores de escoamento
Metropolitano	Salvador; Camaçari; Candeias; Simões Filho	BR-324; Porto de Salvador; Porto de Aratu; Aeroporto Luiz Eduardo Magalhães
Grande Recôncavo	Feira de Santana; Alagoinhas; <u>Santo Antônio de Jesus; Cruz das Almas</u>	BR-324; BR-116; BR-101
Chapada	Jacobina; Senhor do Bonfim; Itaberaba	BR-116; BR-407
Nordeste	Paulo Afonso; Serrinha; Euclides da Cunha	BR-110; BR-116
São Francisco	Juazeiro; Barreiras; Irecê; Luiz Eduardo Magalhães	BR-324; BR-242; Hidrovia São Francisco
Extremo Sul	Teixeira de Freitas; Porto Seguro; Eunápolis	BR-101
Mata Atlântica	Itabuna; Ilhéus	BR-101
Planalto	Vitória da Conquista; Jequié	BR-116

Fonte: BAHIA, PPA, 2000/2003, adaptado por PINHEIRO, 2015.

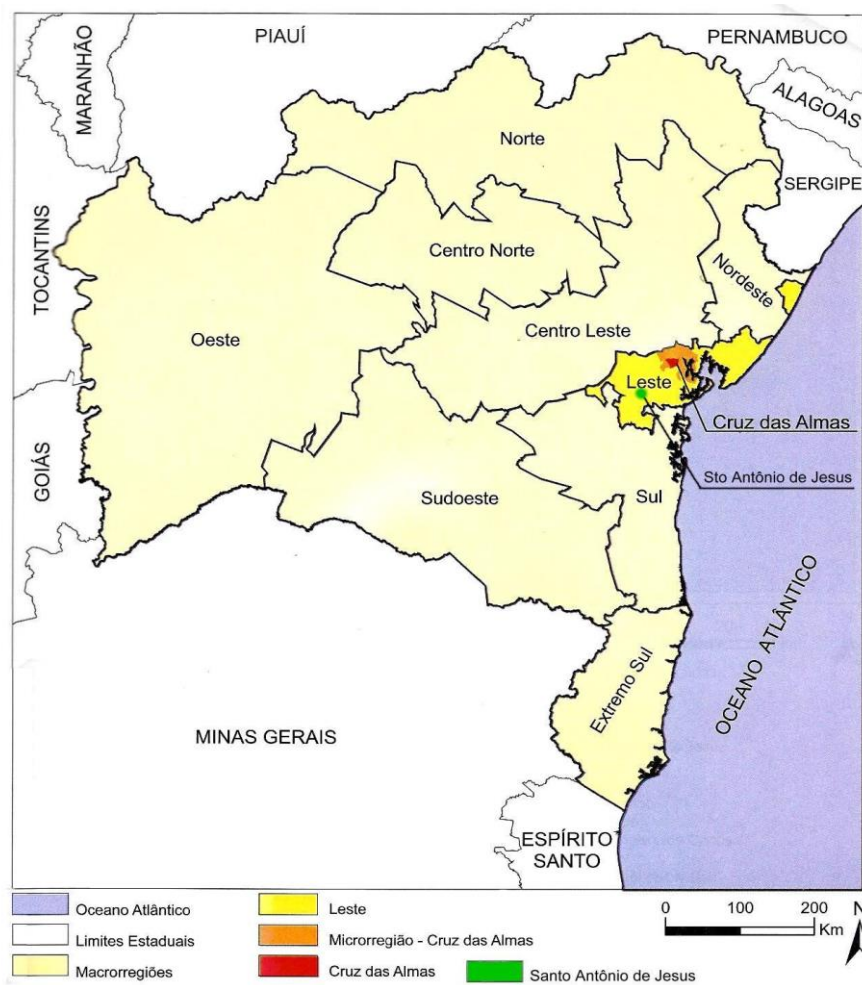
No tocante a regionalização por hierarquia urbana no Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas assumem posições diferentes, no qual o primeiro é um centro regional de 1º. nível e Cruz das Almas é um centro microrregional.

No quadro organizacional político do Estado, outras regionalizações sustentam a estrutura, como as da educação e saúde. No primeiro caso, da educação, de 1990 a 2013, a regionalização se dava por meio das Diretorias Regionais de Educação (DIREC), eram trinta e duas ao todo. A partir de 2014, fruto de reforma na estrutura organizacional da educação do Estado, as DIREC foram extintas, sendo implantados os Núcleos Regionais de Educação. Nesse caso, Santo Antônio de Jesus passou a abrigar o NRE-21, que engloba, inclusive, os municípios antes pertencentes à DIREC de Cruz das Almas, que

são: Aratuípe, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Itatim, Jaguaripe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas das Margaridas, Santa Teresinha, Varzedo, Cruz das Almas, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, São Felipe, São Félix, Sapeaçu.

A regionalização da assistência a saúde foi organizada a partir da instituição de 31 Diretorias Regionais de Saúde (DIRES), entre os quais Santo Antônio de Jesus foi sede da 4ª DIRES e Cruz das Almas da 31ª. (Mapa 6).

Mapa 6 - Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus no Plano Diretor de Regionalização (PDR) da Saúde – 2011

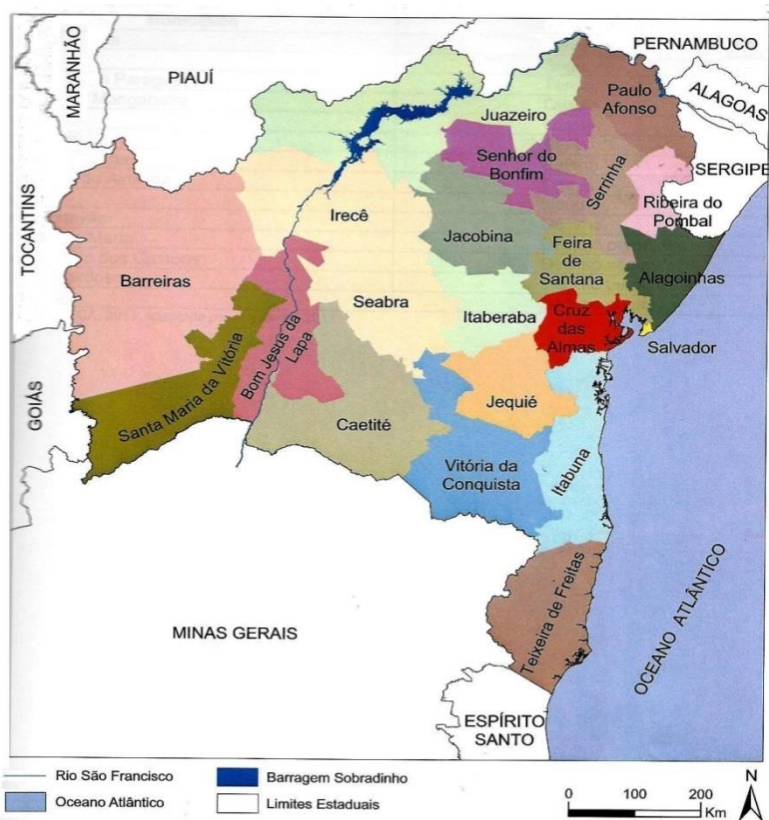


Fonte: BAHIA, 2003, adaptado por PINHEIRO, 2016

No tocante a regionalização do planejamento e gestão do trânsito, no Estado da Bahia, em 2010 foram estruturadas em 33 Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRAN), em que corresponde a 11ª de Santo Antônio de Jesus, e a 33ª a Cruz das Almas.

Até o ano de 2012, a questão agrícola da Bahia era organizada pela EBDA, em que Cruz das Almas era sede de uma gerência regional, que abrangia, inclusive, Santo Antônio de Jesus. Ao todo, eram 21 gerências regionais (Mapa 7)

Mapa 7 - Cruz das Almas na regionalização da EBDA – 2012



Fonte: BAHIA, 2003, adaptado por PINHEIRO, 2015

Em 2015 a EBDA foi extinta, não havendo até o momento, início de 2017, órgão/instituição de substituição para o trato das questões agrícolas.

Foi com estas configurações de regionalização que o Recôncavo Sul chegou ao século XXI.

4.4 Aspectos econômicos

4.4.1 Indústria

Com respeito à atividade industrial, em Santo Antônio de Jesus, foi impulsionada a partir da década de 1990, quando o município passou a abrigar uma aglomeração produtiva, a partir das políticas de incentivos do Governo Federal, que visavam a redução das disparidades regionais: o Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus. O Governo do Estado participou dessa iniciativa com políticas de isenção e renúncia fiscal, investimentos em infraestrutura e concessões de créditos.

O Distrito está localizado à sudeste da cidade, à margem esquerda da BA-026, numa área total de mais de 440.000m². Fica a 6 Km do centro da cidade, dista 188 Km de Salvador e 119 km de Feira de Santana. Integra-se ao sistema viário nacional e estadual pela BR 101, que fica a 2 Km do Distrito Industrial. Ainda, dista 165 Km do Porto de Aratu e 205 Km do Porto de Salvador. Essa proximidade com importantes vias de escoamento, como a BR-101 e os portos, é apontada como uma das principais vantagens competitivas do Distrito.

De início, havia o predomínio, no Distrito, de empresas voltadas à produção de calçados e seus componentes, além de algumas de alimentos. Esse predomínio do segmento calçadista pode ser explicado pelo fato de que, na mesma década de inauguração do Distrito, 1990, a indústria calçadista enfrentava, em função do processo de abertura econômica, uma forte concorrência. Na busca por novas estratégias que permitissem continuar no mercado de forma competitiva, empresas desse ramo, tradicionalmente concentradas no eixo Sul/Sudeste, viram na oferta de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura, feita por Estados interessados em atraí-las para seus territórios, uma alternativa promissora de redução de custos. Começou, então, o processo de instalação de indústrias em regiões distantes dos centros tradicionais de produção.

A Bahia se inseriu nesse processo nacional de realocação das empresas calçadistas graças à adoção de políticas de incentivos, que conseguiu atrair empresas de médio e grande porte, com marcas consolidadas no mercado nacional e com forte orientação exportadora. Foi desse modo, que as empresas do ramo calçadista se instalaram no Distrito, desde o início do seu funcionamento, tendo predominância dentre as 15 empresas atuantes hoje em dia.

O Distrito possui capacidade para 40 indústrias e, conforme a gerente regional da Superintendência de Desenvolvimento Industrial da Bahia, em Santo Antônio de Jesus, há nove empresas com processos em andamento para se instalar no pólo, bem

como mais 15 empresas interessadas. Para ela, o distrito industrial ficou pequeno diante de tantas demandas, e por isso está em curso um processo de expansão que foi iniciado em 2013, paralisado no final de 2014 e retomado no início do segundo semestre de 2016. Questionada sobre o que seria o grande atrativo para estas empresas, a gerente foi taxativa ao afirmar que são “os benefícios fiscais, que reduzem em muito o custo das empresas” (GERENTE REGIONAL, 2016). Esse posicionamento apenas confirma a própria lógica de atração dessas empresas, como já posto, calcada na renúncia ou isenção fiscal.

A ampliação do distrito industrial foi anunciada pelo Governador do Estado, Rui Costa, em 3 de maio de 2016, quando, em visita ao Distrito, assegurou a retomada das obras de infraestrutura, pavimentação asfáltica e serviços de drenagem pluviométrica, paralisadas desde o final de 2014. Em seu discurso, o Governador frisou a importância do Sistema Viário do Complexo Industrial de Santo Antônio de Jesus para o desenvolvimento da indústria no Recôncavo Baiano e, também, a importância de dar condições ao desenvolvimento industrial baiano, como alternativa para superar a crise econômica. A previsão de aplicação da obra, conforme declarado pelo Governo, é de recursos da ordem de R\$ 7,7 milhões, oriundos do Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico da Bahia (Proinclusão), que na região beneficiará também os municípios de Nazaré, Amargosa e Varzedo (PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR, 2016).

Na esfera do Governo Estadual, o Distrito Industrial figura como um importante vetor de desenvolvimento para Santo Antônio de Jesus e região. Essa perspectiva é declarada, na fala anteriormente citada do Governador do Estado, bem como de outras instâncias, como o Subsecretário da Indústria, Comércio e Mineração do Estado, que, ao tratar do processo de ampliação do distrito, *in loco*, ressaltou que “o distrito será um novo e importante vetor de crescimento de Santo Antônio de Jesus e cidades vizinhas” (SUBSECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, 2016), sinalizando que a nova área industrial já é um reflexo primeiro da construção da ponte Salvador-Itaparica. Prosseguindo, “Santo Antônio vai experimentar um *boom* ainda maior do seu desenvolvimento e o novo distrito surge como um importante ponto de apoio e de difusão na logística de desenvolvimento da região”. É possível identificar nessa fala a crença de que as indústrias serão capazes de promover efeito de “arraste”, como posto na teoria dos pólos de crescimento, já que ficou claro que o Distrito poderá

difundir o desenvolvimento para o local e região. Entretanto, o funcionamento do Distrito, até o presente, tem contrariado esta projeção.

Atualmente, estão instaladas no distrito empresas que fabricam calçados, vidros temperados, colchões, estofados, pneus, alimentos, embalagens pet, produtos plásticos, beneficiamento de café, dentre outras.

Fora do Distrito, há também importantes indústrias, com destaque para a Ramarim, do setor calçadista, a Natulab, indústria farmacêutica e a Bahia Vidros, fábrica de vidros temperados.

A Ramarim é uma empresa gaúcha, fundada em 1962, especializada na fabricação de calçados femininos, que abastece os mercados brasileiro e internacional. Instalada na Bahia, desde o ano de 1997, já emprega cerca de 5 mil trabalhadores em suas duas unidades industriais em Jequié, no Sudoeste baiano, que produzem, segundo o diretor da Indústria, cerca de 60 mil pares de calçados por dia (DIRETOR DA CONFORTFLEX, 2016).

A escolha de Santo Antônio de Jesus para sediar a terceira unidade fabril da Ramarim na Bahia, se deu, conforme o diretor, basicamente por quatro razões: “dinamismo econômico do município, existência de um galpão para implantação da fábrica, mão-de-obra treinada e incentivos fiscais” (DIRETOR DA RAMARIM, 2016). Este último fator, foi possível constatar na pesquisa de campo, foi preponderante para a instalação das maiores empresas no município, contudo é questionável em que medida esses incentivos devem ser dados, pelos baixos impactos que geralmente provocam na dinâmica econômica local. Tem sido recorrente nos municípios do interior da Bahia que essas grandes empresas se instalem à base de vultosos incentivos fiscais, não produzam os resultados esperados e ao final do período de isenção fiscal migrem para outro município.

Neste contexto, em 19 de março de 2016 foi inaugurada a Ramarim na cidade, gerando, inicialmente, 700 empregos diretos, com a promessa de chegar, ainda neste ano, conforme o diretor, a empregar 1.000 trabalhadores, “tudo vai depender da demanda do mercado, mas a abertura dessa nova unidade justifica nossa aposta no Brasil e, sobretudo, na Bahia. Com o dólar valorizado, o calçado brasileiro volta a ser muito competitivo” (DIRETOR DA RAMARIM, 2016). Destaque-se que essa perspectiva não se concretizou, estando nesse primeiro semestre do ano de 2017, conforme declarado pelo diretor, com 854 funcionários.

Outra indústria expressiva, em funcionamento no município, é a farmacêutica Natulab, originalmente um empreendimento industrial local, surgido da iniciativa de família santontoniense. Há farmacêuticos na família, mas hoje, segundo o Presidente da empresa, já fazem parte do grupo gestor, farmacêuticos formados na região, especialmente na Faculdade Maria Milza, sediada no município de Governador Mangabeira, que oferece o curso de Farmácia e que tem desenvolvido ações consorciadas com a empresa.

A companhia, 100% baiana, fabrica e desenvolve medicamentos, suplementos alimentares, nutracêuticos, alimentos enterais e funcionais. A fábrica começou a funcionar em Santo Antônio de Jesus, no ano 2000, com apenas sete funcionários, e em 2016 já empregava 1.000 funcionários, tendo, no ano de 2015, o faturamento do grupo rompido a barreira dos R\$ 13 milhões anuais, conforme declarou o gerente de produção de qualidade (GERENTE DA NATULAB, 2016).

Única indústria de medicamentos da Bahia, é uma das que mais cresceu no Brasil, dentro do segmento, ocupando hoje a 27ª posição entre as 30 maiores do país em unidades comercializadas e a 2ª que mais cresceu na região nordeste do país (Revista Exame, 2013).

Está em curso, desde o ano de 2013, um projeto de expansão da indústria, para que dê conta de sua meta de crescimento, prevista para 2017. Como parte deste projeto, estão sendo construídos, numa área de 50 mil m², no Distrito Industrial, um módulo administrativo e áreas para novas linhas de produção. Segundo o gerente de produção de qualidade da Natulab, esta nova linha de produção que deverá entrar em funcionamento no início de 2017, servirá para a produção de medicamentos em aerossol e dermocosméticos, Para dar conta desta nova produção, “a Natulab empreendeu, nos últimos anos, expressivos investimentos de recursos em automação industrial e novos equipamentos de produção com tecnologia alemã, italiana e britânica” (GERENTE DA NATULAB, 2016).

Em 9 de julho de 2015, foi inaugurada a primeira etapa dessa obra, com a presença do Governador do Estado Rui Costa, que disse ser a Natulab, “o empreendimento de aposta em Santo Antônio de Jesus, na mão-de-obra baiana e no crescimento da região”, (RUI COSTA, 2015).

Para o Presidente da empresa, a Natulab tem ainda um longo processo de crescimento, “estamos trabalhando para que a Natulab seja o maior laboratório

fitoterápico do país e umas das 10 maiores empresas da indústria farmacêutica do Brasil” (PRESIDENTE DA NATULAB, 2016).

Em relação ao papel / força da indústria em Santo Antônio de Jesus, foi possível inferir, a partir das declarações do referido presidente, o reconhecimento de que há um predomínio do comércio na dinâmica econômica do município, mas que a indústria, se fortalecida, poderá ter um papel de irradiar/difundir o crescimento muito maior que o comércio. Exemplificou trazendo que “precisariam de outra fábrica que produzisse as embalagens, outra para os designs gráficos dessas embalagens, outra de equipamentos e assim há difusão do crescimento para o município e região, e não só para a empresa” (PRESIDENTE DA NATULAB, 2016). Aqui se repete a crença no efeito de arraste, que como já destacado, não se concretizou. A partir de uma análise do Plano de Carreira da Empresa, verificou-se que há investimentos na qualificação dos funcionários, com seis técnicos fazendo mestrado e três fazendo doutorado, todos com objetos de estudo localizados no campo da Farmácia. No caso daqueles que fazem a Pós-Graduação em instituições privadas (quatro mestrandos), há uma bolsa integral concedida pela Natulab e todos pesquisam técnicas para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de fármacos (PLANO DE CARREIRA DA NATULAB, 2016).

Assim como a Natulab, outras indústrias pretendem ampliar a sua produção, como é o caso da Reconflex, fabricante de colchões que, segundo o seu gerente, “fez investimentos, no ano de 2015, da ordem de mais de R\$ 7,2 milhões, e geração de quase 400 empregos diretos (GERENTE DA RECONFLEX, 2015). Nesse caso, a dinâmica espacial de franco crescimento do município foi apontada como elemento fundamental para a instalação da empresa.

Paralelo a essas empresas já consolidadas, está em curso na cidade, principalmente por parte das fábricas e indústrias de origem local, a busca por efetivas condições de manutenção e funcionamento, principalmente pela concorrência com os grandes empreendimentos que ali chegam. Foi nesse contexto que, no início do ano de 2015, foi lançada uma ação conjunta de fomento ao setor industrial, pela parceria entre SEBRAE, SUDIC, FIEB, Prefeitura Municipal e CDL dos municípios de Valença, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, já que a iniciativa visou, além deste dois municípios do Recôncavo Sul, outros do Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul.

A primeira reunião para o desenvolvimento desse projeto aconteceu no dia 24 de fevereiro de 2015, na sede do SEBRAE Santo Antônio de Jesus, e reuniu representantes

das instituições parceiras. Conforme o gerente regional do SEBRAE Santo Antônio de Jesus,

a ação busca fortalecer as micro e pequenas indústrias locais e da região do entorno, e tem como objetivos aperfeiçoar os processos gerenciais e tecnológicos nos empreendimentos industriais, prospectar e acessar novos mercados, inclusive o de compras governamentais, desenvolver a capacidade de inovação e acesso a tecnologia, e aperfeiçoar os processos logísticos e de distribuição (GERENTE REGIONAL DO SEBRAE, 2016).

De acordo com a gestora do Projeto da Indústria Setorial do Sebrae Santo Antônio de Jesus, a previsão de implantação dessa ação é no período 2015-2018, “quando deverá acontecer a qualificação dos empreendimentos dentro de cada cadeia produtiva, melhorando os níveis de renda e desenvolvendo as microrregiões” (GESTORA DO PROJETO DA INDÚSTRIA SETORIAL DO SEBRAE, 2016).

Ao longo do ano de 2015, aconteceram reuniões mensais, exceto nos meses de fevereiro e julho, para a estruturação efetiva do Projeto no âmbito individual (com assistência a cada pequeno ou micro empreendedor) e também no coletivo, estruturando ações promotoras para o desenvolvimento das indústrias de um modo geral. Das dez reuniões que aconteceram, seis foram acompanhadas para coleta de dados da pesquisa, sendo três de orientação individual e três de encaminhamentos coletivos. Identificou-se uma participação mais expressiva dos empreendedores nos encontros individuais, com a busca por respostas para o funcionamento ideal de seus empreendimentos, mas, um certo desinteresse para tratar sobre o desenvolvimento mais geral do lugar, que era o propósito dos momentos coletivos, que foram sempre esvaziados.

Destaque-se que na base desse projeto de fomento ao setor industrial está posta a busca do desenvolvimento local a partir da conjunção de forças internas, o que se assemelha com os postulados da teoria do desenvolvimento local endógeno, no entanto, a própria dinâmica de funcionamento do projeto, coloca em evidência um fator que, na realidade, tem sido um limitador das possibilidades de efetivação dessa perspectiva: o nível de articulação entre os agentes que constituem o lugar. Ficou evidente uma postura individualista, com ênfase no como fazer para o empreendimento crescer, se desenvolver, mas não foi demonstrada preocupação com o lugar, o município. Esta tem sido uma das fragilidades apontadas para a efetivação do desenvolvimento endógeno: a dificuldade de alinhar interesses e forças em prol de objetivo comum, nesse caso, o desenvolvimento.

De modo amplo, os empresários participantes desse Projeto veem como positiva a assistência conjunta das instituições, como revelado por um pequeno empreendedor, que admitiu que “esta ajuda tem sido fundamental não só para ampliar o meu empreendimento, mas antes para mantê-lo, já que, por ser muito amador, cometi erros que geraram muitas dívidas e quase tive que fechar as portas” (EMPREENDEDOR I, 2015).

Verifica-se, assim, que o setor da indústria, em Santo Antônio de Jesus vem se desenvolvendo e consolidando como um dos tentáculos econômicos da região. Em Cruz das Almas a situação assume outros contornos. De acordo com documentos do Governo Estadual referentes à indústria no Estado da Bahia, houve o lançamento oficial do Parque Industrial de Cruz das Almas. Havia o propósito de instalar um parque industrial diversificado, o que não ocorreu, frustrando a expectativa de empreendedores locais porque a infraestrutura não foi gerada, havendo apenas a instalação de uma empresa média e duas outras pequenas de calçados infantis. Para o Secretário Municipal de Administração, isso ocorreu porque “o projeto em Cruz das Almas foi praticamente abandonado pelo Governo do Estado, que direcionou todos os esforços para o Distrito Industrial em Santo Antônio de Jesus” (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2015).

Conforme o gestor de uma indústria de plásticos instalada no município desde 2009, ‘houve, por parte do governo, a geração de uma expectativa que não se consolidou, o prometido foi a instalação de um parque industrial aqui em Cruz das Almas, a princípio com o grosso de indústria de calçados e depois com expansão para outros setores. Na verdade, houve a instalação de uma grande empresa de calçados e outras pequenas de outros ramos como a minha, mas a infraestrutura apresentada não aconteceu’ (GESTOR DE INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, 2015). Uma análise do setor industrial de Cruz das Almas, ratifica as falas dos gestores até aqui apresentadas, posto que, ao largo das promessas do governo estadual de tornar o município um pólo industrial destacadamente calçadista, o que há é uma indústria de calçados e outras poucas de baixo valor agregado, como plásticos e vassouras.

Para a gestão pública do município, do período 2012-2016, expressa na fala do Secretário Municipal de Administração, “a indústria calçadista que hoje funciona em Cruz das Almas, deveria ser o ponto chave de desenvolvimento do Parque Industrial, geradora de infraestrutura para outras indústrias, outros empreendimentos na cidade” (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2015). Pelo exposto, para a

gestão pública foi criada a expectativa de que esta indústria calçadista funcionasse como indústria motriz, aquela capaz de disseminar o progresso técnico no espaço onde está inserida. Todavia, até o início do ano de 2017, a referida indústria de calçados continua a ser um ponto isolado no que deveria se constituir o parque industrial.

O setor industrial, nos dois municípios, apresenta dificuldades ao seu funcionamento, principalmente relacionadas à desarticulação intrasetorial, quanto desse com outros setores da economia. Isso ocorre porque na perspectiva dos empreendedores prevalece a preocupação com o seu “negócio”, sem pensar num encadeamento produtivo. Na visão da gestão pública, há um excessivo crédito à indústria como fator de desenvolvimento, desconsiderando um contexto econômico e institucional que deve ser gerado para dar suporte ao setor e/ou potencializar o seu funcionamento.

É justamente nesse contexto que o comércio assume importância central como sustentáculo da economia e elemento modelador da dinâmica socioespacial, tanto de Santo Antônio de Jesus quanto de Cruz das Almas

4.4.2 Comércio

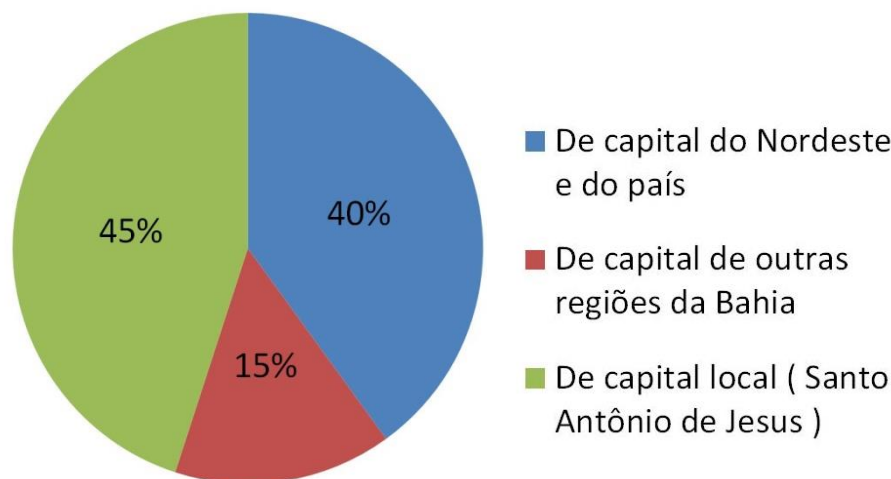
O comércio, principalmente a partir do momento em que Santo Antônio de Jesus passou a fazer parte de uma rede de cidades no Recôncavo Sul cortada pela linha férrea, destacadamente a Estrada de Ferro de Nazaré, foi sempre um ponto de alavancagem da economia local e de destaque no âmbito regional.

Do final da década de 1990 até o presente, houve um crescimento acelerado do número de estabelecimentos nos diversos ramos de atividade, impactando na reorganização produtiva do município e no seu papel no contexto regional. Neste aspecto, reveste-se de importância o ritmo de crescimento dos estabelecimentos comerciais em Santo Antônio de Jesus.

Em linhas gerais, o comércio de Santo Antônio de Jesus apresenta características das quais serão destacadas três, aquelas que guardam mais expressiva relação com o objeto de estudo, ou seja: um relativo equilíbrio entre o número de estabelecimentos comerciais, oriundos de outros lugares e os do local; a utilização de formas mais antigas e modernas de pagamento e a convivência entre as formas de comércio varejista e atacadista.

No varejo, muito mais do que no atacado, verificou-se na pesquisa, que o comércio santantoniense é composto, relativamente de modo equilibrado, tanto de comerciantes locais quanto externos, vindos de outras regiões da Bahia e do Brasil, como se vê no Gráfico 7.

Gráfico 5 - Origem das unidades comerciais de Santo Antônio de Jesus – 2016



Fonte: PINHEIRO, 2014/2016

No conjunto dos comerciantes, que tem origem no local, estão as casas comerciais de pequeno e médio portes, varejistas, que mantêm a fidelidade da clientela a partir, predominantemente, das relações de amizade, traduzidas em atendimento personalizado e facilitação nas formas de pagamento. A concorrência aparece como fator decisivo para uma intensificação nas relações de proximidade entre comerciantes e consumidores, como posto em entrevista por um proprietário de um mercado que, “com a chegada dos grandes supermercados e de atacadistas, a concorrência ficou pesada e a saída para o pequeno comerciante, foi contar com a relação próxima que tínhamos com nossos clientes e manter as velhas formas de pagamento, como o carnê e a nota promissória” (COMERCIANTE I, 2015). Este posicionamento reforça uma situação revelada pelos dados da pesquisa: a de que são predominantemente as pessoas de baixo poder aquisitivo e oriundas da zona rural das localidades próximas a Santo Antônio de Jesus, que consomem nas casas comerciais de pequeno porte, embora também tenha sido revelado que elas circulam por todo o comércio local.

Em Cruz das Almas a situação é similar, sendo o comércio composto, equilibradamente, tanto por empreendimentos endógenos quanto exógenos, todavia, faz-se aqui o destaque que, na composição final do setor comercial deste município, há um

certo predomínio de casas de origem do local, o que pode ser explicado pelo entendimento do presidente da CDL cruzalmense de que “o apelo comercial de Santo Antônio de Jesus é muito forte e maior do que de Cruz das Almas, e como as duas cidades são muito próximas, há uma tendência das grandes casas comerciais se instalarem lá e não aqui (PRESIDENTE DA CDL DE CRUZ DAS ALMAS, 2015).

É evidenciado nessa questão que, embora a cidade de Santo Antônio de Jesus já conte com um expressivo número de estabelecimentos comerciais de grande porte, estes coexistem com os pequenos e médios, em função, principalmente, das condições financeiras de muitos usuários que não conseguem consumir nos outros comércios de custos maiores. Isto põe em relevo uma segunda característica que é marcante na dinâmica do comércio de Santo Antônio de Jesus e que contribui para o seu funcionamento cotidiano: a coexistência de formas de pagamento mais antigas com as mais modernas. No primeiro caso, considera-se o carnê e as notas promissórias e, no segundo, os pagamentos feitos com cartão de crédito e débito. Dito de outro modo, é expressiva, no varejo local, o crediário com recursos dos próprios lojistas, tanto quanto o uso de cartões de crédito. Isto ocorre em lojas de diferentes portes e não só nas pequenas, como se poderia pensar.

Neste caso, o depoimento da gerente executiva da Comercial São Luis ilustra bem essa situação. Nesta loja, fundada em 1941, por comerciantes moradores de Santo Antônio de Jesus, e considerada a loja de departamentos mais antiga da Bahia, o carnê responde por 45% das vendas, dos 25 mil itens ofertados, que, segundo ela, vão do tijolo ao celular. Declarou ainda que “aqui o comércio é a moda antiga, cerca de 40% dos 14 mil clientes ativos do carnê, a maioria da classe C, são de fora, porque grande parte destes clientes de baixo poder aquisitivo não dispõem de cartões, mas são bons pagadores” (GERENTE DA COMERCIAL SÃO LUÍS, 2014).

Do mesmo modo, em Cruz das Almas, o pagamento, tanto é feito com cartão de crédito, quanto com carnês e notas promissórias, sempre pautados numa relação de maior proximidade e confiança.

A terceira característica mais geral, diz respeito à coexistência de formas de comércio varejista e atacadista. O varejo foi predominante no comércio de Santo Antônio de Jesus até meados da década de 1990, quando a cidade passou a experimentar, simultaneamente, dois processos, a ampliação de unidades varejistas locais para atender também no atacado e, a instalação de unidades de atacado de rede nacional.

Conforme um comerciante de gêneros alimentícios, cuja casa comercial, um mercado, existe desde 1980, ampliou a forma comercial no ano 2000, para também vender no atacado, ao “perceber que tanto as pessoas que frequentavam o estabelecimento compravam em grande quantidade, quanto os rumores na cidade de que empresas de fora estavam pesquisando para se instalar em Santo Antônio de Jesus”. Assim, prossegue ele, “era preciso decidir se continuava a mesma coisa ou evoluía, crescia, para não ficar para trás, e ser engolido pelos grandes vindos de fora” (COMERCIANTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, 2014).

Na seara destes apontados pelo entrevistado, “grandes vindos de fora”, merece destaque O Atacadão, loja pertencente ao grupo que se denomina multinacional, que possui vários supermercados e lojas atacadistas em vários Estados do Brasil. A loja Atacadão, de Santo Antônio de Jesus, foi inaugurada em 18 de fevereiro de 2016 e, segundo o seu gerente regional, a implantação da loja se deu “em função da região ser promissora, de grande crescimento, e por isso despertou o interesse do grupo Carrefour, que sempre aposta em praças com retorno garantido”. Ademais, completou, “Santo Antônio de Jesus foi detectado por nós como um dos que está em pleno desenvolvimento no Estado da Bahia, e merecia uma loja como o Atacadão, que oferece mais de 10.000 itens” (GERENTE DO ATACADÃO, 2016).

Destaque-se que, na Bahia, a loja de Santo Antônio de Jesus é a de implantação mais recente, e segundo o seu gerente regional, gera 250 empregos diretos e pelo menos 500 indiretos. Com o propósito de estimar o raio de alcance espacial da loja, foi realizado nos meses de março a junho de 2016, um levantamento do município de origem dos consumidores, sempre nos dias de quarta-feira, sexta-feira e sábado, declarados como de maior movimento pela gerência da loja. Foram localizados moradores de 72 municípios, sendo do próprio Recôncavo Sul, do Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá. Nesse grupo, havia consumidores comuns e muitos proprietários de pequenas e médias casas comerciais, que iam ao Atacadão para comprar e abastecer seus negócios. O deslocamento dessas pessoas de municípios mais distantes é justificado, preponderantemente, pelos “preços mais baixos que garantem boas margens de lucro na revenda”(ENTREVISTADO I DO ATACADÃO, 2016), bem como a possibilidade de, “além de comprar, resolver questões de outra natureza” (ENTREVISTADA II DO ATACADÃO, 2016).

Em Cruz das Almas há, desde meados do ano de 2016, em funcionamento, uma loja com características de atacadista, só que de capital local, O Mercadão. Essa casa

comercial é bastante antiga, com implantação inicial na avenida principal da cidade e uma loja, também, em Santo Antônio de Jesus. Mais uma vez, a concorrência foi determinante para transformar o tipo de operação comercial, nesse caso, de varejista para atacadista. Conforme dito em entrevista pelo proprietário, “as vendas eram boas mas, a clientela estava diminuindo, procurando opções e preços mais baixos” (PROPRIETÁRIO I, 2015). A saída encontrada foi investir numa loja com estrutura atacadista que fica às margens da BR 101, próximo a entrada de Cruz das Almas.

Existe em Santo Antônio de Jesus uma rede de amparo à atividade comercial, em três instâncias: a Associação Comercial e Empresarial de Santo Antônio de Jesus (ACESAJ), a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), e o Sindicato do Comércio Varejista de Santo Antônio de Jesus (SINCOMSAJ), todos órgãos representativos da classe empresarial do comércio da cidade e com participação ativa na organização do comércio. Dentre as ações, executadas por esses órgãos, há uma convergência de propósitos para três questões: a) articular e mobilizar os segmentos empresariais e da economia local; b) potencializar o desenvolvimento do mercado de consumo e; c) ampliar a competitividade do comércio em nível regional e estadual. Conforme sócios e/ou membros desses órgãos, que foram entrevistados, há uma atuação efetiva, sempre na busca de fortalecer o comércio local.

Na década de 1980, a Câmara de Dirigentes Lojistas lançou o *slogan* “Santo Antônio de Jesus: o comércio mais barato da Bahia”, que se fortaleceu com o tempo e reverbera até hoje, sendo bastante usado para demonstrar a força do município no contexto estadual / regional a partir do seu comércio. Afirmou o atual presidente do SINCOMSAJ, que “não deixamos a venda sair da cidade, faz 30 anos que os lojistas optaram por cortar margens, negociar mais com os fornecedores para ganhar mais em qualidade, aqui ninguém explora preço” (PRESIDENTE DA SINCOMSAJ, 2015).

Por esses órgãos são realizadas campanhas específicas, em datas comemorativas ou momentos marcantes para o comércio, como volta as aulas, dia das Mães, dia dos Namorados, dia dos Pais, festas juninas, Natal, etc., como também, há uma preocupação em manter a regularidade das vendas do comércio ao longo de todo o ano. Para um dos coordenadores do SINCOMSAJ, “é preciso que os comerciantes locais tenham consciência da importância do comércio para a economia de Santo Antônio de Jesus”, já que, “o comércio é a força motriz do desenvolvimento da cidade”. Pontuou ainda que é importante essa conscientização também porque “a medida que a cidade se desenvolve, outros empreendimentos de cadeia nacional, buscam se instalar na cidade, e se os

comércios do local não estiverem fortalecidos, certamente serão engolidos por essa grandes redes”(COORDENADOR DA SINCOMSAJ, 2015).

O comércio tem uma grande importância na dinâmica intra-urbana de Santo Antônio de Jesus, a ponto de formar centros de especialização, nos quais unidades comerciais, que comercializam produtos semelhantes, se agrupam em determinado lugar, a fim de criar um ambiente de atração para os consumidores. Dentre esses espaços pode ser destacada a avenida principal, que dá acesso à cidade, especializada no comércio automobilístico, com revendedoras de automóveis, lojas de autopeças e oficinas mecânicas. Como há um intenso tráfego de cargas por caminhões, essa acaba sendo uma localização estratégica para atendimento a esse segmento, considerando, também, que essa via dá acesso às margens da BR-101. Isso facilita a entrada de caminhões, que não precisam ir ao centro da cidade, o que, por vezes, é muito trabalhoso para manobrar o veículo, e que ali mesmo encontram as condições necessárias para satisfazer suas compras.

Merece destaque o fato de que, nesta área, além do comércio automobilístico, observa-se a presença de pequenos restaurantes, que atendem, prioritariamente, aos motoristas desses transportes de carga. Esta é uma característica, tanto de Santo Antônio de Jesus, quanto de Cruz das Almas, que têm na avenida principal um expressivo comércio do ramo automobilístico e de pequenos restaurantes. Ao longo da avenida, em Santo Antônio de Jesus, são seis estabelecimentos com características bem semelhantes: ambiente simples, pequena variedade de alimentos e preços baixos, e todos se instalaram entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980.

De um modo geral, todos os seis proprietários afirmaram ter se instalado em razão do aumento do movimento do transporte de carga, após a implantação da BR-101, quando observaram que, naquela área da cidade, estava funcionando um comércio ligado a carros, caminhões, mas não havia estrutura. Eles acreditavam que todos precisariam de alimentação, por isso ali instalaram seus negócios. Outro traço comum a esses estabelecimentos é que são unidades de trabalho familiar, onde toda organização e funcionamento é feito por membros de uma mesma família. Isso reflete, principalmente, nas relações de trabalho, posto que foi constatado que não é trabalho assalariado e não há rigor, quanto a condições e horários de trabalho. Os pagamentos são feitos com base no movimento do mês e os horários, por vezes, são ampliados para atender a todos os clientes. Nestes casos, a família aparece como elemento obrigatório na constituição do comércio. O capital escasso e a necessidade de sobretrabalho, com baixa remuneração,

tornam a família, no sentido ampliado dela, um recurso necessário para a manutenção do pequeno comércio.

Os seis proprietários afirmaram, ainda que, de uns tempos para cá, pelo menos os últimos cinco anos, o movimento tem diminuído, obrigando-os a cortar gastos e modificar o tipo de serviço oferecido. Em Cruz das Almas, o número de estabelecimentos de comércio de alimentação caiu pela metade, são três, que estão funcionando em condições bastante precárias, cujos proprietários afirmaram estar com grandes dificuldades para manter o funcionamento.

Retomando a espacialização das unidades comerciais, constata-se que há no centro da cidade de Santo Antônio de Jesus uma concentração do comércio de produtos eletrodomésticos, eletrônicos, de confecções e calçados e materiais de construção. É também no que se pode considerar o início do centro da cidade, que está uma forma considerada moderna de comércio: o *shopping center*.

O *Shopping Center* Itaguari entrou em funcionamento em 2010 e representou, para o lugar, conforme relatos de muitos residentes antigos, um sinal de que Santo Antônio de Jesus passava a fazer do grupo de centros desenvolvidos da Bahia, porque são poucas as cidades que tem *shopping center*, e quando possuem, parece dar um significado de modernidade e desenvolvimento ao lugar.

A época de implantação do *shopping* coincidiu com um período de crescimento acelerado do município, relevado pela expansão do número de unidades comerciais e industriais. Foi também, nesse período, quando observou-se uma melhoria na renda dos residentes, conforme dados do IBGE, e que certamente refletiu no poder de compra da população.

O *Shopping* possui lojas de médio e alto padrão, o que permite inferir que presta-se a atender a classe A da elite local, embora isso não seja de todo admitido pela administração do empreendimento, que declarou: “o *shopping* é um espaço de consumo para todas as classes sociais de Santo Antônio de Jesus, é um espaço democrático, onde todos, indistintamente, podem circular” (ADMINISTRADOR DO SHOPPING, 2016). Um serviço de destaque em funcionamento no *shopping* é o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

O SAC concentra órgãos públicos federais e estaduais, e atrai pessoas da cidade e da região. O SAC foi inaugurado em 2011 e tem contribuído para a ampliação do quadro de funcionários, federais e estaduais, com rendimentos que passaram a contribuir na economia da cidade, e oferece atendimento à população da cidade e região

por meio do funcionamento de unidades federais como Banco Mais Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), e unidades estaduais como a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE), Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), Ouvidoria da Polícia Militar, Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB), Secretaria da Fazenda Estadual (SEFAZ), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Serviço de Intermediação para o Trabalho (SINEBAHIA), Secretaria de Segurança Pública (SSP), Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) e Núcleo Regional de Educação (NRE).

Visando conhecer melhor a dinâmica de funcionamento do SAC e seu raio de alcance de pessoas, de janeiro a junho do ano de 2016, foram entrevistados usuários dos serviços do SAC, com o propósito de identificar a relação que estabelecem com o *shopping*. 70% dos entrevistados afirmaram ir ao *shopping* apenas para realizar algum serviço no SAC, e não ter efetuado nenhum outro tipo de consumo. Segundo informações do SAC, o serviço com maior demanda é o de emissão de carteira de identidade, por isso foram abordadas pessoas que procuravam por esse serviço, que é demorado, geralmente as pessoas chegam cedo, por volta de 7:00 da manhã e permanecem até por volta de 12:00 ou 13:00 para ser atendidas - para saber se, nesse tempo, circulavam pelo *shopping* e consumiam. Foi então que se deu a constatação, anteriormente colocada, de que 70% não consomem nada. Mesmo aqueles que declararam sentir fome neste período de espera, saem do *shopping* e se alimentam em barracas de lanche que existem no entorno. Um desses usuários declarou o que foi justificado também pela maioria que “não dá para consumir na praça de alimentação do *shopping* porque os preços são muitos altos, então, como por perto tem lanches a preços muito menores, eles preferem sair” (USUÁRIO I, 2015).

Conforme foi argumentado pelo coordenador geral do SAC, “é intenso o movimento diário, com pessoas de toda a região procurando pelos serviços que são oferecidos” (COORDENADOR GERAL DO SAC, 2015), o que de fato foi constatado neste período de seis meses de incursões no espaço do *shopping*. Verificou-se que havia pessoas de cinquenta e oito municípios, que tinham no SAC a possibilidade mais próxima de resolver questões de naturezas diversas. Destas, foi detectado que, de 43 municípios antes buscavam o SAC de Feira de Santana para tais serviços.

A partir da pesquisa de campo também foi possível verificar, tendo por base a faixa de renda dos consumidores, que o shopping center atrai não só a elite de Santo Antônio de Jesus, mas dos municípios do entorno, que antes, em sua grande maioria, frequentavam *shoppings* em Feira de Santana e Salvador. No primeiro caso, tem-se 60% de pessoas que iam ao *shopping* Boulevard em Feira de Santana, e passaram a frequentar o Itaguari, e os 40% restantes que consumiam em *shoppings* da capital do Estado. Estes declararam que hoje, esporadicamente vão a estes espaços, posto que satisfazem suas necessidades de consumo no Itaguari, como de resto no comércio e unidades de serviços de Santo Antônio de Jesus.

Em frente ao *shopping center* existia um *shopping* popular, formado de boxes pequenos, onde eram comercializados calçados, confecções e acessórios a preços populares. Denominado “Mega China”, foi inaugurado em 2013, segundo o seu administrador, em alusão aos produtos chineses que, na década de 1990, invadiram o país e eram vendidos a preços baixos (ADMINISTRADOR DO MEGA CHINA, 2015). Em meados do ano de 2016, o empreendimento encerrou funcionamento, posto que os boxes alugados começaram a ser desocupados pelos comerciantes, que alegavam baixas vendas.

As considerações feitas, tanto pelo administrador do Shopping Itaguari, como pelo do Mega China são reveladoras de que, no local são replicadas as desigualdades e diferenças socioespaciais, de que, também, o próprio município de Santo Antônio de Jesus é vítima no contexto regional. Dito de outro modo, assim como na organização socioespacial da Bahia, o Recôncavo Sul, região de inserção de Santo Antônio de Jesus, é alvo de tratamento desigual, quanto às políticas públicas, por exemplo, da mesma forma na organização do espaço interno isso ocorre, quando a situação econômica / financeira é definidora de segregação espacial.

Em Cruz das Almas não há *shopping center*, mas existem duas galerias, uma sem funcionamento desde 2013, e uma grande loja de departamentos, a Cofel, que tem lojas em Santo Antônio de Jesus e Valença. A Cofel é uma loja com padrão similar a Loja São Luis, de Santo Antônio de Jesus, grande empregadora de cruzalmenses e espaço de consumo, tanto dos residentes, quanto de moradores de cidades do entorno. A administradora da loja, revelou que a necessidade de modernização da loja – estrutura física, tipos de produtos, relação com clientes – foi fator preponderante para que assumisse a administração da loja que, a seu ver, tinha que crescer porque o município

de Cruz das Almas estava crescendo (ADMINISTRADORA DA COFEL, 2015).
 Prossegue ela,

não foi a Cofel apenas que mudou, mas o município de Cruz das Almas como um todo que se desenvolveu, hoje temos aqui estruturas e serviços que não tínhamos a 10 ou 15 anos, e arrisco dizer que poderíamos crescer mais, não fosse a proximidade de Santo Antônio de Jesus, que tem um poder atrativo muito maior que o nosso, uma força política muito maior que a nossa, e acaba tirando daqui a possibilidade de abrigar muitos e expressivos empreendimentos (ADMINISTRADORA DA COFEL, 2015).

Esse depoimento revela um fator observado também em outras considerações de comerciantes cruzalmenses: a justificativa para entraves ao desenvolvimento de Cruz das Almas, por entender que Santo Antônio de Jesus, por ser maior e mais desenvolvido, acaba sendo mais atrativo para investimentos, tirando oportunidades para Cruz das Almas. A rivalidade daí decorrente tem sido um dos impeditivos para potencialização do desenvolvimento de ambos os municípios, na medida em que inviabiliza articulações que fortaleceriam as suas dinâmicas socioespaciais. Dito de outro modo, o reconhecimento das efetivas condições econômicas, políticas e sociais, poderia gerar uma coesão que resultasse em complementaridades com ganhos para os dois municípios.

A seguir se trata do grande comércio varejista estabelecido em Santo Antônio de Jesus, geralmente composto de empreendimentos locais, regionais, estaduais e nacionais. Com base local, se tem, como maior exemplo, as Casas São Luis, fundada em 1941. É uma loja de departamentos que funciona também no município de Valença, um empreendimento de grande porte, que emprega muitos residentes locais.

Além das unidades comerciais, de origem local, há uma articulação desse comércio com empresas varejistas, quase todas especializadas em móveis, eletrodomésticos, calçados e confecções, sendo as mais expressivas:

- a) Escala nacional: Casas Freire, com lojas na Bahia e Pernambuco; Ricardo Eletro e Magazine Luiza, com lojas em vários estados do Território Nacional.
- b) Escala estadual: Lojas Guaibim, com pontos em várias cidades da Bahia.
- c) Escola regional: Real Calçados, com mais três em outras cidades do Recôncavo Sul.

As empresas maiores e mais eficientes, quanto aos fatores de produção, número de empregos e número de lojas no país em 2016, conforme avaliação do Instituto Brasileiro de Executivos do Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR), atuam na cidade de Santo Antônio de Jesus. Dentre as empresas do *ranking* do IBEVAR (2016),

na categoria Super, Hiper e Atacado, estão o Atacadão, do Grupo Carrefour, e o Todo Dia, da Rede Walmart; na categoria de eletroeletrônicos e móveis, estão as Lojas Americanas; na categoria Moda e Esportes está a Loja Arezzo&Co; na categoria drogarias e perfumarias está O Boticário, que possui dois pontos de venda na cidade. As empresas consideradas pelo IBEVAR como melhor posição no *ranking* imagético, mencionadas positivamente nas redes sociais, também possuem lojas em Santo Antônio de Jesus, como a Loja Magazine Luiza, que tem duas lojas no centro da cidade.

Outros grupos de empresas, que compõem a dinâmica do comércio, são as franquias, compondo redes de lojas sediadas em outros estados e que possuem representações em Santo Antônio de Jesus. Dentre elas, destaca-se: a Ortobom, a Cacau Show, o Boticário, a Wizard e o Fisk. Todas estão localizadas no centro da cidade.

Todas as franquias têm alcance nacional. Quatro delas (Cacau Show, Wizard, Fisk e Ortobom) tem sede em São Paulo. A loja O Boticário é polinucleada, com escritórios corporativos em São Paulo e no Paraná. A presença delas salienta o dinamismo do comércio santantoniense. O franqueado da Cacau Show, que vende produtos feitos de chocolate, destacou esse dinamismo quando entrevistado: “vimos para Santo Antônio de Jesus porque percebemos a força da cidade na região, o crescimento é visível para qualquer um, e tivemos a certeza de que o nosso negócio aqui daria certo, como vem acontecendo” (FRANQUEADO I, 2015).

À exceção do Atacadão e da Arezzo&Co, todas essas lojas funcionam, também, em Cruz das Almas, mas, geralmente, com características diferentes, como foi apontado pelo presidente da CDL local:

acompanhamos a dinâmica destes empreendimentos comerciais que funcionam aqui e em Santo Antônio de Jesus, e observamos que aqui tudo é a menor - a diversificação dos produtos, o tamanho das lojas, o marketing\divulgação, a dimensão das campanhas e promoções - isso deixa visível que para Santo Antônio de Jesus tudo toma uma dimensão maior. Quando procuramos ver com os empreendedores, a justificativa é sempre a mesma: Santo Antônio de Jesus é mais desenvolvida do que Cruz das Almas, e por isso lá tudo sempre precisa ser maior (PRESIDENTE DA CDL CRUZ DAS ALMAS, 2015).

Nesse caso, fica evidente a lógica da hierarquia urbana, confirmando a teoria do Lugar Central, em que há uma relação hierárquica, entre centros urbanos de diferentes tamanhos, principalmente destacada pelo comércio e prestação de serviços entre eles.

A conjunção dos dados e informações demonstra a força do comércio que Santo Antônio de Jesus representa no contexto regional. O comércio, bastante diversificado quanto aos produtos que oferece, tem sido um atrativo do município, o que se revela também com bastante força no setor de serviços.

4.4.3 Serviços

Os serviços, devido às crescentes inovações tecnológicas, em especial da informática, das telecomunicações, inovações organizacionais e novas formas de comercialização, têm provocado transformações, quanto à produção e consumo. A dinâmica das atividades deste setor tem um papel de destaque no desenvolvimento econômico em diferentes escalas, impactando, principalmente, na geração de serviços e empregos.

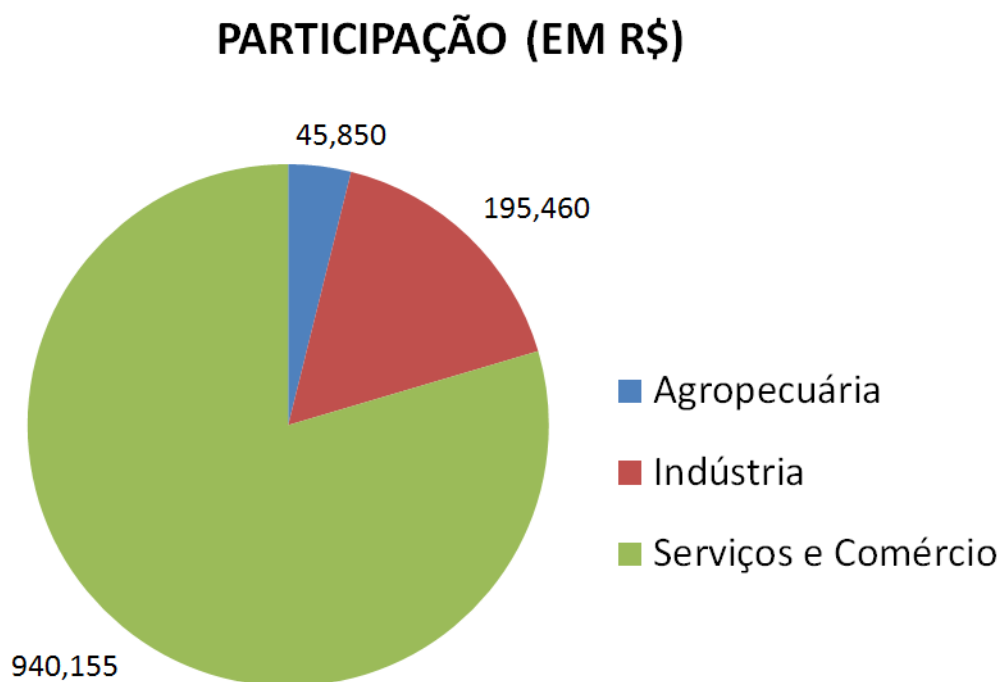
Em Santo Antônio de Jesus é expressiva a participação desse setor na sua economia e posição de centralidade em relação ao Recôncavo Sul, em função, principalmente, da diversidade de serviços que oferece. A arrecadação de impostos ligados ao setor, também mostra a importância dessa atividade na economia santantoniense. Em especial, o ISS (Imposto Sobre Serviços) - no âmbito da arrecadação municipal - e o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) - no âmbito estadual - mostraram-se crescentes de 2010 para cá. O ISS, imposto mais diretamente ligado à atividade de serviços, cresceu, em média, 21,3% ao ano entre 2010 e 2015, crescimento esse maior do que a população santantoniense no mesmo período. O mesmo se verifica para o ICMS, ligado mais diretamente ao comércio, que evoluiu, em média, 22,9% ao ano no período em questão (PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 2016).

Situação semelhante ocorre com os dados colhidos para a Receita Municipal, que na categoria Receita de Serviços apresentou forte crescimento neste período analisado (2010 a 2015). Em apenas cinco anos, o crescimento foi de 393%. No período todo, a média de evolução anual foi de 54,8% (PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 2016).

Reforça esse quadro, também, a contribuição da participação dos setores de atividades econômicas, como os serviços, no índice do PIB Municipal (Valor Adicionado) de Santo Antônio de Jesus. Dados do IBGE, referentes ao ano de 2014,

mostram que os serviços também são os grandes responsáveis pela riqueza produzida nesse município, conforme aponta o gráfico 8, que segue.

Gráfico 6 - Participação dos setores de atividades econômicas no PIB de Santo Antônio de Jesus – BA - 2014 (R\$)



Fonte: IBGE / SEI, 2016

A participação dos serviços na economia santantoniense acentua-se, ainda mais, quando se analisa a contribuição dos setores em termos de massa salarial gerada. No ano de 2014, os serviços, juntamente com o comércio, foram responsáveis por 84,6% de toda a massa salarial do município. Comparando com o Estado da Bahia, o setor é mais representativo para a economia de Santo Antônio de Jesus do que para a economia baiana, para a qual a representação terciária correspondia a 77,91% da massa salarial paga no ano de 2014 (SEI, 2016).

Na análise da estrutura do setor de serviços, utilizou-se a classificação, elaborada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divide os serviços nos seguintes subsectores: alojamento em hotelaria, e alimentação em restaurante; transporte; telecomunicações; informática; saúde e serviços sociais; serviços pessoais e domésticos; serviços financeiros; administração pública; seguros e previdência privada; pesquisa e desenvolvimento e educação.

O município de Santo Antônio de Jesus comporta uma diversidade de serviços, tanto na esfera pública quanto na privada. Há uma concentração de serviços públicos, de importante dimensão, dentre os quais destaca-se:

- a) Esfera federal - uma unidade de atendimento da Receita Federal, Agência Regional de Trabalho, agência da Previdência Social, agência do IBGE, a uma agência do SEBRAE.
- b) Esfera estadual: 21ª Núcleo Regional de Educação, Diretoria Regional de Saúde (DIRES), uma agência do Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA), o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), 3ª. Inspeção Regional de Controle Externo (TCM), 11ª Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran).

Além desses órgãos públicos, representados por suas respectivas unidades, também existem os seguintes sindicatos: Sindicato dos Empregados no Comércio, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, o Sindicato dos Produtores Rurais.

Em Cruz das Almas esses serviços também são oferecidos, à exceção da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran), agência do Sebrae, Núcleo Regional de Educação, Diretoria Regional de Saúde (DIRES), agência do Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA), Inspeção Regional de Controle Externo (TCM).

O setor de serviços públicos, principalmente o municipal, é um dos que mais empregam nos dois municípios – sendo somente superado pelo setor terciário privado.

Toma-se nesta análise os setores de saúde e educação, como centrais, para entender a dinâmica dos serviços em Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, em razão dos resultados que a pesquisa de campo revelou serem estes os mais expressivos em termos de quantidade, diversidade da oferta e demanda.

Os serviços de saúde têm apresentado, desde o início dos anos 2000, uma vertiginosa evolução, com expansão, tanto no número de unidades, quanto na complexidade dos atendimentos. As tabelas que seguem (13 e 14), apresentam como hoje se estrutura o serviço de saúde dos municípios.

Tabela 13 - Estabelecimentos de saúde em Santo Antônio de Jesus - BA, 2016

NÍVEL DE ARTICULAÇÃO	Nº DE ESTABELECIMENTOS
Público Federal	-
Público Estadual	1
Público Municipal	49
Privado	57

Fonte: PINHEIRO, 2016

Tabela 14 - Estabelecimentos de saúde em Cruz das Almas - BA, 2016

NÍVEL DE ARTICULAÇÃO	Nº DE ESTABELECIMENTOS
Público Federal	-
Público Estadual	1
Público Municipal	31
Privado	40

Fonte: PINHEIRO, 2016

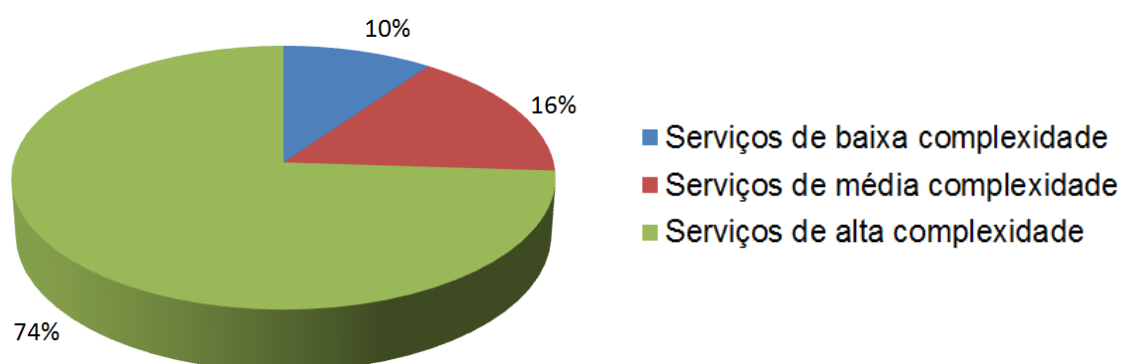
Os atendimentos em saúde são, em grande parte, responsáveis pela centralidade assumida por Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Sul. Para isso, muito concorrem os tipos de atendimento, de acordo com a sua complexidade. Este aspecto – complexidade - só teve uma nova dimensão, apresentando níveis médio e alto, a partir do início dos anos 2000, com a instalação na cidade de franquias de unidades médicas, sediadas na capital do Estado ou Feira de Santana e, também, pela ampliação de unidades médicas locais, como clínicas e laboratórios.

Um proprietário de uma das maiores clínicas, oriundas desse período, sediada em Feira de Santana, afirmou ter se instalado em Santo Antônio de Jesus no ano de 2005, “em razão de perceber o crescimento da cidade por causa das Instituições de Ensino Superior, enxergando ali um bom mercado para expansão do seu serviço” (PROPRIETÁRIO DE CLÍNICA I, 2014). A entrevista com esse mesmo proprietário possibilitou, ainda, acessar um outro dado importante, já que, segundo ele, a ida para Santo Antônio, com as demandas cotidianas, provocou a diversificação dos serviços

oferecidos que, sumariamente, eram de baixa e média complexidades. Com a procura por serviços de alta complexidade, foi constatado que havia campo para ampliar o atendimento e, segundo o entrevistado, os serviços de alta complexidade respondem, hoje, por cerca de 55% dos atendimentos realizados.

Verificou-se ainda, quanto a este aspecto que, na configuração dos serviços de saúde do município, os de alta complexidade respondem por mais da metade de todos os serviços oferecidos, como se constata no gráfico 9.

Gráfico 7 - Natureza dos serviços de saúde ofertados em Santo Antônio de Jesus (%) – 2016

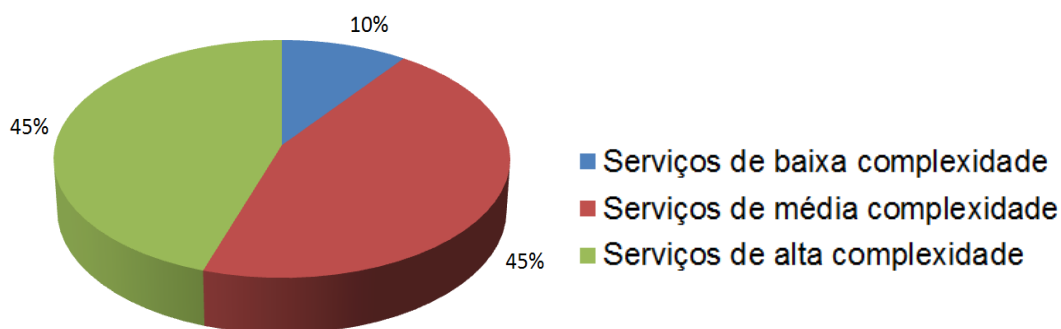


Fonte: PINHEIRO, 2014/2016

O predomínio dos serviços de alta complexidade, no campo da saúde, em Santo Antônio de Jesus aponta para duas questões muito importantes, na sua dinâmica socioespacial, a sua inserção no que se pode chamar de circuito moderno da saúde e, os impactos na geração de emprego e renda no local. Quanto à primeira questão, observou-se que são oferecidos em Santo Antônio de Jesus, destacadamente a partir de meados dos anos 2000, serviços de alta complexidade que, antes, só eram ofertados em Salvador e Feira de Santana. Isso, tanto possibilitou a grande demanda de clientes, que antes iam para estes grandes centros, como a chegada ao município de médicos, enfermeiros e técnicos, para executarem esses serviços. Esses profissionais, a princípio, não fixaram moradia na cidade, no entanto, segundo seus depoimentos, com o crescimento expressivo dos atendimentos, sentiram a necessidade de fixar residência em Santo Antônio de Jesus. Em decorrência direta dessa questão, muitos condomínios surgiram para atender a estes profissionais e, ainda hoje, atendem, preponderantemente, aos profissionais liberais e comerciantes locais.

Importante destacar que, em Cruz das Almas há o predomínio de serviços de saúde de baixa e média complexidade (gráfico 10), justamente havendo uma expressiva recorrência a Santo Antônio de Jesus quando há necessidade de atendimento de alta complexidade. Este é um movimento de mão dupla: tanto por parte dos usuários - que em sua grande maioria responderam ir a Santo Antônio de Jesus quando necessitam de serviços mais complexos - quanto da parte dos empreendedores do campo da saúde, que mantem empreendimento nas duas cidades e 80% admitiu que fragmenta os serviços, reservando para Santo Antônio de Jesus os que são mais complexos. Sobre isso, o gestor de uma clínica ressaltou que desde o início do funcionamento, as consultas e procedimentos simples eram em Cruz das Almas e as intervenções cirúrgicas em Santo Antônio de Jesus. Para o entrevistado, essa é uma organização natural, visto que “Santo Antônio de Jesus é maior, mais desenvolvido e por isso abriga o atendimento mais completo” (GESTOR DE CLÍNICA, 2015).

Gráfico 8 - Natureza dos serviços de saúde ofertados em Cruz das Almas (%) – 2016



Fonte: PINHEIRO, 2014/2016

Os resultados da pesquisa permitiram também constatar que, do início dos anos 2000 até o presente, houve uma ampliação expressiva na oferta de serviços de saúde, embora em quantitativo inferior, e características um pouco diferenciadas, em relação a Santo Antônio de Jesus. A partir desse quadro, configurado com a composição e dinâmica do setor de serviços de saúde, é de relevância demonstrar o grau de atratividade do município de Santo Antônio de Jesus nesse quesito.

Os serviços de saúde atraem pessoas de outros municípios - próximos e distantes - para Santo Antônio de Jesus. São pessoas que, em sua maioria (57%), declararam vir ao

município com frequência tanto para consultas como para acompanhamento médico, e destas 30% disseram aproveitar estas ocasiões para realizar outros tipos de consumo, quase sempre compra de gêneros alimentícios. Esta situação revela um encadeamento que há entre os usuários dos serviços de saúde e outros tipos de serviços.

Sobre este quesito, um dado importante a ser destacado diz respeito ao alto percentual de usuários que, entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000, declararam que buscavam serviços de saúde, notadamente, em Feira de Santana e Salvador. Neste grupo, observou-se o percentual expressivo de idosos e mulheres que, naquela época se deslocavam para os centros maiores em questão para cuidar da sua própria saúde, ou dos filhos pequenos e, que a partir da segunda metade dos anos 2000, começou a fazer uso dos serviços em Santo Antônio de Jesus, pela facilidade de conseguir o atendimento, por não ter que se deslocar para outra cidade e principalmente pela boa qualidade do serviço.

Ainda no campo da saúde, merece destaque os serviços relativos à beleza e estética, um segmento da medicina considerado ultramoderno e de alto custo. Santo Antônio de Jesus conta com 16 centros específicos desse ramo, todos de iniciativa privada, com alto padrão e custo de atendimento. Destes, quatro são franquias de rede nacional, oito são núcleos de rede estadual e quatro são de origem local. É um tipo de serviço utilizado, predominantemente, por mulheres, que quando entrevistadas afirmaram não ter mais que se deslocar para Salvador para realizar seus tratamentos. Destaque-se que todos esses 16 centros foram instalados no município entre 2005 e início de 2017 e, conforme um proprietário de clínica de estética, que iniciou o funcionamento em 2008, já havia a intenção de fazê-lo desde o ano de 1998, “mas ficou observando o crescimento e desenvolvimento do município, para só então se instalar com segurança da continuidade do seu empreendimento” (PROPRIETÁRIO DE CLÍNICA II, 2016).

Na visão deste entrevistado, a percepção desse crescimento se deu quando viu o aumento considerável do número de casas comerciais, e principalmente comércio de rede nacional, constatando que teria clientes para o seu tipo de negócio.

A excelência dos serviços de saúde é reconhecida na centralidade de Santo Antônio de Jesus, inclusive no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2016), no qual foi constatado que das três áreas de atuação analisadas, Emprego e Renda, Educação e Saúde, esta última obteve a maior nota. Em reforço, os centros de saúde local, clínicas e hospitais, atendem a uma população de 47 municípios da região,

alcançando, aproximadamente, mais de 1,5 milhão de pessoas (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, Prefeitura, 2016).

Outras importantes atividades, relacionadas aos serviços, devem ser mencionadas. Na esfera bancária, de acordo com o IBGE (2015), o município possui oito agências bancárias, entre elas os principais bancos nacionais, estatais e privados, e um banco de fomento de atuação em todo o Nordeste do Brasil. Quanto às comunicações, Santo Antônio de Jesus possui emissoras de rádio e revistas de circulação periódica. Convivendo com estes serviços considerados modernos, existem ainda as atividades tradicionais, como açougues, salões de beleza, lanchonetes, padarias, mercado de artesanato, feira livre, entre outros. Há ainda opções de lazer, entretenimento, centro de cultura, biblioteca, etc.

Um evento festivo anual se destaca no município, a Festa de São João, no mês de junho e que, seguindo a tendência nacional, desde o ano de 2010, reúne personalidades musicais conhecidas nacionalmente. A partir desse ano, Santo Antônio de Jesus entrou no circuito das mega festas juninas que, no Nordeste e especialmente no Recôncavo da Bahia, movimentam altos volumes financeiros. Além disso, geram muitas ocupações temporárias e atraem muitas pessoas de outras cidades.

A dinâmica do comércio, juntamente com a de serviços, tem imprimido a Santo Antônio de Jesus um ritmo de vida que pode ser considerado moderno. Ainda, no setor de serviços, assume importância central a educação. A partir dos anos 2000 foram instaladas no município tanto IES públicas quanto privadas que deram um novo ritmo para a dinâmica local,

Destacadamente, a implantação das IES atraiu para Santo Antônio de Jesus uma população flutuante, e parte que também se fixou, que impacta na dinâmica local de diferentes formas. Primeiro, é possível apontar o aumento e regularidade dos deslocamentos discentes e docentes dos municípios vizinhos, o que gerou um reforço na implementação do sistema de transporte alternativo. Hoje, falando em 2016, são linhas que conduzem diariamente a um elevado número de pessoas de vinte municípios, em boa parte, aqueles que fazem parte da comunidade acadêmica das referidas IES. Dos 210 questionários, aplicados entre estudantes, constatou-se que 70 eram de Santo Antônio de Jesus e 140 de vários outros lugares. Destes últimos, 110 declararam fazer uso diário de transportes coletivos.

Os gestores das cooperativas de transportes revelaram que, antes dessas faculdades e universidades, e também das clínicas, o movimento era bem menor. Para organizar,

criaram a COOPERSAJ, e envolveram as linhas que partiam do município, com carros saindo com intervalo de 15 minutos.

Reforçando esta questão, foi possível também verificar que a maioria destes que vem a Santo Antônio de Jesus buscar os serviços educacionais de nível superior, se deslocam usando esse tipo de transporte, com grande uso de vans alternativas e em menor expressão o convencional, os ônibus.

O segundo aspecto a considerar, quanto aos impactos dos serviços educacionais, é a fixação de residência que ocorre, tanto por parte de funcionários e estudantes, quanto de professores. Dos questionados, uma parcela representativa, mudou-se para Santo Antônio de Jesus, principalmente devido ao menor custo em se fixar do que fazer deslocamentos diários.

Em Cruz das Almas a situação é um pouco diferente. Há uma predominância do deslocamento diário, principalmente através do sistema de transporte alternativo. Contudo, em ambos os casos, essas pessoas geram demandas de serviços, essencialmente, que movimentam as dinâmicas socioeconômicas locais. Observou-se, nesse sentido, que, no entorno imediato das faculdades e universidades, há um pequeno comércio e serviços, que atendem a essas comunidades. Nas duas cidades, mais de 80% desses espaços surgiram após a implantação das IES e, justamente, para atender à essa população. São bares, restaurantes, lanchonetes, *lanhouses*, reprografias e outros, que foram atraídos pela possibilidade de lucratividade, como revelaram, em entrevista, proprietários desses espaços em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, que tanto ampliaram quanto diversificaram seus negócios, em razão do funcionamento das IES. Esses exemplos são bem ilustrativos de como a implantação e expansão do setor de IES modificou as feições e relações, tanto em Cruz das Almas quanto em Santo Antônio de Jesus.

Além de terem o comércio e os serviços como elementos expressivos de suas dinâmicas socioespaciais, também a feira livre tem se apresentado com representatividade como fator atrativo para os municípios estudados.

4.4.4 Feira-livre

No Nordeste brasileiro, as feiras têm sido responsáveis pela centralidade das pequenas e médias cidades em seus principais dias de funcionamento, intensificando de forma significativa o número de pessoas nesses locais. No Recôncavo da Bahia, várias

idades tiveram seus núcleos de povoamento originados a partir dos caminhos de boiada, nos arredores desses pontos de negócios organizavam-se as feiras-livres. Foi assim com Santo Antônio de Jesus, cuja feira-livre constitui-se em uma das primeiras atividades desenvolvidas na cidade, e sua existência remonta à história da origem da própria cidade, quando em seus primórdios localizava-se nos arredores do Oratório de Santo Antônio, onde atualmente está localizada a Praça Padre Mateus.

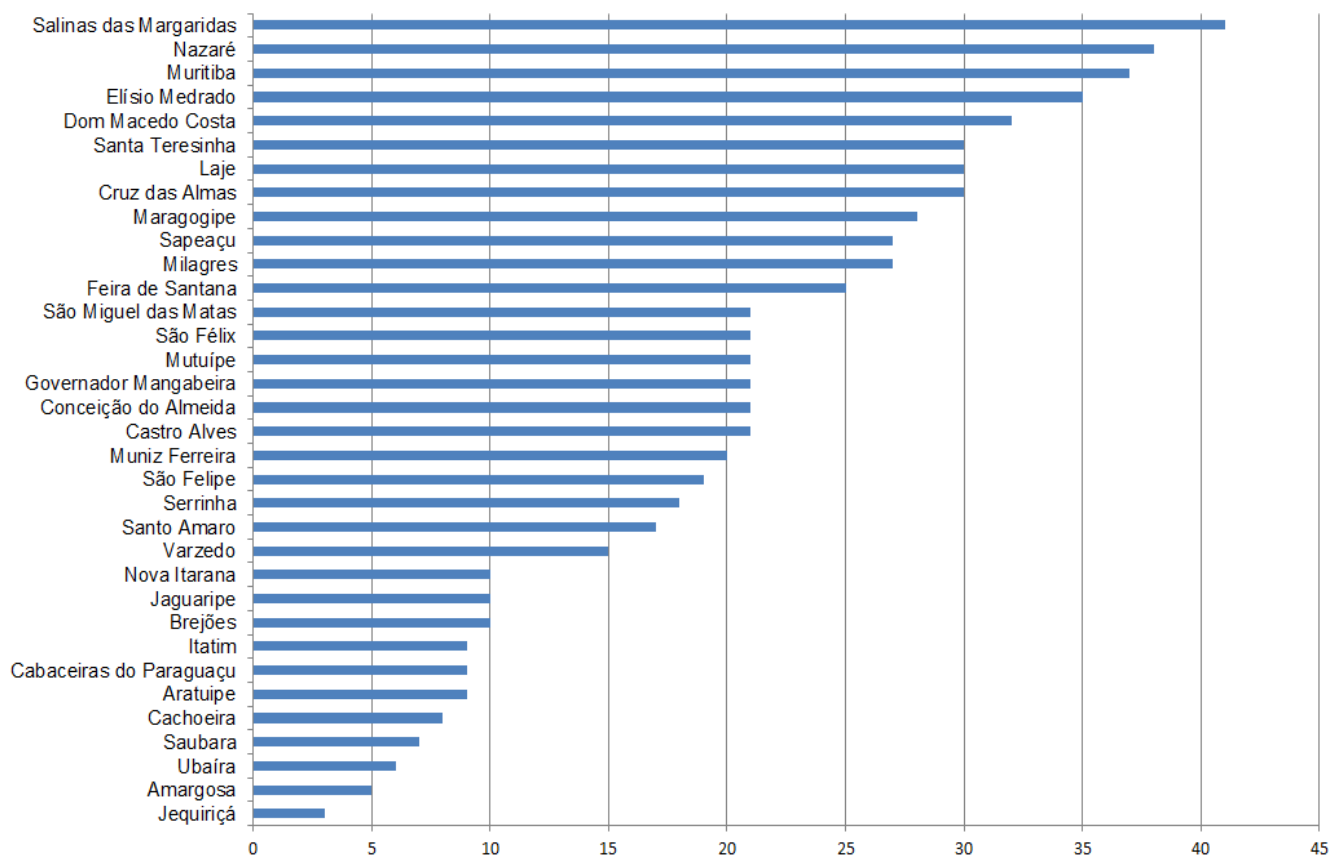
Em um estudo realizado, sobre as cidades do Recôncavo da Bahia, o historiador Charles D' Almeida (1999, p. 24), afirmou que “o desenho urbano no Recôncavo emergiu condicionado pelos trabalhadores da farinha e suas feiras em Conceição do Almeida, Maragogipe e Santo Antônio de Jesus”. Isto denota a força e importância da feira-livre, mesmo com a defesa que, muitas vezes, há de que a feira-livre é uma permanência espacial baseada em estruturas socioespaciais, consideradas arcaicas para a atual fase do capitalismo e facilmente superadas por outras formas de comércio, como supermercados e hipermercados.

A feira-livre de Santo Antônio de Jesus permaneceu instalada na Praça Padre Mateus, até a década de 1960, quando foi transferida para o centro da cidade, local de realização das atividades comerciais e de grande movimento. O ponto, que se encontra hoje, é um lugar de grande fluxo de pessoas e próximo às ruas que abrigam a maioria das lojas. As atividades da feira acontecem diariamente, fomentando um comércio, tanto intra, quanto extra-urbano.

No entanto, os dias de maior fluxo são quartas, sextas-feiras e sábados, dias em que há um intenso fluxo de pessoas, oriundas de outros lugares. Cada dia tem uma especialização, no tocante à comercialização dos produtos: as quartas-feiras, é predominante o comércio de confecções, ao passo que nas sextas-feiras há o predomínio do comércio de farinha, e produtos agrícolas no atacado e, aos sábados, destaca-se a comercialização das frutas e verduras vendidas no varejo. Não há registro oficial quanto a essa organização, mas conforme um feirante antigo entrevistado, “isso aconteceu quando o comércio de roupas tomou conta da feira e, nos outros lugares acontecia na quarta-feira, aí aqui ficou nesse dia também” (FEIRANTE I, 2016)”.

A pesquisa de campo permitiu conhecer a capacidade de polarização de comerciantes e consumidores, que convergem para Santo Antônio de Jesus, nos dias já mencionados, vindos dos mais diferentes lugares do entorno e mais distantes, como aparece no gráfico 11.

Gráfico 9- Municípios de origem dos consumidores da feira livre de Santo Antônio de Jesus, 2014-2016



Fonte: PINHEIRO, 2014/2016

Os feirantes que comercializam seus produtos são originários de municípios do entorno, com destaque para o dia de quarta-feira, no qual existem feirantes de Feira de Santana e sua região metropolitana, que comercializam confecções. Em entrevista, estes revelaram que vêm à feira de Santo Antônio de Jesus, porque é reconhecida na região como de grande movimento. Nesse grupo, verificou-se ainda que, nove, dos vinte e dois entrevistados, possuem pequenas casas comerciais de confecções em suas cidades de origem, justificando que, muitas vezes, o movimento na feira em um dia, supera o movimento semanal na loja.

Na sexta-feira e no sábado, observou-se que os feirantes são, predominantemente, de Santo Antônio de Jesus e dos municípios do entorno, em sua maioria agricultores familiares. Especificamente na sexta-feira, os feirantes que comercializam farinha, são provenientes da zona rural dos municípios, com parcela

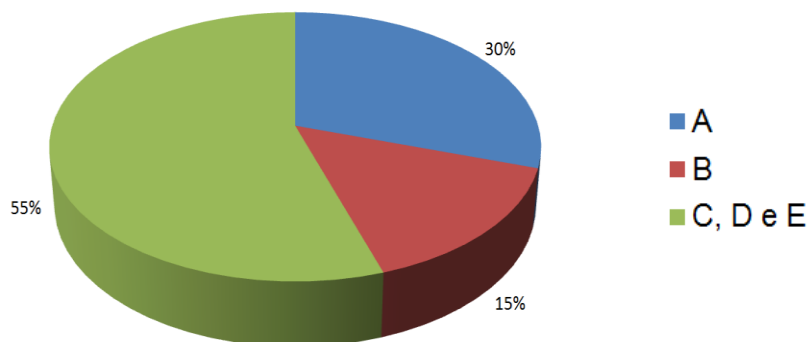
expressiva de ex-participantes de associações comunitárias assistidas por ações governamentais, hoje desativadas.

Quanto aos consumidores, constatou-se expressiva quantidade de outros municípios, que podem ser divididos em dois grupos: os para consumo próprio e aqueles que fazem revenda. Nos dois casos, a justificativa preponderante posta nos questionários aplicados foi a prática de preços mais baixos que em outros lugares, especialmente para os revendedores, que buscam material de qualidade com preços baixos, que possam garantir suas margens de lucro, num comércio do local de suas origens. Sobre isto, uma comerciante de Salvador, que trabalha num sistema de venda direta, de porta em porta, afirmou que “a cada três meses vem a feira de Santo Antônio de Jesus para comprar confecções e revender a suas clientes, o que não faz em Salvador porque, para roupas com a qualidade que encontra em Santo Antônio, os preços são maiores e portanto, não são atrativos” (COMERCIANTE DE SALVADOR, 2015).

Próximo ao período das festas juninas do ano de 2016, foram encontrados três proprietários de lojas de confecções, localizadas numa área central de Salvador, nas proximidades da Estação da Lapa. São lojistas populares, que afirmaram comprar os produtos em Santo Antônio, para revenda em suas lojas, porque “as mercadorias são baratas e o valor do deslocamento com transporte é pequeno e também pela proximidade das cidades, sendo possível ir e voltar no mesmo dia” (PROPRIETÁRIOS DE LOJAS DE SALVADOR, 2016). Aqui fica evidenciado um fato que tem aproximado Santo Antônio de Jesus da capital Salvador, que é a curta distância geográfica, que reforça o nível relacional e de interação entre esses territórios.

Tendo em vista as especificidades, próprias de cada tipo de comercialização, em cada dia da feira, optou-se por realizar análise em separado. Assim, tendo como foco a quarta-feira, quando há o predomínio do comércio de confecções, merecem ser destacados alguns pontos. O primeiro diz respeito ao tipo/qualidade das confecções, classificadas em três tipos: a) roupas de qualidade inferior; b) roupas de qualidade intermediária e; c) roupas de elevado padrão de grifes / marca, inclusive vendidas em lojas do comércio da cidade. Isso revelou, a primeira vista, que a feira, às quartas-feiras, é frequentada por pessoas de diferentes classes sociais, como se vê no gráfico 12.

Gráfico 10– Classes sociais dos frequentadores da feira livre de Santo Antônio de Jesus às quartas-feiras



Fonte: PINHEIRO, 2014/2016

Buscando entender mais esse contexto, foram questionados consumidores das três classes sobre o motivo para comprar na feira nesse dia de quarta-feira. Predominantemente os do primeiro grupo, classe A, revelaram que encontram lá bons produtos, de qualidade, a preços mais baixos do que os praticados nas lojas e *shoppings* da própria cidade, ou de Feira de Santana e Salvador, onde também costumam consumir. Os da classe B afirmaram encontrar na feira boas confecções, de marcas conhecidas, mas com preços bem mais atrativos do que nas lojas do comércio local. Sobre isto, uma consumidora afirmou que, se não fosse na feira, não teria condições de comprar nas lojas. Já os consumidores da classe C, em sua grande maioria (78%), declararam comprar roupas na feira, porque elas são vendidas com preços baixos, que a sua condição financeira permite.

Esse quadro permite inferir que a feira-livre não é, como muitas vezes se quer passar a impressão, um espaço de comercialização inferior, de segunda categoria, frequentado apenas por pessoas de baixa renda e comercializando produtos de baixa qualidade. Do contrário, pelo menos na quarta-feira, a feira de Santo Antônio de Jesus demonstra ser um espaço plural, do ponto de vista socioeconômico.

Nesse dia de quarta-feira, ainda, foi possível presenciar que o funcionamento da feira começa mais cedo do que nos outros dois dias, por volta de 5:00h da manhã. Entre 4:30h e 5:00h, muitos veículos utilitários ficam estacionados nas ruas transversais à feira. Uma explicação para esta antecipação, dada, tanto por feirantes, quanto por

consumidores, é que chegar mais cedo aumenta as chances de escolher confecções de melhor qualidade.

Continuando a traçar o panorama da feira na quarta-feira, é preciso tratar dos feirantes: quem são, de onde vêm, quais as formas de comercializar.

Os feirantes da quarta-feira, que vendem confecções, assim como os consumidores, têm características díspares. Podem ser distribuídos, basicamente, em dois grupos: os que vendem artigos de qualidade inferior, a preços mais baixos, e os vendedores de artigos e preços mais elevados. Os primeiros fazem as transações sempre em dinheiro, ou promissórias, enquanto os do segundo grupo, predominantemente, no cartão de crédito.

No que se refere à mão-de-obra, observou-se que há um predomínio da mão-de-obra familiar, com um total de 55,5%. No caso desses feirantes não é estabelecido, por exemplo, um patamar de remuneração, como o salário mínimo, já que tudo depende dos ganhos do mês, contudo, foi afirmado, pela maioria deles, que geralmente, há o ganho de um salário mínimo, pelos feirantes, que quase sempre não ultrapassam o número de três por barraca. De outra parte, os 44,5% restantes mantêm, geralmente, de três a quatro funcionários, com vínculo empregatício, firmado com carteira assinada, percebendo o salário mínimo.

Um fator a destacar sobre a feira nesse dia de quarta-feira, é a expressiva massa de consumidores composta por pequenos e médios comerciantes dos municípios do entorno, que vêm comprar na feira para revender em seus estabelecimentos. De um modo geral, a ampla maioria deles alega que é boa a qualidade das confecções, os preços praticados são mais baixos e há facilidades quanto às formas de pagamento. Conforme um desses consumidores, residente e proprietário de uma loja de revenda de confecções no município de Muritiba, “vale a pena o deslocamento para Santo Antônio de Jesus, porque antes eu ia comprar em Belo Horizonte, nas feiras de lá que são tradicionais, mas depois vi que aqui em Santo Antônio tinha produtos similares, desde então, isso já fazem cinco anos, que venho para cá” (CONSUMIDOR DE MURITIBA, 2015)”.

O outro dia da feira destacado é a sexta-feira, quando a comercialização predominante é a de farinha, 67,5% dos feirantes são lavradores e/ou agricultores - que isoladamente ou associados, produzem nas casas de farinha da zona rural de Santo Antônio de Jesus ou dos outros municípios bem próximos, para venda na feira.

Uma característica marcante, desse dia de feira, observada durante a pesquisa de campo, foi a presença de compradores do produto no atacado, isto é, nesse dia não é, em geral, o consumidor final que normalmente compra a farinha na mão dos pequenos agricultores, mas são proprietários de mercados e supermercados, que adquirem a farinha, em grandes quantidades, para revenda. Isso, inclusive, muda o perfil de origem dos consumidores em relação aos demais dias, 75% dos compradores são oriundos de cidades do entorno. Há reflexos desse tipo de relação no preço da farinha, que acaba ficando abaixo do que os agricultores gostariam de praticar, mas como dito por um agricultor, “a oferta é muito grande e os atravessadores, forçam a barra com a gente, para baixar muito o preço” (AGRICULTOR I, 2015). Essa fala trouxe à tona uma outra figura nessa relação que é o atravessador. Questionando outros feirantes, foi reafirmado que muitas pessoas, que não são donas de comércio, vêm a feira comprar a farinha, a preços baixos, para revender para mercadinhos e pequenos supermercados de cidades próximas.

No sábado, quando há o predomínio do comércio de frutas e verduras, a grande maioria, tanto dos feirantes quanto dos consumidores, é de Santo Antônio de Jesus ou de municípios bem próximos. Nesse dia, foi possível constatar, a feira assume um caráter mais doméstico, com circulação de pessoas do próprio lugar, e predomínio de vendas no varejo, principalmente de frutas, legumes e verduras.

Dois desdobramentos merecem destaque, quanto à dinâmica da feira. Primeiro associando os dados de escolaridade, profissão e renda, constatou-se que os consumidores, que frequentam a feira, são de classes sociais variadas, caracterizando o espaço da feira como local de interação social, onde diferentes pessoas realizam compras. Segundo, a feira também tem se apresentado como um espaço de disputa, uma vez que tem avançado, tanto em sua organização quanto a produtos - principalmente no setor de confecções - que tem chegado a competir com varejistas de lojas especializadas no entorno da própria feira. Ecos dessa relação tensa já chegaram à Administração Municipal, como declarado pelo responsável pela organização da feira, de que há cobranças por parte dos lojistas quanto ao ordenamento dos feirantes, por se sentirem prejudicados, considerando que as “imposições financeiras feitas aos feirantes são bem menores do que aos lojistas, colocando-os em situação de vantagem” (RESPONSÁVEL PELA FEIRA EM SAJ, 2016).

Para finalizar este ponto, se reafirma a importância da feira, como uma instituição com papel preponderante na manutenção da centralidade regional de Santo

Antônio de Jesus, na medida em que essa atividade funciona como atrativo de vendedores, revendedores e consumidores. A feira é relevante na caracterização da cidade, como entreposto comercial, haja vista que muitos dos compradores adquirem produtos e mercadorias para revender em outros municípios, estabelecendo uma rede comercial polarizada por Santo Antônio de Jesus.

A cidade de Cruz das Almas possui duas feiras livres: uma localizada no bairro COPLAN, e a outra, de localização privilegiada, se realiza na Praça do Lavrador, no centro da cidade. Nas proximidades desta feira encontra-se uma infinidade de outros estabelecimentos formais, como bancos, lojas de eletrodomésticos, vestuário, ferragem, salão de beleza, restaurantes, lanchonetes, supermercados e casas lotéricas que, inclusive, tornam cômoda a afluência da população, tanto local, como de cidades circunvizinhas, quer na condição de feirante ou de cliente.

A feira funciona as quartas, sextas-feiras e sábados, sendo este último o dia de maior movimento. Não há uma especialização de comércio por dia da semana, como em Santo Antônio de Jesus, em todos os dias é ofertada a mesma gama de produtos, que vai de comestíveis a confecções e calçados.

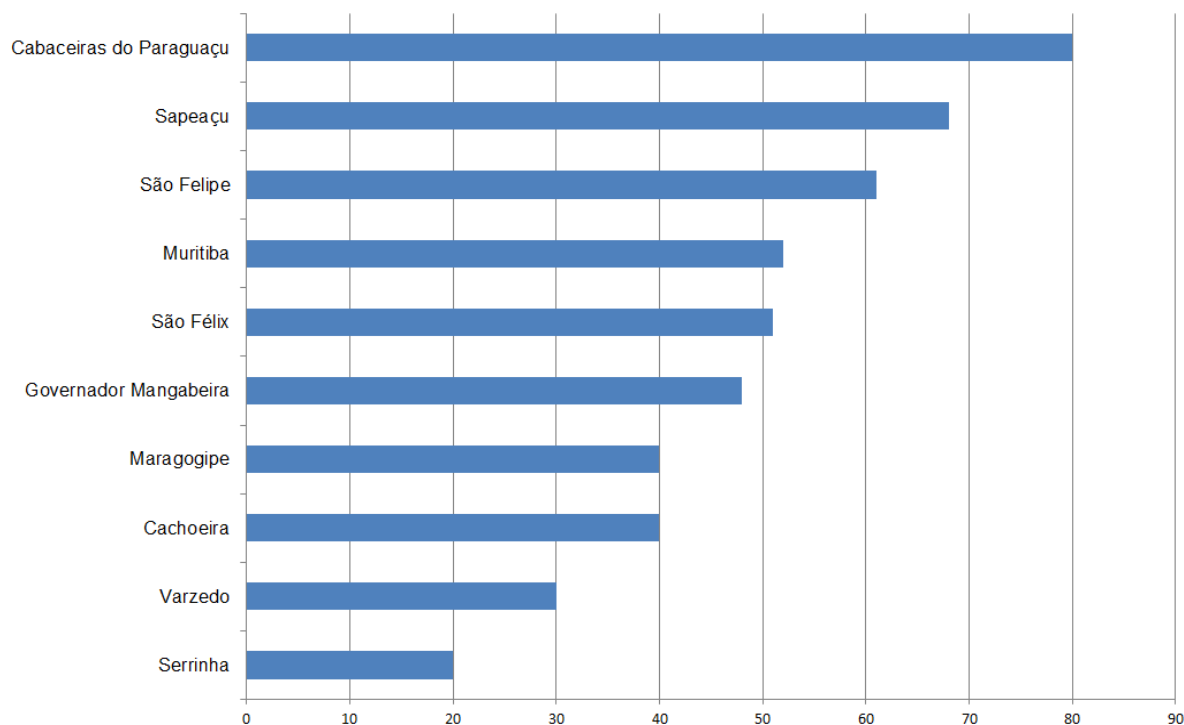
O setor de destaque na feira é o varejista de calçados, com um quantitativo concentrado de barracas, comandadas por um universo de 15 comerciantes. Destes, seis são oriundos de Cruz das Almas e nove de outros municípios próximos do Recôncavo Sul. Há também a comercialização de outros produtos. Verificou-se que nenhum desses feirantes dispõe de uma outra forma de comércio, como loja ou similar.

Os calçados vendidos são, via de regra, de baixa qualidade e, segundo os feirantes, os consumidores tem baixo poder aquisitivo, o que implica, inclusive, nas formas de pagamento, com volume expressivo através de notas promissórias. A pesquisa de campo permitiu verificar que, grande parte dos consumidores, são oriundos da zona rural do próprio município e do entorno, e que não frequentam outra feira-livre, e que, além de comprar na feira, adquirem produtos nas mercearias e supermercados de Cruz das Almas. Dessa forma, a frequência à feira-livre movimentava também outras formas de comércio formais na cidade.

Especificamente sobre esta questão, buscou-se conhecer a dinâmica das mercearias, instaladas no entorno da feira, e ficou constatado que o sábado é o dia de movimento mais intenso, quando os proprietários de estabelecimentos formais reconhecem o fluxo, principalmente de pessoas da zona rural, para complementar a aquisição, basicamente, de gêneros alimentícios.

Numa análise relacional entre as feiras-livres de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, é possível se verificar diferenças quanto à dimensão e raio de abrangência. Enquanto a feira de Santo Antônio de Jesus tem um alcance espacial ampliado, movimentando pessoas da região e de fora dela, a feira de Cruz das Almas tem um caráter mais doméstico (Gráfico 13), com alcance de consumidores provenientes do local e do perímetro urbano e rural mais imediato, o que se pode identificar a partir da comparação dos gráficos, quando Santo Antônio de Jesus caracteriza a representatividade do alcance do número de municípios que freqüentam as feiras das duas cidades estudadas.

Gráfico 11 - Municípios de origem dos consumidores da feira livre de Cruz das Almas, 2014-2016



Fonte: PINHEIRO, 2014/2016

Comparando se destaca o nível de especialização do comércio de ambas feiras, sendo mais evidente a de Santo Antônio de Jesus, que tem o predomínio de determinados setores, a depender do dia da feira e, no caso de Cruz das Almas, apenas o predomínio de um setor, o calçadista, independente do dia em que a feira é realizada.

A feira livre nas duas cidades é um fator que impulsiona não só a “economia” da própria feira, mas do comércio do entorno e de outros lugares mais distantes, colocando estes municípios em condição de centralidade regional.

5 SANTO ANTÔNIO DE JESUS E CRUZ DAS ALMAS: NOVOS CONTEÚDOS E TRANSFORMAÇÕES EM CURSO

Neste capítulo, são apresentadas as transformações recentes, nas relações econômicas, ações tecnoprodutivas, políticas, institucionais e sociais em Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, bem como seus impactos na reestruturação produtiva interna e os rebatimentos na organização socioespacial regional. Busca-se demonstrar que novos fatos têm impulsionado os municípios a um novo patamar de centralidade na região.

5.1 Evolução funcional no contexto regional (1970, 1990 e 2000)

Neste espaço faz-se uma apresentação dos processos evolutivos e de crescimento quanto às características assumidas, por Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, tomando três marcos temporais: 1970, 1990 e 2000, e destacadamente a evolução da rede de transportes, por entender que a dinâmica espacial da região do Recôncavo Sul da Bahia foi fortemente marcada pelo tipo de transporte preponderante em cada momento histórico. Este foi, e vem sendo, um importante elemento na definição da centralidade, exercida pelas cidades no contexto regional, e que explica os diferentes papéis assumidos por Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus. A sua configuração urbana foi sendo transformada à medida que ocorreram mudanças na rede de transportes e que tornou acessíveis umas cidades mais que outras.

Entende-se que, quanto maior o grau de acessibilidade de uma cidade, mais fortalecida é a sua centralidade, posto que poderá ter múltiplas funcionalidades, em consequência de um maior fluxo de pessoas, mercadorias e capitais. A centralidade, que um centro urbano é capaz de alcançar, é proveniente de suas ações como centros distribuidores de bens e serviços, em sua área ou região de influência, como exigido nos postulados da teoria das localidades centrais. Em consequência, a diferenciação no porte desses centros é medida por suas funcionalidades e o alcance de influência da sua área urbana.

Entre os anos de 1956 e 1960, a dinâmica econômica mundial vigente, impulsionou o governo brasileiro, que criou metas estratégicas de desenvolvimento para integrar o território e formar um mercado interno no país. A rede de rodovias fazia parte desse plano e foi planejada para dar suporte à logística das indústrias que surgiam. Assim, as rodovias tornaram-se um dos principais instrumentos para a formação de um

mercado nacional unificado e para a circulação exigida pela divisão territorial do trabalho que se tracejou nas décadas seguintes (XAVIER, 2003).

No Nordeste, as rodovias tiveram o caráter de integrar as suas zonas produtoras aos centros industriais do país, localizados principalmente no eixo São Paulo/Rio de Janeiro. A valorização do automóvel participou da constituição de uma verdadeira fluidez do território, integrando seus diversos subespaços à lógica do desenvolvimento técnico-científico global que se iniciava naquele momento (XAVIER, 2003). Essa que pode ser considerada uma revolução dos transportes, beneficiou o Recôncavo Baiano, proporcionando o intercâmbio dessa região com outras áreas do país, e internamente causou dinamismo nas localidades integradas por estas rodovias, como foi o caso da implantação da BR 101, em 1970, que notavelmente lançou Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus a novos patamares funcionais e hierárquicos.

De acordo com Bonfim (2006), o processo de instalação das redes técnicas, como a de transportes, no Recôncavo, promoveu alterações na hierarquia dos núcleos urbanos devido à maior circulação de serviços intensificados por essas redes. O surgimento de estradas de rodagem causou uma nova configuração espacial da rede urbana, passando esta a ser comandada por cidades que se beneficiaram de suas vantagens locais situadas estrategicamente entre o porto e a rodovia, o que viabilizava maior fluidez do seu entorno (BONFIM, 2006).

O contexto até aqui apresentado, permite entender em que medida a chegada da rodovia no Recôncavo Sul promoveu modificações na dinâmica socioespacial, haja vista que, sobreposta a uma ordem calcada na relação porto-ferrovia, a abertura de estradas de rodagem representou uma nova realidade para a centralidade regional. Neste caso, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, que ficam às margens da BR 101, ganharam densidade em suas relações produtivas e comerciais.

Nos séculos XIX e XX, com o surgimento das ferrovias, que fundamentalmente integravam os centros interiores aos portos, e com a expressiva produção fumageira, Cruz das Almas se destacava como centro na região, estando do ponto de vista hierárquico-funcional num patamar superior a Santo Antônio de Jesus. Isto significa que, em função da expressiva produção fumageira, Cruz das Almas se manteve como centralidade na região, até aproximadamente o final da década de 1960 e início de 1970, quando o arrefecimento da produção fumageira, combinada a implantação da BR 101, que margeia a cidade, começou a delinear uma nova realidade para a cidade e para a região.

É notável que a chegada da BR 101 dinamizou o fluxo de pessoas e mercadorias para os municípios aqui destacados. Para Cruz das Almas, principalmente, facilitou o escoamento da produção de fumo, que já dava sinais de esgotamento, conforme revelou um cruzalmense que à época era gerente de armazém de fumo de uma grande indústria fumageira, que no final dos anos 1970 começaram as demissões nos armazéns de fumo, por conta da diminuição da produção de charutos e da implantação da cultura de citros.

Santo Antônio de Jesus participou pouco da rede de produção fumageira do Recôncavo Sul, mas tinha uma classe média que expressivamente desenvolvia atividades comerciais. E foi pela via do comércio que o município cresceu, claramente beneficiado por estar nas margens da BR 101. O proprietário da mais antiga casa comercial da cidade, a Comercial São Luis, a loja de departamentos que tem uma filial no município de Valença, afirmou que “o santantoniense sempre teve tino para o comércio, e com a chegada da BR 101 e o *ferry boat*, os negócios melhoraram muito, as vendas cresceram, ficou mais fácil o abastecimento de mercadorias” (PROPRIETÁRIO DA SÃO LUÍS, 2015).

Esta declaração ratifica a importância da implantação da BR-101, tanto para o município de Cruz das Almas, quanto para Santo Antônio de Jesus e, para este último foi um benefício expressivo, para o seu crescimento, uma vez que, tanto possibilitou o acesso de muito mais pessoas, quanto a circulação de mercadorias.

Cruz das Almas chegou ao final da década de 1990 com graves problemas econômicos, posto que a produção fumageira perdeu força e a citricultura não foi capaz de robustecer a dinâmica econômica local. Por outro lado, o comércio de Santo Antônio de Jesus foi se consolidando como o mais desenvolvido do Recôncavo Sul da Bahia.

O início dos anos 2000 foi marcado pela instalação, nos dois municípios, de Instituições de Ensino Superior – tanto públicas quanto privadas - que geraram novas demandas para as duas cidades. Essas Instituições foram geradoras de novas dinâmicas para estes municípios.

No ano de 2010, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus já figuravam como as dez maiores cidades da Bahia, quanto às instituições de ensino superior, conforme é demonstrado na tabela 15 que segue.

Tabela 15 - Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus entre as dez maiores cidades do estado da Bahia, com instituições de ensino superior por esfera administrativa – 2015

Cidades	Federais	Estaduais	Privada	Total
Salvador	1	1	64	66
Feira de Santana	0	1	17	18
Vitória da Conquista	1	1	15	17
Itabuna	0	0	13	13
Juazeiro	1	1	9	11
Ilhéus	0	1	10	11
Santo Antônio de Jesus	1	1	9	11
Cruz das Almas	1	0	6	7
Cachoeira	1	0	5	6
Total	7	7	153	170

Fonte: INEP, 2015

O final da década de 1990 e início dos anos 2000, marcaram um acelerado processo de implantação de instituições de ensino superior privadas, no Estado da Bahia e que alcançou também Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus. No entanto, no início desse processo, Cruz das Almas ganhou destaque com a implantação de três IES – FAMAM (2004), FACTAE (2005) e UNOPAR (2007)- sendo as duas primeiras de iniciativas de empreendedores locais e a última integrante de uma rede nacional.

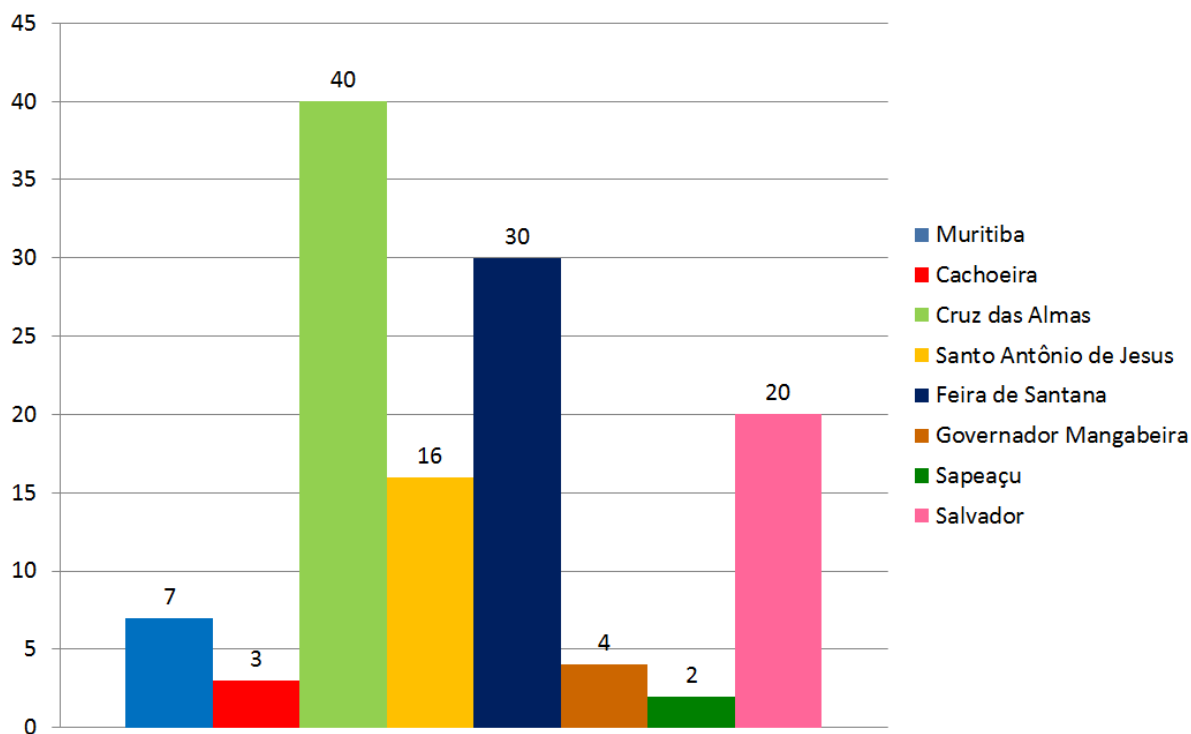
Em 2004 entrou em funcionamento a Faculdade Maria Milza (FAMAM), gerida pelo Grupo Maria Milza, cujos gestores são educadores e vivem em Cruz das Almas e iniciaram suas atividades em educação, no ano de 1990, com uma escola de Educação Básica e um Centro Técnico de Enfermagem. Segundo o Diretor geral do grupo, e também da Faculdade, a implantação da IES ocorreu em função de observar que os estudantes concluíam o Ensino Médio e, se não optassem pela Agronomia, que era ofertada pela Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), hoje Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), tinham que se deslocar para Salvador ou Feira de Santana. “Assim, como já tínhamos o conhecimento do setor educacional, partimos para o desafio do Ensino Superior” (DIRETOR GERAL DA FAMAM, 2015).

A FAMAM iniciou com apenas três cursos de graduação (Normal Superior, Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Enfermagem), e num processo de expansão ao longo dos últimos doze anos, já oferece dezenove cursos de graduação, treze de pós-graduação *lato sensu* e um programa de pós-graduação *stricto sensu*, com o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Hoje, a FAMAM funciona em um *campus* em Governador Mangabeira, município vizinho a Cruz das Almas e, neste, funciona a Clínica Integrada, que atende e desenvolve atividades práticas dos cursos da área de saúde. A saída para Governador Mangabeira se deu, conforme o seu Diretor informou em entrevista, em razão do espaço para funcionamento da faculdade atual não atender mais as demandas, e ter-se encontrado terreno com as dimensões necessárias para a nova edificação, como foi idealizada, no município vizinho.

Atualmente, a FAMAM emprega 60 funcionários técnico-administrativos, 122 professores - que atuam em cursos nos seus diferentes níveis e cerca de 2.000 alunos. Do total de funcionários, 35 são residentes em Cruz das Almas e 25 são oriundos de Governador Mangabeira. Quanto aos professores, o gráfico 14 revela como são distribuídos em relação ao município de origem:

Gráfico 12 - Municípios de origem dos professores da Faculdade Maria Milza - 2016



Fonte: PINHEIRO, 2016

Nessa composição se faz um destaque para professores, oriundos de Cruz das Almas e Feira de Santana. No primeiro caso, a explicação está no fato do município abrigar um centro da EMBRAPA, do qual grande parte dos pesquisadores são também professores da UFRB, e uma agência da EBDA (extinta no ano de 2015), também com

muitos pesquisadores titulados mestres e doutores. Muitos destes, conforme o Diretor geral da FAMAM, foram aproveitados no quadro docente da Faculdade, porque tinham a titulação e o conhecimento necessários.

Em relação ao expressivo número de professores de Feira de Santana, deve ao fato que naquela cidade há uma Universidade Estadual, a UEFS, com um ampliado número de professores, que também atendiam às demandas da FAMAM. Dos 30 professores desse município, oito fixaram residência em Cruz das Almas, basicamente, conforme declarado por eles, devido a dois motivos: carga horária ampla, o que demandou dedicação de tempo em pelo menos três dias da semana, em Cruz das Almas, e qualificação da formação, com ingresso em Mestrado e Doutorado, oferecidos em Cruz das Almas. Deste modo, para eles, era mais vantajoso e menos custoso morar em Cruz das Almas, o que depois foi reforçado para mais seis deles com atuação profissional em outras instituições / instâncias. Além dos professores, é importante destacar, também, o papel dos estudantes que, preponderantemente, são oriundos de outros municípios, do entorno e mais distante, como agentes de dinamização do espaço local. Pode-se verificar que esse movimento, por exemplo, contribuiu no processo de verticalização das edificações da cidade, principalmente para atender a esses estudantes. No entorno da UFRB, três residências foram ampliadas através de verticalização para criação de quartos para alugar para estudantes.

Nas proximidades da FAMAM observou-se o mesmo processo, também com a verticalização de residências, para atender a outra função, a comercial. O espaço onde foi construída a FAMAM em Cruz das Almas era - anteriormente ao seu funcionamento - pouco habitado e, por isso mesmo temido, posto que as pessoas diziam ser pouco seguro. Concomitante à construção da IES, foram surgindo outras construções, predominantemente com comércio e serviços de suporte ao funcionamento da instituição, como comércio de alimentos, reprografia e papelaria, que se consolidaram com o início e o funcionamento da FAMAM. Conforme afirmado pelo proprietário de uma lanchonete que funcionava vizinha a FAMAM, “os estudantes da instituição eram bons frequentadores, a demanda todo dia era grande, de estudantes e professores” (PROPIETÁRIO DE LANCHONETE, 2014).

A saída da FAMAM foi negativa para os comerciantes do lugar, visto que a queda no movimento provocou o fechamento de grande parte das casas comerciais.

De todo modo, o que ficou evidenciado, a partir dos dados, é que a FAMAM implicou na dinâmica socioeconômica local, não só pela contratação de funcionários e

professores, mas também a partir de seus estudantes. São estudantes oriundos dos municípios do entorno, mas também já se observa um forte movimento de estudantes dos dois grandes centros mais próximos - Salvador e Feira de Santana - preponderantemente nos cursos da área de saúde, com destaque para os Bacharelados em Odontologia e Nutrição e, no Programa de Mestrado Profissional. Neste Programa, segundo a sua coordenadora, desde 2013, quando entrou em funcionamento, até 2016, já concluíram e foram formados vinte e oito mestres, dos quais doze são de Feira de Santana, dois de Cruz das Almas, três de Santo Antônio de Jesus e onze de Salvador (COORDENADORA DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL, 2016).

Com relação a Faculdade Albert Einstein (FACTAE), que iniciou o seu funcionamento em Cruz das Almas, no ano de 2005, os cursos oferecidos eram Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Turismo. Segundo o seu antigo diretor, chegou a ter quinhentos e oitenta estudantes, vinte funcionários e cinquenta e oito professores, no entanto, pela falta de alunos, no ano de 2012, ficou inviabilizado o seu funcionamento e foi adquirida pelo grupo Maria Milza. Foram absorvidos pela FAMAM os estudantes dos três primeiros cursos, acima citados, e alguns professores, não foi precisado quantos pelo Diretor da FAMAM.

Quanto à realidade de Santo Antônio de Jesus, no tocante à instalação das IES nos anos 2000, as implicações também foram visíveis, destacadamente com o início do funcionamento da Faculdade de Ciências Empresariais (FACEMP), iniciativa de um grupo formado por pesquisadores da EBDA, que implantaram, no ano de 2003, cursos ligados às áreas de Gestão, Pedagogia e Direito. Do ano de 2015 até o presente, foram implantados cursos da área de saúde, Enfermagem e Fisioterapia, que têm agregado, segundo o seu gestor, um grande número de estudantes (que não foi precisado). Para ele, o contingente de estudantes desses cursos não é maior porque a UFRB implantou a Escola de Saúde, no município. Como é uma instituição pública e da esfera federal, tem maior interesse para os estudantes. Mesmo assim, ainda em conformidade com o gestor, a FACEMP “é um elemento dinamizador do ponto de vista socioeconômico, porque a comunidade acadêmica consome na cidade, gerando capital direta e indiretamente” (GESTOR DA FACEMP, 2015).

A cidade conta ainda, com um campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que funciona com cursos da área de Ciências Humanas, Administração, Letras, Geografia e História e dois Programas de Mestrado, um em Letras e outro em História Regional. A instituição desenvolve projetos de pesquisa e extensão

especialmente no município, que vão desde cepeamento da cidade à técnicas de manejo do solo para pequenos agricultores.

A UFRB mantém no *campus* de Santo Antônio de Jesus os cursos de saúde, Medicina, Nutrição, Psicologia e Enfermagem, e também desenvolve ações de extensão e pesquisa com a comunidade

Um levantamento, realizado nos *campi* dessas duas Universidades revelou que, mais da metade do corpo docente, cerca de 85% no caso da UFRB e 70% na UNEB, é oriundo de outras cidades, e a grande maioria não fixou residência em Santo Antônio de Jesus, portanto, ou se deslocam, diariamente, para seus municípios de origem ou pernoitam por dois ou, no máximo, três dias na cidade. Isso, inclusive, quando cruzado com os dados relativos à expansão do setor de hotelaria e alojamentos da cidade, explica o crescimento, observado especialmente entre os anos de 2010 e 2015, aliado ao número de novos tipos de comércios e serviços em funcionamento na cidade.

Com efeito, tendo por base a periodização proposta para entendimento da evolução funcional, de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus no contexto regional, é possível estabelecer alguns marcadores. Primeiro, na década de 1970, com a implantação da BR 101, Cruz das Almas ainda tinha expressiva produção fumageira e ganhava destaque no cenário educacional com o pleno funcionamento da Escola de Agronomia, inaugurada em 1943 e passada posteriormente para a UFRB. Isto fazia com que o município tivesse evidência e força comercial e educacional. Nesse período, Santo Antônio de Jesus iniciava um esforço na atividade comercial, mas sem grande expressão.

Nos idos dos anos 1990, o fechamento das principais fábricas de charuto enfraqueceu, sobremaneira, a função produtiva e comercial de Cruz das Almas, num movimento contrário de Santo Antônio de Jesus, que expandiu a sua área comercial, abrigando tanto comércios de origem local, quanto de redes regionais e nacionais, e que colocaram em relevo a sua função comercial.

Os anos 2000 são marcados, destacadamente do seu início até aproximadamente o ano de 2010, pela instalação nos dois municípios de IES, tanto públicas quanto privadas, que dinamizaram principalmente a economia desses lugares, gerando novas funcionalidades. Numa perspectiva hierárquica, dados de diferentes naturezas, muitos até aqui já apresentados e discutidos, revelam que Santo Antônio de Jesus encontra-se, em termos de desenvolvimento, num patamar superior a Cruz das Almas. A administração, e as políticas públicas de abrangência local, muitas vezes, têm

concorrido para manutenção dessa situação, criando/consolidando uma espécie de hierarquização econômica e social dos municípios, destacando situações características de pólo, sub-pólo e liderança setorial.

5.2 Nível de relação, integração e articulação funcional entre os dois municípios

Os municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus distam 55Km entre si, percorridos aproximadamente entre 45 e 50 minutos. A observação empírica permite identificar a intensidade das relações de diferentes naturezas, mantidas entre essas cidades, principalmente no que diz respeito ao fluxo de pessoas e mercadorias, cotidianamente. São muitas pessoas, dentre as quais destaca-se estudantes e profissionais, que circulam entre as referidas cidades. Toma-se para explicar e caracterizar o fluxo dessas relações, as atividades profissionais e relativas a comércio e serviços.

Antes, porém, de tratar dessas questões, será enfatizado o serviço do sistema de transporte que dá suporte a esse fluxo cotidiano de pessoas e mercadorias. A CooperSaj é uma cooperativa que no ano de 2016 funcionou com 106 carros, entre vans, topics, e Kombis, fazendo transporte alternativo diário de Santo Antônio de Jesus, para vinte municípios e entre Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, com partidas de 15 em 15 minutos de ambos os municípios. Conforme o presidente dessa cooperativa, “a ideia foi de um grupo de 10 motoristas de táxi de Santo Antônio de Jesus que, vendo o movimento de pessoas entre esta cidade e Cruz das Almas prioritariamente aumentar, achou que poderiam se organizar para prestar este serviço” (PRESIDENTE DA COOPERSAJ, 2016).

Estes 10 motoristas fundadores, dentre os quais se inclui o presidente da cooperativa, foram entrevistados e, via de regra, consideraram que o movimento de passageiros é bom diariamente, sendo mais intenso às quartas-feiras, o que eles atribuem à realização da feira livre, que atrai muitos consumidores, em suas avaliações. Também suas considerações convergiram quando apontaram que a chegada de faculdades e universidades aumentou bastante o tráfego de pessoas em Santo Antônio de Jesus, bem como a inauguração do Hospital Regional, que fez com que houvesse até mudança no percurso dos carros cooperados, indo até o Hospital quase sempre para levar funcionários, pacientes e familiares.

O Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, que é da Rede Estadual de Saúde, conforme a sua Direção Administrativa, atende pessoas de toda a região do Recôncavo, mas também de Feira de Santana e entorno. Um motorista revelou, também, que é intensa a movimentação de estudantes, que fazem práticas e estágios no Hospital, e que ele mesmo, todo semestre, tem passageiros estudantes com dias certos na semana para transportar (MOTORISTA I, 2016).

As entrevistas realizadas e os questionários aplicados entre os usuários do transporte alternativo, reforçam esse movimento de pessoas declarado pelos motoristas cooperados da CooperSaj, e que notou-se ser fundamental para o deslocamento de muitas pessoas.

Ainda tendo por base essas fontes, foi possível constatar que há um contingente expressivo de pessoas, residentes em Cruz das Almas, que trabalham em Santo Antônio de Jesus, tanto no mercado informal quanto no formal. No primeiro caso, estão muitos ambulantes, que se concentram principalmente no entorno da área comercial santantoniense e que, no geral, alegaram que se deslocam para Santo Antônio de Jesus porque lá tem mais movimento que em Cruz das Almas, conforme um ambulante com o qual se estabeleceu conversa informal. Todos os ambulantes, que foram procurados, não quiseram participar formalmente da pesquisa com receio da fiscalização municipal. Conforme um ambulante, “Santo Antônio de Jesus “ganha” para Cruz das Almas porque o comércio é bem maior e tem mais gente circulando” (AMBULANTE I, 2015).

Outro ambulante - que na década de 1990 era vendedor de utensílios de cozinha em Cruz das Almas - declarou que no ano de 2001 começou a vender seus produtos em Santo Antônio de Jesus porque a sua filha começou a fazer faculdade nessa cidade e sempre lhe dizia do movimento de pessoas que observava por lá. Ao mesmo tempo, segundo ele, “já não estava dando mais dinheiro em Cruz das Almas, porque grandes lojas, que vendiam os mesmos materiais que os seus, começaram a se instalar na cidade, e ainda ofereciam muitas facilidades de pagamento com os quais ele não podia concorrer” (AMBULANTE II, 2016). Assim, este ambulante passou a vender em Santo Antônio de Jesus, mudando-se para morar na cidade no ano de 2005, posto que a sua filha havia concluído a graduação e conseguido um emprego lá, o que não justificava ficarem ele e a esposa em Cruz das Almas, quando a filha passou a morar em Santo Antônio de Jesus. Tanto ele quanto a esposa se empregaram num condomínio residencial em Santo Antônio de Jesus, e um ano depois tem retornado a Cruz das Almas uma vez por semana para fazer faxina na clínica, mantida por esse casal de

médicos que, segundo foi apurado em entrevista com o casal, é uma das filiais do Centro de Estética, que mantém a matriz em Santo Antônio de Jesus e outra filial em Feira de Santana.

Além deste ambulante, outros 19 ambulantes foram informalmente abordados, dos quais nove são originários de Cruz das Almas e se deslocam diariamente entre os municípios. Os dez restantes são dois de Valença, um de Dom Macedo Costa, um de Mutuipe e seis de Santo Antônio de Jesus. Procurou-se, em Cruz das Almas, por ambulantes originários de Santo Antônio de Jesus, só foram encontrados, informalmente, dois, mas que vendem na feira-livre e não pelas ruas da cidade.

Uma atividade que demonstrou ser altamente articuladora da dinâmica entre os dois municípios foi o comércio e a prestação de serviços. Como já demonstrado, a partir de uma clínica de estética, unidades comerciais e de serviços que funcionam nos municípios, são geradoras de um intenso fluxo de pessoas, mercadorias e capital. Nesse movimento, foi possível observar que há o que se pode chamar de hierarquização, posto que a dimensão do comércio e dos serviços é sempre maior, não só no tocante a estrutura física, mas, principalmente amplitude do que é ofertado em Santo Antônio de Jesus. Isto pode ser constatado, tanto nas unidades de grandes redes de lojas, de alcance nacional, quanto naquelas de origem local/regional. Tomando por base a rede de lojas de departamento, considerada a maior da região que é a Cofel, pode-se entender o que está exposto. A Cofel é rede varejista de itens que vão de produtos de beleza, a eletrodomésticos e materiais de construção que tem origem em Cruz das Almas, cujos proprietários são nativos desse município.

Existem duas filiais, uma em Santo Antônio de Jesus e outra em Valença que, segundo a gerente geral da rede, tem funcionamentos diferentes, baseados, exclusivamente em demanda de consumo e perfil dos consumidores. Afirmou a gerente que estão sempre atentos para um novo modo de vida que parece que se instalou em Santo Antônio de Jesus, “com seus novos moradores que vieram para trabalhar nas universidades e faculdades, para abrir casas comerciais com novas demandas de produtos, que vivem em condomínios fechados, enfim, são novas características que estamos atentos para perceber a transformar em demandas para nossas lojas” (GERENTE DA COFEL, 2015). Aqui faz-se um destaque que foi verificado que a gerência e cargos de coordenação na loja de Santo Antônio de Jesus são ocupados por cruzalenses, o que a gerente geral explicou que “ocorre também com a loja de Valença, simplesmente porque no início do funcionamento de ambas, tínhamos que

colocar o nosso pessoal já treinado para as lojas funcionarem e foram ficando mas, empregamos também muita gente das cidades” (GERENTE DA COFEL, 2015).

O quesito saúde é outro onde, nitidamente, se observa uma integração e/ou articulação entre as cidades. São muitas clínicas e centros de saúde com diferentes especialidades, que funcionam em ambas, se complementando, no entanto, constatou-se que, geralmente, em Santo Antônio de Jesus acontecem os atendimentos e procedimentos de alta complexidade. Por exemplo, das trinta e uma clínicas odontológicas, oficialmente cadastradas pela Administração Municipal de Cruz das Almas, dezenove funcionam também em Santo Antônio de Jesus (nove são matrizes e dez filiais), sendo que destas, oito prestam serviços de baixa e média complexidade, em Cruz das Almas, e de alta complexidade apenas em Santo Antônio de Jesus.

Questionados sobre a razão desta dinâmica de funcionamento, os oito proprietários/gestores responderam, de modo coincidente, afirmando que as clínicas ou consultórios de Santo Antônio de Jesus são melhores equipados e contam com profissionais geralmente de Salvador e Feira de Santana, que atendem uma ou duas vezes na semana. Foi questionado, então, se nas cidades e/ou região não há profissionais da Odontologia capacitados para tais procedimentos. De um modo geral, mais uma vez, reconheceram que sim, mas conforme o proprietário de uma clínica, em entrevista, a preocupação em trazer profissionais, destacadamente de Salvador e Feira de Santana, ” é para que os clientes percebam que não precisam sair de Santo Antônio para ter esses serviços” (PROPRIETÁRIO DE CLÍNICA III, 2016).

Outro gestor em sua resposta reforçou essa e complementou trazendo um dado novo: “observamos que o município está formando uma nova classe média alta, que é exigente e tem facilidade de deslocamento a Salvador, se quisermos fidelizar estes clientes, teremos, no mínimo, que oferecer um serviço similar ao que encontram em Salvador e grandes centros” (GESTOR II, 2016). De fato, percorrendo as clínicas odontológicas e centros de estética das duas cidades, ficou visível, embora as estruturas de Cruz das Almas sejam modernas e sofisticadas, que as de Santo Antônio de Jesus apresentam mais requinte e sofisticação, com estruturas similares as encontradas nos grandes centros urbanos.

Além das clínicas odontológicas, tem destaque os setores de estética e imagem. Nestes casos, Santo Antônio de Jesus dispõe de filiais de centros estéticos e de imagem de Salvador e Feira de Santana, que não se instalaram em Cruz das Almas. Nessa condição, são quatro grandes centros de estética e seis centros de diagnósticos por

imagem, ambos de marcas reconhecidas no mercado de saúde. Dos centros de estética, os gestores/gerentes declararam que as matrizes estão em Salvador e que as filiais instaladas em cidades que apresentam perfil para demanda dos serviços prestados. O coordenador de uma dessas clínicas revelou que “a escolha por Santo Antônio de Jesus foi por pesquisa de mercado detectar que esta era a cidade mais desenvolvida do Recôncavo Sul, que crescia, recebendo variados tipos de comércio e serviços e também, uma classe média – alta que se consolidava” (COORDENADOR DE CLÍNICA, 2015).

Complementou, ainda, esse entrevistado, que das seis praças em que funciona (Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro e Ilhéus) a de “Santo Antônio de Jesus fica em terceiro lugar no quesito faturamento, depois apenas de Salvador e Vitória da Conquista, respectivamente” (COORDENADOR DE CLÍNICA, 2015).

Uma outra gerente, de clínica de estética bastante conhecida nacionalmente e que instalou uma filial em Santo Antônio de Jesus, no ano de 2014, declarou que a escolha de Santo Antônio de Jesus se deu através de uma pesquisa permanente da rede, sobre lugares no Brasil com as condições ideais para seu funcionamento. Prosseguiu,

Desde o ano de 2007 iniciamos uma expansão pelo nordeste do país, destacadamente a Bahia, onde estudamos os Territórios de Identidade, observando o PIB dos municípios, a diversificação do comércio e da oferta de serviços e alguns índices socioeconômicos, neste conjunto de qualidades é que Santo Antônio de Jesus se apresentou como o mais desenvolvido e com bases efetivas para nossa implantação no Recôncavo Sul (GERENTE DE CLÍNICA DE ESTÉTICA, 2016).

Questionada sobre porque não se instalaram em Cruz das Almas, a gerente respondeu que, com base nos mesmos itens, Cruz das Almas, ficou um patamar a menos que Santo Antônio de Jesus, e só poderia ser aberta uma filial na região, e também pela proximidade entre as cidades.

Neste contexto de relação, integração e articulação funcional entre Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus então, ganham destaque três esferas: setor de educação, setor de saúde e setor de comércio e serviços, são setores para os quais é intenso o fluxo cotidiano de pessoas, mercadorias e capital, a partir de instituições, lojas, clínicas e órgãos que se complementam. Nesse caso, são lojas originárias de um município que se instalam no outro e se relacionam constantemente.

Além desse nível de articulação, também as políticas implementadas podem ser contributos importantes para o crescimento/desenvolvimento dos municípios, o que se analisa em seguida.

5.3 Políticas públicas de desenvolvimento de base local

Nos dois municípios analisados, parece haver uma aceitação velada das posições assumidas no contexto regional, no qual Santo Antônio de Jesus está em patamar hierárquico superior a Cruz das Almas. Esta afirmação advém dos contatos estabelecidos com os administradores dos dois municípios, da gestão 2012-2016, em que era sempre evidenciado, por parte de Cruz das Almas, por exemplo, que as políticas estaduais e federais estavam, preponderantemente, sendo direcionadas para Santo Antônio de Jesus, o que limitava as ações do município, já que pouco se podia fazer. Por outro lado, constata-se que a gestão santantoniense, de fato incorporou um *slogan*, há tempos trabalhado, de Santo Antônio de Jesus como a "capital do Recôncavo", e colocando sempre como núcleo de comando da região, inclusive reivindicando exclusividade, ou maiores parcelas, das políticas estaduais e federais.

Uma característica interveniente nesta situação é a disputa político – partidária, identificada como impeditivo a execução de ações que possibilitem o crescimento/desenvolvimento dos municípios em questão. Sobre isso, o presidente da Câmara de Vereadores do Município de Cruz das Almas, do biênio 2015-2016, declarou que “no município existem três grupos políticos fortes e constantemente em disputa, e isso tem sido definidor no momento de propor e estabelecer políticas, com o cuidado de não realizar ações que, em alguma medida, beneficiem grupos contrários” (PRESIDENTE DA CÂMARA, 2015).

Em Santo Antônio de Jesus, segundo o presidente da Câmara de Vereadores da gestão 2015-2016, “o município perde muito por conta das disputas internas, entre grupos políticos, entre situação e oposição, que dificultam a execução de propostas tanto para melhorar a vida dos santantonienses, quanto para desenvolver o município” (PRESIDENTE DA CÂMARA, 2015).

Nesse universo é que se propõem as políticas públicas para promover o desenvolvimento dos municípios, e que são aqui elencadas a partir do que estava posto em documentos oficiais, uma vez que, como já descrito anteriormente, os prefeitos se negaram a participar da pesquisa, e os secretários municipais e presidentes das Câmaras

de Vereadores se comprometeram a responder questões mais gerais, devendo as especificidades das políticas serem conhecidas em documentos oficiais, nesse caso, o Diário Oficial do Município e o Portal da Transparência, que é um dispositivo contido no *site* de ambas as prefeituras, onde são armazenados dados relativos a orçamentos, receitas, despesas, contratos.

Em consulta a esses meios, verificou-se que as políticas, defendidas pelos gestores resumem-se à ações setoriais, de alcance restrito e pequenas dimensões.

Figuravam no quadro das políticas públicas dos municípios a criação de conselhos municipais, de saúde, educação, assistência social, destacadamente, mas que em verdade a constituição de tais conselhos são exigências dos governos estadual e federal para ter direito à continuidade do recebimento de verbas específicas e também para a subvenção financeira, de pequenos valores, para grupos específicos, de terceira idade, de filarmônicas, artísticos e outros. É este tipo de pensamento que tem estado na base do que se convencionou chamar nos municípios de políticas públicas de iniciativa local. São ações pontuais, setoriais, tratadas isoladamente pelo município. Destaque-se que em tempos anteriores a situação não era diferente, uma breve pesquisa nos arquivos municipais, revelou que a iniciativa pública foi sempre restrita a ações pontuais desprovidas de efetivo planejamento, o que reduzia o seu alcance e resultados. Isso acentua um outro fator, que tem sido decisivo no processo de crescimento/desenvolvimento de Cruz das Almas e, mais ainda, de Santo Antônio de Jesus: os investimentos econômicos da iniciativa privada.

5.4 Investimentos privados e a dinâmica econômica

O crescimento observado em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus advém, principalmente, da iniciativa privada. Os dois municípios, desde os anos 2000, têm experimentado ampliação do comércio e da prestação de serviços de diferentes naturezas, evidenciando a força dos investimentos privados na dinâmica socioeconômica.

As entrevistas realizadas com gestores das principais unidades comerciais e prestadores de serviços revelaram uma preocupação com o planejamento, que como já discutido, não se expressou no poder público. Isso vale tanto para as unidades de origem local quanto para aquelas integrantes de rede nacional.

O gerente geral para o Recôncavo Sul de uma rede nacional de lojas de eletrodomésticos e eletrônicos, que possui unidades em Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas e Santo Amaro, apontou que a viabilidade econômica para o investimento em uma nova loja se dá observando três aspectos: vocação, competências e potencialidades da cidade na região. Dessa análise e especialmente verificando como a cidade se relaciona com as demais do entorno, resulta a hierarquização dos investimentos e a escolha da cidade.

De um modo geral, foi possível perceber esse nível de planejamento da parte das lojas de rede nacional. Quanto aos comerciantes e prestadores de serviços locais, a organização se dá num patamar menor, havendo uma ligeira diferença, para melhor, nas unidades maiores ou naquelas em que a gestão é composta por jovens que, via de regra, deixaram a cidade para estudar em outras cidades e retornaram formados, para gerir os negócios da família. É o caso, por exemplo, de dois irmãos odontólogos, filhos de um casal de mesma formação, com clínica estabelecida em Cruz das Almas há duas décadas, que estudaram em Salvador e no retorno verificaram a expansão dos serviços de odontologia na cidade. Em função disso, modernizaram o consultório, “através de reforma da estrutura física e ampliação dos serviços prestados, para, prioritariamente, atender as pessoas vindas de fora, com suas novas exigências e necessidades” (ODONTÓLOGOS, 2016).

Constatou-se nos dados da pesquisa de campo que, em grande parte dos empreendimentos locais, tanto em Santo Antônio de Jesus quanto em Cruz das Almas, a modernização das estruturas ocorreu por força de novas visões e ideias de planejamento e gestão daqueles que se qualificaram profissionalmente em outros centros. Esse é um movimento importante nos municípios pesquisados, visto que está possibilitando a inserção de novas formas espaciais.

Além dos jovens empreendedores, que levaram novas técnicas para os investimentos privados, um outro fator provocou outro nível de planejamento, que é a concorrência. Gerentes das maiores unidades comerciais de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, respectivamente a Comercial São Luis e Cofel, reforçaram que a concorrência, principalmente em relação às lojas de redes nacionais, os obrigou a aperfeiçoar o planejamento e funcionamento de suas lojas. A gerente comercial da Cofel afirmou que essa concorrência provocou mudanças no funcionamento da loja, com a “oferta de novos produtos, investimento em propaganda e *marketing*, contratação de novos funcionários e melhorias na estrutura física” (GERENTE COMERCIAL DA

COFEL, 2016). Nessa mesma direção, o gerente geral da Comercial São Luis declarou que a concorrência obrigou a adotar novas formas de gestão, que possibilitassem a própria continuidade da loja.

Esses dois exemplos demonstram a força da iniciativa local na composição dos processos de desenvolvimento, este é, inclusive, um elemento central da Teoria do Desenvolvimento Endógeno que, conforme Barquero (2001) tem nos chamados atores locais os principais agentes do desenvolvimento. No caso de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, dentre tais agentes, tem expressiva força os empresários/empreendedores locais.

Essas situações conduzem a constatação de que as mudanças nos empreendimentos e que refletem em mudanças mais gerais nos locais, têm motivação fortemente exógena, isto é, a iniciativa de pensar nas mudanças se dá muito mais por questões impostas por dinâmicas geradas por elementos externos, do que por força interna.

Os empreendimentos privados, portanto, têm buscado se adaptar à nova realidade, apresentada à dinâmica espacial das cidades. No grupo destes, destaca-se o setor de comércio e serviços, que, como se vê na tabela 16, é o maior empregador nos dois municípios.

Tabela 16 - Empregados ativos formais por circuitos da economia em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus- 2015

MUNICÍPIO	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TOTAL
Santo Antônio de Jesus	4.308	680	6.732	2.816	202	2.427	17.165
Cruz das Almas	1.574	460	3.489	2.694	426	1.933	10.576

Fonte: MTE, 2016

Os dados da Tabela demonstram que mais de 50% dos empregados ativos formais, tanto de Cruz das Almas quanto de Santo Antônio de Jesus, estão no comércio e nos serviços, o que acaba também por demonstrar a força desses setores nas economias das cidades estudadas. Essa força é reconhecida por várias instâncias, como a CDL de Santo Antônio de Jesus, cujo presidente admitiu que o comércio e os serviços são os sustentáculos da economia santantoniense, embora considere que esses setores tenham sido prejudicados com a implantação do Distrito Industrial, que na sua visão,

“abarca grande parte de investimentos, limitando a expansão do comércio e dos serviços” (PRESIDENTE DA CDL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 2015).

Esse posicionamento revela um fator expressivo no conjunto das atividades econômicas dos municípios estudados, que é a desarticulação intra-setorial, provocada por uma competição entre o qual é mais importante, o qual deve ser alvo de ações públicas, de investimentos. Nesse sentido, os distanciamentos de propósitos colaboram para enfraquecimentos individuais que resultam em subdimensionamento das forças dessas atividades econômicas.

Foi constatado, também, que há uma política fiscal diferenciada para lojas de grandes redes, sempre com valores a menor e, por outro lado, que essas lojas não se associam a CDL local. Buscando entender essa questão, foi questionado aos gerentes das quatro maiores lojas nacionais que funcionam na cidade e as respostas foram coincidentes: são lojas que advêm de uma organização nacional que tem dinâmica própria, quase sempre muito diferente das lojas locais. Por essa razão, afirmou um dos gerentes, “funcionamos de modo independente, temos as nossas próprias ações, realizamos as nossas promoções independentes do restante do comércio, o importante é que contribuimos para o desenvolvimento do local”(GERENTE III, 2016).

O funcionamento diferenciado pode caracterizar sobreposição de territorialidades, na medida em que essas lojas se instalam nas cidades mas, efetivamente, não se integram a elas, continuando a conduzir processos e práticas alinhadas ao seu território de origem ou nacional. Esse é um fator que tem representado risco ao desenvolvimento local, posto que as lojas de rede geralmente têm incentivos fiscais, mas não se adaptam integralmente à nova realidade, o que gera conflitos com as outras instâncias econômicas.

O discurso da promoção do desenvolvimento local apareceu também no depoimento do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Social (gestão 2012 – 2016) que explicou o tratamento diferenciado entre as unidades comerciais e de serviços externo, porque são redes já consolidadas nacionalmente, são grandes geradoras de emprego e renda, contribuintes para a sobrevivência de muitos santantonienses, são unidades que ajudam no desenvolvimento econômico e social do município. Questionado, então, como estas lojas de rede efetivamente contribuam para que o desenvolvimento local ocorresse, o gerente afirmou:

o desenvolvimento se dá quando as pessoas de Santo Antônio de Jesus melhoram o seu poder aquisitivo e assim podem suprir suas necessidades básicas (de alimentação, moradia, educação e saúde). E as lojas fazem isso quando empregam as pessoas, dão-lhes as condições mínimas de sobrevivência. Tudo isso movimenta a economia e traz desenvolvimento para Santo Antônio de Jesus (SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2015).

Em todos os depoimentos há confusão conceitual entre crescimento e desenvolvimento, que estão na base do entendimento da prefeitura municipal, que enfoca o desenvolvimento local como resultado, preponderantemente, de aumento do poder aquisitivo dos habitantes, embora mencione, de modo secundário, outras características como qualidade de vida. Isso reforça o que foi afirmado por Esteva (2000), de que, ainda hoje, mesmo quando se usa o termo desenvolvimento, as características reais e condicionantes são, sobretudo, de crescimento econômico.

As implicações desse entendimento são bastante efetivas nas ações direcionadas pretensamente ao desenvolvimento, mas os resultados demonstram, aproximam-se dos níveis de crescimento, posto que são fortemente centradas apenas na economia.

Retomando ao tratamento diferenciado dispensado para as grandes lojas, foi levantado o total de empregados destas e os das lojas maiores de origem local, constatou-se que as lojas locais empregam um contingente de 30% maior de funcionários, dado que apresentado ao Secretário Municipal e ao presidente da CDL, gerou considerações diferenciadas. Para o Secretário, “ainda assim, justifica-se tratamento diferenciado, já que não é possível ter um comércio forte só com lojas locais” (SECRETÁRIO MUNICIPAL, 2016).

Para o presidente da CDL de Santo Antônio de Jesus, a explicação se deve a visão da administração municipal que é, antes de tudo, eleitoreira, “e por isso, a existência de grandes lojas é usada para dar a impressão ao povo de que o município é desenvolvido” (PRESIDENTE DA CDL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 2015). Teve igual opinião o presidente da CDL de Cruz das Almas, que acrescentou que o tratamento diferenciado “é fruto também de uma certa disputa entre o poder público e a CDL, já que a gestão pública considera a CDL uma instância política forte, capaz de intervir em resultados eleitorais” (PRESIDENTE DA CDL DE CRUZ DAS ALMAS, 2015).

Por questões óbvias, não foram revelados montantes relativos aos investimentos privados em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, tanto pelas unidades comerciais, de serviços e indústrias, quanto por seus proprietários e suas instâncias representativas

como a CDL. Há um receio generalizado de revelar o quantitativo de recursos investidos.

Buscando detectar melhor os indícios dos investimentos privados nos dois municípios, chegou-se a evidências bastante expressivas, que são os condomínios fechados. Presentes em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, com maior volume neste último, esses condomínios, especialmente desde o início dos anos 2000, têm apresentado um novo tipo de vida de seus proprietários. Nos registros das gestões públicas, constam que a implantação dessa modalidade de habitação chegou em Cruz das Almas, em 1980 e, em Santo Antônio de Jesus, no ano de 1978. Em 2016, já se contavam dez condomínios na primeira cidade e vinte e cinco nesta última.

A estrutura física desses condomínios, constatada por observação em pesquisa de campo, é bastante similar ao encontrado na capital do Estado, Salvador. Os condomínios localizados em Cruz das Almas, de um modo geral, são mais simples, enquanto que os de Santo Antônio de Jesus, se aproximam muito de estruturas e edificações apenas observadas em grandes centros.

Os condomínios fechados, de Cruz das Almas, têm menor metragem como conjunto e também, no tamanho dos lotes que, geralmente, variam de 60m² a 200m². Seus moradores, geralmente, são comerciantes da cidade e profissionais liberais, oriundos da própria Cruz das Almas ou que habitam ali por questões de atuação profissional. Essa característica se repete em Santo Antônio de Jesus, onde, via de regra, o perfil dos moradores dos condomínios é o mesmo, apenas com um diferencial detectado em levantamentos feitos nas maiores imobiliárias das duas cidades: em Santo Antônio de Jesus, os comerciantes são, preponderantemente, os proprietários de casas e terrenos nos maiores e mais antigos condomínios que, além de utilizarem para moradia, também servem ou utilizam como investimentos.

Em entrevista, um destes comerciantes, que adquiriu cinco lotes no Condomínio Jardim Europa, em Santo Antônio de Jesus, no ano de 2007, revelou que o fez para construir sua casa em um e depois revender os outros quatro lotes. Segundo ele, “três anos depois já havia concretizado as vendas com um ganho de 60% em relação aos valores pagos” (COMERCIANTE IV, 2015).

Os lotes nos condomínios em Santo Antônio de Jesus variam de 90m² a 400m² e têm um aspecto arquitetônico semelhante aos condomínios dos grandes centros, principalmente os dez maiores e mais caros, todos lançados de 2000 a 2015. Dentre estes, chama atenção o Alpha Real, instalado na entrada principal da cidade, no ano de

2014 e que já no nome revela a semelhança da estrutura com a rede de condomínios Alphaville, exclusiva hoje de cinco estados brasileiros, inclusive com uma unidade em Salvador.

A implantação desses condomínios, ainda que em graus diferenciados nas duas cidades, movimenta as economias locais, seja por força da mobilização de construtores e imobiliárias, quanto pelos empregos gerados para construtores e trabalhadores destas residências e materiais das casas comerciais. Para o Secretário de Administração de Santo Antônio de Jesus, 2015, esses condomínios têm dupla importância: “são fontes de emprego, renda e tributos e também trazem um novo estilo de vida para a cidade, muito mais moderno e que demonstra que Santo Antônio de Jesus é sim um lugar desenvolvido” (SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, 2015)

Os condomínios fechados têm sido um indicador de crescimento dos dois municípios, haja vista, por exemplo, o montante financeiro que movimentam, desde a compra de lotes até a construção das edificações, sejam residenciais ou comerciais, e com impostos e taxas, como IPTU, ISS, licenças, etc.

Em Cruz das Almas, o primeiro condomínio surgiu em 1980. Desse ano até o de 2000 foram lançados mais quatro e, de 2001 até 2014, cinco condomínios foram comercializados. Santo Antônio de Jesus teve o seu primeiro condomínio construído em 1978. Até o ano de 1999 foram implantados mais dez condomínios e, no período de 2000 a 2015, surgiram 14 novos condomínios onde foram comercializados lotes de 100m² a 400m², com valores variando entre R\$ 50.000,00 e R\$ 210.000,00 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 2016).

Para um economista atuante em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, estes dois municípios sobrevivem, já há algum tempo, por força da iniciativa privada, porque as gestões públicas mantêm os municípios no limite de transferência de políticas públicas da esfera estadual ou federal, e por isso “evocam o discurso da vocação: Cruz das Almas tem vocação para a educação e Santo Antônio de Jesus tem vocação para o comércio. A partir daí ganha força a endogenia, com a iniciativa privada praticamente gerindo os municípios e o poder público ficando nas bordas desse processo” (ECONOMISTA, 2015).

A perspectiva do desenvolvimento endógeno é mal interpretada no geral pelos municípios, porque é entendida como a capacidade de o município crescer sozinho a partir de suas potencialidades, e não é isso, estas potencialidades, precisam ser

transformadas em ações concretas e partir de um planejamento estratégico, que agregue diferentes agentes e instâncias.

Essa perspectiva quanto ao desenvolvimento endógeno põe em relevo o que se constitui num dos elementos centrais desta teoria no pensamento de Furtado (1999), que é a interdependência entre governo local, empresas e sociedade civil, para geração de estratégias/políticas de desenvolvimento. Essa situação é justamente, corroborando com o entrevistado, o que não se concretiza nos municípios pesquisados, embora de diferentes instâncias se produza o discurso do desenvolvimento endógeno/local, em verdade, são operadas ações desarticuladas, isoladas, que subdimensionam o potencial de desenvolvimento dos referidos municípios.

De todo modo, o setor de comércio e serviços é um elemento estruturante da dinâmica, não só econômica, mas socioespacial dos municípios em questão, configurando-se como uma forte tendência para o desenvolvimento, aliado a outros fatores, como os recursos da agricultura e do conhecimento, no rol das perspectivas de um novo desenho para Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, possibilitando o dinamismo no contexto regional.

6 TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA A ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO RECÔNCAVO SUL A PARTIR DAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAS DE CRUZ DAS ALMAS E SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Se apresenta um conjunto de questões potenciais para o desenvolvimento da região do Recôncavo Sul, tendo por base condições que, objetivamente, já existem nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, que, assumindo posições de comando, podem possibilitar um papel de integração competitiva entre si e com outros municípios da região.

6.1 Potencialização de recursos de conhecimento

No final do século XX e neste início do século XXI, a ciência, a tecnologia e a inovação, tem adquirido importância, principalmente nos países desenvolvidos, em face do novo padrão competitivo imposto, fundamentalmente, pela globalização dos mercados. Nesse contexto, verifica-se que o Brasil tem buscado acompanhar essa tendência mundial, marcadamente com a criação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com distribuição de recursos para criação de Sistemas Estaduais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, visando a popularização desse setor (BRASIL, MCTI, 2010).

Há duras críticas por parte de estudiosos e pesquisadores dessa questão, sobre a efetivação dessa política e seus efetivos desdobramentos para o desenvolvimento de lugares e regiões do país. Por outro lado, há um consenso, de que há uma concentração do aporte de recursos em ciência, tecnologia e inovação na região Sudeste do Brasil, ou no eixo Sul-Sudeste, que é, também, a área mais desenvolvida do país. Neste eixo, há indicativos de um estreitamento entre ciência, tecnologia, inovação e o sistema produtivo, que se reflete no nível de crescimento e no patamar superior de desenvolvimento regional.

Esse panorama até aqui traçado serve para demonstrar, em primeiro lugar, que o desenvolvimento científico e tecnológico, na atualidade, é fator preponderante para o desenvolvimento de lugares e, em segundo lugar que, neste quesito, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, principalmente a primeira, reúne as condições para impulsionar o desenvolvimento.

Cruz das Almas é uma cidade de densidade de pesquisa científica e tecnológica, qualificada pelos institutos de pesquisa e educação que abriga, bem como pelo elevado índice de pesquisadores e cientistas, marcadamente localizados na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e na EMBRAPA. Esses são centros que desenvolvem pesquisas avançadas, de reconhecimento nacional e internacional, mas que, no âmbito local, são considerados, de um modo geral, como enclaves sofisticados de produção do conhecimento, pouco interagentes com o entorno socioterritorial.

Esta é a opinião, por exemplo, do Secretário Municipal de Administração de Cruz das Almas da gestão 2012-2016, agrônomo, formado pela UFRB, e que declarou que a Embrapa desenvolve pesquisas avançadas sobre mandioca e fruticultura, mas que não beneficia agricultores do município e do entorno. Pelo contrário, para ele, “os resultados são exportados para outras regiões do país, resultam em publicações de artigos científicos de qualidade internacional, mas não há uma interação com o município” (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CRUZ DAS ALMAS, 2015).

Sobre essa questão, o atual diretor da EMBRAPA Cruz das Almas, afirmou que “a Embrapa é uma instituição autônoma e que nem todas as suas pesquisas são de resultado imediato, rápido, para que a sua difusão ocorra também com muita rapidez, por isso pode dar a impressão de pouco nos relacionarmos com o local” (DIRETOR DA EMBRAPA, 2016).

Considerando a parcialidade característica tanto do Secretário de Administração quanto do diretor da EMBRAPA, se procurou outra instância mais isenta para conhecer o papel das agências de pesquisa e educação, na dinâmica local e regional. Consultado sobre isso, o economista Roberto Santana revelou “que nunca conseguiu entender como Cruz das Almas com pesquisadores de tão alto nível, seja na UFRB ou na EMBRAPA, já não tivesse chegado, pela via da ciência e da tecnologia, a outro nível de desenvolvimento”.

Verificou-se que essas instituições desenvolvem trabalhos premiados no mundo, com descobertas muito importantes para a agronomia, para a agricultura, mas que não impacta com benefícios e incrementos na produção dos pequenos agricultores, por exemplo. Nesse caso, cabe questionar qual o sentido dessa produção, para que serve, a quem serve? Fica visível que há um deslocamento dessas instituições da realidade local, é como se a UFRB e a EMBRAPA funcionassem isoladamente, sem levar em conta o contexto do lugar.

Procuradas instâncias da UFRB (Pró-reitor de Ensino da Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação), foi afirmado que “a UFRB é uma conquista de e para Cruz das Almas, que serve as pessoas da região seja na formação inicial ou continuada, e que está sempre envolvida com as questões do cotidiano local e da região, o que se expressa tanto em seus trabalhos de pesquisa quanto de extensão” (PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, 2015).

No caso de Santo Antônio de Jesus, a situação não é muito diferente, posto que a cidade hoje conta com instituições de ensino superior, públicas e privadas, que também dão densidade científica ao seu território, mas que tem tido uma atuação subdimensionada.

Tanto Cruz das Almas quanto Santo Antônio de Jesus possuem as condições ideais para gerar desenvolvimento científico e capacitação tecnológica, que dêem suporte a seus processos de crescimento / desenvolvimento. Por essa razão, a capacidade demonstrada por esses municípios para aplicação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação, como instrumento de desenvolvimento social, econômico e regional é defendida aqui nesta tese, como uma perspectiva possível de dinamização da realidade da região.

Para que isto ocorra, no entanto, é preciso que haja uma potencialização destes recursos do conhecimento da ciência e tecnologia na direção de questões do cotidiano como, por exemplo, o amparo científico-tecnológico a agricultores que, muitas vezes, por falta de conhecimento e assistência, vêem as possibilidades de sobrevivência advindas do trabalho com a agricultura, diminuírem bastante. Verifica-se que a produção do conhecimento, de diferentes naturezas, pode efetivamente estar na base de processos tecnológicos e de inovação, que consolidem um novo modo de vida para Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, com reflexos diretos na realidade da região. O fomento a agricultura, por exemplo, considerando a tradição agrícola dos dois municípios, poderia ser expressivamente lançado a patamares superiores, caso a referida perspectiva se concretize.

6.2 Potencialização das atividades agrícolas

As cidades de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus apresentam um dinamismo urbano relativamente recente, se comparadas a outras cidades do Recôncavo Sul, como Cachoeira, por exemplo. O surgimento de suas nucleações urbanas iniciais, já

referenciadas, está relacionado ao trânsito de tropeiros, no século XIX, que se deslocavam para o então importante porto de Cachoeira.

As atividades agrícolas, assentadas no cultivo de culturas, como o fumo, a mandioca e posteriormente a laranja, associadas à pecuária extensiva, contribuíram para o crescimento dos seus efetivos demográficos e, conseqüentemente, de suas áreas urbanas, contudo, com a decadência da produção fumageira, e depois de outras práticas, como o cultivo de frutas cítricas, grande parte das áreas dessas antigas lavouras, nos dois municípios, estão sendo utilizadas para criação de rebanho bovino, como um importante elemento do agronegócio na região.

Segundo os últimos censos agropecuários do IBGE, destacadamente os de 2010 a 2015, se manteve ou diminuiu a produção agrícola das lavouras permanentes e temporárias por quantidade produzida, por área colhida e plantada. Nesse mesmo contexto, caiu o número de empregados na agropecuária nos dois municípios, conforme apresentado na tabela 17.

Tabela 17 - Empregos na agropecuária nos municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, 2010-2015

Período	Admitidos		Desligados		Resultados	
	CRUZ	SAJ	CRUZ	SAJ	CRUZ	SAJ
2010	854	720	1.241	981	-387	-261
2011	948	641	1.466	821	-518	-174
2012	917	802	1.483	904	-566	-102
2013	1.314	984	1.704	1.102	-390	-218
2014	1.779	1.020	1.629	1.047	150	-27
2015	1.632	1.878	1.518	1.099	114	21

Fonte: BRASIL, MTE/ CAGED, 2016

Tanto Cruz das Almas, quanto Santo Antônio de Jesus, na origem de suas formações territoriais, se ocupavam das atividades agrícolas, responsáveis pela ocupação de grande parte de seus habitantes. Com a expansão do setor de comércio e serviços, e as atividades em áreas de lavouras, que hoje, preponderantemente, voltadas para a pecuária, os cruzalmenses e santantonienses agricultores se vêem fora da dinâmica produtiva de seus municípios, quase sempre sem relocação em outros setores da cadeia produtiva.

Para um antigo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz das Almas e atualmente liderança na zona rural do município, “os pequenos agricultores, os agricultores familiares eram, em sua maioria, trabalhadores do fumo, que passaram a

cultivar frutas, hortaliças e legumes, mas também não deu certo por conta dos atravessadores” (EX PRESIDENTE DE SINDICATO, 2015).

Os agricultores familiares, de Cruz das Almas, na condição de feirantes (das localidades da Pumba, Tapera, Boca da Mata, Melancia e Lagoa do Cedro), corroboraram com o declarado pelo ex-presidente, e reforçaram que se sentem fora da cadeia produtiva do município. O proprietário de uma casa de farinha na Tapera afirmou que sobrevivem com muita dificuldade, a concorrência de venda da farinha é grande, mas destacou que “vivemos bons tempos quando a gente tinha a assistência da EBDA” (PROPRIETÁRIO DE CASA DE FARINHA, 2015).

A EBDA foi citada por quase a totalidade dos agricultores, tanto em Cruz das Almas, quanto Santo Antônio de Jesus, como referência para a grande melhoria da produção, bem como para otimização das formas de comercialização. A EBDA foi extinta, pelo governo do Estado, no ano de 2015. Quando estava em funcionamento, prestava assistência aos agricultores familiares e pequenos produtores. No contexto da EBDA, o Estado da Bahia foi regionalizado em 20 regiões agrícolas, entre as quais Cruz das Almas era sede de uma gerência integrada pelos seguintes municípios: Amargosa, Castro Alves, Gandu, Muritiba, Nazaré, Ubaíra, Valença e Santo Antônio de Jesus.

A extinção da EBDA não foi claramente justificada pelo Governo do Estado, que apenas alegou que o encerramento de suas atividades fazia parte do processo de modernização do aparelho estatal. Para um técnico da gerência da EBDA em Cruz das Almas por 25 anos, a razão para a extinção foi explicada da seguinte forma: “há bastante tempo a EBDA estava sucateada, funcionando com dificuldades, parecia que o Estado não dava mais importância a questão agrícola, o que coincidia com a força que ganhava o comércio, a prestação de serviços e até a indústria” (TÉCNICO DA EBDA, 2015).

Esta situação vivida em Cruz das Almas se repetiu em Santo Antônio de Jesus, embora a dimensão agrícola do município tenha sido sempre menor que o primeiro, posto que, por exemplo, no *ranking* da produção fumageira do Recôncavo Sul, Santo Antônio de Jesus sempre figurou muito aquém de Cruz das Almas, mas, ainda assim, tem uma extensão rural considerável, que também na atualidade, passa por um processo de esvaziamento. Esse fato se dá por dois motivos, basicamente, primeiro porque grandes extensões de terra tem sido tomadas pela pecuária, manejo de gado feito com uso intensivo de tecnologia e que pouco tem absorvido a mão-de-obra local, que, normalmente, não tem o domínio das ferramentas tecnológicas desse tipo de trabalho.

Em decorrência disso, em segundo lugar, esses trabalhadores migraram para a zona urbana, em busca de inserção no mercado de trabalho, fundamentalmente nas unidades comerciais, de serviços e na indústria. Todavia, já existe nos municípios uma expressiva parcela de agricultores familiares e pequenos produtores que, se devidamente assistidos e com políticas sólidas, teriam possibilidades de melhores condições de vida.

Sobre esse esvaziamento, um lavrador de 72 anos, que vive a igual tempo no povoado de Queimadas, zona rural de Santo Antônio de Jesus, declarou que aumentou a saída a partir de 1994, 1995, quando houve uma diminuição do financiamento governamental e da assistência de técnicos agrícolas. “Os meninos jovens foram embora para cidade para arrumar emprego e os mais velhos estão aqui, lutando para sobreviver” (LAVRADOR, 2015).

Esse contexto permite entender qual tem sido o lugar da agricultura na dinâmica econômica e socioespacial, tanto de Cruz das Almas, quanto Santo Antônio de Jesus, mas também revela condições efetivas para que os recursos da agricultura/práticas agrícolas sejam potencializados, como se defende neste estudo, como uma perspectiva para o fortalecimento desses municípios no contexto regional.

Estes são municípios que possuem extensas áreas rurais, um expressivo número de pequenos agricultores e produtores, um corpo técnico altamente capacitado para implementação de práticas agrícolas que, se aliadas a políticas públicas, poderão fortalecer internamente os municípios referidos.

Efetivamente, tal condição poderá se concretizar se houver a intervenção do poder público, face as dificuldades e limitações de auto-organização gerencial para tal. Dito de outro modo, deve o poder público direcionar estratégias e ações que organizem, subsidiem a fortaleçam a produção agrícola, o que poderia se dar através de políticas públicas de iniciativa própria, aproveitando a estrutura existente.

O que se tem observado é o largo avanço do agronegócio, com amplas extensões de terra, sendo utilizadas para a pecuária, mas isto não traduz a realidade. Grosso modo, o trabalho rural é formado por muitos agricultores familiares, em geral pequenos produtores, que têm ficado à mercê da própria sorte. Não se trata de negar o agronegócio, a sua importância e papel para o desenvolvimento, apenas defende-se que este setor, da maneira como vem sendo gerido, é altamente concentrador, excluindo do processo produtivo parcela considerável da população. Assim, a perspectiva aqui apresentada é tanto inserir estes pequenos agricultores no circuito do agronegócio

quanto inseri-los na cadeia produtiva agrícola e agropecuária local. Considera-se que, assim sendo feito, será possível fortalecer este circuito da economia.

6.3 **Integração regional:** o (novo) papel de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus

Nessa pesquisa, vê-se como perspectiva de impulso ao desenvolvimento da região uma integração efetiva ao contexto estadual, que dê-lhe as condições de revitalização do espaço intrarregional e de sólidas relações inter-regionais. Aqui defende-se que isso será possível se acionadas as forças de seus principais municípios – quais sejam Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, que tem demonstrado – por exemplo, através dos dados apresentados – que reúnem um conjunto de potencialidades que consolidadas podem atribuir competitividade e força a região.

O que se põe em relevo é que as relações socioespaciais desse novo século são fortemente caracterizadas pela interconexão, pelas cadeias escalares, que evidenciam a força das ligações entre o local e o global, da necessidade de estarem interconectados para a própria sobrevivência dos lugares. Por reconhecer essa questão, é que aponta-se o que seriam elementos essenciais para a condução do Recôncavo Sul a um novo patamar no contexto socioeconômico estadual: a) o fortalecimento dos setores do comércio, serviços e indústria; b) o efetivo papel do Estado como indutor do desenvolvimento das forças produtivas; c) o estreitamento das relações socioeconômicas entre Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus; d) prévio planejamento para rebatimentos territoriais da construção da ponte Salvador – Itaparica e da entrada em funcionamento do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

6.3.1 Fortalecimento do comércio, dos serviços e da indústria

O comércio, os serviços e, com menor intensidade, a indústria, têm se mostrado forças motrizes da dinâmica econômica de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, contudo, ainda assim, alguns fatores têm contribuído para um subdimensionamento dessas forças, quais sejam, fundamentalmente, a desarticulação intrasetorial e entre estes setores e o poder público.

Verifica-se que cada setor age isoladamente, em certa medida competindo entre si, quanto a liderança no *ranking* de maior força econômica local. Desse modo, cada setor faz tentativas das condições ideais para seu funcionamento, sem levar em conta ações conjuntas, que poderiam melhor dimensionar a economia, como um todo. Essa situação

ficou clara quando, por exemplo, ao entrevistar gestores de unidades comerciais, de serviços e industriais e questioná-los sobre uma possível relação entre os setores, foi meramente respondido que cada um cuida de seus interesses, como bem ilustra a declaração de um gestor de uma unidade que funciona no Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus. “Não há um interesse em consorciar ações para potencializar o crescimento de todos, temos iniciativas isoladas, onde cada setor tem buscado defender diretamente os seus interesses com o poder público ou funcionado independente deste” (GESTOR DE INDÚSTRIA, 2016).

Ao analisar dados relativos às unidades industriais dos dois municípios, verificou-se que a opção é implementar o plano de funcionamento e expansão, abrangendo apenas o poder público local e estadual, que tem o poder decisório quanto a questões de estrutura física, fiscal, tributária. Além do mais, as unidades locais, tem ainda demonstrado um *modus operandi* amador, um tanto quanto incompatível com as características atuais da dinâmica econômica, é sempre uma visão micro da realidade.

Perspectiva semelhante foi observada no setor do comércio, hoje bem caracterizado em sua formação por unidades locais e unidades componentes de redes nacionais. Embora sendo único setor, há um distanciamento das ações, que refletem, em última instância, no enfraquecimento do setor, como bem afirmou o presidente da CDL de Cruz das Almas em 2016, “que as casas comerciais vindas de fora, essas de repercussão nacional, se instalam aqui, umas funcionam conforme as regras da empresa nacional, sem interação com o lugar” (PRESIDENTE DA CDL, 2016). Verificou-se, na pesquisa de campo, que estes comércios não se associam a CDL, não participam das promoções e campanhas que são feitas pelo comércio local, tendo a sua própria dinâmica.

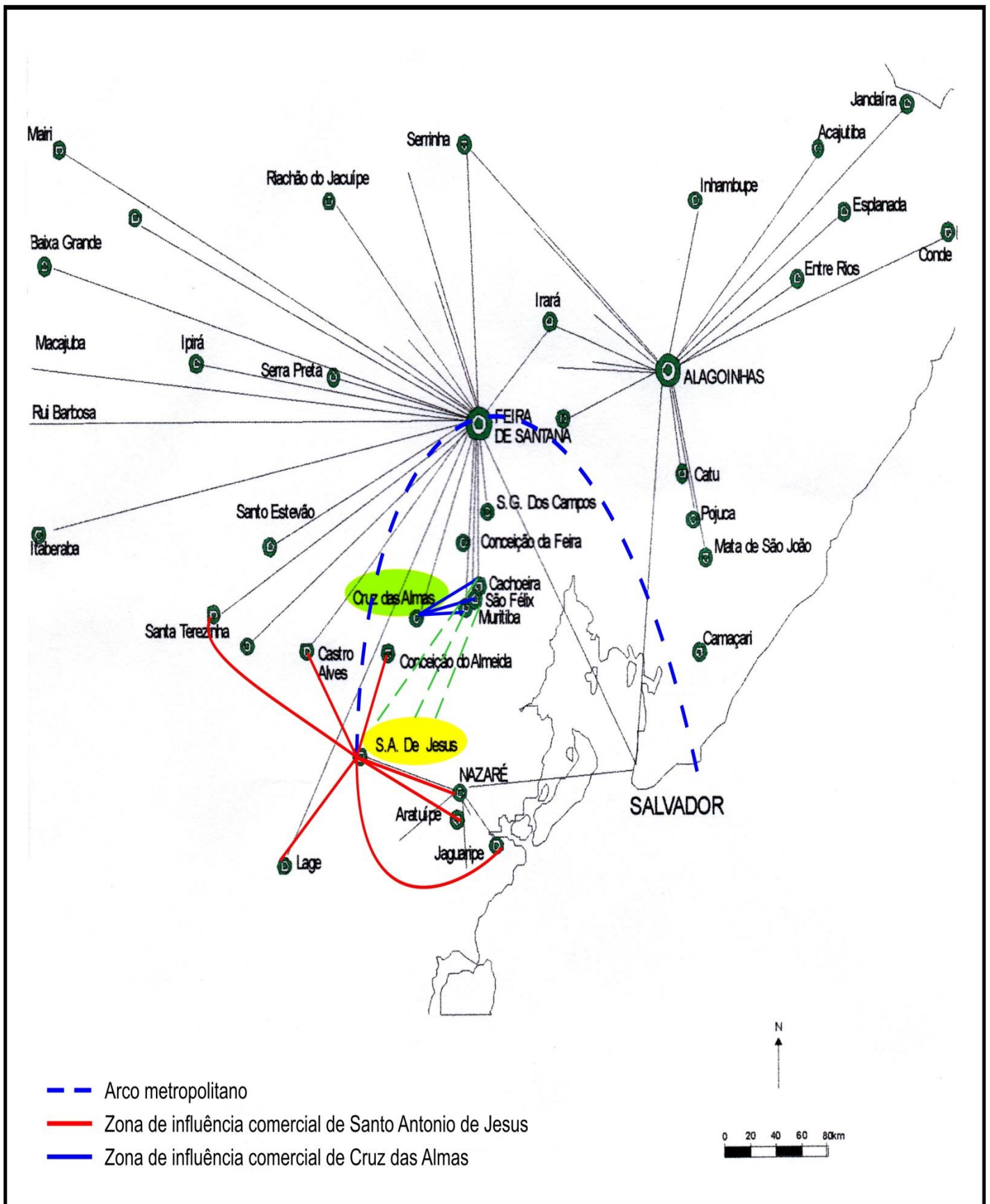
O que se verificou ocorrer nos dois municípios foi setores que não se comunicam, e, mais que isso, agem como se uma hierarquia estabelecida determinasse grau de importância para cada um. Neste sentido, um comerciante de Santo Antônio de Jesus, afirmou que

as coisas são bem definidas aqui em termos de importância dos setores produtivos. Para a indústria, toda a estrutura é gerada, benefícios são concedidos, até o governo estadual é mobilizado, como foi e está sendo para dotar o município da infraestrutura necessária para o funcionamento do Distrito Industrial. Da mesma forma é o tratamento dispensado as casas comerciais conhecidas no Brasil, parece que elas nos fazem um favor em se instalar aqui (COMERCIANTE IV, 2015).

É neste contexto que tem se dado as relações nos setores de comércio, serviços e da indústria e que, em certa medida, fragilizam uma estrutura, que poderia ser determinante para o desenvolvimento local. O comércio, especialmente, de fato, evoluiu e se fortaleceu, trazendo inclusive para Santo Antônio de Jesus uma força na sua dinâmica espacial, que já era vista por Milton Santos (1959), ao analisar a rede urbana do Recôncavo, quando estabeleceu um desenho para o que, à época, se configurava como zonas de influência comercial do estado, no qual esse município já se constituía um centro.

Contudo, os dados dessa pesquisa permitem estabelecer um novo direcionamento nos pontos até aqui chamados de centros comerciais, com Santo Antônio de Jesus se consolidando com um espaço fortemente atrativo e organizador neste quesito (Figura 2).

Figura 2- Zonas de influência comercial no Estado da Bahia – 2016



Essa figura expressa o novo papel de Santo Antônio de Jesus, no contexto regional, quando a força do comércio e dos serviços tem sido uma característica efetiva de atração local, contribuindo para reforçar a sua posição de centralidade na região. As relações com a Região Metropolitana de Salvador e de Feira de Santana continuam, mas agora Santo Antônio de Jesus se estruturou como centro de convergência regional, pela capacidade de concentração de uma maior quantidade de bens e serviços, tendo por base as atividades comerciais e industriais. Esse contexto coloca esse município na posição de comando na região.

Nessa condição, aponta-se que a articulação setorial, comporta importância central de comércio, e deve ser um fator decisivo para o fortalecimento local dos municípios em questão, contudo ficou claro também, que essa articulação não pode ser proveniente, apenas, da iniciativa daqueles envolvidos nos referidos setores. Por esta razão, defende-se a importância do papel do Estado na organização do tecido produtivo tanto de Cruz das Almas quanto de Santo Antônio de Jesus, que certamente terá reflexos na região Recôncavo Sul.

6.3.2 O Estado como indutor do desenvolvimento das forças produtivas

Há inúmeros debates, principalmente no meio acadêmico, relativos ao papel do Estado na organização socioespacial em diferentes níveis. Defende-se a tese de que, no Brasil, em razão das profundas desigualdades regionais, é essencial a ação do Estado, na constituição e dinâmica dos lugares e, por vezes, a defesa é que a ação do Estado deve ser mínima, possibilitando que cada lugar gere as condições para sua existência.

No caso dos municípios e da região, objeto deste estudo, os dados recolhidos apontaram uma fragilidade nas relações entre os setores produtivos, com a iniciativa privada, de modo que o que se deve dar relevância é do papel e da ação do Estado, subsidiando ações e estratégias na perspectiva do desenvolvimento local e regional. Isso se daria basicamente por duas vias: formulação de políticas públicas, considerando atuantes as características socioeconômicas locais/regionais e consorciamento com a iniciativa privada.

Tratando, a nível local, as políticas públicas propostas pelas administrações municipais de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus podem ser consideradas incipientes, com baixos impactos na manutenção de uma dinâmica socioespacial promotora de crescimento e desenvolvimento. São ações próprias de secretarias,

bastante pontuais, com caráter fortemente assistencialista. No nível das políticas estaduais, também foi constatado que o Estado tem proposto, tanto para os municípios quanto para a região, políticas que não impulsionam o desenvolvimento, porque tem servido apenas como paliativos para questões de habitação, de saneamento básico, culturais, como se o seu papel fosse apenas manter uma estrutura básica já existente.

Quanto, especialmente ao recorte regional, o Recôncavo Sul, hoje tratado pelo Estado como Território de Identidade Recôncavo, esta situação fica bastante evidente, posto que é atribuído a esse território um grande destaque cultural, e a cultura é vista como um atributo natural, é próprio da constituição da região, e assim basta apenas aproveitar essa característica cotidianamente na vida de seus habitantes, a partir de sua capacidade autoorganizativa, isentando o Estado de proposições políticas elaboradas. Isso significa dizer, neste sentido, que cabe ao povo aproveitar essa possibilidade e transformá-la em uma das forças do local, como muito vem acontecendo, é o discurso de defesa da vocação.

Do contrário, pensa-se aqui que o Estado precisa assumir efetivamente o seu papel de indutor do desenvolvimento, seja na esfera local, estadual ou regional. No âmbito local, faz-se necessário constituir políticas e institucionalidades territoriais que, de fato, tenham práticas e ações geradoras de melhor qualidade de vida e de fortalecimento institucional. Da parte das políticas estaduais, é preciso orientar para os municípios em questão políticas que gerem crescimento/desenvolvimento, que ofereça condições de integrar competitivamente a cadeia produtiva estadual, o que passa por considerar as condições nativas mas, principalmente, por oportunizar novas possibilidades, compatíveis com a dinâmica econômica do Estado.

Nesta nova relação será importante o Estado se articular com a iniciativa privada, cuja força já foi demonstrada quanto à gestão do crescimento/desenvolvimento, tanto em Cruz das Almas, quanto em Santo Antônio de Jesus. Os empreendimentos privados, na atualidade, nesses dois municípios, são os maiores empregadores, tanto direta, quanto indiretamente, tem representado características de modernização desses lugares, muitas vezes, provocando um novo estilo de vida. No entanto, ainda não são tratados, pelo poder público, com a devida importância, sem considerar sua força como mais um fator para impulsionar o crescimento/ desenvolvimento.

Ações consorciadas entre o poder público e a iniciativa privada poderiam, efetivamente, resultar em ganhos socioeconômicos, assim como o consorciamento de ações entre os municípios referidos.

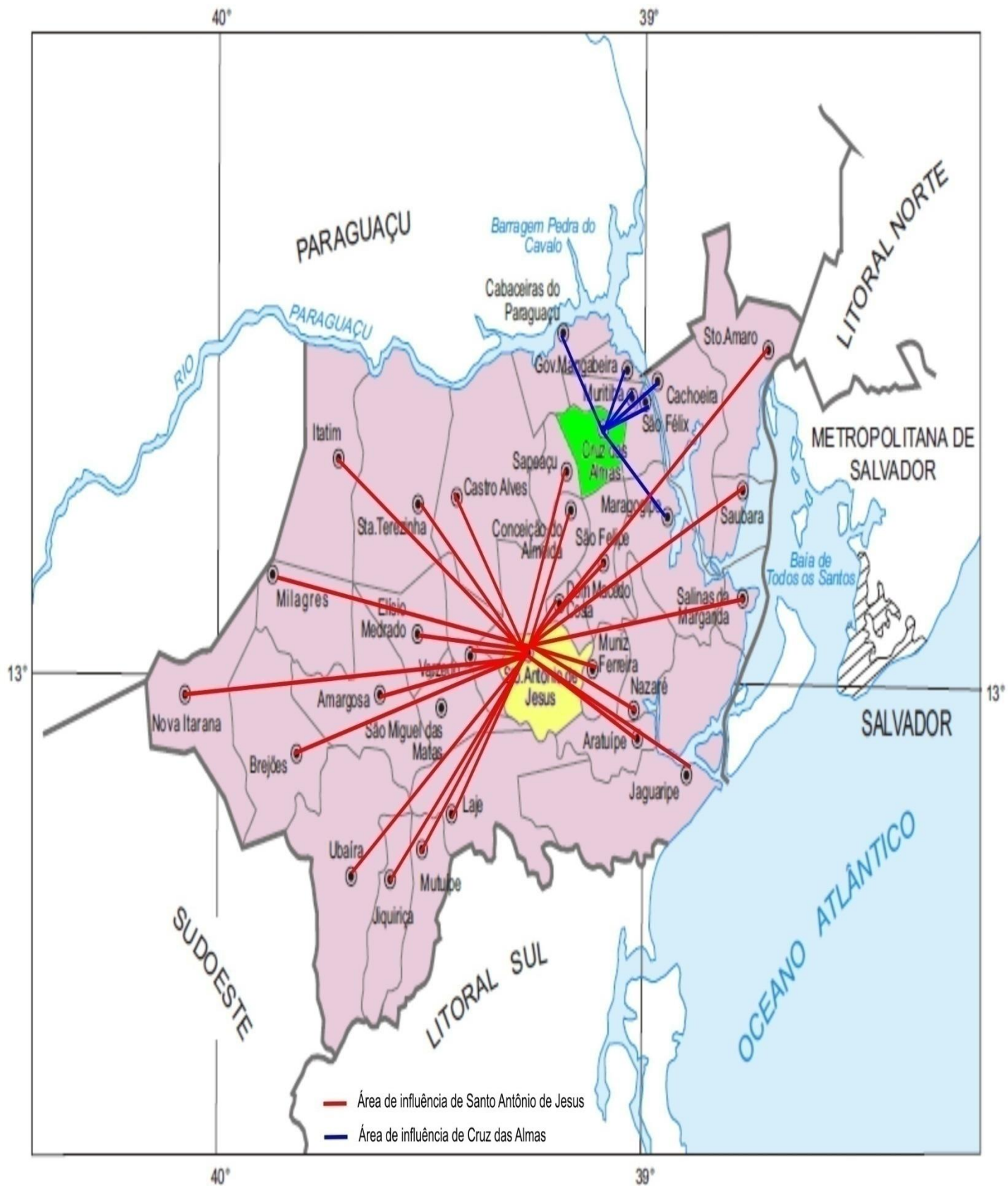
6.3.3 Estreitamento das relações socioeconômicas entre Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus

Historicamente, e bem localizado no campo da subjetividade, os municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus parecem manter uma rivalidade na economia, na política e na cultura. Os seus munícipes defendem um imaginário de que um lugar é melhor do que o outro, é mais desenvolvido do que o outro, o que inclusive aparece nas falas dos gestores públicos e privados dos dois lugares.

Verificou-se que, essa competição latente gera um espaço de disputa, ainda que muitas vezes velado, entre os dois municípios, no qual ambos perdem a oportunidade de fortalecimento interno e no contexto regional. Como se viu, é intenso o fluxo de pessoas, mercadorias e capitais entre eles, que gera um estreitamento dessas relações, que se planejadas, apresentam como uma solução efetiva de crescimento / desenvolvimento para ambos. No entanto, para que isto ocorra, é preciso a superação do sentimento de superioridade, que acomete os dois municípios e, principalmente, a consolidação de uma visão de planejamento estratégico, objetivamente calcada nas condições de formulação e implementação de políticas, de cada um dos lugares. Isto significa que é necessário um olhar para dentro, analisando: condições endógenas para o desenvolvimento; fatores exógenos intervenientes no lugar; capital social possível potencializador de ações para o desenvolvimento e, em decorrência dessas questões, o papel que cada município pode desempenhar para modificar esse contexto.

A primeira questão que se propõe é ter uma clara definição quanto ao raio de influência de cada um dos municípios - não no sentido de uma hierarquização radical que limite as ações de um e de outro - mas de instituir uma rede de complementaridades horizontais que traga ganhos para ambos. Nesse sentido, os dados levantados permitem inferir que hoje Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus se complementam no comando da região do Recôncavo Sul, embora este último, se se pode classificar, estaria na 1ª ordem, enquanto que Cruz das Almas na 2ª ordem, na lógica da espacialização da força na região, sendo possível estabelecer subespaços sob a influência maior de um e de outro, como se vê no mapa que segue.

Mapa 8 - Área de influência de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Sul da Bahia - 2016



Fonte: SEI, 2010, adaptado pela autora, 2016

A figura revela que não há limites radicais que impedem a conexão e integração entre os municípios mas, as bases relacionais efetivas, de um e de outro, cuja clareza poderá possibilitar a máxima potencialização das forças individuais, que conjugadas, resultarão em força para os dois municípios na região.

Estabelecendo, efetivamente, a força preponderante em cada município, será possível pactuar políticas, estratégias e ações que dinamizem as atividades produtivas. Cruz das Almas revela ter expressão no domínio do conhecimento científico, no que poderia haver um direcionamento para captação de recursos de políticas de ciência, tecnologia e inovação. De outra parte, Santo Antônio de Jesus tem sua base econômica ancorada nos setores do comércio, do serviço e da indústria, que detêm os maiores índices de empregabilidade e geração de recursos da região.

Não se quer dizer que cada município deva evidenciar e tornar alvo de suas estratégias de crescimento e/ou desenvolvimento apenas num domínio, mas deve haver um foco potencializador, a partir do qual o desenvolvimento poderá ser irradiado. E que será tanto mais efetivo e sólido se for decorrente de bases locais, em observância também à questões externas que podem rebater nestes lugares.

6.3.4 Planejamento territorial para rebatimento de fatores exógenos: a Ponte Salvador-Itaparica e o Estaleiro Enseada do Paraguaçu

A construção da ponte Salvador – Itaparica foi anunciada no ano de 2009, pelo Governo do Estado, como uma das maiores promessas de desenvolvimento socioeconômico para a Bahia. A justificativa foi sempre a de que, historicamente, os grandes investimentos foram direcionados para o norte da RMS e para o Recôncavo Norte, e que, agora, com a ponte, era o momento de produzir transformações positivas na Ilha de Itaparica e seu entorno, no Baixo Sul e no Recôncavo Sul.

Para concretizar essa perspectiva, o Governo do Estado anunciou que avançaria num plano de desenvolvimento socioeconômico, para a macroárea de influência da ponte, apresentando o diagnóstico socioeconômico dos municípios envolvidos, a definição de sua vocação, a identificação das necessidades de infraestrutura local e um programa de atração de empresas âncora. Seriam realizados investimentos de diversas naturezas, com destaque para investimentos adicionais na infraestrutura viária da região, nos quais há previsão de beneficiar Santo Antônio de Jesus, de duas formas principais,

com a requalificação da BA-001 e BA-046, e com a construção de trechos de rodovias com, aproximadamente, 58 km, entre esta última cidade e Castro Alves.

O projeto de construção da Ponte, desde o início, sofreu críticas por parte de diferentes instâncias, com a mobilização de variados agentes e instituições que questionam os reais e efetivos benefícios da ponte, como têm sido propagados pela esfera pública estadual. No meio acadêmico, os debates travados, sobre a construção da ponte e seus desdobramentos positivos, têm fortemente se concentrado na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, seus profissionais tem cobrado respostas sobre os impactos negativos sociais, econômicos e ambientais que a construção da Ponte Salvador–Itaparica e seu funcionamento poderão gerar.

A partir de 2009, a ponte, cuja entrega foi prometida para o ano de 2018, não teve a sua construção iniciada. Debates, audiências públicas, assinatura de editais, têm se arrastado nos últimos oito anos. Contudo, é uma possibilidade real, e a ponte poderá ser construída, ligando Salvador a Itaparica, o que envolveria, como já aqui demonstrado, lugares do entorno, que certamente teriam rebatimentos bastante efetivos.

Santo Antônio de Jesus é um desses lugares, não como uma forma de cenarização, mas um exercício de projeção, que vê o planejamento do seu território com vistas à efetiva inserção neste contexto. Se está dentro das direções da construção da ponte a geração de um novo eixo de desenvolvimento para o Recôncavo Sul e Santo Antônio de Jesus, por tudo até aqui exposto, assume hoje a liderança socioespacial desta região, então deve este município solidificar bases para otimizar os impactos de uma possível construção dessa ponte. Isso poderá se dar de diferentes maneiras: aproveitando a requalificação viária para atrair mais centros produtivos, justificado pela facilidade de escoamento da produção, na qual o modal de transporte é fator decisivo, constituindo já políticas de impulso ao crescimento da indústria, do comércio e também do setor de serviços, podendo se fortalecer como um pólo de serviços da região, através de ações conjuntas com as instituições de ensino, a formação de espaços de qualificação de mão-de-obra, dentre outros.

Há, por parte da população santantoniense, a expectativa de possíveis melhorias para o município, geradas pela construção da ponte, o que é perceptível pela mobilização de pessoas discutindo a questão. Mais destacadamente a partir do ano de 2013, com o início de uma nova gestão na administração municipal, a questão da Ponte fez parte da pauta pública. Aconteceram inúmeras audiências públicas, organizadas por setores como CDL, ACISAJ, organizações não-governamentais, associações de classe e

sindicatos, para conhecer o projeto e refletir sobre seus desdobramentos a favor de Santo Antônio de Jesus. Isto significa que o município não estava alheio à conjectura de construção da Ponte, mas que precisa encaminhar elementos mais consistentes de planejamento para concretização da ponte.

Uma outra questão, exógena, que se apresenta como perspectiva de crescimento de Santo Antônio de Jesus é a reativação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. O Estaleiro começou a funcionar em São Roque do Paraguaçu, distrito do município de Maragogipe, no ano de 2012 e trouxe mudanças expressas na sua dinâmica socioeconômica. Esse povoado de pequeno porte, de gente simples, viveu uma verdadeira reviravolta com a implantação do Estaleiro. De um momento para o outro, o lugar foi invadido por cerca de 7.000 operários, que junto trouxeram novas formas de vida. Visitando o canteiro de São Roque do Paraguaçu entre meados de 2013 e início de 2014 - como parte de um grupo de estudos sobre as implicações da construção do Estaleiro na dinâmica de Maragogipe, patrocinado pela Administração municipal - foi possível constatar que os trabalhadores da Enseada eram consumidores de outros lugares, destacadamente de Nazaré e Santo Antônio de Jesus.

A cidade de Santo Antônio de Jesus era onde muitos desses trabalhadores realizavam operações bancárias, consumiam produtos e serviços, tendo quase sempre, como justificativa, o fato dele ser o mais desenvolvido do entorno. Desse modo, foi concreto o rebatimento local causado pela entrada em funcionamento do Estaleiro, todavia, em fevereiro de 2015, a Enseada encerrou o seu funcionamento, gerando um processo de total estagnação em São Roque do Paraguaçu e tirando de Santo Antônio de Jesus esta parcela tão expressiva na sua dinâmica econômica.

Ao longo dos anos de 2015 e 2016, embora com muitos rumores e promessas, o Estaleiro não foi reativado. Há movimentos de investidores locais, interessados em também reativar negócios gerados em função do Empreendimento e de ex trabalhadores, esperançosos de retornar ao trabalho no Estaleiro. Da parte da Enseada da Indústria Naval não há perspectiva imediata de reativar o estaleiro mas, estão sendo pensadas novas linhas de atuação do empreendimento, como polo industrial, em apoio à indústria eólica e um pólo logístico integrado. Esse projeto, inclusive, em 21 de junho de 2016, foi apresentado ao Conselho de Portos, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Ainda, conforme divulgado pela empresa, esse ano de 2016 seria dedicado à estruturação dessas novas formas de uso.

Com o estaleiro ou não, o empreendimento em São Roque do Paraguaçu voltando a funcionar, poderá ter para Santo Antônio de Jesus a mesma expressão que em tempos passados.

7 CONCLUSÕES

A tese se propôs responder como as transformações recentes nas relações econômicas, políticas e sociais dos seus principais núcleos, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, têm impactado na organização e nas tendências de desenvolvimento do Recôncavo Sul da Bahia, no período compreendido entre 1970 e 2016. Para buscar responder essa pergunta, se tentou determinar os principais processos políticos e socioeconômicos, tanto endógenos, quanto exógenos, que apontam para uma nova organização socioespacial para a região.

Desde o início da pesquisa, a redação da tese, se sabia que compreender essa dinâmica espacial era um objetivo complexo, posto que o Recôncavo Sul tem sua história marcada por descontinuidades socioeconômicas que, na atualidade, o conduziu a um plano de quase inércia no contexto regional da Bahia. Essas descontinuidades são reveladas desde os diferentes ciclos econômicos no período colonial até a decadência da produção fumageira nos anos 1990, a partir de quando a região sucumbiu às consequências de sua forma de inserção na modernização produtiva baiana. Em decorrência disso, a região perdeu importância no Estado, encontrando sérios limites ao seu crescimento e/ou desenvolvimento, contudo, se tinha clara a seguinte premissa: não interessava somente mensurar a importância da região ou parametrizar a dinâmica econômica de baixo dinamismo, como tem sido no Recôncavo Sul. O intento fundamental foi entender o movimento intra-regional, que tem provocado um novo desenho da região e para as relações espaciais, que estabelece com outras escalas. O Recôncavo Sul não deixou de existir, não é um espaço amorfo, ao contrário, é um espaço concreto, base para a vida de um expressivo contingente populacional.

Entender esta região exigiu, para além de conceituações e mecanismos genéricos, singularizar a análise paralelamente à sua inserção num contexto macro, regional/estadual, isto é, a perspectiva que permeou a pesquisa dava conta de entender processos internos de constituição do Recôncavo Sul, enquanto uma região, articulada, ao mesmo tempo, as escalas regional, estadual e, em certa medida, nacional. Todo o tempo, o que esteve na base das análises empreendidas foi a conjunção de fatores endógenos e exógenos, resultante de uma determinada feição sociospacial para a região, e que gerou constatações.

A primeira delas refere-se aos diferentes entendimentos conceituais sobre o desenvolvimento. Conforme explicitado ao longo do estudo, especialmente no referencial teórico que deu as bases para a execução da pesquisa, o desenvolvimento, em toda sua polissemia, é um fenômeno passível de múltiplas interpretações e que conduzem a diferentes caminhos, quanto à compreensão de como se concretiza em diferentes lugares e instâncias. Desse modo, o desenvolvimento, tanto é identificado com crescimento econômico, quanto entendido como um fenômeno que, para além do crescimento econômico engloba múltiplos fatores, sociais, políticos, culturais e ambientais, que repercutem num conjunto, que define determinada organização socioespacial.

Nesta tese se defendeu que a compreensão mais adequada de desenvolvimento está assentada nessa segunda perspectiva, posto que, as análises realizadas sobre o objeto de estudo, revelaram que, tanto Cruz das Almas, quanto Santo Antônio de Jesus, aqui tomados como núcleos dinâmicos da região, têm experimentado crescimento econômico e também avançado na direção do desenvolvimento, haja vista que tem provocado modificações no tecido social, destacadamente, e rebatido em questões políticas e sociais. Dito de outro modo, o crescimento econômico dos referidos municípios tem possibilitado uma melhor distribuição de renda e, em certa medida, uma minimização dos problemas sociais, que de fato parecem apontar para o desenvolvimento.

A tentativa que se fez foi alinhar as perspectivas de desenvolvimento enquanto referência teórica com a experiência real, do que resultou o entendimento de que o desenvolvimento, além de suas adjetivações qualificadoras, é sempre multirreferenciado, posto que, efetivamente, advém da imbricação de diversos fatores.

A segunda consideração ampla diz respeito ao conceito de região e sua operacionalização. Do mesmo modo que desenvolvimento, tem sido acirrado o debate acadêmico sobre região, localizado especialmente em alguns pontos. O primeiro refere-se à própria validade do conceito de região que, para alguns estudiosos e pesquisadores da questão, não tem sentido num mundo globalizado, face a pretensa ideia de unicidade que este termo incrusta. Para outros, ainda, território é a unidade explicativa que melhor define as formas de organização espacial contemporâneas, principalmente pelas características que evoca para a delimitação espacial, baseadas no exercício do poder. Assim, neste mundo globalizado, em que a inserção dos espaços na lógica e dinâmica

espacial, se dá por força de poderes econômico e político, fundamentalmente, não faria mais sentido falar em região.

Na contramão dessas leituras sobre região, confirmou-se o objeto como região do Recôncavo Sul, em função de que a análise realizada, obedeceu a uma periodização histórica, que trazia a delimitação espacial como região, mesmo que na atualidade a categoria utilizada para delimitação espacial na Bahia seja território. A partir dessa possibilidade de leitura sobre o desenvolvimento e região, chegou-se a algumas outras constatações.

A construção discursiva sobre o Recôncavo Sul que se observou ter força na representação da região, verificou-se que prevalece, tanto na esfera do poder público quanto das comunidades, o poder da vocação. Se diz isso porque há ênfase na visão de que, historicamente, a região foi extremamente importante para a organização socioespacial do país no período colonial, depois foi grande produtora fumageira e já iniciava a idéia de vocação, principalmente pelo fato das charuteiras terem sido figuras emblemáticas da região e, finalmente, com a decadência da produção fumageira, foi evidenciada a vocação para a cultura, e em sua vertente para o turismo, é a única saída para a região se manter e desenvolver.

O poder público estadual tem aproveitado desse discurso para direcionar para a região poucas ações culturais, e de turismo, agindo como potencializador de condições regionais pré-existentes, o que não é de todo negativo, o problema está que, desse modo, o Recôncavo Sul tem sido excluído de outras políticas que tem se apresentado com maior força para o crescimento e/ou desenvolvimento das regiões.

Pode-se afirmar que o poder público tem abordado a cultura e o turismo como características fundantes das políticas públicas para o Recôncavo Sul, que ainda são tratados numa perspectiva setorial, isolados das demais instâncias. Em reforço, essas questões tem sido tratadas de um modo muito mais retórico do que operacional, o que contribui ainda mais para uma minoração do seu fortalecimento.

No âmbito governamental, a visão sobre região de planejamento é embasada numa efetiva falta de estratégia regional, prioridades, objetivos, focos e metas, aliada a diversas ações setoriais, que não estão necessariamente na mesma direção, e ao isolamento das esferas administrativas, nas quais municípios e Estado não se articulam

eficazmente, tem conduzido a questão regional através de mecanismos distributivos, que pouco contribuem para o desenvolvimento da região pesquisada.

A iniciativa privada também tem força limitada, havendo ações pontuais, em que os empreendimentos locais são apartados daqueles de rede nacional, como que em disputa. Observa-se que conveniar essas ações provocaria o fortalecimento do setor do comércio, da indústria e dos serviços. Ademais, faz-se necessário desverticalizar estes setores, com uma ajustada distribuição dos elos produtivos, maximizando os fatores competitivos de cada setor. Destaca-se uma ênfase que deve ser dada a estrutura atacadista, que vem se configurando com força nos cenários locais.

Mesmo com esse tratamento, dispensado pelo Estado, é empiricamente observável que há uma nova dinâmica intra-regional no Recôncavo Sul, capitaneada por Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus. Estes dois municípios, que possuem os maiores contingentes populacionais da região, desempenham funções de articulação entre as cidades de maior e de menor portes, tendo papéis importantes na dinâmica regional. Esse quadro advém das mudanças socioespaciais configuradas, destacadamente observadas no marco histórico da pesquisa, 1970 a 2016. Tanto no caso de Santo Antônio de Jesus quanto de Cruz das Almas, a implantação da BR-101, em 1971, permitiu um fluxo maior de pessoas e mercadorias, que impactou, diretamente na ampliação de casas comerciais e de serviços para atender a esse fluxo. O comércio e os serviços, compõem a força motriz desses lugares.

A segunda mudança considerada foi a implantação de instituições de ensino superior, públicas e privadas, nos anos 2000, que promoveram, também, uma intensificação na implantação e ampliação dos comércios e serviços, bem como alterações nas formas espaciais de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas.

Os dois municípios continuam a ter expressiva relação com Salvador e sua Região Metropolitana e, também, com a Região Metropolitana de Feira de Santana, mas agora num patamar diferente, já que ambas se constituem o que se pode denominar de núcleos na rede de cidades da região. Por exemplo, a busca por serviços se faz maciçamente em Santo Antônio de Jesus, o que antes se fazia nos referidos espaços. Isso significa que, na atualidade, a recorrência a esses espaços tem se dado apenas quando, tanto Cruz das Almas, quanto Santo Antônio de Jesus, não ofertam os elementos buscados, e como houve uma considerável ampliação no espectro de bens,

serviços e equipamentos de diferentes naturezas presente nestes municípios, a relação entre estes e outros espaços ganha uma maior densidade.

Destaca-se que, embora considerados centrais, de um modo geral, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus apresentam elementos indicativos de centralidade em diferentes níveis na organização do território, o que foi constatado principalmente na distribuição de bens e serviços e as funções e articulações principais, que estabelecem na rede de cidades. Desse modo, pode-se afirmar que Santo Antônio de Jesus hierarquicamente está numa primeira ordem, enquanto que Cruz das Almas tem um alcance de segunda ordem em relação aos outros municípios da região. Quanto a este aspecto, considera-se que deveriam ser reforçadas as complementaridades horizontais, que fortaleceriam a ambos, conduzindo a um crescimento e/ou desenvolvimento mais expressivo.

Cruz das Almas é um município que tem incorporado traços da modernidade, em sua dinâmica cotidiana, movimento provocado pelo fluxo de pessoas que tem recebido, marcadamente, desde o início do século XXI, por força das novas funções que abriga. Passou de município com a produção fumageira decadente no final dos anos 1990, para cidade universitária, no início dos anos 2000. Este tem sido o quesito definidor de uma nova realidade para o espaço cruzalmense, a educação, marcadamente superior, que trouxe para além de uma instituição pública, uma gama de instituições privadas que permitem uma população flutuante construtora de um novo espaço. Este é um vetor que tem, junto com o comércio e os serviços, imprimido a Cruz das Almas novo ritmo de vida. Essas pessoas, com suas necessidades, seus hábitos e costumes, acabaram por gerar funcionalidades que se expandiram e geraram outras formas de atividades.

No plano das políticas públicas estaduais de desenvolvimento dirigidas para o município, observou-se que estiveram centradas na política de localização industrial que, no entanto, não foram geradoras dos resultados anunciados, que previam a formação de um distrito industrial local, com um expressivo número de empresas/indústrias e que fossem capazes de gerar uma cadeia produtiva de suporte a essas indústrias. Nesse caso, o município deveria se tornar um pólo industrial calçadista, o que não se efetivou, posto que lá se instalou apenas uma fábrica de calçados infantis, que finaliza o processo de produção dos referidos calçados e que não foi capaz de gerar uma estrutura produtiva secundária para dar-lhe suporte. As implicações

socioeconômicas foram, também, muito menores do que o anunciado, haja vista que é relativamente pequeno o número de funcionários, com baixa efetividade de geração de empregos indiretos.

No nível local, as iniciativas de ações públicas são bastante incipientes, com caráter assistencialista, portanto bastante limitadas no alcance socioeconômico. Os interesses político-partidários têm impedido o município de crescer e se desenvolver a partir da iniciativa do poder público.

Quanto aos investimentos privados, é possível inferir que repercutem com mais força na dinâmica econômica local, destacadamente com a participação do setor de comércio e serviços como o grande empregador do município. A iniciativa privada, apesar dessa sua importância revelada, tem um nível de articulação bastante incipiente e inexpressivo com o poder público, o que tem sido mais um impedimento para que o município consolide seu desenvolvimento.

Sobre Cruz das Almas e seu papel na dinâmica regional do Recôncavo Sul, é um município que tem forças e potencialidades para o desenvolvimento regional, destacadamente no campo da educação e em decorrência deste nos campos da ciência, tecnologia e inovação, mas que vem tendo esse potencial subdimensionado em razão das fragilidades das políticas públicas e limitações das políticas privadas. Destaca-se uma grande força no setor de serviços que, no entanto, apresenta ainda menor complexidade que o de Santo Antônio de Jesus.

Santo Antônio de Jesus é o maior município do Recôncavo Sul em tamanho demográfico e, também, o que articula maiores e mais complexas funções. Ocorre no município uma conjunção de fatores, endógenos e exógenos, que têm fortalecido o setor de comércio e serviços, que têm sido o principal sustentáculo econômico da dinâmica socioespacial local.

Considerando-se a análise do PIB e de outros indicadores, no que diz respeito ao fluxo de pessoas, bens, serviços, capitais e informações, Santo Antônio de Jesus tem desempenhado um papel compatível com o de uma cidade média. No início dos anos 2000, foi implantada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e outras instituições de ensino superior privadas que, aliadas ao franco crescimento dos setores de comércio e serviços, provocaram, por exemplo, um maior recebimento de migrantes interestaduais, o que indica que a existência de melhores condições de obtenção de

renda é fator fundamental para a dinâmica populacional. Essa nova dinâmica populacional, gerada pela dinâmica econômica, tem possibilitado o desenvolvimento do município.

É possível inferir, sobre as forças que representam esses municípios na atualidade para o Recôncavo Sul, que têm centralidade na região, advinda, principalmente, da articulação entre tamanho demográfico e funções que desempenham e que tem refletido, em suas posições de comando na organização do espaço regional.

Esse comando não tem sido potencializado em razão de que, fundamentalmente, não há profissionalização dos grupos gestores dos municípios, que não conseguem superar disputas político-partidárias que têm se constituído em empecilhos, tanto para o crescimento interno, quanto para o fortalecimento regional. É preciso também deixar de tratar questões, como puramente de vocação, como se os territórios vocacionados pudessem prescindir de planejamentos e políticas.

Uma plena associação de ações, iniciativas e políticas, pode conduzir os dois municípios a uma estrutura consolidada de crescimento, no entanto, isso passaria por: estruturar o modal rodoviário a partir da melhoria da infraestrutura viária, o que facilitaria a produção e seu escoamento; melhor estruturar a infraestrutura logística, e em decorrência desses, estabelecer um sistema de comercialização regional, com estabelecimento de elos das cadeias produtivas comerciais, industriais e de serviços.

Assim, é preciso implementar ações que reforcem e fortaleçam as centralidades de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, o que poderá ocorrer, de acordo com os resultados desse estudo, se observadas algumas tendências. A primeira se refere a institucionalizar relações com instâncias de educação e pesquisa, como universidades, faculdades e centros de pesquisa, articulando ações integradas que coloquem em evidência a ciência e a tecnologia, como basilares para o desenvolvimento. Uma outra tendência é a criação/consolidação de consórcios, já que foi observado um padrão de interdependência de equipamentos públicos e privados, e de complementaridades horizontais, o que poderia torná-los ainda mais fortes.

Uma terceira tendência visualizada é fomentar o circuito agrícola, com a retomada da produção fumageira e de citros, e a inserção de novas culturas, aproveitando que esses municípios fizeram parte, no passado, de um núcleo agrícola forte na região. Nesse caso, pode haver uma aproximação da gestão pública municipal

de centros de pesquisa, como a EMBRAPA e as universidades, no intuito de solidificar uma política de fomento agrícola.

Uma tendência possível de apontar também é o fortalecimento do setor de comércio e serviços, que tem se revelado fator motriz gerador de mudanças e do desenvolvimento dos municípios. Para tanto, é preciso que haja uma conjunção de forças, públicas e privadas, na direção de gerar uma infra-estrutura que dê suporte ao desenvolvimento do setor.

Por fim, pode-se confirmar que as transformações nas relações econômicas, políticas e sociais de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, têm impactado na organização e nas tendências de desenvolvimento da região do Recôncavo Sul da Bahia, com destaque para Santo Antônio de Jesus no comando da dinâmica regional, com a potencialização das funções e articulação que tem na rede de cidades regional.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: MORELLI, Gustavo; BRAGA, Christiano; LAGES, Vinícius (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Reime Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004, p. 25-62.

ATLAS BAHIA 2010. **Aspectos físicos do Recôncavo Sul da Bahia**. GBSA, 2010.

BACELAR, Tânia. Nordeste, Nordeste: Que Nordeste? In: AFFONSO, R. de A; SILVA, P., L., B. **Federalismo no Brasil: Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo, Fundap: UNESP, 1995, p. 136-166.

BAHIA. **EIA-RIMA do Estaleiro Enseada do Paraguaçu**, Bahia. Salvador: SUDIC, 2009.

_____. Governo do Estado. Casa Civil. **Lei no. 2.321, de 11 de abril de 1966**. Estabelece diretrizes para a reforma administrativa. Disponível em: www.seplan.ba.gov.br. Acesso em: 03 set. 2014.

_____. Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. **Relatório de implantação do Pólo da Indústria Naval**. Salvador, 2008. Disponível em: www.sicm.ba.gov.br. Acesso em: 08 jun. 2014.

_____. Secretaria de Planejamento. **Regiões de influência urbana da Bahia**. Salvador, 1990. Disponível em: www.seplan.ba.gov.br. Acesso em: 04 jun. 2014.

_____. Secretaria de Planejamento. **Territórios de Identidade Bahia**. Salvador, 2007. Disponível em: www.seplan.ba.gov.br. Acesso em: 21 jun.2014.

_____. Secretaria de Planejamento. **Plano Plurianual Bahia – PPA- 2012-2015**. Salvador, 2015. Disponível em: www.seplan.ba.gov.br. Acesso em: 22 jun.2014.

_____. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos. **Receitas correntes de municípios do Recôncavo da Bahia**. Salvador, 2015. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 01 mar. 2015.

_____. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos. **VAB municipal dos setores econômicos da Bahia**. Salvador, 2014. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 06 mar. 2016.

_____. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos. **Índices de performance econômica e social da Bahia**. Salvador, 2013. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos. **IDEM TI Recôncavo (2009- 2012)**. Salvador, 2013. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 07 abr. 2015.

_____. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos. **Regiões econômicas da Bahia**. Salvador, 1990. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 18 jul. 2014.

BARQUERO, Vazquez Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de economia e Estatística, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei no. 7827, de 27 de setembro de 1989**. Instituiu o FNO, FNE e FCO. Disponível em: www.min.org.br. Acesso em: 19 jul. 2014.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. 2010. Disponível em: www.mict.org.br. Acesso em: 19 jul. 2014.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. 2010. Disponível em: www.min.org.br. Acesso em: 20 jul. 2014

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estoque de emprego formal Bahia**. 2015 Disponível em: www.mte.org.br Acesso em: 15 mai. 2016.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo (local): de que estamos hablando?** Talca. Estudios Sociales, 2000.

_____. **Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica?** Cuidad y Territrio. Estudios Territoriales, 2003.

BONFIM, Márcia Virgínia Pinto. **A rede urbana do Recôncavo Baiano e o seu funcionamento técnico**. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

BRANDÃO, Carlos. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Revista Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.21, n.2, p.303-313, abr./jun. 2011.

_____. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro. v.1. n.2, p. 339-344, jul./dez. 2014.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários Recôncavos e seus riscos. **Revista Recôncavos**. Centro de Artes, Humanidades e Letras. UFRB, Cachoeira. v. 1. anoI. p. 53-56, 2007.

_____. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Academia de Letras da Bahia: UFBA, 1997.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

CARLEIAL, Hiana. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro. v.1. n.1. p. 1-21. jan./jun. 2014

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. A organização regional do espaço brasileiro. IN: CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.78-92.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Recôncavo**: laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro: CLACSO, 1958.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in South Germany*. New Jersey. Prentice-Hall, 1966.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento com poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FIGUEIREDO, Antônio Manuel, As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional. In: COSTA, José da Silva; NIJKAMP, Peter (Org.). **Compêndio de economia regional**: teoria, temáticas e políticas. Coimbra: Principia, 2009. v. 1.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contagem da população 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **PIB das regiões do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Censo Populacional 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1974.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. P. 54-79.

HAESBAERT, Rogério. **Regional global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*. New Haven. Yale Univ. 1958

JORNAL GRANDE BAHIA. **Investimentos no Polo Naval**. Disponível em: www.jornalgrandebahia.com.br. Acesso em: 21 jul. 2014.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

MACEDO, Daniela. Sorria: bons empregos à frente. **Revista Veja**. São Paulo. ed. 2362.p. 78-82. 26 fev. 2014.

MARAGOJIPE. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Maragojipe/ PDDM**. Maragojipe: Prefeitura Municipal de Maragojipe, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MYRDAL, Gunmar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Tradução de N. Palhano. 3 ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1983.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: terras, homens, economia e poder no século XIX**. 2000. 146 f. (Tese). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

OLIVEIRA JR., Márcio (2011). **Marco regulatório das políticas de desenvolvimento regional no Brasil: fundos de desenvolvimento e fundos constitucionais de financiamento**. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal. Texto para discussão nº 101. Brasília-DF. Disponível em: http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao.htm.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Revista Recôncavos**. Centro de Artes, Humanidades e Letras. UFRB. Cachoeira. v. 1. ano I., 2007, p. 8-22.

_____. Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador; Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998, p. 219-239.

PRESSTRIP. **Vídeo institucional**. 05 set. 2013.

PINHEIRO, Josemare Pereira dos Santos. **A territorialização do desenvolvimento a partir do turismo: a experiência de Maragojipe-BA**. 2009. 219 f. Dissertação (Mestrado). Salvador: UCSAL.

SANTANA, Alino Matta. **Trajatória da educação cruzalmense**. Cruz das Almas/BA: Nova Civilização, 1997.

SANTANA, Charles d'Almeida. Dimensão histórico-cultural (cidades do Recôncavo). **Cadernos Car-26**: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Salvador, Bahia. 1999. P. 22-54.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. Globalização e geografia: a compartimentação do espaço. Presidente Prudente: AGB, **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente n. 18, 1996, p. 123-148.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Rio de Janeiro: Jaramond, 1999.

_____. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIENDENBERG, Dieter Rugar. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a validade e a utopia. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 167-173.

SILVA, Bárbara-Christine Nentwig; SILVA Maina Pirajá. **Informações Geodemográficas on-line**: O passo a passo do SIDRA/IBGE. João Pessoa. PB: Gafset, 2001.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. Teorias de localização e de Desenvolvimento Regional. São Paulo. **Revista Geografia**. Rio Claro, v. 1, n. 2, 1976, p. 1-23.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e; FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. Políticas territoriais de integração e fortalecimento urbano e regional para o estado da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**. Ano X, nº 17, Salvador, BA. jan. 2008, p.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2. Ed. Salvador. UFBA: Mestrado em Geografia. Departamento de Geografia, 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; COELHO, Araori Silva. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa: Grafset, 2008.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador: UNIFACS, 2003.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

XAVIER, Marcos. Sistemas de engenharia e tecnização do território: o exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003. P. 56-74.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ENTREVISTAS

ADMINISTRADOR DO SHOPPING. Entrevista em 20/05/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (29 min. 29 seg.)

ADMINISTRADOR DO MEGA CHINA. Entrevista em 03/03/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (57 min. 55 seg.)

ADMINISTRADORA DA COFEL. Entrevista em 03/03/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (1h 21 min. 37 seg.)

AGRICULTOR I. Entrevista em 06/04/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (24 min. 09 seg.)

AMBULANTE I. Entrevista em 07/04/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (12 min. 57 seg.)

AMBULANTE II. Entrevista em 08/05/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (17min. 24 seg.)

COMERCIANTE II. Entrevista em 04/06/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (23 min. 57 seg.)

COMERCIANTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. Entrevista em 30/04/2014. Cruz das Amas, 2014. 1 arquivo wav (12 min. 37 seg.)

COMERCIANTE DE SALVADOR. Entrevista em 23/04/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav 42 min. 26 seg.)

COMERCIANTE IV. Entrevista em 23/04/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (32min. 30 seg.)

CONSUMIDOR DE MURITIBA. Entrevista em 02/04/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (10 min. 25 seg.)

CONSUMIDORA II DO ATAADÃO. Entrevista em 02/04/2016. Santo Antônio de Jesus. 1 arquivo wav (12 min. 39 seg.)

COORDENADOR GERAL DO SAC. Entrevista em 04/06/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (33 min. 14 seg.)

COORDENADOR DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL. Entrevista em 06/06/2016. Cruz das Almas, 2016. 1 arquivo wav (53 min. 40 seg.)

COORDENADOR DE CLÍNICA. Entrevista em 09/09/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (56 min. 45 seg.)

COORDENADOR DO SINCOMSAJ. Entrevista em 10/09/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (1h 32 min. 07 seg.)

DIRETOR DA CONFORTFLEX. Entrevista em 03/07/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (58 min. 27 seg.)

DIRETOR GERAL DA FAMAM. Entrevista em 11/09/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (1h 43 min. 35 seg.)

DIRETOR DA EMBRAPA. Entrevista em 06/06/2016. Cruz das Almas, 2016. 1 arquivo wav (1h 26 min. 31 seg.)

DIRETOR DA RAMARIM. Entrevista em 29/06/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (1h 13 min. 09 seg.)

ECONOMISTA. Entrevista em 12/09/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (1h 58 min 44 seg.)

EMPREENDEDOR I. Entrevista em 10/09/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (33 min. 21 seg.)

EX-PRESIDENTE DE SINDICATO. Entrevista em 10/09/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (48 min 23 seg.)

FRANQUEADO I. Entrevista em 20/09/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (45 min. 19 seg.)

FEIRANTE I. Entrevista em 05/05/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (24 min 8 seg.)

GERENTE GERAL DA COFEL. Entrevista em 09/08/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (1h 34 min. 36 seg.)

GERENTE DE CLÍNICA DE ESTÉTICA. Entrevista em 03/07/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (45min. 23 seg.)

GERENTE COMERCIAL DA COFEL. Entrevista em 03/07/2016. Cruz das Almas, 2016. 1 arquivo wav (1h 22 min. 25 seg.)

GERENTE III. Entrevista em 04/07/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (35 min. 12 seg.)

GERENTE REGIONAL. Entrevista em 03/03/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (48 min. 34 seg.)

GERENTE DA NATULAB. Entrevista em 07/03/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (48 min. 13 seg.)

GERENTE DA RECONFLEX. Entrevista em 01/08/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (57 min. 34 seg.)

GERENTE REGIONAL DO SEBRAE- SAJ. Entrevista em 07/03/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (1h 23 min. 26 seg.)

GERENTE DA COMERCIAL SÃO LUÍS. Entrevista em 21/07/2014. Santo Antônio de Jesus, 2014. 1 arquivo wav (58 min 35 seg.)

GERENTE DO ATACADÃO. Entrevista em 02/04/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (1h 24 min. 09 seg.)

GESTOR DE CLÍNICA. Entrevista em 23/08/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (37 min. 11 seg.)

GESTOR DE INDÚSTRIA. Entrevista em 03/04/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (24 min 35 seg.)

GESTOR II. Entrevista em 04/04/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (28 min. 23 seg.)

GESTOR DE INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS. Entrevista em 7/10/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (14 min. 33 seg.)

GESTORA DO PROJETO DA INDÚSTRIA SETORIAL DO SEBRAE. Entrevista em 06/05/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (39 min. 43 seg.)

LAVRADOR. Entrevista em 01/06/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (53 min. 21 seg.)

MOTORISTA I. Entrevista em 01/03/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (38 min. 32 seg.)

ODONTÓLOGOS. Entrevista em 03/10/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (38 min. 21 seg.)

PRESIDENTE DA CDL DE SAJ. Entrevista em 10/05/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (1h 34 min. 15 seg.)

PRESIDENTE DA CDL DE CRUZ DAS ALMAS. Entrevista em 10/05/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (1h 22 min. 34 seg.)

PRESIDENTE DA CÂMARA. Entrevista em 21/06/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (1h 45 min. 23 seg.)

PRESIDENTE DA NATULAB. Entrevista em 22/06/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (56 min. 23 seg.)

PRESIDENTE DA SINCOMSAJ. Entrevista em 10/09/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (43 min. 22 seg.)

PROPRIETÁRIO DE CLÍNICA I. Entrevista em 9/07/2014. Santo Antônio de Jesus, 2014. 1 arquivo wav (18 min. 17 seg.)

PROPRIETÁRIO DE CLÍNICA II. Entrevista em 21/05/2016. Cruz das Almas, 2016. 1 arquivo wav (25 min. 21 seg.)

PROPRIETÁRIO DE CLÍNICA III. Entrevista em 08/06/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (15 min. 22 seg.)

PROPRIETÁRIO DE CASA DE FARINHA. Entrevista em 12/08/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (48 min. 23 seg.)

PROPRIETÁRIO DE LANCHONETE. Entrevista em 26/08/2014. Cruz das Almas, 2014. 1 arquivo wav (37 min. 45 seg.)

PROPRIETÁRIO DA SÃO LUÍS. Entrevista em 29/07/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (12/08/2015)

PROPRIETÁRIOS DE LOJAS DE SALVADOR. Entrevista em 22/06/2016. Santo Antônio de Jesus. 1 arquivo wav (14 min. 09 seg.)

PROPRIETÁRIO I. Entrevista em 29/07/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (18 min. 14 seg.)

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO. Entrevista em 05/07/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (58 min. 45 seg.)

RESPONSÁVEL PELA FEIRA EM SAJ. Entrevista em 11/06/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (45 min. 23 seg.)

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO. Entrevista em 21/09/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (57 min. 23 seg.)

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Entrevista em 08/07/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav (1h 37 min. 45 seg.)

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO. Entrevista em 05/11/2016. Santo Antônio de Jesus, 2016. 1 arquivo wav (1h 34 min. 35 seg.)

TÉCNICO DA EBDA. Entrevista em 29/11/2015. Cruz das Almas, 2015. 1 arquivo wav (49 min 34 seg.)

USUÁRIO. Entrevista em 30/04/2015. Santo Antônio de Jesus, 2015. 1 arquivo wav(12 min. 34 seg.)


PRONUNCIAMENTOS

RUI COSTA. Pronunciamento na ampliação do Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus, em 03/05/2016.

SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. Pronunciamento na ampliação do Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus, em 03/05/2016.

RUI COSTA. Pronunciamento na ampliação da Indústria Farmacêutica Natulab, Santo Antônio de Jesus, em 04/04/2015.

APÊNDICES

	<p>Apêndice A</p> <p>Questionário de pesquisa com usuários de serviços de educação superior – estudantes, professores e funcionários - em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus.</p>
---	---

Questionário a ser aplicado para compor pesquisa de doutorado em processo, de Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador.

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- O (a) sr./sr^a reside em que cidade? _____

4-Com que periodicidade se desloca para Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

diariamente semanalmente mensalmente esporadicamente

4.1 – Se fixou residência em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus, qual o motivo?

Evitar deslocamentos constantes

Reduzir custos

Por comodidade pessoal

Outro: _____

4.2-Qual a modalidade de residência?

Aluguel de casa individual

Casa própria

Aluguel de casa coletivo

Aluguel de quarto em residência coletiva

4.3- No caso de aluguel, qual o valor pago mensalmente?

Até R\$ 100,00

Entre R\$ 100,00 e R\$ 300,00

Entre R\$ 300,00 e R\$500,00

Acima de R\$ 500,0

5-Que tipo de atividade desenvolve na Educação Superior em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

Estudante

Professor

Funcionário

6-Quando vem a Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus para estudar / trabalhar na Educação Superior, realiza outra atividade?

- Não
- Sim, compras no comércio
- Sim, atendimento de saúde
- Sim, atividade de lazer
- Sim, outra(s) _____

7-Qual a motivação para trabalhar na Educação Superior em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

- Proximidade da residência / deslocamento curto
- Baixo custo de deslocamento
- Ocorrência de oferta de emprego

8-Qual o seu gasto médio no deslocamento e estadia em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

- Até R\$ 30,00
- Entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00
- De R\$ 50,00 a R\$ 100,00
- Acima de R\$ 100,00

9-Sempre buscou serviços de educação em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus? Caso não, aonde buscava antes?

- Sim
- Não, Feira de Santana
- Não, Salvador
- Não, outra cidade _____

10-Há quanto tempo desenvolve atividades- estudo/ ensino/ trabalho- na Educação Superior em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

- 1 ano
- Entre 1 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos Mais de 10 anos



Apêndice B

Questionário de pesquisa com usuários de serviços de saúde em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus

Questionário a ser aplicado para compor pesquisa de doutorado em processo, de Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador.

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- O(a) sr./sr^a reside em que cidade? _____

4- Com que periodicidade se desloca para Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

diariamente semanalmente mensalmente esporadicamente

5- Que tipo de transporte utiliza para deslocamento a Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

Carro próprio

Transporte alternativo- vans

Transporte convencional – ônibus

Transporte dado por Prefeitura Municipal, qual? _____

6- Que tipo de atendimento de saúde busca em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

Consulta médica

Procedimentos e intervenções cirúrgicas de média e alta complexidade.

Exame laboratorial

Outro: _____

7- Sempre veio buscar atendimento de saúde em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus? Caso não, aonde ia antes?

Sim

Não, Feira de Santana

Não, Salvador

Não, outra cidade _____

8- Quando vem a Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus para atendimento de saúde realiza outra atividade?

Não

- Sim, compras no comércio
- Sim, atividades de lazer
- Sim, outras _____

9- Qual o seu gasto médio no deslocamento e estadia em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

- Até R\$ 30,00
- Entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00
- De R\$ 50,00 a R\$ 100,00
- Acima de R\$ 100,00

10- Há quanto tempo busca atendimento de saúde em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

- 1 ano
- Entre 1 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos



Apêndice C

Questionário de pesquisa com usuários de serviços e do comércio em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus.

Questionário a ser aplicado para compor pesquisa de doutorado em processo, de Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador.

- 1- Nome: _____
- 2- Idade: _____
- 3- O (a) sr./sr^a. reside em que cidade? _____
- 4- Com que periodicidade se desloca para Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?
 - diariamente semanalmente mensalmente esporadicamente
- 5-Que tipo de transporte utiliza para deslocamento a Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?
 - Carro próprio
 - Transporte alternativo- vans
 - Transporte convencional – ônibus
 - Transporte dado por Prefeitura Municipal, qual? _____
- 6-Os produtos comprados em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus são para consumo próprio ou para revenda em unidades comerciais de outros municípios?
 - Consumo próprio
 - Revenda, em qual município? _____
- 6.1-Caso seja para revenda, quais são os tipos de produtos comprados?
 - Vestuário
 - Alimentícios
 - Materiais de saúde (equipamentos e medicamentos)
 - Insumos agrícolas
 - Produtos de beleza
 - Outros _____
- 7- Porque a opção pelo comércio e serviços de Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?
 - Variedade de produtos
 - Preços + baixos do que em outros lugares
 - Proximidade de residência / curto deslocamento

Outros _____


8-Sempre comprou em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus ou antes comprava em outra(s) cidade (s)?

Sempre comprei em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus

Não, comprava em Salvador

Não, comprava em Feira de Santana

Não, comprava em outra cidade. _____

	<p>Apêndice D</p> <p>Roteiro de entrevista com gestores - de Unidades de Saúde, Unidades de Educação Superior, Unidades Comerciais e de Serviços - de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus.</p>
---	---

Questionário a ser aplicado para compor pesquisa de doutorado em processo, de Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador.

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- É gestor(a) de Unidade:

- De saúde
- De educação superior
- De unidade comercial
- De unidadeserviço
- De unidade industrial

3.1- Que tipo de atendimento/ serviço presta? _____

4- Dimensão da unidade que é gestor(a):

- Pequena
- Média
- Grande

5- Natureza da unidade que é gestor (a):

- Pública
- Privada

6- Há quanto tempo a unidade existe? _____

7- A unidade já passou por adequações (físicas, de pessoal, de atividade que desenvolve)? Caso sim, quais e porque?

8- Nesse tempo de funcionamento, percebe mudanças no município de Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus, caso sim, quais? Elas impactam na dinâmica e funcionamento da sua unidade?

9- Existe (existiu) algum tipo de entendimento/ação com a Administração Pública Municipal? Caso sim, qual (is)?

10- Que avaliação faz da Administração Pública Municipal?

11- Esta unidade possui a matriz e filiais? Caso sim, aqui em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus funciona a matriz, filial(is), ou matriz e filiais?

11.1- Caso tenha filial(is) onde se localiza (m)? _____

11.2- O tipo de serviço(s) oferecido(s) em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus se diferencia(m) em relação as demais filiais? Caso sim, porque e como?

11.3- Em relação às filiais, como se posiciona a de Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus em relação ao número de funcionários?

11.4- E em relação à gestão? _____

12- Porque a implantação da unidade em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

13- Como descreve Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus quanto ao crescimento / desenvolvimento?

14- Existem projeções de ampliação da unidade/do negócio?



Apêndice E

Questionário de pesquisa com usuários da feira livre de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus

Questionário a ser aplicado para compor pesquisa de doutorado em processo, de Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador.

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- O (a) sr./sr^a. reside em que cidade? _____

4- Escolaridade

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-Graduação

4.1 Profissão: _____

5- Com que periodicidade vem à feira de Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?__

6-Que tipo de transporte utiliza para deslocamento a Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

- Carro próprio
- Transporte alternativo- vans
- Transporte convencional – ônibus
- Transporte dado por Prefeitura Municipal, qual? _____

6- Que tipo de produto compra na feira livre?

- Alimentício
- Vestuário
- Calçados
- Outros _____

7- Os produtos comprados são para consumo próprio ou para revenda em outro município?

- Consumo próprio
- Revenda, em qual município?_____

8- Porque a opção pela feira livre de Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

- Variedade de produtos
- Preços mais baixos do que em outros lugares
- Proximidade da residência/ curto deslocamento
- Outro _____

9- Sempre comprou na feira livre de Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

- Sim
- Não

9.1- Caso não, em qual feira livre comprava antes?

- De Feira de Santana
- Do município de origem/ residência, qual? _____
- De outra cidade, qual? _____

10- Qual a sua renda média

- Até 1 salário mínimo
- Até 3 salários mínimos
- Entre 3 e 5 salários mínimos
- Mais que 5 salários mínimos

11- Qual o seu gasto médio na feira livre?

- Até R\$ 100,00
- Entre R\$ 100,00 e 300,00
- Entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00
- Acima de R\$ 500,00

12- O que tem na feira livre de Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus que lhe é atrativo?



Apêndice F

Questionário de pesquisa com proprietários de barracas e box na feira livre de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus.

Questionário a ser aplicado para compor pesquisa de doutorado em processo, de Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador.

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- O (a) sr. /sr^a. reside em que cidade? _____

4- Que tipo de produto vende?

Vestuário

Calçado

Alimentícios

Outros _____

5- Há quanto tempo é feirante em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

Até 1 ano

Entre 1 e 3 anos

Entre 3 e 6 anos

Entre 6 e 10 anos

Mais de 10 anos

5.1- Participa da feira em qual(is) dia(s)?

4^a feira

6^a feira

Sábado

Estes 3 dias

Outro(s) dia(s): _____

6- É feirante em outra(s) feiras livre?

Não

Sim, qual (is)? _____

6.1- Caso sim, qual das feiras é mais lucrativa? _____

7- Tem empregados?

Sim

Não

7.1- Caso sim, quantos são? _____

7.2- Como são remunerados? _____

8- As vendas na feira livre de Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus são lucrativas?

Sim

Não



Apêndice G

Questionário de pesquisa com funcionários de unidades comerciais, de serviços e industriais de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus.

Questionário a ser aplicado para compor pesquisa de doutorado em processo, de Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador.

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- O (a) sr. / sr^a. reside em que cidade? _____

4- Com que periodicidade se desloca para Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

diariamente semanalmente mensalmente esporadicamente fixou residência em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus

4.1- Caso se desloque constantemente para Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus, qual o seu gasto mensal com deslocamento?

- Até R\$ 50,00
 Entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00
 Entre R\$ 100,00 e R\$ 300,00
 Acima de R\$ 300,00

4- Há quanto tempo trabalha nesta unidade?

- Até 2 anos
 De 2 e 5 anos
 Entre 5 e 10 anos
 Mais de 10 anos

7- Em que tipo de atividade trabalha?

- Comércio
 Indústria
 Serviços

8- Qual a natureza da atividade?

- Pública
 Privada

9- Sempre trabalhou em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

Sim

Não

9.1- Caso não, em qual município já trabalhou?

10- Qual a sua remuneração?

Abaixo de 1 salário mínimo

1 salário mínimo

Até 3 salários mínimos

Entre 3 e 5 salários mínimos

Acima de 5 salários mínimos, quantos? _____

11- Nível de escolaridade

Ensino Fundamental incompleto

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ensino Superior incompleto

Ensino Superior

Pós- graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

12-Como descreve o município de Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

13- Este foi o seu primeiro emprego?


Sim

Não

14- Existe a possibilidade de seu crescimento profissional nesta unidade?

Sim, porque _____

Não, porque _____

	<p>Apêndice H</p> <p>Roteiro de entrevista com gestores de empresas de transporte convencional e de cooperativas de transporte alternativo de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus</p>
---	--

Questionário a ser aplicado para compor pesquisa de doutorado em processo, de Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- Há quanto tempo esta empresa ou cooperativa funciona em Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus? _____

4- Tipo de empresa de transporte

Convencional- ônibus e micro-ônibus


Alternativo - vans

5- Quantos horários e quais as origens dos transportes para Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus?

6- Do ano 2000 para cá, houve período(s) de queda no quantitativo de usuários? Caso sim, quais e porque?

7- Qual é a situação atual desse tipo de transporte?

8- Neste tempo de funcionamento houve mudança no perfil do usuário?

	<p>Apêndice I</p> <p>Questionário de pesquisa com usuários de transporte convencionais e transportes alternativos que se deslocam para Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus.</p>
---	--

Questionário a ser aplicado para compor pesquisa de doutorado em processo, de Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3-O(a) sr./sr^a reside em que cidade? _____

4-Com que periodicidade se desloca para Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

diariamente semanalmente mensalmente esporadicamente

5-Que tipo de transporte utiliza para deslocamento a Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus?

Transporte alternativo- vans

Transporte convencional – ônibus

Transporte dado por Prefeitura Municipal, qual? _____

6-Qual a razão para utilizar esse tipo de transporte?

7-Que tipo de atendimento/ atividade busca em Cruz das Almas e/ou Santo Antônio de Jesus?

Atendimento de saúde

Serviços educacionais

Comércio

Atividades de lazer

Outro _____

8-Porque a opção por Cruz das Almas ou Santo Antônio de Jesus? _____

9-Já pensou em utilizar outro tipo de transporte?

Sim, porque _____

Não, porque _____